



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Thiago Esteves Barbosa

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Uma perspectiva da História Oral**

**Brasília
2024**

Thiago Esteves Barbosa

OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Uma perspectiva da História Oral

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados /Cefor.

Orientador: Prof. Renon Pessoa Fonseca. Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Processos Políticos e Poder Legislativo.

Brasília
2024

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Barbosa, Thiago Esteves.

Os presidentes da Câmara dos Deputados [manuscrito]: uma perspectiva da história oral / Thiago Esteves Babosa. -- 2024.

196 f.

Orientador: Renon Pessoa Fonseca.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado profissional) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2024.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, presidente. 2. Deputado federal, entrevista, Brasil. 3. Cargo político, eleição, Brasil. 4. Câmara dos Deputados, história, Brasil, República (1889-). 5. História oral, Brasil. I. Título.

CDU 342.532(81)

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do trabalho de conclusão: OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Uma perspectiva da História Oral

Autor: **Thiago Esteves Barbosa**

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 28 de outubro de 2024.

Prof. Dr. Renon Pessoa Fonseca
Câmara dos Deputados

Documento assinado digitalmente
LEONARDO AUGUSTO DE ANDRADE BARBOSA
Data: 02/11/2024 13:21:30 (-0300)
Verifique em <https://verbrasil.gov.br>

Prof. Dr. Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Câmara dos Deputados

Documento assinado digitalmente
THIAGO COELHO SACCHETTO
Data: 02/11/2024 18:03:01 (-0300)
Verifique em <https://verbrasil.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Coelho Sacchetto
Ministério Público Federal

Dedicatória

“Pensei no tempo e era tempo demais
Você olhou sorrindo pra mim
Me acenou um beijo de paz
Virou minha cabeça
Eu simplesmente não consigo parar
Lá fora o dia já clareou
Mas se você quiser transformar
O ribeirão em braço de mar
Você vai ter que encontrar
Aonde nasce a fonte do ser
E perceber meu coração
Bater mais forte só por você¹”

Para o meu pai, com saudades eternas

¹ “Quem sabe isso quer dizer amor”, canção de Milton Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Aos que vieram antes de mim e pavimentaram o meu caminho: pai e mãe, devo a vocês tudo que sou. Obrigado aos que caminharam sempre ao meu lado, meus irmãos Felipe, Elaine e Rodrigo. E aos que chegaram mais tarde, mas que permaneceram firmes mesmo nos momentos mais difíceis, especialmente a você, Camilla, por me inspirar a querer ser melhor a cada dia, e por ser amparo, apoio, afeto e tudo mais que eu sempre quis ter ao meu lado. Aos meus sobrinhos e afilhados, Helena Mota, Helena Combat, Pedro, Rhavi e Giovanna, por serem a inspiração para acreditar num futuro melhor e mais humano e por serem a alegria dos meus dias. Às dezenas de amigos que servem de inspiração nessa longa - e alucinante - caminhada que é a vida.

Aos professores do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP), em especial ao professor Renon Fonseca, que acreditou na pesquisa, apesar dos desafios. E, por fim, aos ex-presidentes da Câmara dos Deputados - Michel Temer, Aldo Rebelo, Marco Maia, Henrique Eduardo Alves e Arlindo Chinaglia- que aceitaram o convite compartilhar suas histórias e experiências. Sem sua generosidade e colaboração, este trabalho sequer existiria.

“O homem conta histórias como protesto contra sua finitude.”

(Fernando Catróga, Memória, história e historiografia, página 08)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das trajetórias de cinco ex-presidentes da Câmara dos Deputados do Brasil, utilizando a metodologia de história oral para explorar suas perspectivas pessoais e profissionais. A pesquisa busca entender como esses líderes políticos mobilizaram e converteram seus capitais político, social, simbólico, institucional e econômico em apoio para suas eleições à presidência da Câmara. As entrevistas realizadas revelam a complexidade das carreiras políticas no Brasil, destacando a importância das redes de alianças, da adaptação ao contexto institucional e da memória individual e coletiva na construção da narrativa histórica. A dissertação conclui que a trajetória para a presidência da Câmara é marcada por estratégias diversificadas de acumulação de capital político, que envolvem tanto habilidades de negociação e construção de coalizões, quanto o manejo eficaz das oportunidades e dos desafios do cenário político brasileiro.

Palavras-Chave: História oral. Memória. Capital político e carreira. Presidência da Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

This dissertation provides a comprehensive analysis of the trajectories of five former Presidents of the Brazilian Chamber of Deputies, employing the oral history methodology to delve into their personal and professional perspectives. The research aims to understand how these political leaders mobilized and converted their political, social, symbolic, institutional, and economic capitals into support for their elections to the presidency of the Chamber. The interviews conducted reveal the complexity of political careers in Brazil, emphasizing the importance of alliance networks, adaptability to institutional contexts, and the role of individual and collective memory in constructing historical narratives. The dissertation concludes that the path to the presidency of the Chamber is marked by diverse strategies of political capital accumulation, which involve both negotiation skills and coalition-building, as well as the effective management of opportunities and challenges within the Brazilian political landscape.

Keywords: Oral history. Memory. Political capital. Career. Presidency of the Chamber of Deputies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da carreira política no Brasil.....	298
Figura 2 – Dimensões e categorias criadas para a análise.....	476
Figura 3 – Dimensão e suas categorias.....	487
Figura 4 – Mapa da dimensão Institucional/Profissional	498

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 METODOLOGIA: ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA	16
1.1 A noção da história como construção e a história oral	18
1.2 História oral e memória	22
1.3 A História oral de políticos renomados, qual a sua utilidade?	25
2 CARREIRA POLÍTICA E CAPITAL POLÍTICO: COMO PARLAMENTARES MOBILIZAM SEUS ATIVOS PARA CONVERTÊ-LOS NA ELEIÇÃO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	28
2.1 Carreira política no Brasil	29
2.2 Capital político	34
3 BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO PERÍODO REPUBLICANO	41
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DOS DADOS COLETADOS.....	46
4.1 Michel Temer	51
4.2 Aldo Rebelo	65
4.3 Marco Maia	73
4.4 Henrique Eduardo Alves	87
4.5 Arlindo Chinaglia	97
5 CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – ENTREVISTA MICHEL TEMER	121
APÊNDICE B – ENTREVISTA ALDO REBELO	140
APÊNDICE C – ENTREVISTA MARCO MAIA.....	150
APÊNDICE D – ENTREVISTA HENRIQUE EDUARDO ALVES	164
APÊNDICE E – ENTREVISTA ARLINDO CHINAGLIA	182

INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados foi fundada no ano de 1824 por dispositivo da Constituição Imperial imposta por d. Pedro I. Em sua primeira formação, denominada Assembleia Geral Legislativa, era composta por 102 deputados e, desde então, foi presidida por 46 deputados federais durante o período imperial e 50 durante o período republicano².

Conquanto não haja dúvida acerca da importância da Câmara dos Deputados ao longo dos seus 200 anos e, por conseguinte, a importância histórica de seus presidentes - que se nota crescer ao longo das últimas décadas -, há registro de poucas pesquisas acerca da história da presidência da Câmara dos Deputados e da trajetória dos parlamentares que ocuparam a presidência.

Exceto pelo livro “História da Câmara dos Deputados”, de Otaciano Nogueira, Luiz Guttemberg e Cláudia Guttemberg, que traz um resumo de todos os ex-presidentes, desde 1826 até 2003, partindo de Pereira da Nóbrega até chegar a João Paulo Cunha. Muito embora o trabalho tenha o mérito de trazer dados sobre os 46 presidentes do período imperial e sobre 45 do período republicano, é importante destacar que o faz de forma bastante sintética.

É preciso destacar, ainda, duas séries de publicações editadas pela Câmara dos Deputados que têm como foco os seus presidentes. A primeira delas consistia na apresentação de um resumo dos ex-presidentes no “Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados”, entretanto, foram produzidos apenas algumas edições sobre presidentes que exerceram o cargo durante a república velha. A segunda, é a série “Perfis Parlamentares”, que tem como foco deputados federais de períodos diversos da história brasileira, mas que não necessariamente ocuparam a presidência.

Para além da falta de estudos sobre a trajetória dos parlamentares que presidiram a Câmara dos Deputados, há uma lacuna no que se refere à memória desses parlamentares, ou seja, como estes indivíduos enxergaram a sua trajetória para além do que há de registros em documentos, atas, livros, projetos de lei, vídeos, áudios etc. Pois, mesmo quando a tecnologia passou a permitir entrevistas para rádio e televisão, estas entrevistas, em sua maioria, não tiveram como foco a trajetória do entrevistado, nem a produção de acervo memorialístico.

² Este trabalho tem como objeto informações coletadas até o ano de 2022 e considera apenas os presidentes que foram eleitos, desconsiderando, portanto, aqueles que ocuparam a cadeira de presidente em caso de vacância. Como é o caso do deputado Efraim de Moraes, que consta na página de presidentes eleitos. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes>

Este trabalho pretende, ainda que limitado a um pequeno número de ex-presidentes, envidar esforços para preencher as referidas lacunas, analisando a trajetória dos parlamentares, suas carreiras e como conseguiram transformar seus capitais políticos em vitória na eleição para presidente e, ao mesmo tempo, adentrar na memória destes, dando ênfase à perspectiva do indivíduo.

O objetivo imediato da presente pesquisa é, ao analisar a carreira dos parlamentares investigados, identificar quais capitais políticos possuíam, a relevância destes e como converteram esses capitais em progressão na carreira.

A resposta a este problema, constante no último capítulo, decorre da análise dos achados das entrevistas, além de dados objetivos quanto à trajetória dos parlamentares investigados neste trabalho. Assim, dados como quais as instâncias burocráticas (cargos em outros órgãos na Casa) o parlamentar ocupou, se o parlamentar, além das atividades na Câmara, desempenhou papéis relevantes na estrutura partidária, a quantidade de mandatos parlamentares até alcançar o cargo de presidente, se possuía capitais, como o familiar e/ou econômico, que o auxiliaram em sua trajetória.

Com o referido estado da arte, a pedra angular deste trabalho é o indivíduo, especificamente, a análise da história a partir da perspectiva do próprio indivíduo, além da preservação de sua memória, incluindo a influência da memória na construção do passado. Dessa maneira, quando se fala em memória neste trabalho, não se deve considerar apenas seu cariz individual e com olhar para o passado, mas, igualmente, sua perspectiva de construção social e como construção iterativa, na medida que a memória não é, portanto, um empilhar de eventos, mas a própria essência da experiência humana.

Com o desenvolvimento tecnológico e, mais recentemente, o avanço que permite o armazenamento de dados de forma quase infinita, não haveria boas-novas em, simplesmente, inventariar informações sobre a trajetória de vidas dos ex-presidentes e catalogá-las em um único documento.

Para isso, o presente trabalho valeu-se da metodologia de história oral para realizar entrevistas de modo que os ex-presidentes pudessem contar, por suas próprias palavras, a trajetória de vida que os levou ao topo do poder. Articula-se, assim, memória e história, diante da relevância dos atores envolvidos e da importância da instituição que representaram, o que, simultaneamente, oportuniza a preservação da memória da própria instituição.

Atualmente, dez dos cinquenta parlamentares que exerceram a presidência, e concluíram o mandato no período republicano, estão vivos, e o objeto principal deste trabalho é realizar investigação qualitativa, a partir do depoimento de cinco ex-presidentes, com vistas

a vivenciar a experiência do sujeito, de modo a permitir que, a despeito de tantos dados e informações que estejam disponíveis sobre o entrevistado, seu relato venha a dar novos ângulos, de modo a que se oportunize conhecer o que faz daquele ser um indivíduo.

Destaque-se, ainda, que o presente trabalho não pretende investigar ou analisar o funcionamento da Câmara dos Deputados, dos seus órgãos, muito embora haja referências durante o texto, a título de contextualização histórica. Também não é objeto deste trabalho a análise acerca da atuação dos entrevistados durante o período no qual ocuparam a presidência da Câmara. Ao contrário, a investigação limita-se à trajetória dos parlamentares desde o início da sua vida pública até sua ascensão ao cargo de presidente.

Por fim, o trabalho será dividido em quatro capítulos, o primeiro abordará a metodologia de história oral, na qual o pesquisador faz uso de fontes orais, no presente caso, a partir de entrevistas com presidentes da Câmara dos Deputados com intuito que os entrevistados apresentem a história da trajetória que os conduziram à presidência da Câmara a partir de ótica única e original. Esse capítulo abordará, igualmente, a relação entre história e memória, com vistas a dar subsídios para analisar as nuances das diversas camadas que a memória dos entrevistados apresenta.

O segundo capítulo apresentará o referencial teórico de carreira política e de capital político, conceitos fundamentais para desenvolver as categorias analíticas e, assim, servir de suporte para entender e interpretar os dados coletados sobre trajetória dos ex-presidentes.

O terceiro capítulo fará um breve resumo sobre características dos parlamentares que ocuparam a presidência da Câmara dos Deputados durante o período republicano, separando-os de acordo com os períodos históricos mais marcantes: república velha, revolução de 30, redemocratização após o fim do estado novo, ditadura militar e redemocratização a partir de 1985.

O quarto capítulo apresentará análise dos achados das entrevistas e dos dados coletados sobre a trajetória dos parlamentares investigados neste trabalho.

Para a análise dos dados obtidos, empreendida no último capítulo, parte-se da premissa de que é a perspectiva dos entrevistados que importa. Assim, para a análise do que se poderia denominar de conversão do capital político na eleição para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, serão utilizadas duas dimensões, quais sejam: dimensão pessoal e dimensão institucional. Essas dimensões, que foram também divididas em categorias, foram estabelecidas a partir do arcabouço teórico do trabalho e a partir dos achados das próprias entrevistas.

Assim, o que se pretende é identificar, a partir dos seus relatos e, inclusive, dos seus esquecimentos, como os presidentes da Câmara dos Deputados, que foram objeto da pesquisa, conseguiram converter seus capitais políticos em vantagem para sua eleição.

1 METODOLOGIA: ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Realizar uma pesquisa utilizando-se da metodologia de história oral ultrapassa o mero ato de gravar uma entrevista com determinada pessoa ou grupo de pessoas, pois o método não é um fim em si mesmo. Ao contrário, é um instrumento para obter compreensão, devendo, portanto, estar articulado com um projeto de pesquisa mais amplo que utilize os insumos das entrevistas como forma de ampliar o conhecimento acerca do campo ou da pessoa pesquisada.

Nos dizeres de Bourdieu:

tentar entender a vida como uma série única de acontecimentos sucessivos sem outro veículo além da associação a um 'sujeito' [...] é tão absurdo quanto tentar explicar a trajetória do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz de relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 1986, p. 69).

Desta maneira, diante da subjetividade que é a própria história de uma pessoa ou grupo de pessoas, das diversas nuances e intercambialidade, o método de história oral, neste trabalho, tem como objetivo, ao tempo que foca no indivíduo, conferir certa tangibilidade aos fatos narrados, explorando, nos dizeres de Thomson (1987, p. 15) “a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade [...]”. Assim, por meio desta metodologia, pretende-se dar a oportunidade para que, afastando-se dessa linearidade histórica que Bourdieu critica, seja possível vivenciar as experiências daqueles que viveram os fatos.

É importante esclarecer que existem duas modalidades de história oral, a primeira é a denominada história oral temática que, de acordo com Alberti (2013, p. 48), é aquela “que versa sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” e, a segunda, história oral de vida, que, segundo a mesma autora, “têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história” (Alberti, 2013, p. 48).

Assim, a história oral temática é propícia quando o pesquisador pretende que os personagens contem, a partir da sua perspectiva, a história de determinada instituição, empresa, evento ou momento da história. Exemplo deste tipo de pesquisa é o trabalho que Adriano Wilson Ceolin (2020) realizou, vinculado a este programa de mestrado, no qual desenvolveu o tema “A transformação do PMDB dentro da liderança do partido na Constituinte: A perspectiva da história oral”. Note bem que, no referido caso, muito embora o pesquisador tenha realizado entrevistas com oito integrantes da liderança do partido no período, o foco não era a história de vida dos entrevistados, mas, sim, a história da mudança da liderança do PMDB no período da Constituinte.

A história oral de vida, por outro lado, tem como principal interesse a trajetória do entrevistado, o que pressupõe a exposição de detalhes de sua trajetória de vida, narrando com maior ênfase os momentos com maior intersecção com a pesquisa. É importante destacar que a entrevista que tem como objeto a história oral de vida tende a ser mais longa, na medida que se espera que o entrevistado conte sua trajetória desde a infância até o momento-chave para a pesquisa.

Considerando a opinião de Alberti, quando afirma que: “se no estudo de determinado tema for considerado importante conhecer e comparar as trajetórias de vida dos que nele se envolveram, será aconselhado realizarem-se entrevistas de história oral de vida” (Alberti, 2013, p. 49). E essa, portanto, é a alternativa que mais se adequa ao presente trabalho.

Cumprindo observar que, na medida que a história oral de vida busca que seja narrada toda a trajetória, o entrevistado acabaria contando, muitas vezes, poder-se-ia dizer, “várias histórias orais temáticas”. Entretanto, por condições diversas, seja por óbices da pesquisa ou do entrevistado, não é possível que o depoimento abarque toda a história de vida e é por isso que, nas hipóteses em que se pretende fazer uso da história oral de vida, mas que a conjuntura não permite abarcar toda a trajetória do entrevistado, é usual que se utilize das duas metodologias combinadas, qual seja: história oral de vida com enfoque em determinado tema da vida do entrevistado. E foi exatamente isso que se fez neste trabalho, utilizou-se do método história oral de vida com enfoque na trajetória que conduziu os parlamentares a serem eleitos para exercer a presidência da Câmara dos Deputados.

Registre-se de plano que a presente pesquisa tem como escopo, utilizando-se da metodologia de história oral, investigar a trajetória dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados a partir da própria perspectiva, buscando-os como fontes primárias para que possam relatar quais foram os pontos-chave que proporcionaram a sua escolha perante os seus pares.

Assim, não obstante da infinidade de registros que se tem dos parlamentares entrevistados, especialmente devido ao formidável trabalho realizado pelos departamentos da Câmara dos Deputados que preservam a memória desta prestigiosa instituição, o que a história oral proporciona é apresentar perspectiva que, examinada em conjunto com os demais registros, permite construir novos significados e preservar identidade.

Como já asseverado, não se pretende pesquisar, aqui, a presidência da Câmara, mas, sim, a trajetória daqueles que ocuparam esse cargo. Por evidente que o objeto principal da pesquisa, a trajetória dos presidentes, acaba por conduzir, em inúmeros momentos, à própria presidência, todavia, reforça-se que sua relevância, para este trabalho, é lateral.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada, com uma pergunta

principal: “O que Vossa Excelência considera relevante na sua trajetória para que viesse a ser escolhido para ocupar o cargo de presidente da Câmara?” A partir desta pergunta inicial, o objetivo principal era de que o entrevistado narrasse, com suas palavras e a partir da sua própria memória, o que entendia por fundamental na sua trajetória como pessoa pública para ter alcançado a presidência na Câmara dos Deputados.

Os dez ex-presidentes da Câmara dos Deputados, que foram eleitos e estão vivos, foram convidados formalmente, por meio de carta-convite, para conceder entrevistas para o presente trabalho. Destes, cinco entrevistados serão objeto de análise do trabalho: Michel Temer, Aldo Rebelo, Henrique Eduardo Alves, Marco Maia e Arlindo Chinaglia. Quanto aos outros cinco, João Paulo Cunha e Eduardo Cunha informaram que pretendiam conceder a entrevista, mas não disponibilizaram nenhuma data para que ela fosse realizada.

O ex-presidente Rodrigo Maia, por sua vez, chegou a indicar uma data para realização da entrevista, mas ela não pode ser realizada por conta de indisponibilidade do pesquisador e não houve indicação de nenhuma nova data. Ao passo que os ex-presidentes Aécio Neves e Inocêncio Oliveira não sinalizaram interesse em participar do projeto.

Durante a entrevista, o entrevistador utilizou-se de uma linha do tempo com a marcação de momentos-chave da trajetória do parlamentar, bem como um pequeno rol de perguntas, com a finalidade de evitar que o entrevistado se afastasse do objetivo principal da entrevista.

Para realização das entrevistas, foi necessário (a) catalogar dados específicos sobre cada um dos ex-presidentes a serem entrevistados, (b) compilar os dados catalogados e elaborar os roteiros de entrevista e (c) tratar e analisar os dados obtidos.

Na fase de catalogação, foram levantadas o máximo de informações disponíveis de cada parlamentar, oitiva de manifestações durante sessões de Plenário da Câmara dos Deputados, entrevistas concedidas à rádio e televisão; na segunda fase e, por fim, após a realização das entrevistas, elas foram transcritas e aos vídeos foram acrescentadas legendas.

É importante destacar, também, que a pesquisa compreendeu a gravação de cerca de cinco horas e quinze minutos de depoimentos de ex-presidentes da Câmara dos Deputados.

1.1 A noção da história como construção e a história oral

Durante este trabalho, em diversos momentos, será possível observar a utilização de expressões que indicam que os entrevistados de história oral têm a oportunidade de “recontar” ou “reconstruir” sua trajetória. Sobre essa possibilidade de “recontar” ou “reconstruir”, Alberti (2013) expressou preocupação, pois, segundo a autora, a história oral é o “terreno das diferentes

versões e da subjetividade por excelência”. Verena enfatiza que, apesar da subjetividade inerente ao próprio método, a história oral tem a capacidade de transformar fenômenos subjetivos em fenômenos tangíveis, permitindo que se materializem em realidade como quaisquer outros fatos históricos.

Assim, é importante ressaltar que a potencial subjetividade envolvida no fazer história, especialmente na história oral, não elimina a necessidade de que os fatos sejam fundamentados na realidade. É um equívoco pensar que a história possa ser confundida com mera narrativa, sem que haja distinção entre ambas. Com essa perspectiva, a subjetividade que decorre da análise crítica da história ou de determinada metodologia do fazer história deve servir para refinar análises, sem desrespeitar o fato, mas, ao mesmo tempo, no caso da história oral, privilegiando a contação do vivido por quem viveu.

Não se pretende argumentar, neste trabalho, por uma tese revisionista da história de forma ampla e discricionária, ao sabor do acaso, mas, tão somente, defender que aqueles que viveram a história podem olhar para trás e compartilhar sua perspectiva para além do que já foi documentado e, até mesmo, construído por outrem. Nesta linha, a concepção da história como “construção” assenta a noção de que o fazer história não é uma representação objetiva e imparcial dos eventos passados, mas, sim, uma construção interpretativa moldada pelos historiadores, suas perspectivas, contextos culturais e, até mesmo, suas influências ideológicas. O que essa perspectiva assume, a rigor, é que a escolha de eventos e de fontes, a interpretação dada e a narrativa histórica são influenciadas por uma série de fatores subjetivos.

O ponto principal da concepção que a “história é construção” destaca, a rigor, o cariz dinâmico e interpretativo da disciplina histórica. Malgrado isso, não se pretende afirmar que os eventos históricos, em si, sejam relativos ou que não tenham ocorrido, todavia, que a guisa como são assimilados e retratados é, também, influenciada pela subjetividade dos historiadores e pelos contextos em que operam.

Diversos autores abordam esta perspectiva, como Paul Ricoeur, que desenvolveu seus estudos relacionando linguagem, narrativa e a interpretação histórica, especialmente no livro “A memória, a história, o esquecimento” (Ricoeur, 2008), no qual reconhece a interação dinâmica entre o passado, o presente e o futuro na criação de significado. Ele destaca que a história não é uma simples reprodução de eventos passados, mas uma construção interpretativa que envolve diálogo contínuo entre os textos históricos e as experiências presentes.

Outros autores, ainda que não tenham tratado de forma específica do conceito de história como “construção”, abordaram e refletiram acerca da complexidade do estudo da disciplina histórica. Vale destacar Jacques Le Goff, um autor que buscou ampliar a metodologia para o

estudo da história, indo além das abordagens tradicionais.

Le Goff enfatiza a história como uma disciplina em constante evolução que possui multiplicidade de perspectivas, incluindo a análise de documentos não tradicionais, a valorização da interdisciplinaridade, em que se ressalta a importância da antropologia e da sociologia na prática do estudo da história. É de se destacar, também, o fato de o autor ter dedicado parte do seu estudo à história cultural, dando espaço a temas como mentalidades, simbolismos e representações, o que leva a incluir, no fazer histórico, dimensões simbólicas e culturais.

O historiador francês Paul Veyne (1982) é mais um estudioso que fez reflexões acerca da natureza da disciplina, expondo ideias que sugerem afinidade entre história e literatura, chegando a indagar acerca da fronteira entre ambas. Veyne contesta a noção de “fato histórico” como algo neutro e inabalável, afirmando que o fato histórico, *de per se*, não tem valor intrínseco, mas, ao contrário, é dependente da interpretação e da construção do conhecimento histórico. Não se deve desconsiderar, por evidente, a influência dos trabalhos de Foucault na percepção de Veyne, cujas ideias sobre o poder e discurso denotam consequências construtivistas, por assim dizer. Os estudos de Veyne reportam maior complexidade do estudo e do fazer história, a partir de um processo subjetivo e, poder-se-ia afirmar, contingente.

Fernando Catroga (2015), por sua vez, também contribui para o estudo crítico da história, destacando a natureza interpretativa e subjetiva da natureza histórica. O autor ressalta a importância do papel do historiador na escolha e interpretação das evidências históricas, além de reconhecer que é plausível a constante reavaliação e reinterpretação ao longo do tempo. Para o historiador português, “recordar é selecionar e resgatar, já que [...] a memória é projectiva, ou melhor, inseparável dos olhares bifrontes nascidos da condição histórica do homem” (Catroga, 2015, posição 379 Kindle).

Dentre os autores que trabalharam especificamente com a metodologia de história oral, Michael Pollak (1992) é outro que, inobstante não ter se debruçado especificamente sobre o conceito da história como construção, explorou a abordagem da memória como construção social, ao destacar a influência das representações sociais e da memória na construção, especificamente da memória como uma construção social.

Pollak, afirma que “a memória parece ser um fenômeno individual [...]”, todavia, ao prosseguir, o autor completa “que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (Pollak, 1992, p. 201).

Para o historiador francês, à medida que a memória é socialmente construída, toda e

qualquer documentação histórica, seja escrita ou oral, também o é. E, considerando que o trabalho do historiador parte sempre de uma fonte, “é evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento” (Pollak, 1992, p. 207). Para o autor, não havendo como evitar o entremeio, a tarefa do historiador é tributária da reconstrução precedente.

Depreende-se deste tópico que, partindo do problema levantado por Alberti acerca da história como construção, notadamente, quanto a esta afirmação numa pesquisa de história oral, desde o que se afirmou do trabalho de Paul Ricoeur até Paul Veyne, a importância da subjetividade e da complexidade do fazer e pesquisar história ganha relevo. Pollak, que trabalhou especificamente com a metodologia de história oral, também contribui significativamente para essa discussão.

Em seguida, este tópico será concluído com uma análise do trabalho de Thomson (1997), que explora, de forma mais detalhada, a relação entre a subjetividade da história e sua conexão com pesquisas que utilizam a metodologia de história oral. O historiador australiano dedicou importante parte do seu trabalho ao estudo da história oral e da memória. Suas contribuições estão frequentemente relacionadas à abordagem de história oral, destacando a importância das experiências individuais na construção da narrativa histórica. Embora o autor não tenha expressado diretamente a frase "história é construção", suas obras e práticas acadêmicas sugerem afinidade com essa perspectiva.

Thomson enfatiza a coleta de testemunhos pessoais e relatos de pessoas comuns para reconstruir o passado em seus trabalhos e dedicou-se a dar voz a grupos e indivíduos marginalizados. Assim, ao incorporar uma variedade de perspectivas e experiências, acabou por reconhecer a diversidade de histórias e a subjetividade envolvida na construção da narrativa histórica.

Ao explorar a relação entre memória e identidade, é de se destacar como as lembranças individuais e coletivas contribuem para a construção das identidades culturais e nacionais. Outro ponto relevante é o reconhecimento em relação à escolha de quais histórias incluir e como interpretá-las, ato que desempenha um papel fundamental na criação da narrativa histórica. Thomson é sensível à posição do historiador na análise crítica da história, ao reconhecer a subjetividade e a influência do pesquisador na interpretação e apresentação das histórias coletadas. Suas abordagens e contribuições à história oral indicam, especialmente, uma compreensão da natureza interpretativa e subjetiva da história e suas pesquisas refletem o quanto o autor dá importância à diversificação de vozes e ao reconhecimento que as histórias são moldadas pelas perspectivas individuais e coletivas.

A intenção de discutir as diferentes abordagens de importantes autores acerca do conceito “história é construção” neste tópico é, justamente, enfrentar a questão da complexidade de se fazer história, da necessidade de se analisar criticamente a pesquisa histórica, tendo como premissa a utilização da metodologia de história oral. Contudo, como apontado, sem desconsiderar a necessidade de que toda pesquisa histórica estar baseada em fatos esteados na realidade e sem propor a possibilidade de revisionismos ao sabor da mera ideologia ou para atender a elite de plantão.

Como bem relembra o professor Leonardo Barbosa, em seu livro sobre a história constitucional brasileira, os historiadores não buscam “‘explicar’ por que as coisas aconteceram de um determinado modo e de outro, procuramos tão somente organizar o que é narrado em uma ‘trama compreensível’” (Barbosa, 2012, p. 351). Tal organização em uma “trama compreensível”, sem dúvida, passa por inclusões e exclusões que, em alguma medida, decorrem de preconceções do próprio historiador.

1.2 História oral e memória

Ao longo das décadas, a história oral emergiu como uma poderosa ferramenta na busca por compreender os eventos passados através das experiências e dos relatos individuais. No tópico anterior, a exploração do estudo de diversos autores evidenciou que há significativo grau de subjetividade na história. Assim, apesar de ser necessário assegurar seu caráter fático, estribado na realidade, a história não é imutável devido ao seu cariz dinâmico, diante da complexidade do fazer e pesquisar histórico.

Ao aprofundar o estudo da história, ainda utilizando-se do mesmo referencial teórico, propõe-se, a seguir, analisar a articulação entre história oral e memória. Isso porque se a história, notadamente a história oral, é impactada pela subjetividade dos historiadores, não há dúvidas que a memória constitui elemento cardinal. Assim, é possível afirmar que o entrelaçamento entre história oral e memória tornou-se uma vereda intrigante, capaz de lançar luz sobre a complexidade da reconstrução histórica.

Ricoeur (2008), em seu profundo trabalho, destaca que a memória é, ao mesmo tempo, o que é lembrado e o que é esquecido. Nessa medida, a memória, que é essencialmente permeada por brechas, distorções e preferências, reflete no diálogo entre o que é lembrado e o que é relegado ao precipício do esquecimento.

Em interessante artigo, as pesquisadoras Gianne Cagastalles e Gislene Larceda apontam que, partindo dos trabalhos de Ricoeur, quanto ao tema da verdade, o filósofo francês

“escreve que a construção dessa hermenêutica do tempo histórico oferece um horizonte que não é mais tecido pela única finalidade científica, mas voltado para um fazer humano, um diálogo a se instituir entre gerações, um agir sobre o presente” (Chagastelles; Lacerda, 2013, p. 5). Prosseguem as historiadoras apontando que, para Ricoeur, “é com essa perspectiva que convém reabrir o passado, revisitar suas potencialidades. Assim, o presente reinveste o passado a partir de um horizonte histórico separado dele” (Chagastelles; Lacerda, 2013, p. 5).

O autor enfatiza a importância da linguagem como mediadora da experiência humana; assim, relatos pessoais exercem papel vital, proporcionando alternativas para compreensão histórica. Desta forma, história oral e memória se articulam, a partir da perspectiva de Ricoeur, como uma oportunidade de revisitar potencialidades.

Le Goff (2013), por sua vez, inicia seu capítulo sobre a memória, em “História e Memória”, afirmando que as propriedades de conservar informações da memória “remetem-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 2013, p. 387). Para o autor, assim como a história não é uma sequência de eventos, a memória não é uma mera camada de fatos que são lembrados, mas, sim, fatos que interagem e se sobrepõem. Destaque-se que o autor francês dá ênfase à importância da memória individual como peça fundamental da construção da memória coletiva e social.

É possível argumentar, a partir do seu trabalho, que há uma base sólida para utilizar a história oral como um mecanismo importante no arcabouço das narrativas históricas, bem como na preservação da memória viva. Isso porque é imperativo admitir que os eventos do passado podem ser, e são, recontados a partir das lentes de quem viveu os fatos. Nesse contexto, a oralidade pode ser um instrumento a desbloquear o tempo vivido sem, contudo, reinventar a história de forma deslocada da realidade fática.

Veyne (1982), partindo da sua perspectiva de que o fato histórico, *de per se*, não tem valor intrínseco, incita a considerar que a história oral permite que o historiador, no caso, o entrevistado, recrie o passado por meio de uma lente. Com essa perspectiva, poder-se-ia sugerir que a trajetória contada não pode ser considerada como mera proclamação de eventos pretéritos, mas, ao contrário, construções históricas ativas que levam em consideração a memória, o esquecido, o momento de vida do entrevistado e o enquadramento cultural do presente.

Fernando Catroga, historiador português, é reconhecido por sua abordagem sobre história e memória que destaca a natureza dinâmica da memória, denotando o cariz não estático das narrativas individuais e coletivas. Assim como Le Goff, Catroga ressalta a importância da

memória individual, mesmo reconhecendo que “cada *eu* só ganha consciência de si em comunicação com os outros” (Catroga, 2015, posição 69 Kindle).

A perspectiva temporal de Catroga transcende o linear, o que permite vasculhar os vínculos entre passado, presente e futuro. E a história oral, ao capturar essas conexões, enriquece a compreensão do vivido não apenas como um referencial distante, mas como influxo contínuo no presente e uma matriz de inspiração para o futuro.

Diferentemente de Le Goff e Catroga, como visto, que enfatizam a importância da memória individual para a construção da memória coletiva, Pollak (1992) fornece elementos para entender que as narrativas orais não são apenas relatos individuais, mas parte de um “quebra-cabeça” maior. O autor também retoma, com Ricoeur, o papel do esquecimento, mais propriamente dito, do silêncio, desafiando não apenas o que é dito, mas, da mesma forma, o que é olvidado.

Pollak, por sua vez, escreveu em, “Memória e Identidade Social” um tópico exclusivo tratando “sobre a crítica à história oral como método apoiado na memória” (1992, p. 207). Nele, o autor conclui que a documentação histórica é, necessariamente, construída socialmente na medida que parte da premissa que a memória assim o é. E, considerando que o trabalho de todo e qualquer historiador decorre da utilização de uma fonte, não há que se questionar, de forma pressuposta, a utilização do depoimento como uma fonte histórica.

Pollak denomina o esquecimento de “depoimento pré-construído” e apresenta como exemplo o caso de mulheres deportadas por motivos não políticos [por falta de um documento ou esquecimento de uma mala], após a segunda guerra mundial, que omitiam condição de deportadas para não serem confundidas com mulheres militantes, que foram deportadas por motivos estritamente políticos (Pollak, 1992, p. 212). Desse modo, o autor descortina a percepção do esquecimento como um processo passivo e lança luz a um processo ativo de esquecimento.

Por fim, Thomson encontra na metodologia uma oportunidade para dar especial atenção às vozes silenciadas, que, diante da marginalização histórica, não tiveram suas versões contadas na história oficial. O autor acredita e defende, assim, que a história não é um mero registro de datas e fatos frios, mas, sobretudo, trata de pessoas e suas trajetórias e lutas.

Nos últimos anos, historiadores orais de vários países vêm desenvolvendo métodos e entrevistas e abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que sugerem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica e sociológica (Thomson, 1997, p. 54).

Da mesma maneira, como em outros autores já trazidos, o autor australiano também dá significativo valor ao indivíduo no desenvolvimento da pesquisa histórica e vê, na metodologia de história oral, uma grande oportunidade.

Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores às vezes não levam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores (Thomson, 1997, p. 52).

Sua perspectiva, contudo, não desconsidera as possibilidades de distorções nem nega a necessidade premente de que as narrativas devam estar apoiadas em fatos, por isso reforça a importância da contextualização histórica. E vê, ainda, proveito nas distorções da memória ao criticar aqueles que “não percebiam que as chamadas ‘distorções’ da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso” (Thomson, 1997, p. 52).

Considerando que, conforme sumariado na introdução, o presente trabalho tem como pedra angular o indivíduo e a sua trajetória, afigurou-se fundamental trazer à discussão breves apontamentos acerca da memória, utilizando-se como âncora teórica os mesmos autores do tópico anterior. A partir da premissa que o estudo da memória é extremamente complexo, na medida que é explorado por diversos campos da ciência, além da história, tais como filosofia, antropologia, neurociência, psicologia e comunicação, não se pretendeu, nem de longe, esgotar o tema, mas somente trazer insumos mínimos para contextualização do trabalho de análise das entrevistas realizadas.

Fixa-se como pontos incontrovertidos para os autores estudados que a memória não é uma sequência de fatos e eventos, que, para além do que é lembrado, o esquecimento, a “anti-memória”, também tem o seu papel na pesquisa histórica, inclusive, como um expediente ativo e não meramente passivo. Outro ponto que merece destaque, especialmente numa pesquisa de história oral, é a importância do sujeito, da narrativa a partir das lentes de quem viveu os fatos, inclusive por permitir a exploração das distorções entre as versões como um recurso para enriquecer a pesquisa.

1.3 A História oral de políticos renomados, qual a sua utilidade?

A realização de pesquisa, utilizando a metodologia de história oral, que tem como objeto de estudo a trajetória de políticos renomados, como no caso dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados, atrai o questionamento acerca do que é possível acrescentar sobre o conhecimento

das respectivas histórias, considerando que há fartíssima produção jornalística, áudios e vídeos da atividade parlamentar em si, a partir de excepcional trabalho dos departamentos da Câmara dos Deputados e, em alguns casos, até mesmo biografias.

Se por um lado reconhece-se toda documentação já produzida e disponível, há que se rechaçar a postulação que novas incursões sobre a vida e a memória de figuras públicas conhecidas não seriam plausíveis. Os tópicos anteriores demonstram justamente o oposto e reforçam as potencialidades que podem ser exploradas a partir da visão daqueles que vivenciaram os fatos para a análise crítica da história. Vale citar, mais uma vez, Verena Alberti quando afirma que a grande riqueza da história oral está “em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado” (Alberti, 2004, p. 42).

A razão por trás das entrevistas com os presidentes da Câmara encontra respaldo no protagonismo mais recente das figuras que ocuparam tal cargo. É evidente que o cargo de presidente da Câmara dos Deputados é de extrema relevância desde que o órgão foi criado, entretanto, o protagonismo no nível político variou ao longo do tempo. A título de exemplo, a presidência de Ulysses Guimarães em 1956 não exercia a mesma influência da presidência do mesmo Ulysses em 1987, assim como presidentes após 1987 tiveram menor protagonismo que Luís Eduardo Magalhães e Eduardo Cunha.

Levando-se em conta que, desde a eleição de Ulysses Guimarães, após o fim do regime militar, até a eleição de Arthur Lira, é evidente que o papel dos presidentes frente aos seus pares, aos demais poderes e frente à sociedade foi alçado à patamar superior, o que justifica o interesse de prescrutar a partir de diferente metodologia suas trajetórias. Desperdiçar essa oportunidade sob o pretexto de que a entrevista de história oral não detém cariz documental coincidiria com abdicar de potenciais análises que podem ajudar a descobrir novos passados.

Destaque-se, também, que, ao entrevistar, por meio de história oral personagens notórios, como políticos, atletas, empresários renomados ou artistas, muito embora possa se depreender um caráter enaltecendor, isso não subtrai o potencial informativo à sociedade e a capacidade de operar mudanças na análise da história recente.

Cabe destacar que alguns desafios foram encontrados na realização da presente pesquisa, na medida que, dos dez presidentes vivos e convidados para participar do projeto, apenas cinco atenderam o convite. Os demais, na maioria dos casos alegando dificuldades de agenda, não participaram.

Dos ex-presidentes que exercessem mandato na atual legislatura, Aécio Neves e Arlindo Chinaglia, apenas o primeiro não aceitou o convite. Assim como aqueles que exercem/exerciam alguma posição de relevo no período do convite, foram os casos de Rodrigo Maia, atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, e de João Paulo Cunha, que atualmente é sócio de renomado escritório de advocacia e, desde o retorno do presidente Lula ao Palácio do Planalto, retornou aos círculos decisórios do governo, ainda que sem ocupar cargo formal.

Assim, a despeito de as entrevistas de história oral buscarem a maior profundidade, o que exigiria a disponibilidade de tempo significativo do entrevistado, muitas vezes em mais de uma sessão de entrevista, isso não foi possível no presente caso. Seja por conta das agendas ocupadas, seja por falta de conhecimento efetivo sobre o método, por mais que a metodologia tenha sido explicitada em mais de uma oportunidade por meio das cartas-convites, *e-mails*, mensagens por aplicativo e telefonemas. Assim, os entrevistados optaram por disponibilizar cerca de 40 minutos a 1 hora e 20 minutos para a realização das entrevistas.

Se por um lado a disponibilidade dos entrevistados não foi a ideal, por outro é oportuna a reflexão de Verena Alberti acerca da (im)possibilidade de se revisitar toda uma história de vida. A autora afirma que “se quiséssemos fazer um filme reproduzindo passo a passo nossa vida, tal qual ela foi, sem deixar de lados os detalhes, gastaríamos uma vida inteira para assisti-lo” (Alberti, 2004, p. 13). Assim, ao fazer pesquisa histórica, opera-se com descontinuidades, seleções, com vistas a contar o que aconteceu. A história oral, entretanto, à medida que dá a oportunidade para que entrevistado apresente a própria narrativa, gera a impressão de que todo trajeto se deu de forma ininterrupta, afastando as descontinuidades a partir das emoções e observações relatadas.

2 CARREIRA POLÍTICA E CAPITAL POLÍTICO: COMO PARLAMENTARES MOBILIZAM SEUS ATIVOS PARA CONVERTÊ-LOS NA ELEIÇÃO PARA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Delineado o marco metodológico para a obtenção dos conteúdos que constituem o foco principal desta análise e após uma breve incursão sobre a análise crítica da história e o papel da memória, a discussão agora se volta para o marco teórico especificamente relacionado à ciência política, ao explorar os conceitos de carreira política e capital político.

Os trabalhos sobre carreira política, no Brasil, especialmente sobre a carreira de deputado federal, têm como escopo analisar a trajetória dos parlamentares quanto à capacidade de reeleição ou de alcançar outros postos eletivos (prefeito, senador e governador) ou postos de confiança, como o cargo de secretário em governos estaduais, ministros de estado ou, até mesmo, presidentes de órgãos autárquicos.

O presente trabalho, como já antecipado, busca analisar a carreira política daqueles que construíram seu capital político, de forma calculada ou incalculada, para alcançar o cargo de chefia da mesa diretora, órgão máximo da Câmara dos Deputados. Ou seja, o foco é a construção da carreira com vistas a acumular capital político para a disputa de poder dentro da própria casa legislativa a qual o parlamentar pertencia.

Não se desconhece as diversas teorias que desenvolvem o tema da racionalidade, denominadas “teorias da escolha racional”, que partem do pressuposto que os políticos, assim como os cidadãos em geral, agem de forma a maximizar os seus resultados positivos e reduzir os seus prejuízos. Isso leva à conclusão de que, ao buscar desenvolver suas carreiras, os políticos tomarão decisões visando alcançar o máximo de vantagens possíveis. Essas vantagens podem ser utilizadas para obter a reeleição, a eleição para outro cargo ou para ganhar protagonismo em outras áreas da vida profissional. Exemplos disso incluem advogados que se tornam ministros do Supremo Tribunal Federal, como Adauto Cardoso e Nelson Jobim, e empresários que se tornam nacionalmente conhecidos, entre outras possibilidades de carreira além da reeleição ao cargo de deputado federal.

É coerente concluir, portanto, que aqueles que foram eleitos presidentes da Câmara dos Deputados agiram de igual maneira, buscando maximizar seus créditos e reduzir os seus débitos, de modo que mantivessem seu capital político positivo para progredir na carreira.

Como se depreende, o introito deste capítulo já referenciou dois dos conceitos que serão desdobrados em seu decorrer, o de carreira política e o de capital político.

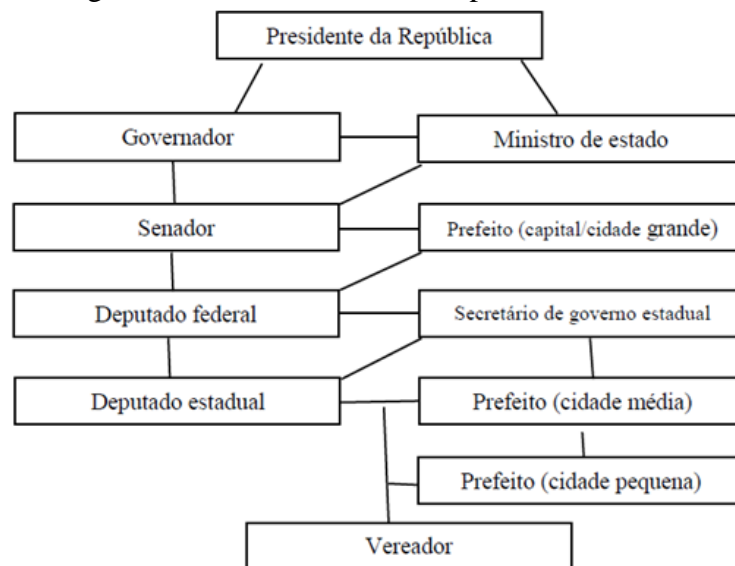
2.1 Carreira política no Brasil

Carreira política tem sido, ao longo dos anos, objeto de estudos que visam analisar as preferências dos políticos em relação aos cargos disponíveis, as estratégias por eles utilizadas, os recursos disponíveis e como eles mobilizam ou podem mobilizar tais recursos para que possam progredir ao longo de suas trajetórias.

Quanto às preferências, pode-se dizer, com base no trabalho de Samuels (2000) e, também, no trabalho de Luís Felipe Miguel, que há uma forte predisposição para disputas de cargos no âmbito federal, no Brasil. Miguel desenvolveu o conhecido conceito sobre a hierarquização das carreiras políticas no Brasil destacando que “os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar” (Miguel, 2003, p. 117), reputando importância distinta entre cargos a depender do nível (municipal, estadual/distrital e federal) e de diferentes competências (legislativo, judiciário e executivo).

O autor chega a desenvolver um quadro no qual estrutura a carreira, de modo que o presidente da república está no topo e o vereador está na base da estrutura.

Figura 1 – Estrutura da carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003, p. 117).

Outro aspecto bastante estudado quando se trata de analisar carreira política é a ambição dos que nela se propõem a se aventurar. No Brasil, de acordo com artigo publicado por Nilton Sainz e Adriano Codato, estuda-se a ambição, de forma hegemônica, a partir do viés

institucionalista, em detrimento da análise dos aspectos sociais nas escolhas dos políticos (Sainz; Codato, 2023).

No trabalho referido, os autores se propuseram a analisar a ambição política a partir de forma tridimensional, de modo a superar a análise exclusivamente pelo viés institucional. Assim, estabeleceram outras duas dimensões, quais sejam: profissional e social.

Ao detalhar a dimensão profissional, utilizando-se da tipologia de Eliassen e Pedersen, - “alto status político” e “baixo status político” - estabeleceram que aqueles que possuem “alto status político são parlamentares com experiência nacional ou em nível local e nacional”. E, no extremo proporcional, “os políticos de baixo status político são aqueles que possuem experiência [...] apenas em nível local” (Sainz; Codato, 2023, p. 12). Como se observa, apesar de propor novas dimensões para analisar a ambição política, a conclusão dos autores, neste ponto, não eliminou o viés hierárquico proposto por Samuels.

Por outro lado, considerando que a carreira política exige, para além da mobilização adequada dos recursos disponíveis, a superação de contingências, eventos imprevistos, mudanças decorrentes de ações de seus adversários, das instituições, da legislação e, até mesmo da própria sociedade, Miguel conclui que “a hierarquização assim promovida contribui para minorar a incerteza e a ausência de *expertise* geradas pela ocupação eletiva e temporária das funções de governo” (Miguel, 2003, p. 116).

Entretanto, não é consenso que tal hierarquização é suficientemente explicativa para que os concorrentes adotem ações e estratégias de forma vertical para alçar o próximo degrau. Assim, “um passo atrás” ou “para o lado” na carreira, ou até mesmo uma derrota eleitoral, podem significar uma progressão futura. Não é exagerado rememorar o famosíssimo caso de Fernando Henrique Cardoso que, derrotado na eleição para o cargo de prefeito de São Paulo pelo ex-presidente Jânio Quadros, veio a se eleger senador, pela primeira vez³, na eleição seguinte. Mais à frente, acabou eleito presidente da República, sendo, inclusive, o primeiro presidente a ser reeleito, de forma consecutiva, pelo voto direto na história do país.

É David Samuels (2000) que salienta que a carreira de um político é um processo em permanente alternância, sujeita às contingências e a imprevistos. Para o autor, a capacidade de se antecipar às mudanças e de agir estrategicamente dota os concorrentes de vantagem

³ À época Fernando Henrique, que era suplente de Franco Montoro, assumiu o cargo com a ida do titular para o exercício do cargo de Governador de São Paulo. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia> Acesso em: 28 mar. 2024.

competitiva fundamental para alcançar progressão na carreira. No caso de Fernando Henrique, a capacidade de reagir à derrota⁴.

Se, de acordo com a hierarquia proposta por Miguel, o cargo de presidente da república está no topo das pretensões, Carolina Teixeira afirma, com razão, que “a Câmara dos Deputados é considerada, em geral e corretamente, como um ponto crucial da carreira política brasileira” (Teixeira, 2018, p. 12), na medida que a própria configura a transição da política local para a nacional.

Para além do foco progressivo na carreira, Fenno (1990), por outro lado, destaca que existem alternativas que não seja a eleição para cargo considerado de hierarquia superior, ao destacar que existem os que preferem organizar suas estratégias para ocupar cargos de liderança dentro do próprio órgão para o qual já foram eleitos. Esse é exatamente o foco do presente trabalho.

A carreira política, portanto, e a sua progressividade, ainda que conte com a ocupação de cargos fora do parlamento, podem ter como ápice, ou como forma de progressão, a ocupação de cargos vinculados ao mandato de deputado federal. Outrossim, a conclusão simplista de que políticos “mais fortes” buscam uma carreira progressiva (cargos mais altos) e políticos “mais fracos” optam por carreiras estáticas (reeleições) ou regressivas (cargos menores) deixa de fora aqueles que pretendem manter uma carreira estática devido ao interesse de ocupar posições relevantes no órgão para o qual foram eleitos.

Isso porque, conforme bem ressaltaram os professores Eduardo Leoni, Carlos Pereira e Lúcio Rennó quando fazem referências a estudos de Figueiredo e Limongi e de Pereira e Mueller, “a distribuição de poder dentro dessa instituição (Câmara dos Deputados) é altamente concentrada nas mãos de líderes e partidos” (Leoni; Pereira; Rennó, 2003, p. 54), bem como reforçaram que “os postos institucionais (presidente, vice-presidente e etc.) são posições de poder” (Leoni; Pereira; Rennó, 2003, p. 55) que, ao aumentarem as recompensas, apresentam perspectiva diversa acerca do que é ambição e do que poderia ser considerado progressão na carreira.

No mesmo trabalho, os referidos autores concluem que: “Os que preferem permanecer na Câmara são igualmente bem-sucedidos na implementação de emendas orçamentárias,

⁴ De acordo com as pesquisas, Fernando Henrique liderava a corrida eleitoral até a véspera da eleição, quando se sentou na cadeira de prefeito, ato que foi considerado arrogado pelos analistas da época e que teria custado sua vitória. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/candidato-em-1985-fh-sentou-na-cadeira-do-prefeito-de-sp-perdeu-eleicao-19069894> Acesso em: 28 março. 2024.

presidência de comissões e não são candidatos mais vulneráveis do que aqueles que concorrem a cargos mais altos” (Leoni; Pereira; Rennó, 2003, p. 64).

O que se percebe, a rigor, é que não há quantidade – nem qualidade – de estudos que busquem identificar como uma das hipóteses de ambição de carreira, o que se pode denominar, sem pretender aprofundar o conceito, de “ambição progressiva interna”. Exceção a essa inferência é a pesquisa de mestrado de Carolina Teixeira, que desenvolveu estudos articulando carreira política e a ocupação de cargos de liderança na Câmara dos Deputados.

Antes de adentrar a discussão acerca da ocupação do cargo de líder na progressão na carreira do deputado federal, é importante destacar que somente é possível falar em progressão interna se houver estabilidade organizacional, uma vez que se as regras não estão claras, não é possível, por decorrência, medir ascensão na trajetória dos envolvidos.

De acordo com João Braga, Sathler e Miranda (2016, 469), “a complexidade interna de uma instituição política é medida por: separação interna dos papéis sob algum tipo de base regular e explícita e pela não intercambialidade e um grau de interdependência entre as partes”. Para estes mesmos autores, que partem da análise quantitativa de dados, número e anos de mandatos, por exemplo, com vistas a classificar de forma qualitativa o grau de institucionalização da Câmara dos Deputados ao longo do tempo, o órgão legislativo possui definição própria da estrutura administrativa e clara separação entre os setores administrativos e legislativo, controle verticalizado, a partir da Mesa Diretora, e com tensão permanente entre os líderes dos maiores partidos e os membros da Mesa. Visto que, de acordo com os referidos autores, é possível assumir a existência de estabilidade institucional e organizacional de modo a permitir que os deputados federais possam progredir na carreira política, ocupando cargos da própria casa legislativa.

A pesquisa de Carolina Teixeira, como antecipado, pretendeu verificar o “efeito da liderança de partido na quantidade de votos recebidos por cada deputado, após o exercício da liderança” (Teixeira, 2018, p. 46), a trajetória dos parlamentares após o exercício da liderança e, por fim, a carreira anterior ao exercício do cargo de líder dos parlamentares, objeto da pesquisa.

Quanto ao primeiro ponto, efeito da liderança na votação do parlamentar na eleição seguinte, a autora concluiu que “a liderança não influenciou o número de votos recebidos pelo deputado” (Teixeira, 2018, p. 58), de modo que a liderança não influenciou negativa ou positivamente na reeleição do deputado federal que exerceu o cargo de líder. Outro achado da pesquisa foi o grau de sucesso na tentativa de reeleição dos líderes que, de acordo com a pesquisadora, “foi bastante superior à taxa geral, que inclui líderes e não líderes” (Teixeira,

2018, p. 58) e, por fim, chamou atenção o fato de que, do total de cento e oitenta e dois líderes que ocuparam o cargo no período da pesquisa, cerca de 45% já teriam ocupado o cargo de ministro de estado.

Os achados de Teixeira, especialmente os dois últimos, reforçam o que foi apontado anteriormente, que a carreira política não progride, necessariamente, apenas se o político for alçado a um cargo maior na hierarquia, que, ao contrário, os parlamentares podem buscar progredir dentro do próprio órgão para o qual estão no exercício de mandato [como no caso dos líderes na Câmara dos Deputados], obtendo, inclusive, dividendos desta escolha – pois a taxa geral de reeleição dos líderes é maior do que a taxa geral. E, por último, a pesquisa reforça que deixar o exercício em determinado estágio da carreira – deputado federal – para ocupar outro cargo – ministro de estado – pode auxiliar na obtenção de progressão interna, como demonstrado.

Diferente hipótese de progressão na carreira do deputado federal cinge-se à sua escolha para presidir alguma comissão temática. Há evidentes diferenças qualitativas entre as comissões, sendo umas mais importantes do que outras, todavia, o presente trabalho não navegará por este oceano.

Quanto à ocupação dos cargos de presidentes das comissões, Polsby assenta que a ocupação de cargos de presidente das comissões permanentes deveria obedecer a critérios objetivos de antiguidade e especialização. Muito embora não existam regras escritas na Câmara dos Deputados acerca da experiência – número mínimo de anos de mandato - ou *expertise* temática para o exercício do cargo de presidente, é possível afirmar que, a rigor, existe determinado padrão para recrutamento.

Desse modo, conquanto não haja uma regra que obrigue o parlamentar a ter uma trajetória em determinada comissão para que ele possa ser eleito presidente ou determinada formação ou experiência profissional sobre o tema da comissão, a prática tem demonstrado que a ocupação dos cargos de presidentes geralmente exige algum tipo de vínculo entre o parlamentar e a comissão que pretende presidir, além de experiência mínima como deputado federal.

A título de exemplo, é possível depreender, a partir de breve levantamento acerca do vínculo dos presidentes das comissões entre os anos 2000 e 2018⁵, que é inusual um deputado passar a integrar uma comissão permanente exclusivamente com a finalidade de presidi-la. Isso

⁵ Os resultados referidos nesta parte foram obtidos a partir da análise feita através dos dados disponíveis na página “dados abertos” da Câmara dos Deputados. Para obtê-los foi necessário baixar os arquivos no formato csv e fazer os cruzamentos por ano, comissão e parlamentar, utilizando-se a ferramenta de filtro.

porque, no referido período, das 402 vezes que um parlamentar foi eleito, apenas em 59 das oportunidades – apenas 14,68% dos casos - o presidente não era membro na sessão legislativa anterior e/ou não se manteve membro na sessão legislativa seguinte⁶.

A partir de análise dos mesmos dados, dos 394⁷ deputados federais que foram eleitos presidentes de comissão permanente, em mais de 69% dos casos – total de 273⁸ –, estariam, pelo menos, no seu segundo mandato de deputado federal.

Esse vínculo, ainda que tênue, sugere que a progressão interna privilegia aquele deputado federal com mínima experiência no cargo. As informações obtidas por meio do portal de dados abertos da Câmara dos Deputados evidenciam ainda que, no mesmo período, apenas em 3% dos casos um parlamentar novato, ou seja, no primeiro ano de mandato, exerceu a presidência de uma comissão permanente⁹.

Delineados os aspectos da carreira política do Brasil, incluindo a análise específica acerca da carreira do deputado federal dentro da própria Câmara dos Deputados, o tópico a seguir abordará o conceito de capital político, de modo a evidenciar suas propriedades e importância para garantir sucesso na trajetória de um mandatário.

2.2 Capital político

Pierre Bourdieu, ao tratar da sua teoria do campo aplicada ao campo político, ponderou que determinados campos, como o político e o religioso, não poderiam ser entendidos como campos totalmente autônomos, autocentrados, na medida que dependem do reconhecimento da sua legitimidade por agentes que estão fora do campo, como os eleitores e os religiosos leigos, respectivamente.

Este tópico, com o objetivo de fornecer suporte teórico para as análises das entrevistas apresentadas no último capítulo, utilizará elementos endógenos da teoria do campo político. A intenção é sistematizar as regras deste "microcosmo", que faz parte de um mundo social mais amplo, composto por diversos outros campos, como o científico, artístico, econômico e religioso, considerando que o foco principal deste trabalho é explorar o conceito de capital político, especialmente no contexto em que um deputado federal é eleito presidente da Câmara pelos seus pares.

⁶ <https://encr.pw/uTIRT>

⁷ <https://encr.pw/uTIRT>

⁸ <https://encr.pw/uTIRT>

⁹ <https://encr.pw/uTIRT>

Antes, porém, é fundamental abordar, ainda que sinteticamente, a teoria do campo para, em seguida, tratar da aplicação do conceito à política. Campo é um microcosmo social estruturado por regras, competições e interesses próprios, no qual os atores concorrem e interagem, utilizando seus recursos (capitais), pleiteando mais recursos e prestígio.

Todos os setores da sociedade, praticamente, têm o seu próprio campo, tais como o artístico, religioso, cultural, econômico e político, e o primeiro aspecto a ser considerado é uma espécie de igualdade formal entre os membros de cada um desses campos. Além da referida igualdade formal, é de se destacar que dentro de cada campo – microcosmo – os agentes se engajam em lutas pelo reconhecimento e pela legitimação de suas ações, de forma ou a ascender posições internas ou perpetuá-las.

Bourdieu defende que os campos são, em sua maioria, autossuficientes, o que significa dizer que cada campo tem a sua dinâmica, seus símbolos e suas tradições que orientam as práticas e perspectivas dos atores de cada campo. A partir disso, cada um dos envolvidos moldam suas estratégias para obter sucesso, o que reproduz hierarquias e estruturas.

A rigor, o conceito permite a análise sofisticada e crítica de como a sociedade moderna se estrutura e das suas relações de poder, dado que não ignora o campo de produção como *locus* de relações objetivas. Em seu livro “O poder simbólico” Bourdieu afirma que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (Bourdieu, 1989, p. 69).

Isso significa dizer que a constituição de cada campo, que são universos relativamente autônomos, é um processo que visa conferir a sua lógica própria a partir da depuração, separando as especificidades de campo ao criar as regras que permitem legitimar e reconhecer os atores e suas posições internas.

O conceito de regra é fundamental para a compreensão e aplicação da teoria do campo em qualquer esfera social. Sem regras pré-estabelecidas, não seria possível sequer ter a intenção de participar do ambiente. Por exemplo, em um jogo de futebol, se não houvesse a regra de que a bola deve ultrapassar inteiramente a linha de fundo entre as traves para ser considerado um gol, não seria possível sequer ter a intenção de jogar uma partida. No centro do conceito de campo está a noção de que os envolvidos estão comprometidos e ocupados com disputas simbólicas pelo reconhecimento e legitimação de suas práticas e posições.

Explorado o conceito de campo de Bourdieu, importa agora adentrar no conceito de campo político que, segundo o autor, “é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (Bourdieu, 1989, p. 165). O filósofo francês cunhou esse conceito observando que os produtos gerados no campo político deixam os cidadãos comuns, que são os mandatários, resumidos à posição de meros consumidores.

A despeito de a teoria bourdiana asseverar que o campo político não é absolutamente autônomo, haja vista que demanda a legitimação dos eleitores, que estão fora do microcosmo, é de se destacar também que o autor reconhece que “a relação, aparente, entre os representantes e os representados, [...] dissimula a relação de concorrência entre os representantes” (Bourdieu, 1989, p. 176). Assim como vem sendo assentado, este trabalho enfatizará o conceito de campo político, tomando exclusivamente como de lutas internas, campo dentro do qual os agentes extraem a legitimidade exclusivamente dos seus pares.

De modo a tornar bastante clara a importância de tal distinção, não é por demais operoso recordar que ser reconhecido e, portanto, ter legitimidade de número imenso de eleitores não é condição necessária, e muito menos suficiente, para se eleger presidente da Câmara. Se se pode adiantar algo das análises que serão feitas no último capítulo, o insumo básico voto popular foi escasso em diversos momentos para quatro dos cinco entrevistados.

Isso, por conseguinte, reforça e justifica o interesse em investigar o comportamento dos agentes – presidentes da Câmara dos Deputados –, como constituíram e mobilizaram seu capital político, conceito que será abordado em seguida, para convencer seus pares a elegerem-nos.

A análise do campo político sob esta perspectiva evidencia a existência de uma série de estratégias empregadas pelos agentes políticos para acumular capital político e consolidar sua posição no campo. Isso inclui desde a formação de alianças e coalizões até a mobilização de recursos materiais e simbólicos.

Ao analisar o campo político, é imperioso atentar-se à importância do conceito de *habitus*, ou seja, dos sistemas de disposições incorporadas pelos agentes políticos ao longo de suas trajetórias individuais. Esses *habitus* orientam as práticas políticas dos agentes, influenciando suas estratégias de ação, suas percepções e suas chances de sucesso dentro do campo político.

O *habitus* político, assim como os *habitus* dos demais campos, exige preparação para compreender os problemas, teorias, tradições, linguagens e todo o arcabouço de conhecimento existente, resultante do acúmulo histórico que integra a história da instituição e a história social de uma determinada comunidade política.

É a partir da assimilação desse *habitus* que o político “consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição, a saber o espaço das posições objetivas no campo e das atitudes dos seus ocupantes” (Bourdieu, 1989, p. 172). Como é possível depreender, a teoria do campo político permite uma compreensão mais apropriada das relações de poder, das estratégias políticas e das hierarquias presentes na esfera política capaz de contribuir com a análise da trajetória dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados.

Todo esse prefácio ao conceito de campo e, especificamente de campo político, tem razão uma vez que o que se pretendeu investigar, ao longo desta pesquisa, foi o capital político necessário para que um deputado federal fosse escolhido pelos seus pares para presidi-los. É importante destacar que não haveria qualquer óbice que todos os 513 se lançassem candidatos conjuntamente, uma vez que a única condição de elegibilidade, para usar um termo de direito constitucional-eleitoral, é ter sido eleito deputado federal para aquela legislatura.

Bourdieu define o capital político como um conjunto de recursos materiais e simbólicos que os atores políticos possuem e podem mobilizar para alcançar seus objetivos dentro do campo político. Esses recursos incluem não apenas o acesso a cargos e posições de influência, mas também o prestígio, a reputação e as conexões sociais dos agentes políticos. O conceito foi concebido de forma tão clara e explicativa que vale trazê-lo à colação:

[...] é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhes “reconhecem” (Bourdieu, 1989, p. 188).

Poder-se-ia afirmar, partindo de Bourdieu, que o capital político é formado por um conjunto de outros capitais, no qual o capital político é o gênero e os demais, a seguir apresentados, são suas espécies. A mais importante espécie de capital político é o capital simbólico, que está relacionado à reputação, ao prestígio e à legitimidade dos agentes políticos. Esse capital é construído por meio da projeção de uma imagem pública positiva, da participação em eventos de destaque e do reconhecimento por parte dos pares e da opinião pública.

Para os fins deste trabalho, o capital intelectual/cultural é outro que merece destaque e está vinculado aos conhecimentos, a habilidades e credenciais educacionais dos agentes políticos. Esse tipo de capital influencia na eficácia dos atores de articular discursos persuasivos, formular políticas públicas e estabelecer relações com elites intelectuais e acadêmicas.

O capital social, de igual maneira, é nuclear para a formação do capital político, vez que denota a capacidade de articular e mobilizar redes de relações interpessoais e alianças políticas dos agentes políticos. Os círculos sociais podem ter o condão de viabilizar acesso a recursos, informações e apoio político, aumentando a influência e o poder dos políticos dentro do campo.

Considerando as espécies de capital enfatizadas por Bourdieu, é fundamental o papel do capital político-institucional, representado pelo acesso a cargos e posições de autoridade dentro das instituições políticas. Esse tipo de capital confere aos agentes políticos uma base institucional sólida, aumentando sua capacidade de influenciar decisões políticas e moldar a agenda política em seu favor.

Não se poderia deixar de destacar o capital econômico, que compreende os recursos financeiros e materiais dos agentes políticos, que, naturalmente, impacta o potencial de financiamento de suas ações, de exposição pública e de organização das redes de apoio.

Miguel *et al.* ainda reportaram a existência de mais espécies de capital político, o que denominaram de capital familiar, é o caso do agente que poderia se beneficiar “do prestígio e/ou contatos de parente próximo ou cônjuge com liderança política” (Miguel; Marques; Machado, 2015, p. 727).

Vale ressaltar que ainda seria possível distinguir, dentre as espécies de capital político aqui mencionadas, que algumas delas podem estar relacionadas diretamente ao agente, como a capacidade intelectual, a origem familiar ou a riqueza. Outros capitais podem ser desenvolvidos ou apropriados ao longo da carreira.

A acumulação de capital político, nesse sentido, decorre, entre outras possibilidades, da participação em redes de relacionamento político, da construção de alianças estratégicas e do desenvolvimento de habilidades políticas que potencializam a capacidade dos atores de exercer influência e obter sucesso em suas atividades políticas. Esses recursos são fundamentais para garantir o acesso a oportunidades políticas, para influenciar processos decisórios e para construir uma base de apoio que sustente as aspirações políticas dos agentes.

Dos recursos que podem ser mobilizados pelos interessados em obter uma carreira política, estão a influência do contexto político e socioeconômico, as redes de apoio [familiar] e a construção de alianças. No caso daqueles que pretendem ser alçados a cargos de liderança dentro do próprio órgão para o qual já foram eleitos, e não necessariamente obter um cargo de maior expressão, entre os recursos a serem mobilizados, está a relação com os seus pares.

Pode-se retomar Richard Fenno (1990) quando ele destaca a capacidade dos políticos em construir alianças dentro do ambiente político, o que implica em negociar com colegas de partido e de outras legendas e buscar o apoio necessário para alcançar posições de liderança

perante os seus pares. Todavia, é importante destacar que, também neste caso, isso pode exigir, inclusive, a saída do político para ocupar cargo de confiança no poder executivo ou, até mesmo, concorrer ao cargo de prefeito e governador, como será possível verificar no caso dos ex-presidentes objetos da presente pesquisa.

Outra característica que pode ser destacada é a atenção às causalidades do cenário político e a aptidão para reorganizar estratégias e posições conforme necessário. Essa capacidade é fundamental para aqueles que pretendem progredir internamente na carreira, pois permite manter e expandir sua base de apoio.

A despeito das estratégias e arranjos individuais, que cada um dos interessados pode mobilizar para ter sucesso na carreira, não se pode desconsiderar, por evidente, o impacto das estratégias de seus concorrentes, que podem possuir menos ou mais recursos a mobilizar, as regras que moldam o comportamento dos concorrentes, além das estruturas institucionais, como os partidos políticos, sistemas eleitorais e as burocracias estatais. Logo, pode-se concluir que as instituições têm o poder de moldar, ou no mínimo, impactar na carreira, à medida que dispersam oportunidades e incentivos.

Existem, ainda, diversos fatores que podem impactar nas suas trajetórias, considerando-se que as carreiras são consequências da interação entre decisões do político e o conjunto de oportunidades disponíveis, entre as quais as decisões partidárias. Nesse sentido, por mais que os políticos planejem suas carreiras, o referido planejamento não está subordinado ao seu interesse individual. Logo, não se pode negligenciar, especificamente no Brasil, a importância da estrutura institucional e o processo recíproco entre políticos e partidos políticos.

Em estudo sobre a restrição partidária às decisões de carreira de vereadores do Município de São Paulo, Lucas Gelape e Glauco Peres da Silva enfatizam que “os partidos possuem, de alguma maneira, o controle – exercendo, portanto, um papel de *gatekeepers* – sobre a indicação dos candidatos” (Gelape; Silva, 2022) e, por conseguinte, no próprio resultado da eleição, a despeito de tal interferência não ser possível de medir facilmente. Dado que é assim até na eleição para os cargos de vereador, não seria razoável desconsiderar que as oportunidades – ou a falta delas – não impactariam na carreira de parlamentares que almejam exercer o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Conclui-se, portanto, que, se por um lado, o agente político acumular capital político, das mais diversas espécies, é uma condição necessária para garantir a sua participação no campo, por outro, a mera acumulação de capital não é condição suficiente para obter a carreira desejada.

Como delineado na introdução, o objeto principal deste trabalho é, ao analisar a carreira dos parlamentares investigados, identificar quais capitais eles políticos possuíam e como o construíram, a relevância destes e, finalmente, como converteram estes capitais em progressão na carreira, especificamente, na eleição para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, sempre partindo da perspectiva dos próprios entrevistados.

No presente trabalho, serão objeto de análise, em primeiro lugar, de forma sucinta, a trajetória pré-carreira dos parlamentares objeto da pesquisa e, de forma mais detida, os cargos e posições que ocuparam antes de serem eleitos presidentes da Câmara dos Deputados, incluindo os cargos no partido, os cargos em comissões, notadamente se exerceram a presidência ou não de algum colegiado, além dos cargos de confiança nos poderes executivos ou judiciário.

3 BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO PERÍODO REPUBLICANO

A presidência da Câmara dos Deputados do período republicano foi ocupada pela primeira vez pelo deputado João da Mata Machado. É importante destacar que o primeiro órgão legislativo de âmbito federal durante a República foi a Assembleia Nacional Constituinte, cuja presidência foi exercida pelo senador Prudente de Moraes. Essa Assembleia funcionou entre 15 de novembro de 1890 e 24 de fevereiro de 1891, quando a Constituição foi promulgada. E, de acordo com o que previa as disposições transitórias, a Câmara deveria começar a funcionar em 15 de junho do mesmo ano.

Nesse período, não é demasiado relembrar, a capital do Brasil era o Rio de Janeiro, e a Câmara dos Deputados funcionou, no início da primeira sessão legislativa republicana, no Palácio São Cristóvão, que fica no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, e que hoje abriga o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro¹⁰. Após o fechamento do Congresso pelo Marechal Deodoro, sua renúncia e assunção do Marechal Floriano, a Câmara dos Deputados voltou a funcionar na “Cadeia Velha” até o ano de 1914.

Durante as legislaturas dos anos de 1891 e 1894, a Câmara dos Deputados era composta por 205 parlamentares e, a partir de 1895 até 1930, passou a ser composta por 212 (Soares, 1995). Os mandatos parlamentares eram de três anos e não coincidentes entre si, mas, também, não coincidentes com o período dos mandatos executivos, que duravam quatro anos.

Nesta época, também é importante destacar que os mandatos dos membros das mesas diretoras eram de apenas um ano¹¹; entretanto, não havia limites para reeleição. Sabino Barroso e Arnolfo Dutra, por exemplo, exerceram o cargo de presidente por seis sessões legislativas seguidas.

A presidência da Câmara dos Deputados, durante a república velha, foi ocupada por treze presidentes diferentes, sendo sete nascidos em Minas Gerais¹² e um nascido no Ceará, um em Pernambuco, um na Bahia e outro em São Paulo.

Com a revolução de 1930, que culminou no impedimento do exercício do mandato pelo presidente eleito nas eleições de março do mesmo ano, o paulista Júlio Prestes, e a chegada ao poder do gaúcho Getúlio Vargas, como Chefe do Governo Provisório, o Congresso Nacional

¹⁰Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/copy_of_museu/historia/sedes-da-camara/palacio-sao-cristovao. Acesso em: 18 set. 2023.

¹¹ Artigo 16 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

¹² Bernardino de Campos, muito embora tenha nascido no município mineiro de Pouso Alegre, construiu suas bases políticas em São Paulo.

foi mais uma vez fechado, com a promessa de instalação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

A Câmara somente voltaria a funcionar em 1934, após a promulgação da nova carta constitucional, que previu que a casa baixa seria composta por 214 “representantes do povo” e mais 40 representantes eleitos pelas organizações profissionais. O funcionamento, porém, foi por breve período, uma vez que fora fechada mais uma vez (1937), após a implantação do Estado Novo, mais uma vez sob a liderança de Getúlio Vargas. A presidência da Câmara dos Deputados entre 1934 e 1937 coube ao mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O segundo e último presidente do período foi o também mineiro Pedro Aleixo.

O interregno entre fechamento e abertura, dessa vez, foi bem mais longo que os anteriores, durando até 1945. Mais uma vez, fora instalada nova Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a quarta Constituição da república brasileira. A legislatura de 1946 foi composta por 305 deputados federais e foi o paulista Honório Monteiro quem primeiro exerceu a presidência após o fim dos anos de parlamento fechado.

Não é desnecessário observar a singularidade da eleição de Honório Monteiro, uma vez que foi galgado ao cargo de presidente no primeiro ano do primeiro mandato de deputado federal. Como apontado, a Câmara dos Deputados, devido ao Estado Novo, ficou fechada por nove anos, o que dizimou boa parte da carreira política de deputados federais com longa trajetória e favoreceu o surgimento de novas lideranças¹³. Em interessantíssimo artigo sobre a composição da bancada paulista na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Adriano Codato observa que não houve apenas uma mudança de “nomes”, mas, principalmente, uma “transformação do perfil social da elite política” (Codato, 2008, p. 91).

Em toda a história republicana, apenas Bernardino de Campos, segundo presidente do período, tinha alcançado tal feito. O deputado, mineiro, mas eleito por São Paulo, da mesma maneira se beneficiou de um golpe, o golpe republicano, que sepultou a monarquia e uma boa parte das lideranças parlamentares imperiais.

Entre 1946 e 1964, oito deputados foram eleitos para exercer a chefia do órgão, porém, diferentemente das repúblicas Velha e Nova, nas quais os mineiros predominaram, a segmentação por estados foi bastante diversificada: quatro paulistas, incluindo a primeira

¹³ De acordo com informações retiradas da página de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1934/resource/7fc54848-c5ca-475e-8adb-b2d3d19e97d2>), dos 290 deputados federais que exerceram mandato na 38ª legislatura, iniciada em 1946, apenas 10 foram eleitos para legislatura anterior (37)^a, iniciada em 1935.

eleição de Ulysses Guimarães, em 1956, um paraibano¹⁴ - o primeiro e único de todo o período republicano -, um catarinense¹⁶ – o primeiro e único de toda a história da Câmara dos Deputados -, um mineiro e um gaúcho – o primeiro de toda a história.

Durante os dezessete anos de vida democrática, sem que o parlamento fosse fechado, houve pouca alternância de nomes ocupando a presidência. Nesse período, assim como na república velha, o mandato dos membros da mesa diretora era de apenas uma sessão legislativa e, considerando dezessete eleições realizadas, houve apenas sete presidentes diferentes. O paulista Ranieri Mazzili exerceu, ininterruptamente, o cargo por seis anos, entrando no rol dos presidentes mais vezes eleitos de toda história, com os já citados Sabino Barroso e Arnolfo Dutra. Se a alternância entre os deputados fora pequena, a partidária foi nula, pois todos os presidentes do período pertenciam ao PSD¹⁷.

Como se sabe, o período de estabilidade democrática durou até o início do ano de 1964, quando se instaurou a ditadura militar após a renúncia de Jânio Quadros e deposição de João Goulart. A capital federal já havia se mudado para Brasília e, nesse período, o parlamento brasileiro foi fechado mais três vezes, uma vez sob a presidência do marechal Castelo Branco, outra sob a presidência do marechal Costa e Silva e, a última, quando exercia a Presidência da República o general Ernesto Geisel.

Durante os 21 anos em que viveu o regime, a Câmara elegeu 12 presidentes, quatro mineiros, três paulistas, um cearense¹⁸, um pernambucano, um carioca e um gaúcho. Esse foi mais um período de concentração partidária no exercício da presidência.

Evoca-se o fato de que, em 1967, foi instaurado o bipartidarismo, com apenas um partido apoiando o governo e outro a oposição, num contexto de exceção; não é difícil deduzir que todos os presidentes do período eram aliados.

¹⁴ O deputado Samuel Durante foi o primeiro e único deputado paraibano a ser eleito presidente da Câmara dos Deputados – incluindo o período imperial. Em 2002, o deputado Efraim Moraes ocupou a presidência da Câmara ao suceder a Aécio Neves que renunciou ao cargo 45 dias antes do fim do seu mandato, pois fora eleito para governar Minas Gerais.

¹⁵ Muito embora tenha nascido em Curitiba, Cirilo Júnior mudou-se para São Paulo para estudar no largo de São Francisco e construir toda sua trajetória política e profissional no estado de São Paulo.

¹⁶ Homenageado ao dar nome ao plenário da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos foi o único catarinense a ser eleito presidente da Câmara dos Deputados, incluindo o período imperial.

¹⁷ É importante registrar que até 1945, ou seja, pouco antes do fim do Estado Novo, os partidos políticos eram regionais. Apenas com o advento do Decreto-Lei 7.856/1945, conhecida como a Lei Agamenon, os partidos políticos no Brasil passaram a ser, obrigatoriamente, de âmbito nacional e registrados perante o Tribunal Superior Eleitoral. Neste período, existiram apenas dez partidos, sendo onze siglas, já que o Esquerda Democrática (ED) mudou seu nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo os mais importantes o PSD, de Juscelino Kubitschek, o PTB, de Getúlio Vargas, e a UDN, de Carlos Lacerda.

¹⁸ O Deputado Flávio Marcílio foi escolhido presidente em duas oportunidades, em 1973, quando integrava a ARENA, e, em 1983, após o fim do bipartidarismo, quando integrava o PDS.

Dessa maneira, antes do início e depois do fim do bipartidarismo, os eleitos eram filiados à UDN¹⁹ e ao PDS²⁰, partidos que apoiavam o regime; já durante o período de vigência do bipartidarismo, todos os presidentes pertenciam à ARENA²¹.

Outra mudança importante foi a concernente à duração do mandato dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que, por dispositivo na Constituição Federal imposta, de 1969²², passou a ser de dois anos, alterando a tradição de eleições anuais que vigorou no período republicano, desde 1891.

A despeito do longo período ditatorial, da interrupção do legislativo em três oportunidades, como dito, e dos inúmeros expurgos, boa parte das lideranças políticas do período democrático de 1946 a 1964 estiveram ativas, a favor do governo ou na oposição. Assim, ao contrário do que ocorreu entre 1937 e 1946, a volta à democracia contou com novas lideranças, surgidas justamente do movimento contra a ditadura, mas, também, com importantes políticos anteriores a sua implantação.

O período de transição entre o fim do regime militar e a primeira eleição direta para a presidência da república, 1985 a 1989, que foi o fim da “longa gestação do processo constituinte” (Barbosa, 2012, p. 149), reservou período de significativo protagonismo do parlamento brasileiro e da política parlamentar. Nesse período, apenas Ulysses Guimarães foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. No total, entre 1989 e 2022, quinze presidentes foram eleitos no intervalo de trinta e três anos, sendo que dois deles foram afastados de forma definitiva, o que obrigou a realização de novas eleições.

Por fim, o período pós-constituinte e a promulgação da Constituição Federal reservaram maior diversificação de quadros no exercício da presidência.

Dentre os eleitos, foram três paulistas, dois cariocas²³, dois gaúchos, dois alagoanos, dois pernambucanos, um mineiro, um cearense, um baiano e um sem naturalidade no Brasil²⁴. A distribuição de presidentes eleitos entre partidos restou configurada da seguinte forma: MDB/PMDB cinco, PFL/DEM quatro, PT três, PSDB, Pcdob e PP, todos com um.

¹⁹ União Democrática Nacional, fundado em 07 de abril de 1945.

²⁰ Partido Democrático Social, fundado em janeiro de 1980. Absorveu boa parte dos ex-filiados da ARENA após o fim do bipartidarismo.

²¹ Aliança Renovadora Nacional, partido criado após a extinção dos partidos promovida pela ditadura militar, em 1967.

²² Art. 30, alínea h, da Constituição Federal de 1969.

²³ Henrique Eduardo Alves, filho do ex-governador do Rio Grande do Norte, deputado federal e ministro Aluizio Alves, nasceu no Rio de Janeiro durante o período que seu pai exercia o mandato de deputado federal. Assim, apesar de ser natural do Rio de Janeiro, sempre foi eleito pelo Rio Grande do Norte.

²⁴ Rodrigo Maia, nasceu na cidade de Santiago do Chile (Chile), durante o período que seus pais estavam exilados em decorrência da ditadura militar, todavia, sempre foi eleito pelo Rio de Janeiro e optou pela nacionalidade brasileira e não pela chilena.

Nesse sentido, cumpre destacar que, entre 1891 e 2021, a Câmara dos Deputados foi fechada ou dissolvida em seis oportunidades, uma vez pelo Marechal Deodoro, duas vezes por Getúlio Vargas e três vezes durante o regime militar iniciado em 1964²⁵. Além de ter sido fechada por seis vezes, o período reservou nada menos que cinco Constituições Federais. Por fim, também durante este período, foram realizadas oitenta e três eleições para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, tendo sido eleitos cinquenta presidentes diferentes.

Minas Gerais foi o estado com o maior número de eleitos com o total de treze, seguido pelo estado de São Paulo com onze, Pernambuco com cinco, Bahia com quatro, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com três, Ceará e Alagoas com dois, e Paraíba e Santa Catarina com apenas um. Ou seja, apenas dez estados da federação elegeram presidentes, com significativa concentração em apenas dois estados. Outro dado a se destacar é o fato de que nenhum estado das regiões Centro-Oeste e Norte elegeram presidente.

O presente tópico buscou sumarizar a história da presidência da Câmara dos Deputados com o intuito de dotar o trabalho de mínimas informações acerca das dinâmicas institucionais que afetaram a possibilidade de eleição para o cargo no período da República, bem como sobre o número de presidentes eleitos, número de eleições realizadas, a naturalidade dos eleitos e, a partir da criação de partidos em âmbito nacional e da obrigatoriedade do vínculo partidário dos eleitos, a frequência com da eleição para presidência dos partidos.

²⁵ <https://www.camara.leg.br/noticias/545319-parlamento-brasileiro-foi-fechado-ou-dissolvido-18-vezes/>

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DOS DADOS COLETADOS

“A história é uma coisa que não aconteceu, contada por um sujeito que não estava lá” (Franco; Giambiagi, 2022, p. 97). O aforismo atribuído à Machado de Assis pode até convencer o senso comum de que estudar e fazer história não deveriam ter o valor que a sociedade evidentemente concede. Apesar da ironia aparente, o presente trabalho, conforme já delineado, utilizou uma metodologia em que a história foi narrada por "um sujeito que estava lá". No entanto, como discutido em capítulo anterior, isso não significa que as perspectivas dos personagens constituem a versão oficial da história.

Este quarto capítulo se propõe, a partir dos fundamentos teóricos delineados, a analisar as entrevistas concedidas pelos cinco ex-presidentes da Câmara dos Deputados que se dispuseram a participar da pesquisa, quais sejam: Michel Temer, Aldo Rebelo, Henrique Eduardo Alves, Marco Maia e Arlindo Chinaglia. Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo, uma técnica de análise qualitativa que surgiu, em meados do século XX, com o objetivo de examinar o conteúdo de materiais jornalísticos. Com o tempo, esse método se disseminou de forma significativa e passou a ser utilizado em diversos campos do saber.

De acordo com Moraes (1994), a análise de conteúdo constitui uma forma de interpretar conteúdos de modo a alcançar significados que ultrapassam a leitura comum. E, neste trabalho, a análise de conteúdo envolve a identificação dos núcleos semânticos que estruturam a percepção dos entrevistados acerca do que os levou a serem eleitos para o cargo de presidente, cuja presença ou frequência dos núcleos semânticos pode ser significativa para o objetivo analítico definido deste trabalho.

Entre as possibilidades de aplicação da análise de conteúdo estão tanto a utilização como técnica principal ou como técnica complementar, quando os dados foram gerados por meio de outras técnicas, tais como entrevistas qualitativas, entrevistas em profundidade e, como no presente caso, história oral.

Pode-se afirmar que a análise de conteúdo é uma forma de tratar o material a ser explorado. Para tanto, a primeira tarefa do pesquisador, neste trabalho, foi criar categorias de análise, que consiste em estabelecer critérios para decompor os trechos do material em pequenas unidades com o objetivo de identificar seu sentido. No presente caso, o material decomposto foi a transcrição das entrevistas.

A criação das dimensões de análise e das categorias de análise têm como pressupostos os marcos teóricos que fundamentaram os objetivos da pesquisa, bem como o próprio conteúdo das entrevistas. Assim, ao engendrar dimensões, se faz necessário revisitar, sistematicamente,

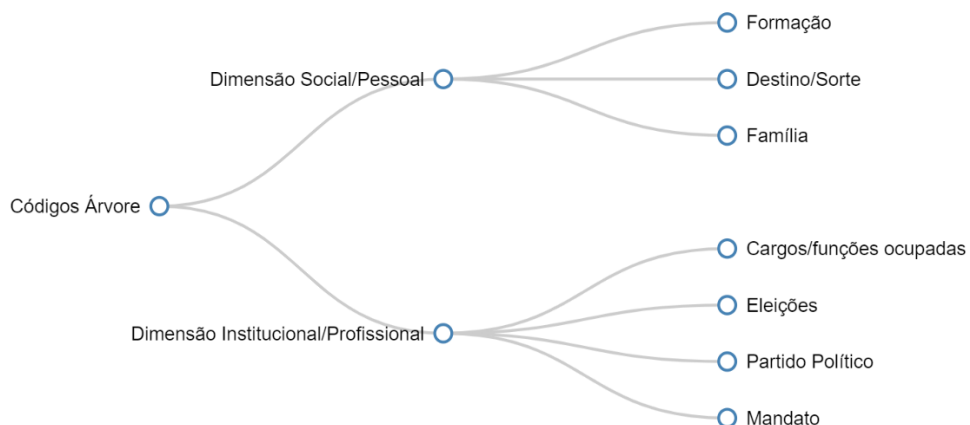
o problema e os objetivos propostos para a pesquisa, pois são estes os paradigmas para que a análise dos dados se mantenha fiel ao que se propôs investigar. É o que afirma Guimarães e Paula em artigo publicado sobre o tema: “o processo de categorização exige uma constante comparação entre as unidades de análise e as categorias para melhor definir o agrupamento e as unitarizações” (Guimarães; Paula, 2022, p. 42).

Esse processo iterativo, dessarte, revelou-se cambiante e permitiu – exigiu – que sempre fossem realizados ajustes e modificações ao longo da análise, possibilitando que surpresas resultassem em novas compreensões do objeto de estudo. Em determinado momento, evidenciou-se fundamental descrever o conceito de cada dimensão e de cada categoria, com vistas a garantir que a análise obedecesse a critérios claros e alcançasse a coerência esperada.

Portanto, o primeiro critério considerado para criação das dimensões foi o objeto da pesquisa, qual seja, a trajetória dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados a partir das próprias perspectivas; o segundo critério foi o arcabouço teórico atinente à teoria do campo e de capital, ambas de Pierre Bourdieu, especificamente o que é atinente a constituir, dispor e mobilizar capitais político, familiar, econômico, social e cultural, além de conceitos relacionados à trajetória como carreira política, ambição, hierarquia e progressão, por exemplo.

A Figura 2, a seguir, ilustra as dimensões e categorias criadas, sempre partindo do que se denomina o código árvore, que é a acumulação de capital político.

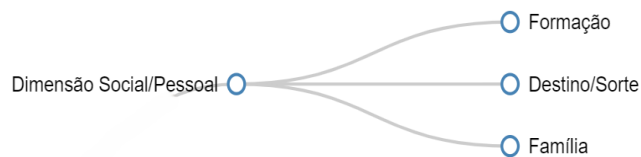
Figura 2 – Dimensões e categorias criadas para a análise



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se observa, foram criadas, portanto, duas macros dimensões, a saber: Social/Pessoal e Institucional/Profissional, que foram segmentadas em categorias. Elas compõem, desse modo, a dimensão social com as categorias “Formação”, “Destino/Sorte” e “Família”.

Figura 3 – Dimensão e suas categorias



Fonte: Elaborado pelo autor.

A respeito da dimensão social/pessoal e suas categorias, é preciso dizer que elas foram abstraídas do teor das entrevistas, na medida que, ao contarem aspectos de ordem particular, foi possível depreender diversos eventos que os próprios entrevistados consideraram chave para o resultado de ser eleito presidente da Câmara dos Deputados.

E, como previamente indicado, para cada dimensão e categoria foi necessário estabelecer um conceito para não permitir que faltasse coerência na análise das entrevistas. Em evidência, os conceitos da dimensão social/pessoal:

Dimensão Social/Pessoal: aspectos da vida pessoal e/ou social que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

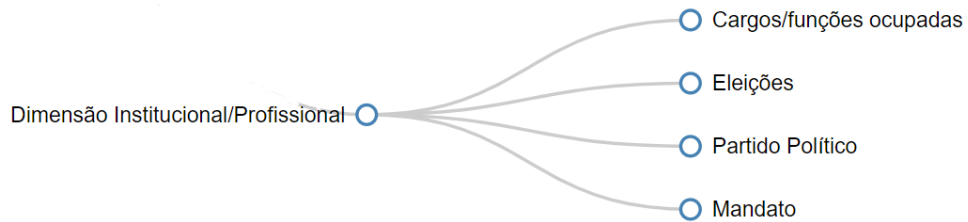
Formação: aspectos da sua formação acadêmica e/ou cultural, bem como características pessoais que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

Destino/Sorte: fatos e situações que o entrevistado descreveu como providência ou que teriam decorrido de fenômenos casuais que considerou como relevantes na sua trajetória política.

Família: aspectos da vida familiar, tanto no que concerne a valores e legados morais quanto ao aspecto material, que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

Em relação à dimensão Institucional/Profissional, é importante frisar que ela se subdivide em diversas categorias, tais como “Cargos/Funções Ocupadas”, “Eleições”, “Partido político” e “Mandato”. De igual maneira, o mapa da dimensão institucional/profissional auxilia na visualização da categorização proposta neste trabalho.

Figura 4 – Mapa da dimensão Institucional/Profissional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em destaque, conceitos da dimensão Institucional/Profissional e das respectivas categorias:

Dimensão Institucional/Profissional: aspectos da vida institucional e/ou profissional que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

Cargos/funções ocupadas: cargos, funções e atividades profissionais, tanto em funções públicas quanto privadas, que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

Eleições: aspectos dos processos eleitorais, em sentido geral, seja para cargos eletivos ou para ocupar funções dentro da Câmara dos Deputados, que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política.

Partido Político: aspectos da jornada partidária que o entrevistado relatou como relevantes na sua trajetória política, tais como a competição interna e o peso do partido no contexto político.

Mandato: aspectos da atuação como deputado federal que o entrevistado expôs como relevantes na sua trajetória política, tais como seu papel em comissões, como líder, atuação legislativa propriamente dita e no exercício de cargos na Mesa Diretora.

E foi da interação entre as dimensões e categorias com o referencial teórico que se pretendeu analisar os dados obtidos com as entrevistas dos ex-presidentes da Câmara dos

Deputados. É importante destacar que, para obter maior acuracidade na análise das entrevistas, utilizou-se como ferramenta o WebQDA²⁶, que é um *software* de apoio à análise de dados qualitativos.

As próximas páginas deste trabalho, por conseguinte, trarão justamente a análise das entrevistas. Observe-se que, para dar maior fluidez ao texto, buscou-se, ao tempo que se fazia a análise das entrevistas, apresentar um resumo da trajetória dos entrevistados para servir de contexto e beneficiar a leitura.

Muito embora tenha sido enfatizado em vários momentos, não é supérfluo recordar que o limite temporal da análise é a data de posse do entrevistado como presidente da Câmara dos Deputados. No caso do ex-presidente Michel Temer, que se elegeu para o cargo em três oportunidades, o recorte temporal é até da data de posse da primeira eleição.

Cumprido destacar que, considerando que o trabalho se vale de análise qualitativa, pela própria natureza da pesquisa, “a exploração minuciosa qualitativa de falas e/ou trechos é que guiará a análise de maneira geral” (Sampaio; Portela; Araújo, 2022, p. 95). Ainda considerando o cariz qualitativo da análise, destaca-se que a frequência não é, necessariamente, um elemento fundamental para considerar que o conteúdo é importante. Ao contrário, como observado no capítulo acerca da memória, inclusive os esquecimentos e/ou não frequências têm valor para análise.

Conforme será possível observar, a análise de cada uma das entrevistas se desenvolverá a partir da conjugação de informações da trajetória dos entrevistados, os conceitos que fundamentam as dimensões e categorias e as falas das entrevistas. A proposta é que seja possível identificar e analisar a interação entre eixo teórico do trabalho e a percepção dos próprios parlamentares sobre a própria trajetória.

Por fim, com o propósito de refinamento metodológico, sempre que a decomposição de uma fala da entrevista se enquadrar em uma dimensão, categoria ou subcategoria de análise, será feita uma referência que virá grafada entre aspas e em itálico. A título de exemplo, se uma fala do entrevistado fizer referência a aspectos referentes à categoria eleições, o termo constará da seguinte forma “*eleições*”.

²⁶ Disponível em: <https://www.webqda.net/>

4.1 Michel Temer

Michel Miguel Elias Temer Lulia²⁷, nasceu em Tietê/SP, em 23 de setembro de 1940. Formado em direito pela Universidade de São Paulo, muito embora não tenha sido único Temer²⁸ a ocupar um cargo de deputado federal, é único Michel dentre todos os 7.848 deputados que ocuparam mandato na Câmara dos Deputados desde a primeira legislatura (1826) até a atual.

Logo no início da sua entrevista, Temer ressaltou o importante papel que o Largo de São Francisco desempenhou na sua trajetória:

Prestei vestibular na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, acabei ingressando, mas logo no primeiro ano, tinha 18 anos de idade, eu já fui lançado pelos meus colegas, até eu não sei bem as razões pelas quais eu fui lançado, mas o fato é que fui lançado candidato a segundo tesoureiro do Centro Acadêmico 11 de agosto.

Temer ainda relatou que, após a boa votação para ocupar o “*cargo*” de 2º tesoureiro do centro acadêmico, recebeu a sugestão para se preparar para se candidatar ao cargo de presidente do diretório: “você precisa se preparar para ser candidato à presidência do Centro Acadêmico de 11 de agosto no quarto ano”.

Verifica-se, de plano, que não apenas Temer iniciou precocemente sua jornada em “*eleições*”, mas, especialmente, relata que a legitimação do campo estava dada por aqueles que pretendiam elegê-lo.

Prosseguiu o ex-presidente pontuando que “eu estou contando isso para dizer como se iniciou, digamos assim, o que se pode chamar de minha vida política, minha vida, minha vida pública”, evidenciando que, na sua percepção, o marco inicial de sua jornada “*institucional*” era bastante claro e que os passos seguintes tinham relação direta com aquele início.

Durante sua “*formação*” acadêmica e, diga-se, desenvolvimento pessoal, no período da faculdade, é comum a referência a fatos que remetem à “*dimensão institucional*”: “Fazia o que se chamava política de pátio na faculdade de direito. Ficava no pátio conversando com as pessoas [...], mas me dedicava muito a esse bate-papo político durante, durante o meu curso de direito”.

²⁷ Temer concedeu a entrevista em seu escritório, no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, no dia 26 de outubro de 2022.

²⁸ Em 1995, ele tomou como deputado federal, pelo Partido dos Trabalhadores, Milton Temer.

Esse processo de desenvolvimento da carreira política, a despeito de ter sido eleito segundo tesoureiro do centro acadêmico logo no primeiro ano, acabou sendo interrompido durante a faculdade. Temer relatou dois episódios que parecem ilustrar bem como foi sendo construída a sua trajetória.

O primeiro foi a derrota eleitoral quando se candidatou ao cargo de presidente do centro acadêmico. “Eu estou falando de um período que é de 1962, faz muito tempo..., mas não fui eleito”.

Não seria a única derrota em “*eleições*”, mas, apesar disso, seu prestígio e liderança continuaram a permitir que fosse considerado para concorrer a novas posições: “chegado o quinto ano da Faculdade de Direito, tinha sido eleito um amigo meu também, Oscarlino Marçal. Ele me disse, olhe Temer, você, você precisa ser candidato à presidência do Diretório Central de Estudantes”.

Temer relata que, em determinado momento, colocou seu nome à disposição para concorrer ao cargo de presidente do Diretório Central dos Estudantes, contudo, um aspecto de sua “*formação*”, que futuramente se revelaria importante em outros momentos, já começava a se manifestar; a concertação.

Interessante, foi quando eu conheci o Serra. O Serra, era, era o presidente da UEE, União Estadual dos Estudantes. E o Arnaldo Madeira era um militante do partido, partido Comunista. É uma bela figura, o Arnaldo Madeira. E o Arnaldo Madeira, que tinha me lançado até, juntamente com o Oscarlino Marçal.

Mas houve um momento que eles me ligaram do Serra e o Arnaldo disse: olha, nós estamos aqui, nós queremos fazer a unidade no DCE, e estávamos pensando em se você, me chamaram lá na sede, estávamos pensando se você não poderia desistir da sua candidatura.

É claro, inteiramente às ordens. Eu já não estava mais vocacionado, voltado para aquilo.

Muito embora não tenha obtido sucesso em dois processos de “*eleições*”, fica evidente que a “*dimensão institucional*” e o acúmulo de capital político na vida de Temer havia sido colocado à prova desde cedo.

Ao reconhecer que não estava mais vocacionado para disputas eleitorais no âmbito acadêmico, o entrevistado narrou como a “*dimensão profissional*” se iniciou ainda muito ligada à sua “*formação*” acadêmica. A esse respeito, ele nos diz: “O que aconteceu? Eu fui para interessante, fui logo para ser oficial de gabinete do professor Ataliba Nogueira²⁹, que era

²⁹ Muito embora não haja registros, Michel Temer relatou que, nesta época (entre 1962 e 1963), o professor Ataliba Nogueira ocupava o cargo de Secretário de Educação do Estado de São Paulo. Por outro lado, há diversos registros

professor de Teoria Geral do Estado e tinha sido constituinte, interessante, na Constituinte de 46”.

Temer não esclareceu se esta função de oficial de gabinete era um “*cargo*” formal, mas destacou que aproveitou a oportunidade para receber diversos conselhos para o desenvolvimento da sua jornada “*profissional*”.

E ele, ele me levava aos sábados para despachar com ele, só eu e ele. Evidentemente que a minha participação no despacho era apenas ele assinava e eu puxava o papel.

Mas enquanto eu puxava o papel, ele me dizia: olhe Michel, você precisa estudar, advogar, escrever para jornais, fazer carreira universitária e, se possível, fazer política externa e interna.

Mais uma vez, o entrevistado compartilha fato que denota que a sua vida pública decorreu de incentivo de terceiros, primeiro de colegas do Largo de São Francisco e, posteriormente, de um renomado professor, que fora secretário de estado e constituinte. Vale destacar mais uma fala de Temer sobre as conversas com o professor Ataliba Nogueira que denotam o que acima foi asseverado:

E ele me entusiasmou muito. Eu devo muito a esse entusiasmo que ele pregava.

Ele falava mais uma vez da Constituinte, que a Constituinte sempre povoou, por assim dizer, o meu raciocínio nos mais variados instantes da minha vida pessoal.

Temer revelou que foi para vida profissional após deixar o cargo de oficial de gabinete na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e começou a advogar. É curioso que, nesta passagem, o entrevistado não reconhece o “*cargo*” de oficial de gabinete como o início da vida “*profissional*”, muito embora tenha dado ênfase à importância dos momentos compartilhados com o professor Ataliba Nogueira neste período.

O primeiro trabalho, pode-se assim dizer, de Michel Temer foi como advogado do Sindicato de Empregados, Vendedores e Viajantes do Estado de São Paulo: “eu ficava lá, das 15h às 18 horas, dando consultas”. E, paralelamente, prestou concurso para a procuradoria do Estado de São Paulo:

indicando que o professor haveria, sim, ocupado o cargo de Secretário de Educação no ano de 1947, ou seja, cerca de 15 anos antes.

Fui aprovado, isto em 1969 e 70. Logo em seguida, nomeado procurador do Estado. Portanto, eu podia ser procurador, mas não em regime de dedicação exclusiva. Então procurador num período do dia e na outra parte eu advogava no meu escritório, e, a essa altura, já nascia uma carreira universitária.

O ex-presidente aborda, mais uma vez, a importância da família Ataliba em seu caminho. “Eu frequentava, com o Geraldo Ataliba, que era professor de tributário e constitucional... eu frequentava as palestras dele, as aulas que dava e, vez ou outra, até dava aulas no seu lugar como assistente”. É importante esclarecer que Geraldo Ataliba é filho de Ataliba Nogueira, citado anteriormente. Temer faz mais um destaque sobre a sua “*formação*”: “acabei fazendo doutoramento em direito constitucional na Universidade Católica de São Paulo, não é? E isto foi lá pelos idos de 73/74”.

A descrição feita até aqui parece traçar quase que uma linha reta entre a entrada de Michel Temer para estudar direito na Universidade de São Paulo, passando por suas atividades profissionais, boa parte ligada aos seus laços do Largo de São Francisco, até o doutoramento em direito constitucional.

Entretanto, em seguida, o entrevistado avançou para o ano de 1983, ou seja, quando exercia o cargo de procurador do estado há pouco mais de 10 anos, para contar da sua nomeação para o cargo de Procurador-Geral do Estado. Mais uma vez, é possível observar que esse cargo é fruto da sua relação com a academia, o que reforça elementos da categoria “*formação*”, que Temer entende que derivaram os passos seguintes da sua carreira:

Isso foi ao longo do tempo. Isto perdurou até a 82, quando Montoro foi eleito governador de São Paulo, e eu me encontrava muito com o senador André Franco Montoro, na PUC, na sala dos professores. E ele, quando eleito governador, me nomeou Procurador-Geral do Estado. Isso foi em 83.

Chama a atenção que, àquela altura, o ex-deputado que fora eleito presidente da Câmara dos Deputados no seu terceiro “*mandato*”, sendo que nos dois primeiros fora eleito apenas suplente, e no segundo “*mandato*” tenha ficado parte do tempo licenciado, acreditava ter chegado, ao ser nomeado para o “*cargo*” de Procurador-Geral do Estado, como disse, ao “ápice da minha carreira”. Ele pontua: “poxa, que coisa maravilhosa! Vou comandar mais de 1.200 procuradores do Estado, o ápice da minha carreira. Achei que minha carreira tinha chegado ao ponto final, né?”.

Entretanto, é evidente que o ápice da carreira não havia chegado e foi neste ponto que Michel Temer expôs um elemento que voltaria a aparecer diversas vezes durante a entrevista,

o que denominou por vezes de “*sorte*” e por outras de “*destino*”. Como será possível notar, da sua perspectiva, ele acreditou que sua trajetória foi conduzida, também, por contingência:

Mas o fato, vejo que é o destino, né? E aqui eu quero dizer a todos que não basta você querer, é preciso que o destino também te leve. Pois o destino me levou a ser secretário da Segurança Pública um ano depois que eu tinha sido nomeado pelo Montoro procurador-geral do Estado.

Destacou ainda que alertou ao então governador Franco Montoro que não tinha expertise na área, mas que o governador estaria convicto em nomeá-lo. Em suas palavras: “Mas governador, acho que é um equívoco. Eu não advogo na área penal... eu conheço um pouco de direito constitucional, mas não sei se o senhor está fazendo bem isso”. Segundo narrou, ouviu como resposta que: “você tem muito jeito para isso, você vai dar um jeito naquilo”. O governador ainda usou como argumento: “mas você tem jeito, lá precisa unir a Polícia Militar com a Polícia Civil, que vivem em disputas”.

Assim como ocorreu ao desistir de candidatar-se ao cargo de presidente do DCE, atendendo a pedido daqueles mesmos que o convidaram a colocar seu nome à disposição, reaparece uma das qualidades pessoais, que se enquadra aqui na categoria “*formação*”, que é capacidade de conciliar, concertar pessoas e interesses que divergem.

Conforme se depreende das análises realizadas até o presente momento da entrevista, Temer, em sua característica habitual, demonstrou uma notável modéstia ao abordar suas realizações. Contudo, permitiu-se reconhecer a relevância de seu trabalho enquanto ocupava o “*cargo*” de secretário de segurança do estado de São Paulo:

Criei coisas importantes naquela secretaria que até hoje repercutem. Por exemplo, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada na minha gestão.
Como também, interessante, eu criei naquela época os chamados Consegs (Conselhos Comunitários de Segurança)

E, mais uma vez, o entrevistado concatena os fatos, atribuindo, de forma direta, as ações como secretário de segurança aos próximos passos da carreira política, conectando sua progressão na “*dimensão institucional/profissional*” de sua trajetória semelhante ao “avanço num jogo de tabuleiro”:

Sendo assim, foram coisas que foram sendo feitas no âmbito político-administrativo, que levaram com que o governador, num dado momento, me dissesse lá em 86, dissesse: ‘Temer, vem cá, você é professor de

constitucional, vem aí a Constituinte, você deve se candidatar para a Constituinte’.

Eu disse, ‘mas, governador, será que dá?’ Disse, ‘olhe, você está com muito prestígio aí, você dá aula em duas universidades, está muito bem-visto na área de segurança, não é?’

E foi com incentivo do então governador Franco Montoro que Temer se candidatou a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte. A despeito de ter mencionado sua “*família*” apenas uma vez durante a entrevista, a ausência de menção evidencia que, a rigor, sua trajetória política não decorria de nenhum legado – nome, tradição, vocação familiar, por exemplo – ou mesmo poderio econômico. Ao contrário, ao mencionar que a sugestão de Franco Montoro, o ex-presidente asseverou: “eu não tinha dinheiro para fazer campanha”.

Antes de abordar o início da vida parlamentar do entrevistado e sua primeira participação em “*eleições*” para um cargo público, é oportuno enfatizar o papel da universidade na sua trajetória. O cenário acadêmico, para além da sua “*formação*” em direito, permeia a percepção do passado e é lembrado diversas vezes, como na conversa na qual o então governador de São Paulo sugeriu a candidatura à Assembleia Nacional Constituinte: “Temer, vem cá, você é professor de Constitucional, vem aí a Constituinte, você deve se candidatar para a Constituinte”.

Acolhendo o conselho de Montoro, Temer concorre para uma vaga de deputado federal constituinte pelo estado de São Paulo, oportunidade em que não se sagrou vencedor. Neste caso, porém, o ex-presidente houve por não admitir o resultado como derrota e afirmou: “mas o fato é que fui eleito, eleito suplente, segundo suplente”.

Conquanto tenha sido eleito segundo suplente, logo assumiu o “*mandato*”, como o próprio entrevistado fez questão de destacar, enfatizando que cumpriu todo o período da Assembleia Constituinte:

O primeiro suplente era o Hélio Rosas e uma pequena diferença eu era o segundo suplente. E logo que a Constituinte assumiu, um mês e pouco depois, o governo federal chamou um ou dois ministros, deputados, né? De igual maneira, o governo do estado de São Paulo chamou um ou dois secretários e, com isto, eu assumi a Constituinte.

Iniciou-se, assim, a vida parlamentar de Michel Temer que continuou permeada por seus colegas de universidade e com a percepção de que sua “*formação*”, que denominou democrática, foi crucial na sua carreira:

Até me recordando do professor Ataliba Nogueira, eu tive uma sensação muito agradável quando tomei posse, porque eu me lembrei das aulas que ele dava e das falas que ele me transmitia nos tais despachos aos sábados.

E daí, na Constituinte, eu creio que cumpri um papel muito adequado, porque muitos colegas vinham me procurar, sabedores que eu me dedicava ao direito constitucional, para defender certas teses da Constituinte.

Eu tive muito trabalho durante a Constituinte. Foi extremamente agradável porque nós estávamos reconstruindo o país. Eu já vinha, digamos por força das minhas aulas de direito constitucional e com colegas como Celso Antônio, Geraldo Ataliba, Adilson Dallari, Paulo Carvalho Barros, Celso Bastos... Nós formamos um grupo democrático de professores da PUC de São Paulo.

No trecho da entrevista acima citado, o ex-presidente, em mais uma oportunidade, ressalta o reconhecimento que recebia de seus colegas, sugerindo que sua trajetória em "*eleições*" e, até mesmo, na ocupação de "*cargos*" públicos, foi mais resultado do incentivo de terceiros do que de uma iniciativa pessoal. E, assim, evidencia que estava devidamente legitimado para colocar seu nome nas disputas.

Ainda no que concerne à atuação como deputado Constituinte, Temer revelou: “quando eu fui para a Constituinte, eu fui basicamente representando a classe jurídica do país, no particular, do Estado de São Paulo. É uma classe média, média, vamos assim dizer”. Seguiu relatando: “a minha visão de representação popular era uma visão elitista”. Isso é importante porque denota que, muito embora designasse sua “*formação*” como democrática, ela decorria da elite da principal cidade do país e, de igual sorte, da principal universidade.

Tanto é assim que o ex-presidente apontou, mais uma vez e de forma clara, o setor da sociedade que representava na Constituinte e de qual fonte decorria a legitimidade para prosseguir na trajetória “*institucional*” que vinha desenvolvendo.

Mas, particularmente, dizia eu, eu fui para lá representar muito a área jurídica do estado e do país. Tanto que, interessante, na Constituinte formaram-se oito ou nove comissões... Eu fui para comissão de separação de poderes e nessa comissão havia três subcomissões.

Uma delas era a subcomissão do Ministério Público e da Magistratura. Eu fui para a subcomissão e de igual maneira da advocacia, e trabalhei ativamente nesse tema.

Você sabe que o meu gabinete era praticamente uma sede dos procuradores da República, dos promotores públicos, dos advogados, dos defensores, dos procuradores de Estado e, de igual maneira, da magistratura.

Neste momento da entrevista, Temer destacou uma realização do seu “*mandato*” que, em suas palavras, “teve muita repercussão”.

Eu acabei propondo uma emenda que teve muita repercussão, que é o artigo, converteu-se no artigo 133 da Constituição Federal, que diz que o advogado é indispensável à administração da justiça e inviolável nos seus atos profissionais, quando os praticasse.

E isso teve muita repercussão, como também coloquei, no tema, no artigo 132, a figura dos procuradores do Estado que não tinham estatutura constitucional.

É de se recordar que os deputados e senadores constituintes foram eleitos para exercer mandato de deputado federal e senador da república, acumulando a competência para legislar sobre leis federais. O ex-presidente destacou, além do seu trabalho nos temas constitucionais citados, a sua relatoria no Código de Defesa do Consumidor: “E mais tarde, até isso foi depois da Constituição, eu trabalhei muito mais no caso do Código de Defesa do Consumidor, temas que eu me lembro bem. Eu trabalhei muito ativamente nesses temas”.

Muito embora tenha enfatizado a importante, intensa e prazerosa missão que realizou durante à Assembleia Nacional Constituinte, tal desempenho não foi suficiente para reeleger Michel Temer para exercer o “*cargo*” de deputado federal, a evidenciar que, a despeito da legitimidade dos seus pares, “*eleições*” populares sempre foram um desafio. “Em 90, 1990, novamente eu fiquei na suplência, porque eu confesso que eu não vinha, eu não vinha para o Estado, ficava lá em Brasília”.

Com o insucesso na eleição para a Câmara dos Deputados, Temer foi convidado para ocupar mais uma vez o “*cargo*” de Procurador-Geral do Estado, no governo Fleury, o que revela que o reconhecimento de sua competência e do seu prestígio no que tange à “*dimensão institucional*” não se restringia aos colegas de universidade.

Houve, porém, o “*destino*” que Temer fizesse o caminho da Procuradoria do Estado para a Secretaria de Segurança Pública uma vez mais>

E ficando na suplência, eleito aqui o governador Fleury, ele me chamou novamente para ser Procurador-Geral do Estado e deu se mais uma vez uma repetição. Um ano e um ano mais ou menos depois, houve aquele episódio do Carandiru e o Fleury me chamou: ‘Estou precisando que você assuma...’

Portanto, Temer, após deixar o mandato de deputado constituinte, reassumiu, em abril de 1991, o cargo na procuradoria geral, deixando-o em outubro de 1992 para assumir a função de secretário de segurança pública. O episódio que levou o ex-presidente a exercer a função de secretário de segurança é mundialmente conhecido como o “Massacre do Carandiru”. “Fleury me pediu para assumir. Eu assumi titubeante, porque eu disse: “olha, você sabe que na primeira vez eu dei sorte, mas essa área é uma área delicadíssima. ‘Mas você tem que assumir, tem que me ajudar etc.’”

Uma vez mais Temer atribui à “*sorte*” o êxito do seu desempenho, como fizera em outros momentos. Não seria a última vez: “E de fato, graças a Deus eu fui lá, tive sorte mais uma vez eu pacificar a área de segurança pública. Lá fiquei até 94, quando, quando vieram as eleições, novamente, eu me candidatei”.

Antes de falar sobre a primeira vitória de Temer em eleições para o exercício de um mandato eletivo, cumpre destacar que, meses após assumir como secretário de segurança pela segunda vez, o entrevistado acabou sendo convocado para assumir, em janeiro de 1993, mandato de deputado federal. Todavia, assumiu o mandato apenas por um dia e licenciou-se, em seguida, para retornar ao cargo de secretário de segurança, que ocupou até abril de 1994.

Quanto às “*eleições*” de 1994, Temer destaca: “Destá feita fui reeleito para a Câmara Federal”, ao que emendou:

E logo na sequência, interessante, veja o que é o destino. Eu cheguei lá, os colegas aqui da bancada de São Paulo, o PMDB, naquela época tinha um número significativo, cerca de 18 deputados federais da bancada de São Paulo. Você tem que ser candidato a líder do partido. Eu fui e acabei sendo eleito líder do partido, do MDB.

Sem olvidar mais uma menção ao “*destino*”, é notável que Temer foi novamente incentivado por seus pares a colocar seu nome na disputa pelo cargo de líder da maior bancada da Câmara dos Deputados. Apesar de o PMDB paulista ter conquistado dezoito vagas, no total, o partido havia elegido cento e sete deputados federais em um parlamento que, naquela época, o que relativiza a importância grupo paulista na indicação de Temer ao cargo de líder.

Ou seja, é possível concluir que, apesar de sua modéstia, a escolha de Temer como líder do PMDB não se deveu exclusivamente ao apoio de seus correligionários paulistas, embora esse apoio tenha sido importante. É ainda mais notável que, embora estivesse em seu terceiro “*mandato*” como deputado federal e já tivessem se passado onze anos desde o início de sua carreira parlamentar, na prática, Temer havia acumulado pouco mais de quatro anos de tempo efetivo de “*mandato*”. Isso ocorreu porque ele exerceu o “*cargo*” por pouco menos de quatro anos entre 1987 e 1990 e, durante a legislatura de 1991-1995, esteve no exercício por um período inferior a oito meses.

O ex-presidente destacou que exerceu o “*cargo*” de líder apenas por duas sessões legislativas, 1995 e 1996, ambas durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

É curioso que o entrevistado não tenha entrado especificamente em nenhum ponto da sua atuação como líder, exceto quando provocado pelo pesquisador³⁰.

Tal circunstância ocorreu em duas oportunidades, a primeira quando questionado sobre a sua atuação como relator da PEC 33/1995³¹, proposta de Emenda Constitucional que reformou o sistema de previdência social. Ao ser lembrado de um embate que tivera com o igualmente ex-presidente da Câmara dos Deputados e, da mesma forma, entrevistado para este trabalho, Aldo Rebelo, Michel Temer destacou que assumiu a relatoria da PEC a pedido do próprio presidente da República, pois o parecer anterior, que estava sob a responsabilidade do ex-deputado Euler Ribeiro, foi rejeitado:

É interessante esse episódio que você está lembrando [...] foi quando o Euler Ribeiro foi relator. Isso foi o Fernando Henrique.

Eu era líder e o presidente Fernando Henrique me chamou e disse: ‘olha, não é comum um líder assumir relatoria, mas eu preciso que você assuma, que você tem bom trânsito com os deputados e isso tem até repercussão internacional.’

Nós precisamos aprovar essa reforma.

Eu disse, ‘presidente, mas eu posso fazer os acordos necessários lá.’

‘Pode fazer os acordos necessários para aprovar.’

Eu de fato fiz.

O ex-presidente relatou, ainda: “foi uma coisa trabalhosa, muito trabalhosa, uma oposição ferocíssima à reforma da previdência naquela época, mas acabou sendo aprovada e aprovada porque tínhamos diálogo [...]”. Descreveu, de uma só vez, sua percepção sobre dois momentos muito importantes de seu “*mandato*”: seu papel como líder e como legislador propriamente dito. Isso abrange tanto a articulação política quanto a necessidade de defender tecnicamente a aprovação de uma reforma que chegou a ser rejeitada no Plenário da Câmara dos Deputados durante a sessão legislativa anterior.

Na segunda oportunidade que mencionou sua atuação como líder, foi ao destacar como era liderar uma bancada de mais de cem deputados. No caso, perguntado sobre um episódio no qual o então presidente Luís Eduardo Magalhães foi obrigado a interromper a sessão do plenário da Câmara para que o PMDB se reunisse para fechar posição acerca da votação de uma matéria, Temer observou:

³⁰ Muito embora a metodologia utilizada seja a de história oral, cabe lembrar que não há vedação absoluta para que o entrevistador peça ao entrevistado para resgatar determinados pontos, durante a sua fala, que foram esquecidos e que podem ser relevantes para o objeto da pesquisa, como era caso. Mas quando tal fato acontece é fundamental destacar a provocação de modo a evidenciar o esquecimento do entrevistado.

³¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169284>, acessado em 30 de julho de 2024.

Por que, naquele tempo, o líder era ouvido, sabe?
 Naquela época, você, líder, quando dizia alguma coisa, é porque ele ouvia a bancada e levava o que a bancada pensava para o plenário.
 Daí a razão pela qual, naquele conflito que havia no plenário, eu pedi a suspensão da sessão para ouvir novamente o MDB, que eu queria uma decisão mais ou menos unânime lá.

Em seguida, complementou que “eu acho que pode ter sido. Pode ter sido uma das razões que levaram a, digamos, trazer o meu nome para presidência da Câmara”, em alusão ao seu trabalho como líder, a relevância do próprio “*mandato*”, e a sua “*formação*”, que o próprio denominou como democrática.

O entrevistado enfatizou como características decorrentes da sua “*formação*” o fato de ser “cerimonioso” e “*formalista*”, que lhe garantiram “certa respeitabilidade”, que também teria sido fundamental para o seu sucesso na carreira:

Como é que nós trabalhamos ao longo do tempo, o resultado que eu tive, convenhamos, esse resultado muito positivo que eu tive na relação congressual, na relação com os colegas do Parlamento, porque não é fácil ser três vezes presidente da Câmara dos Deputados, ainda mais sendo eu um pouco, como é que eu poderia ser um pouco cerimonioso, um pouco formalista. Não é fácil.

Mas eu acho que tinha uma certa respeitabilidade, porque também tratava os outros com muito, com muito respeito.

Certa urbanidade no trato, cumprimento de certa liturgia, porque nós, homens públicos, nós de alguma maneira representamos um exemplo para a sociedade. Mais ou menos como o artista, você, você, deputado, senador, o presidente da República, o sujeito está aqui fora, ele olha para você para ver qual é sua conduta. De alguma maneira, não quer dizer que ele necessariamente venha repetir, mas do tipo: se deputado, senador, se o presidente faz, eu posso fazer, não é verdade?

Então, uma certa liturgia, uma certa cerimônia, um certo formalismo, penso eu, é fundamental no trato das questões públicas e, no particular, da vida pública.

Neste trecho, Temer evidencia também que a “*dimensão institucional*” da sua carreira não foi, evidentemente, obra do acaso, apesar das várias menções à “*sorte*” e ao “*destino*”. Ao contrário, o ex-presidente revela que possuía perfeita compreensão de quais eram as exigências para ocupar os espaços que pretendia.

Por fim, o ex-presidente lançou olhar para a sua “*eleição*” como presidente, suas estratégias, como atuou para convencer seus pares e quais as características que considera terem sido relevantes para ter alcançado o que denominou de “resultado muito positivo que eu tive na relação congressual”.

Temer observou que, ao ter seu nome sugerido para concorrer ao cargo de presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela primeira vez, considerou a eleição “difícilíssima”, especialmente por conta da capacidade de seus adversários:

Foi a primeira vez que eu me candidatei à presidência da Câmara dos Deputados e foi uma eleição difícilíssima, porque eu tinha adversários que eram, um deles, prestigiadíssimo. Era tido como amigo de todos, era uma figura excepcional, uma grande figura, meu amigo, até³². Mais idoso que eu, naturalmente. E o outro era o Prisco Viana, que era um intelectual. Eram dois candidatos extraordinários.

Sublinhou, ainda, uma conversa que ocorreu com aquele que haveria de suceder, o ex-presidente Luís Eduardo Magalhães, evidenciando, também, a preferência deste pela sua vitória:

E, interessante, eu logo percebi, eu conversava muito na época com o Luiz Eduardo Magalhães, que era o presidente da Câmara dos Deputados, e eu disse: ‘olha, Eduardo, eu acho que não vai dar essa eleição aqui, porque os dois candidatos são mais, mais significativos, mais expressivos do que eu’. ‘Não, Temer, você sabe...’ ele tinha muita sabedoria política. ‘Aqui os deputados, eles olham quem é que tem condições de melhor representá-los. Sem embargo de ser verdade, o que você está dizendo, são duas expressivas figuras. Mas você verá que na hora "H" eles acabam optando por você’.”

Sobre a estratégia para vencer a “*eleição*” salientou que planejava e executava sua campanha como se estivesse concorrendo para um cargo eletivo majoritário, com “plano de governo” e indo ao encontro de cada um dos eleitores para pedir seu voto:

Agora, quando eu era candidato, na primeira, na segunda e na terceira vez, em todas as vezes, eu visitava o gabinete por gabinete de fora para ter um pequeno, digamos assim, programa de governo para a Câmara dos Deputados. Mas você tinha que ter o contato pessoal, não é? E eu visitava gabinete por gabinete, às vezes uma rodada, duas rodadas, eu fazia em todos os gabinetes para dizer olha, eu sou candidato [...].

Revelou, ainda, o receio de não ser competitivo em um eventual segundo turno, por isso, recordou:

³² O deputado ao qual o ex-presidente Michel Temer se referiu, e que também concorreu ao cargo naquela oportunidade, foi Wilson Campos (PSDB/PE). Essa informação foi extraída do Diário Oficial da Câmara dos Deputados do dia 06 de fevereiro de 1997.

E eu logo pensei o seguinte: ‘interessante, eu preciso ganhar no primeiro turno, porque se eu não ganhar e para ganhar no primeiro turno, eu precisava de 257 votos. Se eu não ganhasse no primeiro turno, os dois se uniriam e eu perderia no segundo turno, não é?’

Mas o fato é que eu tive 257 votos. Vejo que é o destino. 257 votos, fui eleito logo no primeiro turno de votação, não é?

Por fim, o ex-presidente fez observações acerca das características da sua “*formação*” que, pela sua perspectiva, foram relevantes para o sucesso na carreira e, notadamente, para sua eleição para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Foi nesta oportunidade que Michel Temer fez a única menção à sua família.

Eu vejo, você sabe que essa coisa da pacificação. Hoje eu prego muito a ideia da pacificação no país. Mas ela vem, interessante, veja como são as coisas... Quando eu tinha uns sete anos de idade, eu tinha um irmão seis, sete, ano mais velho que eu, que é muito religioso até hoje. E ele me levou à missa e quando fui à missa, eu vi nos vitrais, vitrais da igreja... Um deles, as virtudes das virtudes, era a temperança.

E eu fui ver o que era temperança no dicionário, e temperança, tempero, equilíbrio, moderação. Eu tenho impressão de que este fato, digamos, religioso, pautou de alguma maneira a minha vida. Eu, eu sempre achei que você temperar as coisas, você acomodar as coisas é importantíssimo. Tanto que eu tenho horror aos radicalismos. Eu acho que todo radical produz um efeito negativo para o país.

A partir da análise empreendida, foi possível identificar que, em relação à “*dimensão pessoal*”, Temer destacou a influência de sua “*formação*” e vivência no Largo de São Francisco, onde o ambiente acadêmico e as conexões com colegas e professores, como Ataliba Nogueira, foram fundamentais para sua orientação inicial na vida pública. Sua narrativa pessoal ressalta a importância de eventos fortuitos e a influência de figuras significativas que ajudaram a moldar sua carreira.

Uma circunstância que não passa sem ser notada é pouca influência do contexto político no período inicial da trajetória de Michel Temer. Como é possível se depreender, Temer iniciou sua vida pública no início da década de 1960, ou seja, pouco tempo antes do início do regime militar no Brasil.

A despeito disso, em apenas um momento da sua entrevista tal fato foi realçado, e de forma lateral, como será possível ver.

Mas naquele período que eu fui lançado, em 62, já se esboçava interessante o movimento que veio a nascer, a consolidar-se em 64, que é o movimento que modificou a democracia no Brasil. E lá formou-se um grupo de alunos, até instruídos por setores externos para criar um outro partido, que foi chamado Partido da Representação Acadêmica. E todos os meus amigos.

Nesse momento da entrevista Temer tecia observações sobre a divisão ocorrida entre os alunos do curso de direito do Largo de São Francisco, com a criação de um novo partido, segundo o entrevistado com agenda mais próxima dos conservadores, e que tal fato, inclusive, teria impactado o resultado da eleição para a presidência do Centro Acadêmico 11 de Agosto.

Não se pretende afirmar que o período autoritário não tenha impactado a trajetória do entrevistado, contudo, é de se destacar que, da perspectiva apresentada por Michel Temer, o regime militar não foi circunstância que valeria ser recordada nesta entrevista.

A análise da entrevista com Michel Temer, no contexto da história oral dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados, revela uma trajetória que combina elementos de ambição pessoal, habilidade política e construção estratégica de capital social e político. A partir do depoimento, é possível observar que Temer identificou desde cedo o valor da participação em espaços institucionais e de liderança, iniciando sua carreira política no ambiente acadêmico. A sua eleição para o cargo de segundo tesoureiro do Centro Acadêmico 11 de Agosto e a subsequente tentativa de candidatura à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) evidenciam o início de sua busca por posições de liderança, mesmo em contextos de derrota eleitoral.

Temer destaca o papel formativo do Largo de São Francisco em sua trajetória, onde sua imersão em um ambiente politicamente ativo e seu engajamento na "política de pátio" contribuíram para o desenvolvimento de suas habilidades de negociação e construção de alianças. Esses primeiros passos na política estudantil revelam uma tendência à conciliação e ao diálogo, características que marcariam sua trajetória política subsequente, tanto no ambiente legislativo quanto em sua ascensão a cargos executivos.

A trajetória de Temer é marcada pela combinação de uma formação sólida e pela capacidade de se adaptar a contextos políticos variados, o que reflete uma habilidade para navegar pelas complexas dinâmicas do campo político brasileiro.

Na “*dimensão profissional*”, o próprio ex-presidente inclui, em sua trajetória, a ocupação de “*cargos*” importantes, como Procurador-Geral do Estado e Secretário de Segurança Pública de São Paulo; relembra a criação de iniciativas pioneiras, como a primeira

Delegacia de Defesa da Mulher e os Conselhos Comunitários de Segurança, demonstrando seu compromisso com inovações no setor público.

Seu papel no exercício de “*mandatos*” eletivos, como deputado constituinte é outro ponto de destaque, em que ele próprio considera que contribuiu significativamente para a constitucionalização de diversos direitos, especialmente aqueles ligados ao ramo jurídico, evidenciando sua capacidade de atuação legislativa.

É bem nítido que Michel Temer deu ênfase, quase na mesma proporção, à importância de categorias da “*dimensão institucional*” e da “*dimensão pessoal*”, haja vista que, da sua perspectiva, sua trajetória é marcada pela habilidade em conciliar interesses divergentes e assumir desafios complexos. Sua narrativa revelou a combinação de aptidão pessoal e oportunidades surgidas ao longo de sua carreira, refletindo uma trajetória moldada tanto por suas capacidades individuais quanto pelas circunstâncias externas.

A análise da entrevista de Michel Temer, a partir do arcabouço teórico que subsidiou a elaboração deste trabalho, não só ilustra sua jornada individual, mas também oferece uma perspectiva valiosa sobre a construção de capital político e a conversão desse capital em posições de liderança, como a presidência da Câmara dos Deputados. A abordagem da história oral enriquece o acervo histórico político brasileiro ao capturar a voz e as memórias do próprio Temer, proporcionando uma narrativa viva e autêntica de sua trajetória.

Por fim, a história contada pelo ex-presidente evidencia como o acúmulo de capital político e social, desde os primeiros anos de sua carreira, foi fundamental para sua ascensão política. A partir de uma combinação de habilidade retórica, articulação política e construção estratégica de alianças, Temer conseguiu transformar suas experiências e formação em ativos políticos, posicionando-se como uma figura central na política brasileira. A entrevista ilustra, assim, a importância da combinação de capital institucional e pessoal na trajetória de líderes políticos, oferecendo uma visão aprofundada das dinâmicas de poder e liderança no contexto da Câmara dos Deputados

4.2 Aldo Rebelo

Conforme o próprio entrevistado narrou de início, “o meu nome completo é José Aldo Ribeiro Figueiredo. Nasci em Viçosa, Alagoas, em 23 de fevereiro de 1956. Eu nasci de parteira na zona rural de Alagoas, em Viçosa. Fui alfabetizado numa escola rural”. Evidenciando, no

início da entrevista, ter orgulho da sua origem simples e da sua “*formação*”³³. Prosseguiu: “depois ingressei no exame de admissão no Colégio Agrícola” e “do qual saí depois para concluir o ginásio, na minha cidade”.

Encerrado seu ciclo como estudante no ginásio, Aldo Rebelo foi para a universidade: “Ingressei no curso de direito da Universidade Federal de Alagoas”. E foi neste momento que deu início ao seu caminho de militância que, conforme ele próprio relatou durante a entrevista, se confunde com a própria trajetória de carreira: “No curso de direito comecei a participar do movimento estudantil. Integrei o centro acadêmico de direito da Universidade, depois participei da reconstrução da UNE, União Nacional dos Estudantes, no final dos anos 70”.

O entrevistado, de igual maneira, deu ênfase ao seu papel ativo na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), que culminou na sua primeira participação em “*eleições*”, com resultado positivo. A UNE, de igual maneira, foi o ponto de partida da “*dimensão institucional*” da sua trajetória em âmbito nacional: “Integrei a diretoria de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, como secretário-geral.”

Integrar a direção da UNE teve impacto muito mais amplo na trajetória de Aldo Rebelo, pois exigiu que o ex-presidente mudasse de estado.

E como a sede da UNE ficava em São Paulo, eu me transferi para São Paulo. Já tinha relações com São Paulo, porque ainda como estudante, apoiava um jornal de oposição, chamado Jornal Movimento, que tinha sua sede em São Paulo, e eu colaborava com o jornal como voluntário. Vim para São Paulo na diretoria da UNE.

Assim, a despeito da origem nordestina e de ter realizado parte importante da sua “*formação*” pessoal e formal no interior de Alagoas, Aldo Rebelo construiu toda sua “*dimensão institucional*” na maior metrópole do país.

Ele ressaltou a importância do movimento estudantil na sua trajetória, pois, segundo o entrevistado:

o movimento estudantil, pra mim, foi um desafio e, ao mesmo tempo, uma escola, porque era provocado a lidar com temas de todas as esferas, com disciplinas que iam da política, política externa, cultura, literatura, música. Tudo isso era de interesse do movimento estudantil. Tudo isso era debatido no movimento estudantil.

³³ Aldo Rebelo concedeu a entrevista em sua residência, no bairro do Jardins, em São Paulo, no dia 18 de outubro de 2023.

É curioso destacar que, muito embora não tenha concluído o curso de Direito, o trabalho desenvolvido nos “*cargos*” que ocupou na UNE, que somente pode ocupar devido ao seu vínculo com a Universidade Federal de Alagoas, exerceram papel importante na “*formação*” de Aldo Rebelo.

Na sequência de sua atuação como líder estudantil, o ex-presidente trabalhou como jornalista e continuou sua militância, agora na política formal, no Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

O ex-presidente, contudo, mencionou, superficialmente, que, antes de iniciar sua militância no PcdoB, que ainda estava na clandestinidade, ante a vigência do regime militar, filiou-se ao PMDB, pelo qual concorreu às “*eleições*” de deputado federal (1982), por São Paulo. Entretanto, não obteve votos suficientes para se eleger deputado federal naquela oportunidade.

Cronologicamente, após deixar a direção da UNE, o entrevistado filiou-se ao PMDB (1982) e concorreu ao cargo de deputado federal, por São Paulo; com o fim do regime militar e o retorno à legalidade do PcdoB, filiou-se ao partido e passou a integrar a direção regional da agremiação e, em 1988, passou a exercer “*cargo*” na esfera partidária nacional.

Foi também no ano de 1988 que Aldo Rebelo venceu pela primeira vez uma “*eleição*” para exercer um mandato legislativo.

Militei no PCdoB, fui dirigente do PCdoB e me candidatei a vereador pelo PCdoB. Em 1988 e fui eleito vereador. Antes tinha tentado uma eleição para deputado federal, ainda no MDB, em 1982, mas não fui bem-sucedido. Mas fui eleito vereador em 1988.

O ex-presidente não trouxe elementos sobre a sua atuação como vereador em São Paulo, muito embora tenha sido lembrado, durante a entrevista, sobre o seu papel como “presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades” na gestão do então prefeito, e ex-presidente da República, Jânio Quadros.

De fato, a passagem pelo “*cargo*” de vereador durou pouco tempo, pois, no pleito seguinte, Aldo Rebelo se elegeu, pela primeira vez, deputado federal. E, como ele próprio enfatizou, foi reeleito em “*eleições*” seguidas: “Aí já pelo PCdoB, logo em seguida, em 1990, eu fui eleito deputado federal em 90, em 94 fui reeleito, em 98 fui reeleito, em 2002 fui reeleito”.

O ex-presidente descreveu, a partir da própria perspectiva, os alicerces da sua trajetória na Câmara dos Deputados que culminou na sequência de reeleições consecutivas: “O meu partido aqui, a minha eleição, não dependia desse voto corporativo, nem dependia também

daquele voto localizado do prefeito, do vereador. Primeiro que o PCdoB não tinha prefeito em geral”.

Ele destacou, de igual forma, que os eleitores que o levaram repetidas vezes à Câmara dos Deputados não se enquadravam em nenhum grupo específico, que demandasse ações em defesa de qualquer cooperação.

Eu não era de uma corporação específica. Eu tinha saído do movimento estudantil. Militava no PCdoB, mantendo relação com metalúrgicos, médicos, advogados, vereadores do partido, condutores, estudantes, acadêmicos. Essa era a composição do apoio político que me elegia. Então, eu tinha uma agenda nacional. Então, me preocupava com a lei de patentes. Era uma agenda nacional, não era uma agenda de um grupo específico. Eu me interessei, debati, fiz seminários. Depois, discuti o Pró-ácool. Não tinha nada a ver com o Pró-ácool. Eu não era apoiado. O meu voto era um voto urbano. Era um voto mais ligado ao mundo do trabalho.

Desde que assumiu “*mandato*” na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo assentou seu firme posicionamento ideológico, declarando que, até o início do governo Lula, em 2003, mais de uma década após o início do seu primeiro “*mandato*”, fez oposição aos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, e o que chamou de “quase apoio” ao governo de Itamar Franco:

Aliás, nos três primeiros mandatos, e de 98 a 2002, eu fiz oposição; depois tivemos uma posição mais equilibrada, quase de apoio, ao governo do presidente Itamar. Depois, fizemos oposição ao governo do presidente Fernando Henrique

O ex-presidente, de igual maneira, destaca o fato de ter sido o primeiro “*líder*” do governo Lula. É fundamental dimensionar a importância desta escolha, uma vez que se tratava da escolha do primeiro líder de um presidente de esquerda, pós-redemocratização. A escolha poderia ter recaído em qualquer um dos deputados federais eleitos pelo Partido dos Trabalhadores ou de um deputado federal eleito pelo Partido Liberal, que havia indicado o vice-presidente José Alencar. Todavia, o partido comunista, de bancada muito inferior, acabou por ter seu principal parlamentar escolhido para conduzir a agenda do governo na Câmara dos Deputados.

Para ilustrar a importância da escolha de Rebelo como “*líder*” do governo Lula, nas eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores elegeu 91 deputados federais, o Partido Liberal 26 e o Pcdob apenas 12 (Folha de S. Paulo, 2002).

No governo do presidente Lula o PCdoB apoiava o governo, e eu fui escolhido o primeiro líder do governo em 2003. Fui convidado pelo presidente Lula para assumir a liderança do governo. E fizemos lá um trabalho num primeiro momento difícil, porque a base política do governo era muito reduzida.

A coligação que elegeu o presidente Lula era formada pelo PT, pelo PL, que era o partido do vice, do José Alencar, presidido pelo Valdemar... já era o Valdemar da Costa Neto que presidia. E o terceiro partido era o PCdoB, que tinha uma bancada de 10 ou 12 deputados. E como líder do governo, o primeiro desafio era ampliar a base de sustentação dentro da Câmara para viabilizar aprovação de propostas importantes, algumas emendas à Constituição, como o caso da reforma tributária, da reforma da Previdência, que eram desafios muito grandes. Então, foi esse o primeiro trabalho que eu tive como líder.

Do êxito no trabalho como “líder” veio o convite para assumir “cargo” no Palácio do Planalto e coordenar não apenas a agenda política do governo na Câmara dos Deputados, mas, de igual maneira, coordenar a articulação política com “os governadores, com prefeitos, com o Congresso, a Câmara, o Senado, e relações institucionais em geral”:

Em seguida, o presidente me convidou para o ministério, e mais dois ou três líderes e vice-líder do governo, que tinham se empenhado nas propostas do governo no ano de 2003, que integravam a minha equipe de vice-líderes, foram convidados para participar do governo.

E eu, ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, que era o Ministério, que era uma secretaria da Presidência da República, com status de Ministério, que trabalhava no próprio Palácio, junto ao Presidente, e que era responsável pela articulação com os governadores, com prefeitos, com o Congresso, a Câmara, o Senado, e relações institucionais em geral. Ou seja, quando aparecia uma agenda que era demanda ou institucional ou mesmo privada, geralmente passava pela coordenação política e era despachada com o presidente.

A relevância do entrevistado é notada, de igual maneira, quando da sua saída do “cargo” de coordenador político do governo para retornar à Câmara dos Deputados. Seria a terceira missão seguida que deveria cumprir a pedido do presidente Lula e justamente no momento mais sensível do governo:

E ali eu fiquei um pouco mais de um ano, até que veio a crise do Mensalão, que abalou o governo, porque envolvia figuras importantes do governo, como o ministro-chefe da Casa Civil, que era o deputado Zé Dirceu, um líder importante do governo, que foi quem fez a denúncia, era de um partido aliado, era o líder do PTB, que era o deputado Roberto Jefferson, que havia se empenhado bastante em 2003 na aprovação das medidas do governo

Então, me pediu para voltar para a Câmara dos Deputados para ajudar o governo naquele momento difícil. E eu voltei para a Câmara. O governo já tinha sofrido uma derrota importante na eleição da Mesa da Câmara, porque o

PT protagonizou duas candidaturas. E o resultado foi que o deputado Severino Cavalcanti ganhou a eleição contra a base do PT.

O ex-presidente relata, de forma bastante pormenorizada, a sua perspectiva sobre a crise institucional que permitiu que um parlamentar de uma bancada de apenas 12 deputados fosse apontado como vetor capaz de atrair os parlamentares de diversos partidos que pretendiam derrotar, mais uma vez, a candidatura governista:

De certa forma, era governo contra governo, mas foi uma derrota do governo porque o PT era o partido do presidente da República. E o deputado Severino Cavalcanti foi eleito. Em seguida já veio a crise do Mensalão e ele sofreu muita pressão, porque havia a ideia de que se abrisse um processo de impeachment contra o presidente da República. E o deputado Severino Cavalcanti resistiu a essa ideia. Eu acho que aí foi a chave da campanha para a cassação do mandato do deputado Severino Cavalcante.

Ele cometeu alguns erros ao procurar fornecedores da Câmara para colaborar com a campanha da família, ele tinha filhos envolvidos em política. E aí descobriram um cheque de uma fornecedora, um restaurante, um bar, qualquer coisa lá que tinha uma concessão da Câmara. E aí desencadeou-se o processo de impeachment contra o presidente Severino Cavalcanti. No meio da crise do Mensalão, veio esse processo de impeachment. E a oposição, se sentindo fortalecida, imaginou que podia ganhar a eleição da Mesa da Câmara.

E, ganhando a eleição, naturalmente, ficava muito próxima a abertura do processo de impedimento do presidente.

Com a possibilidade de nova derrota do governo, o nome de Aldo Rebelo foi sugerido ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. O entrevistado, de acordo com seu relato, não pretendia se candidatar ao “*cargo*” de presidente da Câmara dos Deputados. Foi com o reconhecimento de diversos colegas, diante da crise engendrada, que lançou sua candidatura:

E, naquele momento, o PT apresentou uma candidatura do deputado Arlindo Chinaglia. Eu não era candidato, o PCdoB achava que deveria apoiar a candidatura do deputado Arlindo Chinaglia. Mas dentro da própria Câmara, aqueles que não se sentiam confortáveis com a possibilidade da vitória da oposição alertaram o presidente da República que uma candidatura do PT iria ser derrotada. Que o deputado José Tomás Nonô, que era vice-presidente da Câmara e era do PFL, que ele poderia ganhar a eleição.

E o presidente naturalmente ficou preocupado, ouviu alguns interlocutores, que eu sei, inclusive do próprio PT, que confirmaram a possibilidade da derrota do governo e da vitória da oposição.

E esses interlocutores apontaram o meu nome como um nome possível de reunir aliados suficientes para derrotar a oposição. Porque o PMDB, que já estava dividido, uma parcela grande votaria na oposição contra o candidato do PT. Mas líderes do próprio MDB disseram que se eu fosse candidato, provavelmente a maior parte do MDB poderia me apoiar. E, assim, a candidatura do PT foi substituída e já de última hora a minha candidatura foi apresentada com o apoio do PT e para tentar unir a base do governo.

Em outros momentos da entrevista, Aldo Rebelo enfatiza a legitimidade que alcançou entre seus pares e o reconhecimento de suas habilidades, que fizeram com que ocupasse diversos “*cargos*” e posições que, naturalmente, não caberiam a um parlamentar do Pcdob:

E eu tinha, naquela altura, construído uma trajetória na Câmara de diálogo, de composição, com todas as vertentes, com todas as bancadas. A minha agenda, depois de eleito, era uma agenda nacional.

Eu não era deputado de uma corporação, eu não era deputado de um grupo, eu não era um deputado de um grupo profissional, de uma corporação profissional.

Eu me preocupava com a agenda de defesa, viajava muito para a Amazônia, convivia com esses deputados que também tinham esse mesmo interesse, o próprio deputado Bolsonaro, deputado José Genuíno, trabalhávamos na Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional.

Eu fui presidente de uma CPI, a CPI do futebol, da CBF, Nike, que também não caberia ao PCdoB, pelo tamanho da bancada. Mas ali foi uma articulação do próprio presidente, acho que era o Aécio, e outros deputados, que disseram: ‘não, põe o Rebelo para ser o relator-presidente da CPI, que ele conduz com equilíbrio’.

Depois, na liderança do governo, eu também tive uma boa relação com a base do governo, que era heterogênea, porque não era só o PT e o PC do B, tinha o PSB, tinha o PTB, tinha o PP, tinha o PL. Todos esses partidos participavam da condução da liderança do governo. Eles eram protagonistas. Um deputado do PTB era meu vice-líder. Coloquei um deputado do PTB para ser meu vice-líder.

O ex-presidente, então, sintetizou a trajetória do seu “*mandato*”, apontando o que denominou um mandato de composição, que essa sua “*formação*” para o diálogo seria a chave da sua indicação para o concorrer ao cargo de presidente naquela conjuntura: “e acho que essas minhas atitudes, esse meu comportamento, deu aos meus mandatos a imagem de mandatos de composição”.

É interessante, de igual sorte, a percepção do entrevistado sobre a “*eleição*” que o consagrou vitorioso, visto que sua escolha decorreu não de uma preferência do governo ou da proeminência do seu partido, mas, sim, das circunstâncias de uma nova derrota do governo e da indicação de parlamentares e líderes de diversos partidos, tanto da base do governo quanto de oposição:

Foi uma eleição tumultuada e difícil porque outros candidatos se mantiveram na disputa, de tal sorte que, numa eleição em dois turnos, o primeiro turno terminou empatado. O deputado Zé Tomás Nonô, que era um deputado muito respeitado, muito admirado, muito competente. Tinha também muito apoio não só da oposição, mas também por ser uma figura respeitada na Câmara e já era o vice-presidente da Câmara.

E eu era um pouco mais jovem do que ele, inclusive no número de mandatos, na idade, mas também tinha o respeito e o apreço da Câmara, porque tinha passado já por experiências como líder do governo, líder da oposição, presidente de CPI, presidente de Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, e as pessoas respeitavam o meu equilíbrio, a minha capacidade de encontrar soluções para problemas que surgem em uma instituição como a Câmara dos Deputados.

A disputa foi tão acirrada que o primeiro turno acabou empatado, com Aldo Rebelo e José Tomas Nonô com 182 votos cada um. O ex-presidente ainda observou os apoios que obteve entre o primeiro e o segundo turno, a despeito do pequeno intervalo entre os escrutínios.

Tínhamos, os dois candidatos, bastante apoio. Terminou empatada no primeiro turno. No segundo turno, que é disputado meia hora depois, naturalmente isso tudo torna-se imprevisível. Mas nós conseguimos reunir, mesmo em partidos que se dividiram, como PTB, PP, etc., apoio. O deputado Ciro Nogueira terminou no segundo turno me apoiando.

O deputado Fleury Filho terminou no segundo turno me apoiando. Já tínhamos o apoio de Inocêncio Oliveira, de José Múcio e de outros deputados que não eram do PT nem do PCdoB. O PDT teve um papel importante porque teve candidatura própria no primeiro turno, o ex-governador Alceu Colares. No segundo turno o PDT tendia a se dividir porque fazia uma oposição muito forte ao governo, mas um deputado muito experiente e com muita autoridade, que foi o deputado Neiva Moreira, fez um apelo à bancada para não apoiar do candidato da oposição e me apoiar no segundo turno, já que eu tinha boas relações com o PDT e com o próprio ex-governador Leonel Brizola.

Nós temos relações muito boas com o Brizola. E isso pesou. E no fim, a eleição se deu por uma diferença muito pequena. Eu fui eleito por uma diferença pequena.

O relato do ex-presidente confirma sua perspectiva sobre a própria carreira ao observar que os apoios obtidos entre o primeiro e o segundo turno de “*eleição*” denotam a relação pessoal de importantíssimos parlamentares que, muito embora não garantissem o apoio formal de partidos de oposição ao governo, garantiram votos de deputados de oposição.

De fato, a diferença de votos na “*eleição*” de Aldo Rebelo e José Tomas Nonô foi ínfima, apenas 12 votos separaram os candidatos. A título de comparação, considerando apenas as eleições após a Câmara dos Deputados passar a ser integrada por 513 deputados federais, o que se deu a partir do ano de 1994 (Brasil, 1993), Aldo Rebelo apenas alcançou maior número absoluto de votos que Michel Temer, em 1995. Na oportunidade, o ex-presidente Michel Temer recebeu 257; entretanto, fora eleito no primeiro turno (Câmara dos Deputados, 2023).

Depreende-se da análise da entrevista de Aldo Rebelo que a sua trajetória política, a partir de sua própria perspectiva, foi profundamente moldada por sua militância estudantil e sua capacidade de articulação política. Sua origem humilde e sua atuação ativa na reconstrução da

União Nacional dos Estudantes (UNE) foram fundamentais para a construção de seu capital político e para sua inserção em uma trajetória de destaque na política nacional.

Aldo Rebelo reforçou, em mais de uma oportunidade, sua habilidade em transitar por diferentes espaços e causas, desde a militância estudantil até a atuação parlamentar e a liderança no governo, consolidando uma imagem de político de diálogo e composição. É de notar que Aldo Rebelo, exceto quando se referiu as suas habilidades de diálogo e composição, deu pouca ênfase à “*dimensão pessoal*”, dando destaque a aspectos da “*dimensão profissional*”.

O ex-presidente destacou, ainda, a própria capacidade de se adaptar e de construir alianças estratégicas, inclusive em situações adversas, como as crises políticas que enfrentou, que explicam sua ascensão a “*cargos*” relevantes, como a liderança do primeiro ano de mandato do presidente Lula e, especificamente, a presidência da Câmara dos Deputados.

Ademais, a análise da entrevista, a partir do referencial teórico desenvolvido neste trabalho, permitiu evidenciar quais categorias tiveram maior impacto na acumulação de capital político do ex-presidente e os meios de conversão deste capital para que ele viesse a ocupar cargos.

Portanto, a trajetória de Aldo Rebelo, conforme foi narrada, ilustra como a combinação de experiência pessoal, engajamento ideológico e ação estratégica pode contribuir para a formação de um líder político influente. Seu percurso revela a importância que a militância em movimentos sociais e a capacidade de adaptação e resiliência diante das adversidades políticas tiveram em sua trajetória. Esses elementos foram cruciais para que Rebelo pudesse consolidar sua posição no cenário político brasileiro e, eventualmente, ascender a cargos de destaque, incluindo a presidência da Câmara dos Deputados. Assim, sua história exemplifica a interação entre capital social, cultural e político na formação de lideranças políticas no Brasil, evidenciando a complexidade e a multifacetada natureza das trajetórias políticas no contexto nacional.

4.3 Marco Maia

Marco Aurélio Spall Maia nasceu em Canoas, Rio Grande do Sul, no dia 27 de dezembro de 1965, filho de uma “*família*” simples, mas que, conforme será possível verificar por seu relato, teve relevante impacto em sua trajetória política. Marco Maia iniciou a entrevista relatando que: “eu, na verdade, sou filho de uma família muito pobre, que meu pai era guarda noturno e a minha mãe uma dona de casa a vida toda. E o meu pai por ser, enfim, um guarda noturno sempre teve uma remuneração extremamente baixa”.

O entrevistado destaca a influência do engajamento social de seu pai, a despeito da baixa educação formal. Tal influência será notada ao longo de toda sua trajetória, especialmente nas suas escolhas até ocupar a primeira vez o cargo de deputado federal:

O meu pai, apesar de ser um cidadão que não tinha uma formação maior, mas ele era alguém que já na época da fábrica, no trabalho dele, ele tinha um certo envolvimento não político, mas um certo envolvimento social. Então era ele, por exemplo, que trazia para o sindicato as propostas de filiação dos trabalhadores no sindicato. Muito com o intuito do cara se proteger, ter uma assistência social, ter um médico, ter lá um salão de festa quando fosse fazer um aniversário do filho, alguma coisa assim, do que com uma consciência política.

Conquanto o ex-presidente reflita que o engajamento de seu pai não tinha uma natureza estritamente política, reconhece que havia uma orientação política de centro-esquerda em suas ações. Isso evidencia, como mencionado anteriormente, a influência dos valores familiares na sua “*formação*”:

Ao mesmo tempo, por óbvio, também ele tinha uma orientação política mais à centro-esquerda do que à direita, mas também não era uma militância política. Na época, por exemplo, ele era eleitor do MDB e não era eleitor da Arena, que eram os dois partidos que se organizavam no final da década de 70 e início da década de 80 no país. Então ele era eleitor do Pedro Simon, por exemplo, e não votava com a Arena.

O entrevistado, de igual forma, salientou a importância do que denominou de “a vida vai te conduzindo”, que poder-se-ia qualificar como “*destino/sorte*”, ou qualquer outra forma de contingência.

Aí a vida vai te conduzindo pra tomada de decisões e tal, e eu quando estava na sétima série na oitava série do ensino fundamental, o Banco do Brasil, naquela época, procurava nas escolas os melhores alunos, os alunos mais bem colocados do último ano, para ir fazer um estágio no Banco do Brasil. Depois tu seguia a carreira do Banco do Brasil, tinha um concurso interno, alguma coisa, naquela época. E quando eu tinha, eu estava ali nessa fase, com uns 14, 15 anos de idade, o Banco do Brasil vai à escola que eu estudava, que era uma escola estadual, polivalente, no município de Santa Cruz do Sul. E os professores, na época, indicam a mim e mais outros dois alunos para fazerem esse estágio no Banco do Brasil. E eu não quis fazer o estágio, que era uma coisa, na época, importante, boa, né? A possibilidade de trabalhar, imagina, no Banco do Brasil.

A despeito de ter atribuído ao “*destino*” ou à ideia de que “a vida te conduz”, Marco Maia demonstrou uma clara determinação em diversas oportunidades que moldaram sua trajetória. Ainda que não tenha afirmado explicitamente, sugeriu que a opção pela carreira de

torneiro mecânico e, principalmente, o engajamento em questões sociais, seguindo o exemplo de seu pai, captavam mais o seu desejo e, por conseguinte, influenciaram significativamente sua formação e, também, a “*dimensão institucional/profissional*” de sua carreira:

Eu quis ir fazer um curso no Senai de torneiro mecânico. Aquilo me motivava mais para o meu futuro. Embora não tivesse uma projeção de uma grande carreira, imagina um torneiro mecânico. Enfim, naquela época eu fui para o Senai. Então aí fiz aos 14, 15 anos, uns dois anos de Senai como torneiro mecânico.

E, neste momento, deu-se o início da “*dimensão profissional*” do ex-presidente, que, finalizado o curso de torneiro mecânico, passou a trabalhar em fábricas e, paralelamente, deflagrou o contato com o mundo sindical. E, uma vez mais, surge no relato do entrevistado a influência de sua “*família*”, na figura de seu pai, nos caminhos que percorreu, especialmente em relação a sua ligação com o universo sindicalista.

Dali eu fui para uma fábrica chamada Massey Ferguson, que era uma fábrica de trator, para fazer um estágio de torneiro mecânico, e comecei a ter o primeiro contato com o mundo sindical, propriamente dito. O meu pai trabalhava nessa fábrica também, como guarda noturno, como vigia, e aí eu escutava um pouco as conversas, muito novo ainda, 16 anos, 15, 16 anos, terminando o ensino fundamental e tal, mas eu escutava as conversas.

Marco Maia ainda revela, em outra oportunidade, nova decisão que teve significativa repercussão no seu caminho, quando, ainda na adolescência, novamente com o interesse em associativismo, se aproxima da Igreja Católica, mais especificamente, da Teologia da Libertação³⁴, que é considerada a linha mais à esquerda da Igreja.

Neste período, eu acabei me aproximando também de uns meninos do bairro, e um desses meninos participava de um grupo de jovens da Igreja Católica e lá pelas tantas eles me convidam para ir fazer um retiro num morro que tinha lá perto da cidade de Canoas, onde nós morávamos, e nesse retiro eu gostei da conversa... O Papa que falava contra as guerras, aquela coisa mais social, tal, contra as drogas. Gostei daquilo e comecei a participar do grupo dos jovens da igreja.

³⁴ A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã que surgiu na América Latina na década de 1960 e é amplamente associada a uma perspectiva mais à esquerda no contexto da Igreja Católica. Ela enfatiza a justiça social, a defesa dos pobres e oprimidos, e a luta contra a desigualdade e a opressão. Essa teologia busca interpretar o evangelho de Jesus Cristo a partir da realidade dos pobres e marginalizados, promovendo uma prática cristã de transformação social.

Como o próprio entrevistado destacou, a “*dimensão institucional*” da sua vida era dividida em dois círculos, o do trabalho, com a influência do sindicato, e o da religião, na qual observou já exercer papel de liderança: “Então eu tinha um espaço, que era o espaço da fábrica, onde eu estagiava como torneiro mecânico, que eu ouvia as conversas mais sindicais e tal, e política, e tinha aquele espaço do grupo de jovens, onde eu organizava uma juventude que tinha uma certa rebeldia e tal.”

Mas outro registro importante, com significativa consequência na “*dimensão institucional/profissional*”, foi de uma curta carreira militar de Marco Maia. Novamente, o entrevistado enfatiza como a decisão de não prosseguir, que foi afetada por não ter obtido uma promoção, houve por designar seu retorno à fábrica. Sem dizer, o ex-presidente traz de volta a categoria “*destino/sorte*” para sua trajetória:

E acabei nesse período indo pro quartel também, fui servir no quartel e foi um momento também de uma segunda decisão na minha vida, porque eu fiz um curso de cabo no quartel, depois fiz um curso de sargento no quartel, no período que eu fiquei no quartel, e no final do meu período veio uma promoção para sargento no quartel.

E o camarada que era o comandante do quartel à época [...] deu a promoção que era para mim, para o cara que tinha sido o segundo colocado no curso anterior. E aquilo me incomodou um pouco, a minha rebeldia, e o cara disse: ‘se você fica aqui, no outro ano tu vai ser promovido’. E aquilo me incomodou um pouco. Você quer saber de uma coisa? Vou voltar para a fábrica, não quero saber do quartel, isso não tem nada a ver comigo e tal. Vou voltar para dentro da fábrica para ser torneiro mecânico, que já era a minha formação. E abandonei o quartel e fui embora, foi um segundo momento de decisão. Se eu tivesse decidido ficar, talvez estivesse até hoje aí na carreira militar.

De acordo com seu relato, foi o fato de não ser promovido, e o que denominou de sua “rebeldia”, que despertou a consciência de que a carreira militar “não tem nada a ver comigo”. Por isso, talvez, mesmo sem dizer, Marco Maia sugere que “destino/sorte” foram relevantes neste momento, de igual forma. A transcrição da fala da entrevista serve como bom resumo sobre o impacto das suas decisões na juventude, tanto impacto na sua “*formação*”, mas, especialmente, impacto na “*dimensão institucional*”.

Então eu neguei o Banco do Brasil, a carreira no Banco do Brasil, neguei depois a carreira militar e voltei para dentro da fábrica como torneiro mecânico. Aí sim, já não era mais estagiário, já trabalhava como torneiro mecânico, e nesse período a Igreja Católica e os grupos de jovens sofriam na sua grande maioria, uma influência da Teologia da Libertação. Foi esse o Leonardo Boff.

E, segundo a perspectiva do entrevistado, o que o levou a se filiar ao Partido dos Trabalhadores foi justamente seu envolvimento com a Igreja Católica, que, àquela altura, incentivava os leigos a terem, para além da vida religiosa, uma presença na sociedade, especificamente, na política: “O setor da pastoral da juventude começou a debater e a discutir a participação política”. E prossegue:

Já discutia muitos sindicatos, associações, associação de bairro, essa coisa toda, mas começou a discutir também a participação política, de ter um engajamento em algum partido político, e o partido que surgia na época era o PT. O que me levou a me filiar ao PT, em 1985. Eu tinha na época 20 anos de idade. Então vinha dessa militância da pastoral, da juventude da Igreja, com essa consciência da fábrica, de quem era trabalhador, metalúrgico, operário e tal, dentro da fábrica, e me filiei ao PT, em 1985. Em 1987, eu entro para a diretoria do sindicato, porque aí também a pastoral da juventude, os movimentos de Igreja diziam: ‘Ó, o leigo tem que ter um pé na igreja e um pé na sociedade, na organização social’. Eu já estava no partido e resolvo entrar para a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Canoas.

Da mesma forma, é a influência da Igreja que move Marco Maia a ocupar o primeiro “cargo” em um sindicato, na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Em sua trajetória sindical, ele ocupou os “cargos” de secretário, vice-presidente e presidente.

E, conquanto fosse ainda muito jovem e tivesse recém iniciado sua trajetória político-sindical, em 1988, concorre a prefeito da cidade de Canoas pelo PT, com apenas 22 anos de idade. Desde o início, ele demonstrou que sua atuação e influência dentro do “partido” e do sindicato não passariam despercebidas. A referida influência marcou toda a “dimensão institucional” do ex-presidente:

Eu queimava muito as etapas da militância, porque eu com 18 anos entrei para o sindicato, para a diretoria do sindicato. Com 21 anos, com 20 anos, 20 anos e um pouquinho já virei candidato a prefeito da cidade de Canoas, que era a segunda cidade mais importante do estado. E com uma disputa interna no PT, porque eu disputei internamente no PT a vaga para ser candidato a prefeito.

Da perspectiva de Marco Maia, sua ligação com os dois setores da sociedade que integrava, além do partido político, deram a ele condições de “queimar etapas” e vencer as demais correntes partidárias, mais à esquerda, a ponto de ser escolhido, em convenção, candidato prefeito da segunda cidade mais importante do Rio Grande do Sul, apenas aos 22 anos:

Naquela época, o PT já tinha as correntes, as tendências internas do partido, mas tinha uma tendência muito... muito ligada à Igreja, que era da qual eu fazia parte, e outras tendências que eram oriundas das organizações de esquerdas mais tradicionais, pré-revolucionárias. Então tinha a PRC, ORMDS, que era a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista, enfim, tinham várias correntes e que tinham representação em Canoas.

Essas correntes, por óbvio, não queriam que alguém da Igreja que era considerado mais à direita, digamos assim, dentro do partido, fosse candidato. Eu disputei com eles a convenção e ganhei a convenção porque a Igreja era muito forte também dentro do partido.

Muito embora tenha demonstrado força na disputa interna do “partido”, o entrevistado terminou a eleição em terceiro lugar. Seria sua primeira derrota em “eleições”, mas não seria a última, tanto nas oportunidades que concorreu para prefeito de Canoas, em duas outras “eleições”, quanto quando disputou os “cargos” de deputado estadual e federal. Em suas próprias palavras: “me faltou um insumo básico pra eleição, que era voto, então não me elegi”.

Em 1990, concorreu ao cargo de deputado estadual, e, como antecipado, faltou o insumo voto. A partir desta derrota, o ex-presidente, segundo seu relato, deu “uma outra guinada na [sua] militância”. Entendendo que estava dividido entre a atuação partidária e a sindical, optou por se dedicar com mais fervor às lutas classistas e acabou por ocupar seu primeiro “cargo” em âmbito nacional:

Se eu estava ali naquele limbo entre o sindicato e a política partidária, militando no sindicato, disputando eleição na cidade e no estado, em 1990 eu resolvo não disputar mais eleição partidária e militar no sindicato. Então aí eu virei dirigente nacional dos metalúrgicos da CUT, fui para a direção da CUT estadual, depois fui para a direção nacional dos metalúrgicos da CUT, viajei o mundo inteiro nesse período, os metalúrgicos eram muito organizados. Então, viajei o mundo inteiro participando de negociações. As principais negociações pelo mundo... Volkswagen, Scania, Volvo, essas grandes mineradoras.... também grandes usinas que nós temos aí no Brasil, que eram com representação fora do Brasil [...].

Se nos primórdios de sua trajetória Marco Maia se dividiu entre a militância partidária e a sindical, nos 10 anos seguintes, “toda a década de 90”, dedicou-se exclusivamente a trabalhar como sindicalista.

A volta às disputas eleitorais não se deu por iniciativa própria, mas, sim, por insistência dos membros do Partido dos Trabalhadores de Canoas. Se da primeira vez que concorreu ao cargo foi necessário disputar e vencer a convenção partidária, passados 12 anos, a maior parte não tão ligada à atividade partidária, houve reconhecimento da importância do entrevistado naquele contexto eleitoral.

Em 2000, a turma do PT na cidade, em especial meu cunhado à época, que era militante do partido, me convenceram a concorrer à prefeitura de novo da cidade. Toda eleição para prefeito, o partido da cidade fazia uma consulta. Primeiro ia consultar o Paim, se o Paim queria ser candidato, topava esse candado da prefeitura. O Paim nunca topou. Depois iam perguntar a mim se eu queria ser candidato a prefeito, eu também não topava, e aí o partido escolhia outra pessoa para ser candidato. Em 2000, eles cumpriram o mesmo ritual, foram no Paim, o Paim não quis concorrer, vieram em mim, e aí conseguiram me convencer a concorrer à prefeitura. E tinha, de fato, uma chance do PT ganhar a eleição. O Olívio Dutra já governava, já tinha governado Porto Alegre. O PT governava Porto Alegre já há muito tempo. Aliás, o Olívio Dutra era governador do Estado. Já nesse momento, em 2000, o PT já governava algumas cidades, estava muito bem na política estadual, e havia uma chance do PT ganhar a eleição em Canoas, até porque o setor mais à direita ia se dividir naquela eleição.

Porém, ao contrário da primeira “*eleição*” em que concorreu para o cargo de prefeito de Canoas, a falta do “insumo voto” foi bem pequena e, por muito pouco, 800, de acordo com Marco Maia, o ex-presidente não foi eleito para exercer o seu primeiro mandato eletivo:

Aí me convenceram, eu disputei a eleição, E aí vem uma outra guinada. Quando eu saí para disputar a eleição eu digo: ‘agora eu largo o movimento sindical e vou enveredar pela política partidária. Eu dispueto a eleição, perco a eleição por 800 votos.

O resultado, pelo olhar do ex-presidente, pode ser entendido como uma vitória, e que foi recompensada com o convite do então governador do estado, Olívio Dutra, para ocupar um “*cargo*” na administração estadual: “O Olívio Dutra, logo depois da eleição, me convida para ser secretário da administração do Estado do Rio Grande do Sul. Eu fico dois anos como secretário da administração”.

A trajetória de Marco Maia deu, mais uma vez, uma guinada. Após concorrer ao “*cargo*” de prefeito de Canoas pela segunda vez e ficar próximo da vitória, em 2002, disputou pela primeira vez o cargo de deputado federal. Novamente não foi eleito, todavia, como destacou, fez “70 mil votos, que era uma votação boa, importante, no Estado”. O resultado nas “*eleições*” reforçava, principalmente, de acordo com seu relato, a liderança na região de Canoas: “E fiz um voto em cada quatro em Canoas. Fiz 25% dos votos da cidade de Canoas. Uns 45 mil votos em Canoas. O que me, digamos, me consolidava, inclusive, para disputar a eleição para prefeito em 2004 novamente em Canoas”.

A conjuntura, naquela altura, o favorecia, haja vista o crescimento do Partido dos Trabalhadores que teve como principal resultado a eleição de Lula para o exercício do primeiro mandato presidencial. E, mais uma vez, o resultado expressivo é reconhecido com sua indicação

para ocupar novo “*cargo*”, agora na administração pública federal: “Aí eu fico na primeira suplência, o Lula ganha a eleição presidencial, a primeira dele em 2002, e aí o Olívio Dutra me convida, o Olívio Dutra assume o Ministério das Cidades e me convida para ser o diretor-presidente da Transurb em Porto Alegre”.

O “*cargo*” na Transurb, como é característico de nomeações temporárias, era considerado transitório. Como os resultados das duas eleições anteriores, a municipal de 2000 e a geral de 2002, foram encorajadores, o objetivo era manter-se engajado para a eleição subsequente, em 2004:

Aí eu fico na diretoria da Transurb em Porto Alegre por mais de um ano e meio, saio para disputar a Prefeitura de Canoas novamente, esta era a minha terceira disputa da Prefeitura de Canoas. E ao disputar a Prefeitura de Canoas, aí não ganho de novo a eleição. Fiquei muito atrás, porque o prefeito foi para a reeleição e estava bem, na época, na cidade.

Mas se o resultado das “*eleições*” municipais de 2004 não foi o esperado, a contingência acabou favorecendo. O “*destino/sorte*” providenciaram para que Marco Maia ocupasse seu primeiro cargo eletivo, o de deputado federal: “Mas o prefeito Ary Vanazzi, que era deputado federal na época, se elege prefeito de São Leopoldo. E eu assumo a vaga, então, de deputado federal aqui em 2005, janeiro de 2005”.

O ex-presidente contou a primeira experiência logo que empossado para exercer o “*cargo*” de deputado federal:

Aí começa a minha trajetória política aqui na Câmara. Mas essa é a história até chegar aqui. Foi mais ou menos isso aí que aconteceu. Bom, aqui tem outros detalhes, mas não vem ao caso. Mas eu contaria aqui, gente, o primeiro ensinamento que eu tive aqui na Câmara dos Deputados. Eu tomei posse aqui no dia 1º de... dia 2 de janeiro de 2005.

Tava o recesso aqui, eu vim pra cá. E quem me deu a posse aqui foi o João Alves. Não, não era o João Alves... João Caldas. João Caldas, esse que é de Alagoas e tal. Lá foi quem me deu a posse e tal, na época, aqui e tal. E eu saio daqui, volto pra... pra Porto Alegre. E no primeiro dia, toca o telefone, eu atendo o telefone. Era o deputado Inocêncio Oliveira. me cumprimentando pelo fato de eu ter assumido o cargo aqui, o mandato de deputado. O Inocêncio era um cara membro da Mesa, tinha toda uma história. Aquilo me chamou a atenção. O Inocêncio me ligou para me cumprimentar, porque eu tinha assumido o mandato de deputado. Passou 24 horas, toca o telefone de novo, era o Inocêncio: ‘O que o senhor deseja? Eu estou lhe ligando para lhe pedir o seu voto para a Mesa da Câmara’.

Ele era candidato acho que a segundo vice-presidente ou segundo secretário na época e tal. Mas aquilo, rapaz... E na época nós chamávamos, nós dizíamos que o Inocêncio era que nem guardanapo, né? Ele não saía nunca da Mesa da Câmara. E ele se elegia em todas as eleições pra Mesa da Câmara. E ali eu aprendi com o deputado Inocêncio que, mesmo numa disputa eleitoral aqui na Câmara dos Deputados, entre os deputados, você tinha que pedir o voto. Você tinha que fazer esse gesto, uma coisa importante. E eu votei naquela eleição

no Inocêncio, apesar de não ser do meu partido, de ser da oposição, porque o Inocêncio me pediu o voto. E o outro candidato, que eu nem me lembro quem era na época, não conversou comigo, não falou. Então, eu vou votar em você, não tenho compromisso com o outro.

O ex-presidente, que jamais tinha ocupado cargo eletivo, considerou que a iniciativa do também ex-presidente Inocêncio Oliveira contribuiu para sua “*formação*”. Note bem que o primeiro contato com a política, no sentido estrito, dentro da Câmara dos Deputados, foi com um parlamentar de oposição pedindo o voto para composição da Mesa diretora.

Aquilo foi um aprendizado. Eu chegando aqui, não conhecia nada da política partidária do Congresso. Era a minha primeira experiência com mandato. Então, o meu primeiro mandato foi o mandato de deputado federal. E o primeiro contato que eu tive aqui foi com o deputado Inocêncio.

Pouco mais de um ano da sua posse como deputado federal, o mundo político foi sacudido pelo que se denominou “escândalo do mensalão” que atingiu parlamentares de diversos partidos, mas, principalmente, lideranças do Partido dos Trabalhadores.

Mais uma vez, de acordo com o próprio ex-presidente, a contingência, “*destino/sorte*”, abriu caminho para avançar degraus dentro do “*partido*” e, conseqüentemente, dentro da Câmara dos Deputados:

Isso permitiu que outros parlamentares, na época com menos expressão, novos, aqui, pudessem ocupar espaço. A CPI acabou pegando João Paulo Cunha, que era presidente da Câmara, o Professor Luizinho, que tinha sido líder do governo. Enfim, dando alguns exemplos aqui de Zé Dirceu e tantos outros. Isto também permitiu o crescimento de outros deputados que não eram tão expressivos naquela época

De acordo com o entrevistado, além de afastar lideranças importantes do “*partido*”, “aquilo também acabou aproximando um grupo de deputados aqui em Brasília, do PT”. Destacou, ainda, que “tinha um sentimento de solidariedade muito grande com os deputados que estavam atingidos naquele momento pelo mensalão: João Paulo Cunha, o professor Luizinho, o Mentor, enfim, outros”.

A esse sentimento de solidariedade que demonstrou e da aproximação com os demais deputados do “*partido*”, Marco Maia atribui o que denominou “um divisor de águas na [sua] militância na Câmara, na [sua] história aqui na Câmara”:

E isto me levou em 2007, se não me engano, a ser indicado pelo partido para ser relator da CPI da crise do setor aéreo. Então, eu sempre digo que naquele

momento ali eu virei deputado. Até então eu era mais um deputado aqui dentro da Câmara dos Deputados, a partir do momento que tu assume um espaço como esse, de relatar uma CP importante no ano eleitoral de 2006... Era o ano eleitoral, tinha a reeleição do Lula e, portanto, um ano polêmico. Tinha a oposição, queria desgastar o presidente Lula de todas as formas.

O ex-presidente observou que “foi uma CPI extremamente polêmica” e recordou, ainda, que “no meio da CPI caiu o avião [...] da TAM”, fazendo com que a comissão durasse cerca de 10 meses:

Mas ali foi um divisor de águas na minha militância aqui da Câmara, na minha história aqui da Câmara. Primeiro que eu passei a ser conhecido pelos outros deputados, conhecido pela, pela sociedade, enfim, e marquei um modo, um jeito de conduzir aquele processo da CPI. Na CPI, o presidente era, hoje, o senador Marcelo Castro, e o vice-presidente era o Eduardo Cunha, que estava chegando também no PMDB aqui em Brasília, mas já chegava com força, chegava articulando, enfim, e se posicionando; ele era o vice-presidente da CPI, e estavam na CPI as principais lideranças da oposição também, A C.M. Neto, o Aécio, esse camarada que era, que virou o prefeito lá do Rio de Janeiro, o Eduardo Paes, essa turma toda, o Aleluia [...] essa turma toda era... estavam lá na CPI. Então, a direita toda, a direita, a oposição à época, estava toda lá na CPI, o governo também estava todo lá na CPI... eu fui relator da CPI.

Ou seja, com cerca de dois anos de mandato, sem maior expressão e desconhecido até dos seus pares, o ex-presidente assume o maior desafio do seu curto “*mandato*”. Marco Maia não destacou nenhuma outra atuação significativa, seja apresentação de um projeto de lei ou a relatoria de alguma proposição, nem a ocupação de cargo de líder ou em comissão relevante. Seu principal feito foi a relatoria da “CPI do Apagão Aéreo”.

Na perspectiva do ex-presidente, foi a atuação como relator da CPI, quando considera que tinha assumido “uma bronca dessas”, que fez com que o “*partido*” ficasse em débito consigo:

Bom, essa minha participação na CPI, apesar de ser uma coisa boa e ter me dado espaço, ela também acabou me deixando com um crédito do partido. Bom, eu assumi uma bronca dessas, agora, quando tiver alguma coisa boa, o partido tem que me indicar. E a turma pagou essa fatura, esse crédito, em 2009, quando o PT tinha o direito a indicar o vice-presidente da Câmara. E aí eu fui indicado pelo campo majoritário, por acordo, por uma indicação do campo majoritário à época, eu fui indicado para a vice-presidência da Câmara. Esta minha indicação para a vice-presidência da Câmara, ela, por óbvio, abriu mais ainda as portas... e a conjuntura política foi favorecendo.

Ocupando a vice-presidência da Câmara dos Deputados, em mais uma oportunidade, Marco Maia se refere à contingência: “as coisas da política vão contribuindo”. É importante frisar que, dos entrevistados, o único deputado que alcançou a presidência sem ter ocupado previamente o cargo de líder do seu partido foi Marco Maia.

Como o então presidente, Michel Temer, fora eleito para ocupar o cargo de vice-presidente da República, este renunciou ao mandato de deputado federal e, conseqüentemente, deixou a cadeira de presidente da Câmara dos Deputados. E, por “sorte/destino”, cabia ao Partido dos Trabalhadores indicar o próximo presidente, com base no acordo entabulado com o PMDB:

Aí ele renuncia, 45 dias antes do mandato. Eu assumo a presidência da Câmara no dia 15 de dezembro de 2010. Um pouquinho antes.... Por aí eu assumi a presidência da Câmara. E, por óbvio, o acordo PT-PMDB que existia naquela época estava em pleno funcionamento. Então, o PMDB tinha tido dois anos na presidência, nós na vice-presidência, os próximos dois anos seríamos nós na presidência e o PMDB na vice-presidência. Então o Michel Temer sai, eu assumo o lugar do Michel Temer e o PT tinha a indicação da vaga para a presidência nos próximos dois anos.

A condição, nos termos de Marco Maia, era favorável à construção de sua trajetória dentro da Câmara dos Deputados, que pode se considerar meteórica, estava em condições de alcançar seu ápice. Entretanto, foi necessário enfrentar a disputa dentro do “*partido*” e contar, novamente, com “*destino/sorte*”:

Bom, eu tinha uma condição pra mim muito favorável, mas não estava dada essa condição. O PT lança mais dois, mais dois deputados do PT se lançam candidato à presidência. Era uma decisão interna do partido, mas eles se lançam internamente. O deputado Arlindo Chinaglia e o deputado Cândido Vaccarezza, que era, na época, líder do governo. Os dois tinham mais votos do que eu na disputa interna do partido. O Cândido Vaccarezza representava o campo majoritário, o Arlindo Chinaglia representava a esquerda do partido e eu acabava pegando uma partezinha da chamada esquerda do partido e uma parte do campo majoritário. que tinha a denominação de “*articulação do b*”. Mas era assim: o Vaccarezza tinha 27 votos, o Arlindo tinha 25 votos, E eu tinha 22 votos.

O Chinaglia já tinha sido presidente. Mas aí eu tinha uma outra vantagem, eu era a segunda opção de todos. Então, quem votava no Arlindo no primeiro turno, se o Arlindo não fosse candidato, no segundo turno, votaria em mim. Quem votava no Cândido Vaccarezza no primeiro turno, na segunda votação, não votaria no Arlindo, votaria em mim. Então eu tinha, digamos, uma outra vantagem, que era, na retirada de qualquer uma das candidaturas deles, eu seria o escolhido. Que foi o que aconteceu. O PT marcou a data lá pra dezembro, pra definir o candidato a presidente. Um dia, esse dia, a reunião que estava marcada não acontece. A reunião, aí tem “*n*” articulações políticas acontecendo ao mesmo tempo. Quando chega às três horas da tarde, o Arlindo

Chinaglia retira a candidatura dele. Quando o Arlindo Chinaglia retira a candidatura, por óbvio, eu tinha ganhado a disputa, então. Mas nós levamos ainda a discussão até às 19 horas daquela noite para que o Vaccarezza retirasse a candidatura. O Vaccarezza retirou às 19 horas e aí eu sou escolhido por unanimidade, digamos assim, por consenso dentro do partido, então, para disputar a eleição para a presidência da Câmara. Óbvio, aqui é um relato rápido, né? Aqui tem todo um conjunto de articulações, de movimentos que foram feitos durante esse processo todo. E tem fatos que são, digamos assim, relevantes.

Entre os fatos relevantes suscitados pelo ex-presidente, consta a entrevista concedida pelo seu concorrente, deputado Candido Vaccarezza, para a revista Veja:

O Cândido Vaccarezza, uns 10 dias antes da definição, ele dá uma entrevista para as "Páginas Amarelas", da Veja. E foi uma entrevista complexa, assim, né? E do ponto de vista da esquerda é meio desastrosa a entrevista dele, então. E isso fez com que uma parte dos... uma parte sindical da bancada, que era muito ligada ao campo majoritário, migrasse dele pra mim, direto. Caras como o Berzoini, Vicentinho e outros migraram. Falaram que não podiam votar no Vaccarezza, mas foi depois dessa entrevista que ele deu. E você aparecer nas "Páginas Amarelas" da Veja era quase como atirar... uma pedra no Papa, era um sacrilégio, digamos assim. E o Vaccarezza comete esse erro, esse deslize então na época. Então esse foi um fator que também, em alguma medida, foi contribuindo e tal, para que chegasse a esta condição de eu ter os votos que eu já tinha e na segunda opção, se algum deles retirasse a candidatura, eu estava eleito. E o Arlindo Chinaglia faz esse movimento, antes do Vaccarezza, retira a candidatura, e aí a base, os deputados que apoiavam o Arlindo Chinaglia, imediatamente vem me apoiar.

O ex-presidente, durante seu relato sobre a articulação política que culminou na sua escolha para concorrer ao cargo de presidente, não mencionou diretamente qual teria sido a participação do governo. Somente mencionou quando perguntado:

Nós chamamos no PT do movimento das placas tectônicas, do Partido e do Planalto, né? Aí essas coisas todas se movimentam, né? Na época, o Padilha era o Ministro das Relações Institucionais. Era o Padilha que agora, na época, era o Ministro das Relações Institucionais. E era apoiador do... O governo queria o Vaccarezza como candidato. Não expressava isso publicamente, não dizia isso publicamente, mas era essa, digamos, a vontade do governo, vontade da maioria do governo. Talvez não a Dilma, porque a Dilma não era tão ligada a esse campo mais majoritário do partido, mas a maioria do governo tinha uma compreensão mais pró-Vaccarezza. Por óbvio se movimentou. Mas nisso o PT tem uma diferença, talvez, de outros. Essas influências, elas contam menos no debate interno desta natureza. Tanto que eu tinha uma parte do campo majoritário que estava comigo na eleição.

Após a articulação interna dentro do “*partido*” e com o apoio do PMDB, devido ao acordo prévio, Marco Maia concluiu que “bom, aí a eleição foi fácil, né?”, não sem recordar o seu primeiro ensinamento como deputado federal:

Óbvio que eu fiz campanha, a gente tinha aprendido lá com o Inocêncio, eu tinha feito isso como vice-presidente e, como presidente, mesmo tendo esse apoio todo, eu viajei o máximo de estados possíveis, liguei para todos os deputados, pedi voto, pedi apoio, fiz campanha como se não tivesse apoio nenhum. Até porque tinha esse aprendizado e acho que é uma coisa que todos os candidatos, quando tem eleição, tem que fazer. É bom, inclusive, pra democracia e pra conhecer os parlamentares, os deputados, a turma toda que tem voto aí na eleição.

Porém, para que a “*eleição*” fosse “fácil”, foi necessário ainda articular e conquistar o apoio de outros partidos. De acordo com o entrevistado, praticamente todos os partidos aderiram à sua candidatura, incluindo os partidos de oposição. Isso não evitou que deputados lançassem candidaturas avulsas, todavia, conforme afirmou Marco Maia, os acordos “de fio do bigode” foram cumpridos.

Bom, depois disso, gente, aí, uma coisa que na época era muito comum aqui no parlamento, que era o cumprimento de acordos. Os acordos todos eram acordos de fio do bigode, as lideranças tinham muito isso. Então, o acordo era PMDB e PT, PT e PMDB. E nós fazíamos sempre uma grande composição da Mesa da Câmara que contemplasse as principais pancadas, todo mundo se submetia a isso. Tanto que eu tive 21 partidos me apoiando, dos 22 que faziam parte da Câmara naquela eleição. O único que não me apoiou foi o PSOL, que não me apoiou. Os outros 20 partidos me apoiaram. O primeiro partido que declarou apoio a mim foi o DEM, o segundo partido o PSDB.

Eu tive que entrar na articulação com os outros partidos também. A parte mais dura foi o partido. Essa decisão do partido foi a parte mais complexa. Mas, depois eu tive que entrar em campanha para construir todos esses acordos. Uma peculiaridade da época, o Rodrigo Maia não queria me apoiar, na época. Mas depois ele entrou, porque aí tinha uma disputa interna no DEM, de espaço, de poder. Aí tinha que participar também, de alguma medida, dessas disputas que os partidos patrocinavam. Então, tinha internamente, tinha disputa no PP, tinha disputa no PMDB.

Disputa nas lideranças das bancadas e tal. No PMDB, por exemplo, o Osmar Serraglio se lança candidato a presidente. Ele é um deputado do Paraná. Aí a executiva, comandada pelo Eduardo Cunha, a executiva do PMDB faz uma reunião e tira uma decisão de que, se o Osmar Serraglio não retirasse a candidatura, eles iam expulsar o Osmar Serraglio do partido. E o Eduardo Cunha andava com a cartinha do Osmar Serraglio, da expulsora do Osmar Serraglio, assinada pelos membros do executivo no nolso. Porque aí eu ia cobrar deles, daí eu pegava o Eduardo Cunha, na época o Henrique Eduardo Alves, e eu pegava os dois, às vezes em reuniões, e falava assim: “Ó, vocês têm que tirar o Osmar Serraglio da disputa pra cumprir o acordo que vocês têm conosco”. ‘Fica tranquilo que vai dar tudo certo. Se ele não sair...’. Aí o Eduardo puxava a cartinha de expulsão dele: ‘já tá aqui’. Então, tudo isso foi

uma construção, né? Pelo processo. Mas como havia um acordo, geralmente os partidos cumpriam os acordos, né? O rompimento do acordo redundava nisso, né? Na expulsão do partido, ou no afastamento, o partido não sustentava a candidatura. Então não tinha, digamos assim...

Claro que a gente tinha os candidatos avulsos, né? Bolsonaro foi candidato na época, o Sandro Mabel, que foi o candidato mais forte, o Sandro Mabel era do PR, na época não era PL... ainda era PR. Mas o PR expulsou o Sandro Mabel do partido. Na época, a posição do PR, que era de apoiar a minha candidatura, estava no acordo também com o PR. A liderança na época do PR já era o Waldemar da Costa Neto. Mas o PSDB apoia, o DEM apoia, o PP apoia. Todos os partidos vieram. O PTB, a época do Roberto Jefferson, todos eles vieram na sequência declarando apoio e fazendo o ajuste. E aí eu acabo fazendo 375 votos. De 509. De 509, né? 375 votos. O Sandro Mabel fez 100 e uns quebradinhos, 110, 111.

A partir da análise da entrevista do ex-presidente Marco Maia, é possível concluir que sua trajetória é marcada por uma forte ligação com movimentos sociais e sindicais, elementos que se enquadram na categoria "*formação*". Desde jovem, o ex-presidente foi influenciado por um contexto familiar de engajamento social, especialmente pela atuação de seu pai em sindicatos, ainda que de forma não diretamente política, mas com um viés social. Este ambiente moldou sua visão de mundo e sua trajetória, como evidenciado por sua escolha de se envolver com a juventude da Igreja Católica e posteriormente com o sindicalismo, um campo de intensa articulação e construção de redes sociais e políticas.

Assim, Marco Maia, oriundo de uma família simples, se destacou com a influência de seu pai, um guarda noturno com envolvimento social que moldou suas escolhas e sua trajetória política. Sua narrativa ilustra como valores familiares e experiências pessoais podem impactar significativamente no desenvolvimento de uma carreira política.

Além disso, sua experiência na fábrica e nos grupos de jovens da Igreja Católica demonstra um desenvolvimento de habilidades de mobilização e liderança, características essenciais na construção de seu capital social e político. A decisão de se afastar de carreiras tradicionais e estáveis, como a do Banco do Brasil e a militar, para seguir um caminho mais incerto e voltado ao sindicalismo, denota a propensão da busca por autonomia e por espaço para a construção de sua trajetória política e social.

Na dimensão "*institucional/profissional*", destaca-se sua atuação no sindicalismo, no qual ocupou posições de liderança como dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e na CUT. Esses "*cargos*" foram fundamentais para o desenvolvimento de sua carreira, proporcionando-lhe visibilidade, experiência em liderança e o estabelecimento de uma rede de apoio crucial para dar suporte à atuação política partidária.

Seu ingresso na política institucional ocorre com sua candidatura a prefeito de Canoas pelo PT, na qual, mesmo sem sucesso eleitoral inicial, acumulou experiência e reconhecimento. Sua ascensão na Câmara dos Deputados foi marcada por momentos críticos, como sua atuação na CPI da Crise do Setor Aéreo, que o colocou em evidência nacional e consolidou seu capital político dentro do partido e perante seus pares. Essa trajetória evidencia o uso estratégico de sua posição para maximizar sua influência e navegar nas complexas estruturas de poder da Câmara dos Deputados.

A história do ex-presidente também destaca a complexidade das trajetórias políticas, que são frequentemente moldadas por uma confluência de fatores individuais, sociais e institucionais. No caso dele, a combinação de sua origem humilde, seu envolvimento social precoce e sua atuação sindicalista foram determinantes para sua trajetória ascendente na política brasileira, culminando em sua eleição como presidente da Câmara dos Deputados.

Portanto, a análise da entrevista de Marco Maia, a partir do arcabouço teórico utilizado na dissertação, evidencia uma trajetória marcada pela construção de capital político e social desde suas origens sindicais até sua atuação destacada no Legislativo, demonstrando como esses elementos foram fundamentais para sua eleição à presidência da Câmara dos Deputados.

Por fim, a percepção do próprio entrevistado oferece uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldam a carreira de líderes políticos no Brasil, evidenciando a importância das experiências pessoais e do engajamento social na construção de uma trajetória política de sucesso. Esses elementos, conforme explorados, não só explicam a ascensão de Maia, mas também contribuem para uma análise mais ampla sobre a formação de lideranças no contexto político brasileiro.

4.4 Henrique Eduardo Alves

Henrique Eduardo Alves, apesar de ter exercido todos os seus onze mandatos de deputado federal pelo Rio Grande do Norte, nasceu no Rio de Janeiro, em 09 de dezembro de 1948.

Desde o início da sua entrevista deixou evidente que a própria trajetória decorreu do legado construído por seu pai, Aluizio Alves. O ex-presidente evidenciou, em diversos momentos, a importância do legado da *“familia”* e, da mesma forma, a pressão que sentia por ter que a ele dar continuidade.

Sua primeira frase na entrevista foi sobre o seu pai: “Foi um dos maiores líderes do meu estado, do Rio Grande do Norte. Foi seu governador, foi deputado constituinte de 46, inclusive”.

Revelou a curiosa história da adequação da Constituição de 1946 para que seu pai pudesse concorrer às eleições seguintes, a revelar a importância de Aluizio Alves:

Uma história interessante: estavam preparando a Constituição e iam fixar a idade mínima para o deputado federal. Aí, estavam fixando 25 anos, aí quando percebeu: “peraí tem o Aloysio, do Rio Grande do Norte, eu acho que ele tem menos”. Aí mandam chamar meu pai às pressas, ele tinha 23 anos. A partir daí, fixaram em 21 anos. É um dado histórico interessante.

Aluizio Alves, que foi deputado federal por quatro mandatos, incluindo o período constituinte de 1946, e, de igual forma, governador do Rio Grande do Norte, teve sua jornada interrompida pela ditadura militar, em 1969, em decorrência do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Foi em decorrência deste episódio que a vida “*institucional/profissional*” de Henrique Eduardo Alves começou:

E aí ele começou a sua carreira até que a ditadura militar, com toda expressão, a ditadura militar, cruel, absurda, desumana, veio a caçá-lo em 1969. O Presidente Costa Silva, o AI-5... Tinham meu pai como comunista, subversivo, o líder que ele foi, visionário...

Bem, assim ele foi cassado pelas forças políticas adversárias do meu Estado, que era muito próximo ao regime militar. Isso foi em fevereiro de 69. Aí, amigos nossos vão ao Rio de Janeiro, vereadores, conversaram com o meu pai, convenceram que eu deveria continuar aquela luta tão bonita, tão linda. Eu fazia a Universidade Federal do Rio de Janeiro, direito, ali no Largo do Caco, uma das mais tradicionais. Eu passei no vestibular, já estava no segundo ano, e eu participo dessa conversa com a minha mãe, meu pai, e os nossos amigos vereadores, pressionando meu pai que aquela luta, aquele sonho, aquela esperança não podia... Esperança era o símbolo dele. Não podia isso acabar.

Prosseguiu o entrevistado com o relato:

Eu tinha 21 anos, 21 anos. Aí, quando a reunião, 69 para 70, era 20, 21 anos, que eu faço em dezembro. Meu pai dizendo que não, não queria que eu sofresse o que ele sofreu na ditadura, 10 anos de caçada, coisa brutal. E minha mãe, que era mais danada, mulher é assim, né? 'Não, ele vai, tem que ir'. E eu olhando aquele cenário aí na varanda, até que meu pai passou o olhar, assim, pelos vereadores, por minha mãe, até que chega ao encontro, os meus olhos com os dele. Esse olhar de pai e filho. E ali eu percebi que ele queria que eu dissesse: 'Eu vou'. Sem dar uma palavra, num olhar eu identifiquei, aí eu disse, meu pai, 'eu vou'.

Aos 21 anos de idade, Henrique Eduardo Alves recebeu a missão de dar continuidade ao legado de seu pai, cassado pela ditadura militar. Deixou, portanto, a faculdade de Direito que cursava no Rio de Janeiro e deflagrou sua participação em “*eleições*”.

Se por um lado a história da sua “*família*” poderia ser uma vantagem, o fato de seu pai ter sido cassado pelo AI 5, de igual forma, impactou em sua primeira campanha.

Naquela época, jovem com 21 anos, numa reunião não abria a boca. Mas eu tinha que vir ao Rio Grande do Norte, que eu conhecia muito pouco, pouquíssimas cidades, que aqui e acolá na companhia, como curioso ao acompanhar meu pai, mas 10 cidades de 150, 170. Aí meu pai prepara numa folha em papel almaço, isso daquele tempo, papel almaço, cidade por cidade, os amigos, os líderes que viviam na casa dele, acompanharam ele a vida inteira, ele deputado, ele governador, enfim, ele o líder que ele foi, município a município. 'Meu filho, toma aí, vai à cidade, procure meus amigos, forem meus líderes a vida toda'. Eu: 'tá bom, eu vou, meu pai'.

A recepção do “filho de Aluísio” nas cidades era em ritmo de festa, especialmente pelas camadas mais populares. Entretanto, de acordo com o ex-presidente, a despeito da importância do seu pai, os líderes políticos locais não o recebiam conforme o esperado:

Aí vim pro Rio Grande do Norte, 21 anos de idade. Chegava na cidade, mais de 60, 70. Um amigo meu dirigindo um carro, uma boca de som. Aquelas bocas de som. Ia pra praça. Olha que história. A minha história. Eu só ouvia o som. Daqui a pouco, o filho de Aloísio... Eu não tinha nem nome. O filho de Aloísio aqui na praça. Eu ouvia o filho de Aloísio. E eu achava engraçado, me honrava aquilo. Eu ia a casa do chefe político, meu pai há anos e anos, vivia lá em casa, meu pai era governador. Eu bati na porta. Nada. Até que a terceira vez, a pessoa abria a porta e eu dizia, todo tímido naquela época: 'eu sou Henrique Alves, filho de Aluísio, ele pediu que procurasse aqui um amigo dele'. Falei, então. Olha quantas e quantas cidades que eu recebi o recado. Olha, ele teve que viajar pra Fortaleza, pra Mossoró, pra Natal. As pessoas com medo de me receberem. Eu não era mais o filho do líder. Eu era o filho do caçado, eu era um jovem, em plena ditadura militar.

A rejeição dos líderes políticos, no seu entender, por medo da repressão, e, ao mesmo tempo, recepção calorosa dos eleitores mais humildes, impactaram na “*formação*” do ex-presidente, conforme destacou:

Foi onde eu aprendi minhas primeiras lições, que certamente me fizeram chegar onde eu cheguei. Quando eu chegava na praça, quando eu chegava na praça, a praça estava lotada. E o povo gritando. Ramos verdes na mão, que era o símbolo nosso, era a esperança. Quem não tinha bandeira era o galho verde na mão: 'Aluísio, Aluísio'. Quer dizer, medo zero. Aí eu aprendi, que quando a gente precisa de um ombro amigo, um abraço de fé, irmão camarada, é dos mais pobres e mais humildes.

O resultado da sua primeira participação em eleição, ainda como “filho de Aluísio”, foi impactante, especialmente quando se considera que seu pai, há pouco mais de um ano, havia sido cassado pela ditadura militar:

Aí comecei a andar o estado, o filho de Aluísio, não era Henrique. Quando eu vejo a apuração, aquele menino de 21 anos de idade seria o mais votado proporcionalmente no Brasil. Eu fiz 170 mil votos lá no Rio Grande do Norte. Quase 13% do eleitorado do Estado. Proporcionalmente mais votado do Brasil. E logo eu cheguei de volta, ainda no Rio, na casa dos meus pais, o Estadão me localizou para me entrevistar como o mais votado do Brasil, aquele menino. E aí eu comecei a minha caminhada.

O expressivo resultado desencadeou, como enfatizou o entrevistado, a sequência de “um mandato, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze mandatos”.

A importância e o legado da sua “*família*” não se limitaram ao resultado eleitoral expressivo, mas, de igual forma, pavimentou a estrada de Henrique Eduardo Alves ao assumir o seu primeiro “*mandato*” de deputado federal:

Quando eu assumi a Câmara, eu fiz 22 em dezembro, eu tive uma bênção, que foi ter Ulisses Guimarães, Thales Ramalho, que me pegaram logo para [como] protetores: 'aquele menino', e eu ficava muito próximo a eles.

Prosseguiu dando ênfase ao apoio recebido pelos principais líderes do PMDB no período em que principiou sua carreira política, sempre destacando a importância do seu pai:

Porque a minha raiz era muito boa, meu pai. Aí eu entrei na política, o doutor Ulisses e Thales Ramalho teve [tiverem] logo um gesto comigo: me colocaram na executiva nacional do MDB
Aí eu menino naquela executiva, pessoal todo, e eu lá ouvindo, ouvindo, ouvindo e aprendendo.

Ou seja, ao tempo que assumiu o “*mandato*” de deputado federal, de igual forma, passou a ocupar “*cargo*” na estrutura do “*partido*”. E, conforme relatou em duas passagens, o “*partido*” foi determinante na sua “*formação*”, assim como os ensinamentos de Ulysses Guimarães:

O MDB, que eu fui por 52 anos, o doutor Ulysses me ensinou uma coisa: ‘Henrique, partido não é hospedaria que você está numa, aí aquela oferece uma cama melhor, uma vista melhor, você muda. O partido é casa da gente, onde a gente mora’. Ele dizia muito: ‘onde a gente vive, abre as portas, enxerga’.

As duas histórias contados por Henrique Eduardo Alves se deram durante a vigência do regime militar. A primeira revela que, a despeito da unicidade do partido para enfrentar a ditadura, havia divergências internas. O relato revela um pouco da atuação dos “moderados”³⁵ e dos “autênticos”³⁶, grupos políticos do MDB que divergiam acerca da abordagem de oposição à ditadura:

Eu deputado, né, novinho ainda, poucos mandatos, aí o regime militar baixa uma decisão gravíssima afrontando a democracia, a liberdade e o mundo todo esperando a palavra do MDB, que era o partido da oposição. Como é que ia se rebelar? Como é que ia enfrentar? Aí, Ulysses reuniu o MDB. Todo mundo esperando a resposta do MDB contra esse ato da ditadura militar.

Eram autênticos e moderados, Tancredo e Chico Pinto

‘Tancredo, faça uma declaração em nome do MDB, está toda a imprensa procurando. À tarde vai estar aqui entupido de gente, cinegrafista, e vou pedir a Chico Pinto pelos autênticos. Olha o compromisso, a que tiver mais votos na executiva, vai ter o apoio de todos. Tem que ser uma decisão unânime do MDB do Brasil para o mundo.’

Aí Tancredo aquele jeito dele mineiro e tal, concordou. Chico Pinto: ‘mas Tancredo tá querendo dar uma nota assim’.

‘Chico Pinto, é compromisso. É o nosso MDB agora acima de tudo.’

Aí Chico Pinto peitou. ‘Se tiver maioria, mais moderada ou menos, vai ser de todos nós’.

Paulo Brossard, Marcos Freire, Mário Covas, Franco Montoro e Henrique lá, aquele menino lá. Aí Ulysses sentado aqui, os deputados aqui, os deputados aqui, o outro ali, e eu cheguei um pouquinho atrasado, que é um defeito que ainda está hoje. Cheguei por cinco minutos e ainda estavam batendo papo. E não tinha cadeira, porque ocupadas aqui, ali, e só essas figuronas da República. Aí o Ulysses: ‘pega aqui uma cadeira aqui, pro Henrique.’ Aí puxaram a cadeirinha, tinha um deputado aqui, ele aqui, aí ele botou aqui no cantinho: ‘senta aqui Henrique’. Eu fiquei naquele ‘empresadinho’ ao lado dele.

‘Tancredo vai ler a nota dos moderados, Chico Pinto dos autênticos. A que tiver mais votos na votação que eu vou fazer, será de todo o MDB’.

Aí eu era do lado dele, ele bate na minha perna. Ele bate, nesse tempo, quando ele vê, só eu. Eu, o primeiro?! Eu daquilo ali, o primeiro a falar?! Ele bate na minha perna, quando vê, sou eu.

‘Como Tancredo, pela direita, começou a falar, vamos começar a votar pela esquerda. Aqui, pela esquerda.’

³⁵ Os "Moderados" dentro do MDB defendiam uma abordagem mais pragmática. Este grupo acreditava que a oposição ao regime deveria ser feita de maneira gradual e institucional, utilizando as brechas existentes dentro do próprio sistema para promover mudanças. Os Moderados eram liderados por figuras como Tancredo Neves e Franco Montoro, que preferiam uma política de negociação com os militares para alcançar reformas possíveis.

³⁶ O grupo dos "Autênticos" era composto por membros do MDB que defendiam uma oposição mais radical e direta ao regime militar. Eles acreditavam que o MDB deveria adotar uma postura combativa, denunciando abertamente as violações de direitos humanos, a falta de democracia e a repressão política imposta pelos militares. Entre os principais líderes desse grupo estavam nomes como Ulysses Guimarães, Alencar Furtado e Chico Pinto.

A história contada pelo ex-presidente revela que, durante o seu processo de “*formação*” dentro do “*partido*”, as principais lideranças, além de darem espaço para seu crescimento, com um “*cargo*” na executiva nacional do partido, de igual maneira, agiam para protegê-lo, especialmente no início da sua carreira.

A segunda passagem contada pelo entrevistado se deu durante o período da campanha lançada por Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, quando Ulysses se autointitulou como anticandidato, como forma de confrontar o regime militar.

De modo dar visibilidade a sua anticandidatura, Ulysses realizou uma série de eventos, em diversos estados, e conclamou para que Henrique Eduardo Alves organizasse um evento em Natal, Rio Grande do Norte:

‘Henrique, vamos lá no Rio Grande do Norte, vamos a Natal.’

‘Dr. Ulysses, mas lá é diferente.’

‘Como é diferente?’

‘Nós não fazemos reuniões em universidades. A gente faz no meio da rua.’

‘A campanha, Henrique, não é eleição direta.’

‘Dr. Ulysses, me desculpe, mas eu não sei fazer assim não. A gente nunca fez uma dessa forma. A gente só faz na Praça Pinto, na Praça Gentil Ferreira. O senhor me desculpe. Mas aí, eu falei, então não vá a Natal.’

‘O que é isso? Tá bom, então vamos. Vamos pra Natal.’

Aí ele foi pra Natal. Fizemos um comício na Praça Gentil Ferreira. Barbosa Lima Sobrinho, depois escreveu no Jornal do Brasil: ‘O comício que eu não esqueci.’

Porém, entre a iniciativa de realizar o comício e efetivá-lo foi necessária uma ação corajosa do entrevistado:

Ele [Ulysses Guimarães] tinha razão, tanto que quando ele chegou lá com Nelson Carneiro, Franco Montoro, Tancredo Neves, Paulo Brossard pro tal comício, o secretário de segurança, “Rubão”, um conhecido, manda me chamar. Tinha duas, três Kombis rodando lá, aí o secretário disse: ‘deputado, o senhor me desculpe, eu mandei apreender suas Kombis de som’.

Isso era 17h horas da tarde, e o comício era às 20h.

‘Mas secretário, por quê? O comício é agora. Já está anunciado.’

‘Não há eleição, não há comício, não tem manifestação nas ruas. Eu estou, em gentileza ao senhor, comunicando que mandei apreender, o senhor concordando, eu mando soltar, não tendo divulgação desse comício que não pode existir.’

Aí nós temos uma rádio até hoje lá, a Rádio Cabugi. Das seis às sete tinha um programa de rádio político, feito lá pelo locutor, um jornalista. A rádio é nossa, né? ‘Quer saber de alguma coisa?’

Eu fui pra rádio. Tirei o apresentador. Tirei o apresentador. ‘O que é Henrique? Eu vou fazer um programa. Eu era o dono da rádio.’

Aí me danei botar Chico Buarque. Cantando o Hino Nacional, a Fafá de Belém... E convocando, e convocando. Aí o [não foi possível entender], que

era meu tio, careta, pelo telefone para o estúdio, quer falar comigo. ‘Eu vou não. [não foi possível entender], eu vou não’.

‘Isso aqui é urgente.’

‘Tá bom. Então põe música aí: tudo de Chico Buarque.’ Aí eu cheguei: ‘Henrique, você tá louco? O que você tá fazendo na rádio? Vai perder a concessão! Isso é concessão pública. Você tem que parar. Eu estou mandando’.

‘Eu não vou obedecer. Tchau’.

‘Eu vou falar com seu pai.’ Desligou o telefone. Eu voltei pra... Virei locutor, tudo. Eu escolhi as músicas, pá, pá, e o pau cantando.

Aí, toca o telefone. ‘Ô Henrique...’.

‘Seu pai, quer falar urgente com você’.

Parei o programa, fui lá... ‘Meu filho, [não foi possível entender] ligou aqui: Esquece, continue.’ Aí que eu voltei.

De acordo com o relato de Henrique Eduardo Alves, sua ação corajosa, enfrentando até o seu tio, logrou resultado:

Quando eu vejo essas ruazinhas, três pessoas, quatro pessoas... pai com o filho no ombro. Aqueles grupinhos que pareciam um formigueiro. ‘Esse povo está indo pra onde?’ Aí quando chega mais pra frente, a polícia: ‘Aqui não pode passar’. ‘Mas não é possível, Dr. Ulysses aqui.’ ‘Não pode entrar, tem uma multidão...’

Em meio à ditadura militar, contrariando, inclusive os prognósticos do seu mentor e protetor, Ulysses Guimarães, Henrique Eduardo Alves organizou um comício popular para divulgar a anticandidatura. Se no início o ex-presidente era “apenas” filho de “Aluizio Alves”, com o passar dos anos e com a sequência de mandatos, Henrique Eduardo Alves começou a ocupar seu espaço. Talvez não na velocidade que seu pai desejaria, como o entrevistado relatou:

E tinha uma coisa interessante no meu pai, né? Eu chegava em Brasília, ele morando em Natal.

‘Como foi Brasília?’

‘Foi bom.’

‘Mas eu não vejo você na manchete, não vejo você.’

‘Eu tô presidindo comissão tal’

‘Comissão todo mundo preside.’

‘Pai, calma.’

‘Eu quero ver você mais que isso. Quero ver você na página da revista, no jornal.’

‘Calma, papai, calma.’ Eu não conseguia. Queria ser filho de Aloísio Alves, desculpa. A falsa modéstia é incrível. Eu não me libertava disso, mas com honra. Ele morre em maio de 2006.

E foi justamente no ano de falecimento de seu pai que o entrevistado é alçado ao seu principal “cargo” como deputado federal, o de líder do PMDB. O “destino”, entretanto, não

permitiu que sua escolha como líder ocorresse antes da passagem do seu pai. O entrevistado desenvolveu sobre a sua escolha de líder do partido:

Até que um dia estou em casa, isso foi vital para começar a presidência da Câmara. Nove da noite, o Eunício Oliveira, me telefona:

‘Henrique, tá em casa?’

‘Dez da noite, vou estar onde? Em Brasília. Dia de semana.’

‘Rapaz, dá um pulinho aqui em casa.’

‘Não, nessa hora não, Eunício. Nessa hora não.’ Ele disse:

‘Não, vem aqui rapidinho. É urgente’.

E naquele tempo o MDB *tava* vivendo uma crise, que eu passei, *tava* lá, por dois, três meses, a cada quinze dias, tinha um líder.

Sim, aí o líder se elegia, aí depois de 15 dias, 20 dias, era uma lista, o outro candidato conseguia uma assinatura a mais, Deus sabe como, ou eu sei, aí tinha mais um, derrubava o outro líder.

Ele ainda bem viveu uns três meses terríveis. Chego lá, *tá* o Eunício cercado. Os deputados vinham: São Paulo, Minas, as grandes bancadas, 50, 60, 70. Quando eu vejo os líderes todos importantes, e eu ali, meu pequenino Rio Grande do Norte.

‘Henrique, você está sabendo a crise que estamos vivendo?’

‘Estou acompanhando... que tristeza!’

‘Pois é. Então aqui estão os líderes de São Paulo, Rio, Minas. Pernambuco, Bahia, só bancadas grandes. Nós estamos com esse problema e eles não conseguem se entender e arranjar uma candidatura única que venha pacificar o partido. O que você já tem? 6, 7 mandatos, Henrique. 5, 6, 7 mandatos. É muito respeitado, muito querido na casa.’

[Naquele momento] Eu entendi [o que eles queriam dizer].

‘Ninguém tem medo de você. Você é lá do Rio Grande do Norte, bancada pequena’.

‘A gente queria que você fosse líder por um ano.’

Ou seja, um tapa-buraco, né? Por um ano. E no ano que entra, a gente pacífica isso com o tempo. A gente escolhe um novo líder.’

Eu, surpreso, mas feliz, líder do MDB... 82 deputados naquela época.

Aí eu me elegi em 2006, nessa oportunidade, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011. Eu me elegi seis vezes consecutivas por aclamação.

Durante o período em que ocupou o “*cargo*” de líder Alves observou que era fundamental manter uma relação de igualdade com seus pares, conforme demonstra o episódio com a ex-ministra Ideli Salvati:

A Ideli: Líder vem aqui, quero falar com você, é um assunto urgente, de a votação hoje à noite’. Eu, disciplinado, correto, vou aí agora, fui. Quando eu chego no Palácio, subo lá. Vou passar da Ideli, no corredor, do lado de fora, tinha uns 12 deputados, em pé, um atrás do outro. Não entrava nem na sala. Era na porta daqueles 10 ou 12 deputados, colegas meus. Colegas meus, iguais a mim, numa fila sem fim. E quando eu entro na sala, tinha mais uns 12 sentados nos poltronas, nos braços dos sofás. Eu: ‘Meu Deus do céu’ eu cheguei para a secretária da Ideli: ‘Olha, me desculpe, mas eu não vou falar com a Ideli agora, não’. ‘Mas líder ela está lhe esperando o senhor’. ‘Tem vários colegas mesmo aí fora no

corredor. Olha como está isso aqui. Eu não vou passar na frente deles'. 'Não, mas ela quer falar com o senhor'. 'Vou não. Diga ela que eu marco outra hora. Venho aqui depois. Falamos por telefone. Eu vou embora.' Aí eu fui embora.

E, como enfatizou o ex-presidente, a sua escolha para ocupar o “*cargo*” de líder, e a sequência de anos em que exerceu a liderança, “foi vital para começar a presidência da Câmara”. Mais que isso, Henrique Eduardo Alves confessou que: “de tanto ser líder, conversar com um, com o outro, com o outro, eu digo, eu vou sonhar com a presidência da Câmara”. E prossegue:

Aí saí candidato a presidente da Câmara. Reuni as bancadas uma por uma, meu jeito de ser, o aprendizado, conversar, dialogar.
Meu pai dizia também: ‘meu filho, na política, você pode gostar ou não gostar, mas não tem solução. Ou você convence, ou você é convencido. Não há outro caminho, a não ser fora da política.’
Eu aprendi muito com ele. Aí, assim eu fazia. Eu reuni todas as bancadas, percorri o Brasil, candidato por dentro da Câmara.

O ex-presidente contou que o processo que antecedeu as “*eleições*” para o cargo de presidente, foi necessário muito diálogo, o que incluía a tentativa de parlamentares negociarem suas posições:

E eu sabia que eu tinha que ganhar no primeiro turno. Eu conhecia a casa. Porque se eu fosse no segundo turno...
Aí vinha aquele tipo de conversa: ‘A gente vota em você, mas a gente quer a relatoria da comissão de orçamento, a gente quer a presidência, a gente quer...’
Eu queria escapar disso. Faria, naturalmente, com ética, com zelo, com respeito, mas não queria ficar prisioneiro.
Eu disse: ‘eu tenho que ganhar no primeiro turno.’

E, muito embora tivesse ocupado o cargo de líder do PMDB durante seis anos consecutivos, não deixou de ser surpreendido por uma colega de “*partido*” que decidiu se lançar candidata ao cargo de presidente:

Andei todos os estados, aí faltando uns 15 dias, aí a [atual] senadora Rose Freitas, ela se lança candidata à presidência da Câmara. Da minha bancada...
Eu digo: ‘Rose, eu liderei você, o partido por 6 anos, você vai ser candidato agora, a 15 dias, contra mim?’
‘É, mas você sabe, eu pensei, que era a minha oportunidade’
Eu disse: ‘meu Deus, vai ser mais difícil ainda agora!’
Mas não tinha mais como recuar.

Durante a campanha, Henrique Eduardo Alves ainda relatou que a questão regional também pesou no momento de lograr aliados:

Aí o Aécio Neves, está aí, era muito amigo do Eduardo Campos, saudoso Eduardo Campos. Os dois, muito ligados, em Brasília, saíam sempre a jantar, eram os maiores amigos, eram os dois. E eu tinha o apoio do PSB, do Eduardo Campos. Aí quando eu vejo o Aécio, vai bater em Pernambuco, o Eduardo Campos, governador. Aí posta uma foto com ele, com o Eduardo Campos... Eu digo: 'Pronto, acabou. Vou perder esse pedacinho do MDB. Perder quase 14 votos no MDB, de 80. Se eu perder o PSB, que tem 16, 17 votos na bancada, eu não ganho no primeiro turno' Fui bater em Recife. Chego lá, o Eduardo Campos me recebe. Aí eu sentei: 'Eu quero, respeitando muito, mas quero aqui, é direito meu, e eu tenho que fazer isso, faço parte do jogo. Eu vim aqui conversar com você, sobre a presidência da Câmara. Eu já conversei com todo o seu partido, tenho todos os seus votos, mas eu vi que legitimamente o seu amigo Aécio esteve aqui há poucos dias. Completo respeito, mas eu vim aqui cumprir o meu dever'. 'Eu disse a ele o que vou dizer a você, para o Nordeste, o melhor é Henrique presidente.'

E o empenho na construção das alianças deu resultado: “Eu contava 330 votos, tinha que ter 272 se não me engano, e três [sic]. Eu tive 278, mas ganhei, no primeiro turno, a presidência da Câmara”.

A análise do percurso político de Henrique Eduardo Alves revela a complexidade das trajetórias políticas brasileiras, onde a influência familiar, citada constantemente durante a entrevista, e o contexto histórico desempenham papéis cruciais. De acordo com o entrevistado, é possível concluir que a história de Alves exemplifica como a herança política pode ser tanto um fardo quanto um catalisador para a ascensão dentro do cenário político nacional. Da sua própria perspectiva evidencia-se que sua trajetória ilustra as tensões inerentes entre a tradição familiar e as demandas do cenário político contemporâneo, especialmente durante períodos de transição democrática.

Ao longo dos onze mandatos como deputado federal, Alves destacou diversos desafios que variaram desde a necessidade de afirmar sua identidade política distinta da de seu pai, muito embora sempre revelasse o orgulho e a honra de ser “filho de Aluizio”, até a gestão de crises internas dentro do PMDB. Sua habilidade em navegar por essas complexidades, especialmente durante a ditadura militar, não apenas consolidou sua posição dentro do partido, mas também o preparou para assumir papéis de liderança significativos, culminando na presidência da Câmara dos Deputados.

4.5 Arlindo Chinaglia

Arlindo Chinaglia Júnior nasceu no dia 24 de dezembro de 1949, em Serra Azul (SP), que, como destacou no início da entrevista, era uma cidade muito pequena e que não oferecia opções qualificadas para estudar, à época:

Então, eu sou de uma cidade muito pequena, e para poder estudar, à época, meu pai era... Trabalhava com caminhão, puxava madeira no mato, onde havia todo tipo de risco de cobra para frente. E eu só estudei porque ele me convencia, como é que eu diria, usando a autoridade de pai e explicando que era, digamos, um dos poucos caminhos para que tivesse, não só eu, minhas irmãs, uma vida diferente.

De acordo com Arlindo Chinaglia, muito embora ostentasse, como observou, “muita aptidão para matemática” e tenha cursado desenho, e não ciências biológicas, durante o colegial, não deu continuidade aos estudos na área de exatas. Disse não saber à época, sequer, “que existia vestibular” e, portanto, precisou compensar a escolha equivocada pelo curso de desenho para suprir a falta de conhecimento em biologia para o vestibular de medicina: “Você fazer, à noite, o curso médio 2 e trabalhando, então, pra passar numa faculdade pública era muito difícil. Talvez bem mais do que hoje, eram poucas. Eu fiz desenho, mas depois eu decidi fazer medicina”. Prosseguiu dando ênfase à dificuldade no início da sua “*formação*”:

Só que quando eu fui fazer o vestibular, eu tinha feito três anos de desenho e, portanto, eu tive que recuperar em um ano, três anos de Biologia, o que era impossível também. Resumidamente, quando eu fiz o vestibular em São Paulo, tinha quatro ou cinco faculdades públicas, e eu fui mal em Química Orgânica, porque não dava tempo de estudar.

Nesta fase da vida de Arlindo Chinaglia surge Brasília, pois, no segundo ano em que prestou vestibular para medicina, optou por fazê-lo, junto com alguns colegas paulistas, para a Universidade de Brasília (UnB):

E aí eu fui para o segundo ano, aí na época, eu fiz aqui em Brasília, e poucos que vieram de Ribeirão, uns três que eu me lembro no máximo, conseguimos passar aqui. E eu escolhi aqui, mas eu não passei lá. Eu escolhi aqui, entre outros motivos, porque eu tinha empréstimo. Então, eu tinha que sobreviver.

E foi a faculdade, segundo o próprio ex-presidente, que o levou para política. Mais que isso, o entrevistado afirmou, ainda, que “o mesmo motivo que me levou a fazer medicina me

trouxe para a política”. Antes, é importante destacar que Arlindo tinha como meta ser cientista, inicialmente, na área de neurologia. “Decidi fazer medicina por uma experiência muito pessoal. Eu queria ser pesquisador em Neurologia. Eu queria ser cientista.”

Todavia, o “destino/sorte” o fez enveredar por caminhos bastante diversos e, por que não, muito mais sinuosos:

O que me levou para a política? Foi, digamos, a Universidade Brasileira. A nossa turma de medicina, que não era medicina ainda, aqui na UNB ela alternava, a ora o vestibular era para medicina, a ora era para o Instituto de Ciências Biológicas. Quando você fazia, que foi o meu caso, para o Instituto de Ciências Biológicas.

Chegou no final do ano, começou um movimento, eu não participei nem nisso, eu era bastante despolitizado, para que todos entrassem na medicina. Eu não precisava da greve.

E este foi o motivo que levou o ex-presidente a iniciar a “dimensão institucional/profissional” da sua trajetória, uma greve com o objetivo de que todos os alunos do curso de ciências biológicas pudessem migrar para o curso de medicina.

Conforme relatou, a primeira greve de alunos da UnB, que ocorreu após o assassinato do aluno, Waldemar, que “levou um tiro na cabeça”, foi bem-sucedida. De acordo com o entrevistado, esse movimento ganhou força por meio de manifestações perante o Ministério da Educação (MEC), e que, na oportunidade, era dirigido por Jarbas Passarinho. Ainda segundo Chinaglia, um coronel, que “não era um cara qualquer”.

Esse período, do início da militância, segundo o próprio ex-presidente, foi muito importante: “E aí eu aprendi muita coisa”:

E ali foi uma experiência. Então, por exemplo, nós viemos falar, nós fizemos uma manifestação em frente ao MEC. O ministro Jarbas Passarinho, o sujeito coronel, foi cogitado para ser, pela ditadura, presidente da República. Ele não era um cara qualquer. E aí eu aprendi muita coisa. Primeiro que subimos numa comissão. Eu participei da comissão. Então eu já estava mais ou menos ali com algum papel, digamos, ali naquele movimento.

Você, jovem, era um coronel ali, subiu um colega nosso, o Gilson, e o Jarbas Passarinho, muito eloquente, aquela pressão de ditadura e tal, aí vira o Gilson e fala pro Jarbas Passarinho nos seguintes termos: ‘Você mostrou a fotografia, eu vou te mostrar o filme’. E o Gilson, ele tinha sido o primeiro lugar geral do vestibular da UnB no ano anterior. E o Gilson, então, encara o Passarinho, digamos, com uma contundência, com uma capacidade argumentativa.

O Gilson a que se refere o ex-presidente, o colega de faculdade que tanto o impressionou, era o Gilson Dantas que, não apenas capturou a atenção e fascinou Arlindo Chinaglia, mas, principalmente, convenceu-o a permanecer na militância estudantil:

E eu, digamos, não queria, eu queria fazer pesquisa. E no primeiro semestre de 1970, já tinha identificado qual que seria a minha área de atuação, que era a chamada células indiferenciadas, que hoje são as células tronco. Por que qual a característica? Ela pode se desenvolver e se transformar em qualquer tecido. Então eu tinha um sonho, digamos, juvenil, praticamente, de que seria possível modificar muita coisa.

Após a reunião com o ex-ministro Jarbas Passarinho, Gilson Dantas começou a remontar o movimento estudantil a partir do curso de medicina e “ali foi formando uma equipe de jovens”. Não se pode olvidar que estava em pleno vigor o regime militar e o início do seu período mais rigoroso.

Assim, se deu, ao mesmo tempo, o início da militância clandestina de Arlindo Chinaglia, que durou muitos anos, como será possível verificar: “tivemos militância clandestina, em que você ia se formando, e virei um sujeito de esquerda”.

A motivação para o ex-presidente abandonar seu sonho de ser cientista e enveredar pelo caminho da luta política, primeiro de forma clandestina e, depois, por meio de mandatos eletivos e cargos públicos, foi o seguinte:

E o que me convenceu a participar ativamente da vida política do país foi algo assim: Você pode fazer pesquisa durante 30, 40 anos, você pode descobrir coisas importantes, mas se você quer salvar vidas humanas, o saneamento básico salva mais e mais imediatamente. De forma muito resumida e insuficiente, mas essa foi a lógica. Então, pra mim, não foi fácil. Eu tinha, de vez em quando, uma recaída, que eu estava percebendo que eu não ia ser o que eu tinha me programado. Dava uma certa crise.

A “certa crise” fez com que o entrevistado buscasse conselhos na sua “*família*”, especificamente com seu pai, aquele mesmo que, usando a sua autoridade, influenciou para que Arlindo e suas irmãs estudassem com afinco. E o conselho, muito embora não tenha sido uma resposta objetiva, parece ter guiado o futuro:

E quando eu fiz a greve e fui relatar para o meu pai, porque na minha casa não tinha telefone, você explicar um quadro complexo por carta não tinha jeito. Daí quando eu fui conversar com ele, eu expliquei e falei, olha, era assim, né, aí fizemos um, foi feito um movimento para entrar todo mundo, eu disse para ele que eu não precisava. Aí a resposta dele me amarrou pro resto da vida, né?

Ele vira pra mim e fala o seguinte: ‘olha, pra mim não importa, que você vai ser médico. O que importa é que você seja um homem’. Toda a minha preocupação de estar colocando em risco aquilo que não era um projeto fácil. E ele me deu essa resposta. Ali, eu diria, foi mais uma lição contundente.

De acordo com Chinaglia não houve outras conversas sobre esse tema com seu pai, pois, a partir do momento em que decidiu prosseguir na militância clandestina, “não podia contar [...] porque clandestino é clandestino”. O período de militância clandestina, cumulado com trabalho e faculdade, não foi fácil, segundo o ex-presidente, o que o obrigou a desenvolver disciplina:

Eu saía do Banco do Brasil, trabalhava na compensação à noite, o pessoal me esperava, a gente fazia reunião clandestina, duas horas da manhã, numa cidade satélite qualquer. E aí, oito horas da manhã, no máximo, já estava na faculdade. Então, foi um período de... Como é que eu diria? Pelas circunstâncias da minha trajetória, eu fui obrigado a ter muita disciplina.

Após concluir o curso de medicina, em 1975, em vez de retornar para o seu estado e fazer residência médica, Arlindo mudou-se para Porto Alegre/RS para dar continuidade à militância clandestina. Nesta fase da sua vida, a militância não se restringia mais às bandeiras estudantis.

O ex-presidente detalhou sua experiência na militância clandestina em terras gaúchas, destacando que, diante das circunstâncias, chegou a viver perto da indigência. Recebeu uma boa proposta para trabalhar como médico, mas sua cabeça não estava voltada para medicina, pois tinha ido para Porto Alegre organizar o partido:

Aí, eu tive que fazer uma campanha pela libertação dele. Então, com três dias, então, fiz amigos rapidamente ali na esquerda. E um deles, que era de uma família rica, era de esquerda; o Pinheirinho, falou: ‘Arlindo, teve um jantar na minha casa e o comandante’ - ali é o segundo exército- ‘o comandante falou do seu nome’. Então eu morava numa rua de pedra, numa rua de terra, em casa de tábuas, e moravam as duas famílias: eu, e o nome de guerra dele, Miguel, que tinha atuado nas ligas camponesas. Por quê? Eu fui pro Rio Grande do Sul pra organizar o partido. Depois, como houve o racha, eu voltei pra São Paulo. Então, ali, eu vivi uns três meses das bolsas que o Miguel aprendeu a fazer na cadeia, e a gente vendia para os amigos ali. Então, era bem perto da indigência. Aí eu arrumei emprego como médico. Inclusive, eu trabalhava num consultório como clínico. O dono era ortopedista. Ele disse que eu fizesse residência, ele gostou do meu trabalho... residência e ortopedia no Hospital Conceição. Era uma boa proposta. Na minha cabeça não estava aí. Aí agradei e tal. Dava plantão na AFM, Associação de Funcionários Municipais, de briga de casal, ataque de cachorro.... eles chamavam o médico da AFM e o auxiliar de enfermagem era o motorista. E aí também foi uma experiência grande, porque recém-formado, e eu fiz diagnóstico de algo que eu nunca tinha visto na minha vida, que é um negócio chamado prenhez ectópica rota, que é a

mulher engravida na trompa. E eu cheguei e ela estava chocada. Então, assim, teve lances difíceis, parada cardíaca, eu brinquei, mas era difícil.

Um ano depois da mudança para Porto Alegre/RS, retorna para São Paulo, mas, apesar de ter dado continuidade à sua “*formação*”, ao se especializar em saúde pública, o objetivo principal era dar continuidade à militância política no seu estado.

E assim eu me formei aqui em 75, fui militar clandestinamente no Rio Grande do Sul um ano, então eu decidi não fazer residência médica. Aí eu venho para São Paulo, houve ali um racha na organização, então eu vim para São Paulo, com intenção de militar politicamente. Fui à capital do meu estado e ali estava o movimento. Isso foi em 70 e... final de 70... começo de 77. Aí eu fiz um curso de saúde pública, me especializei em saúde pública, tentei trabalhar... ‘isso aqui não vai dar certo’, porque eu era chefe de uma grande unidade, digamos hoje, você fala, unidade básica de saúde... era grande... Então, você toma conta de funcionário, você vê a questão epidemiológica, mas é um trabalho absolutamente burocrático: ‘isso aqui não vai dar certo’.

Em busca de deixar o “trabalho absolutamente burocrático”, Chinaglia decidiu dar mais um passo na sua “*formação*” e iniciar a residência médica. Entretanto, mais uma vez, precisou lidar com os impactos de escolhas anteriores. Se, no ensino médio, foi a escolha pelo curso de desenho que exigiu superação do ex-presidente, para a residência médica, foi o fato de ter dado prioridade à militância clandestina que criou maiores obstáculos:

Aí eu decidi fazer residência, mas depois de três anos de formado, sem estudar de forma metódica para concurso, eu escolhi o Hospital do Servidor Público Estadual, porque lá não tinha... não se pedia currículo. E eu fui um muito bom aluno. Se eu pegasse o meu currículo de UnB, era uma coisa. Agora, dali pra frente, era zero. E eu nunca me preocupei de ficar contabilizando.

Optou por fazer radiologia e logo a inclinação para a luta política se revelou novamente:

Mas aí o que aconteceu? A radiologia, o chefe da radiologia, o Dr. [inaudível], era um cara muito competente, mas ele lia o Hitler em alemão. E era um tipo... ele tinha moral fascista, ele era um cara disciplinado, ele cobrava. Estava tendo umas assembleias, eu não lembro mais o motivo, dos médicos residentes. Então, para quem tinha tido a militância que eu tinha tido, achava o movimento de residentes, achava ridículo. Um dia eu resolvi ir numa assembleia. Fiquei lá atrás, em pé, vendo a confusão. E era uma confusão e tal, tal, tal. O Sheldon, que era da Nibiru, era o presidente. Eu vendo aquilo sem nenhum entusiasmo. Eu queria, de fato, estudar. Aí tive a infelicidade de abrir a boca nessa reunião. E aí eu tinha já desenvolvido bem mais capacidade de argumentativo e explico. Falei assim, assim, assim. Aí eu arrumei a saída, o Sheldon veio, e ia ter eleição: ‘você tem que ser o presidente’. Eu falei: ‘rapaz, não mesmo’.

Só que quando veio a substituição da direção, eu não vou dar detalhes, mas era uma organização de esquerda que eu não tinha... achava que não funcionava. Aí, eu fiquei pensando naquilo [...] pra impedir que uma equipe ruim assumisse, Aí, nós montamos uma chapa e eu virei presidente da Associação de Médicos Residentes e Internos do Hospital do Servidor. Em três anos, nós fizemos três greves. Na última greve, nós derrubamos o superintendente, que era um coronel, que tinha sido comandante de um chamado navio negreiro, que era de preso político. E nós derrubamos a superintendência e a comissão de ensino, que tinha, entre outros, o médico Erasmo Tolosa, que era sectário, radical.

Ou seja, mais uma vez o “*destino/sorte*” acaba por desviar as pretensões acadêmicas do entrevistado, levando-o mais uma vez para a militância política. Todavia, esta seria a primeira vez que Arlindo não estaria na militância clandestina e ocuparia um “*cargo*” formal numa entidade.

Período, aliás, que fora muito intenso, com diversas greves e mobilizações, em uma das quais o ex-presidente disse ter tido “uma grande sacada”, e até mesmo com sua prisão durante uma manifestação em frente ao DOPS³⁷:

Aí foi emendando uma greve pra outra. Agora eu não lembro se foi em 78 ou 79. O governador era o Maluf. Quando nós fomos conversar com o secretário de administração, então eu comecei dando um relato. Aí já tinha saído do coronel e um cara progressista, João Yunes, que era o subintendente. Mas ele é o cara que trabalhava na OPAS, um cara qualificado, gente boa. Mas só que ali deu aquela divergência, que eu não lembro mais o que era exatamente. Nós estávamos ali uns quatro ou cinco e joga uma porção de papel em cima da madeira, um cara grande...
E eu era o presidente. Eu comecei a falar. E tinha um representante, um cara que era o presidente da Ameresp, que era a associação estadual. Hierarquicamente, a Ameresp ordenava todo mundo, inclusive nós. Aí eu comecei a falar. Na hora que eu falei do João Yunes, mas pra situar, ele era o superintendente, ele falava, não admito que fale mal do doutor João Yunes. Não estava falando mal, né? Aí vai, vai, vai, vai, ele repete isso. Eu pensei, esse imbecil não tem tanta ética assim. Tem alguma coisa aqui. Aí, na hora que ele falou de novo, eu peguei a cadeira, fiquei de costas para ele e comecei a falar para os residentes. Então, aquilo que um dia eu vi, eu fiz pior. Assim, afrontando total, porque ele queria nos intimidar. Bom, não deu nada, saímos dali e fomos fazer uma reunião num apartamento de alguém perto da secretaria. Aí eu falei: ‘vamos manter a greve porque o Yunes vai cair.’ Foi uma das grandes sacadas minhas, imodestamente. Aí o Márcio, que era o presidente, falou: ‘mas você tá louco? Onde é que você tá com a cabeça? Temos que parar a greve senão não sei o quê’. Ele era ligado ao partido, aparentemente.

³⁷ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi uma instituição policial criada no Brasil em 1924, inicialmente com o nome de Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Ao longo de sua existência, o DOPS se tornou uma das principais ferramentas de repressão política, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). O DOPS tinha como objetivo oficial monitorar e reprimir atividades consideradas subversivas ou ameaçadoras à ordem pública e à segurança do Estado.

Aí fomos para uma assembleia no Hospital Servidor. O Márcio foi lá para defender o fim da greve. E eu e o nosso time defendendo a greve. É claro que teve alguns médicos residentes que passaram a defender na assembleia também. A assembleia foi terminar duas horas da manhã, no mínimo, e nós mantivemos a greve. Tinha 18 entradas no hospital. e nós cercamos às 18 para não ter furo a greve, e eu chego numa delas... Eu fui verificar como é que estava, só tinha mulheres e duas delas com uns canos que não tinham tamanho e disseram assim para mim: ‘Arlindo, pode ficar tranquilo, daqui ninguém passa’. Bom, então esta foi uma greve.

Aí houve a tentativa de acabar com a residência no hospital servidor, a coisa ficou grave. Aí já era o coronel, aí entra o Erasmo, a comissão de ensino, e nós fizemos uma greve para manter. Eu chego um dia, a gente estava fazendo piquete para ninguém se inscrever. Eles criaram uma outra, um outro modelo de ensino, que era o PA, Plano de Aprendizado Médico, algo assim. Eu não lembro se eles queriam cobrar, inclusive... há muito tempo. Aí, eu chego um dia no piquete, cadê o pessoal? Não estava lá. Inclusive, veio um dirigente estudantil, não sei quem teve, a brilhante ideia foi fazer uma manifestação em frente ao DOPS. Não fazia sentido nenhum aquilo. Aí, eu corri pra lá, fui lá e comecei a falar, vamos cair fora daqui, qual é o sentido aqui? Aí, os... Esbirros ali do DOPS começaram a ver a minha movimentação, possivelmente já me conheciam, aí foram lá e me agarraram três caras, também, bem fortes. E foto pra todo lado. Eu achei que era imprensa. Falei: ‘bom, vamos divulgar e eu vou resistir à prisão’. Aí, levei porrada, dei cotovelada enquanto eu conseguia me mexer. Aí me levaram e me passaram numa roleta que se... eu podia ter até machucado. Nisso, a Marie, que é uma... uma nissei pequenininha... Ela pula nas costas, quando viu me levar. Ela pula nas costas do cara grandalhão. E aí arranha as costas, né? Não sei se a camisa ou se... Mas arranhou. Aí levam ela também, passamos a noite ali e queriam nos enquadrar na Lei de Segurança Nacional por sangue de um agente da ditadura. Eu fui interrogado. A minha maior preocupação naquele período ainda, claro, não era aquilo ali, era a minha militância clandestina. O cara perguntava de tudo. E ali você tem que driblar de maneira convincente, mas a única coisa que eu não ia fazer era abrir aquela situação. Porque eu morei em Porto Alegre, ninguém sabia onde eu morava. Ninguém.

A trajetória do entrevistado, então, após ganhar densidade no meio sindical, especialmente no sindicato da sua categoria, da qual foi presidente três vezes, passou a ter influência fora da sua categoria, primeiro com sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores e, em seguida, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Observa-se uma transição importante na “*dimensão institucional/profissional*” do ex-presidente. Em primeiro lugar, deixa a militância clandestina, depois amplia sua atuação para além do sindicato de sua categoria e, por fim, passa a integrar um partido político:

[...] as greves no hospital, ali eu comecei a participar de outros movimentos, ali estava surgindo o movimento, ressurgindo o movimento sindical no ABC, e eu participei da fundação do PT, depois participei da fundação da CUT, que eu virei, eu estava militando no sindicato deles, aí eu fui eleito. Eu saí da residência, fiz a residência, terminei, aí eu fiquei de suplente na chapa do sindicato, porque tinha um movimento chamado de inovação médica que

tentava tomar - e tomamos - o sindicato dos liberais. O pai do Kassab era presidente da Associação Médica Brasileira. Boa gente, boa pessoa, mas nós tínhamos divergência política. Aí eu fui presidente do sindicato três vezes, a primeira teve disputa, as outras duas ninguém montou chapa. Aí eu viro concomitantemente, no segundo mandato, presidente da CUT estadual. Aí já tínhamos fundado a CUT.

Fica evidente, o que é inclusive reconhecido pelo entrevistado, que do seu trabalho no meio sindical decorreu enorme experiência, sendo fundamental para sua “*formação*”. Isso porque, além dos embates corporativos, na defesa da interesses da categoria médica ou dos metalúrgicos, havia também a disputa interna, dentro do sindicato, da CUT e do próprio PT:

E aí eu fui me envolvendo no movimento sindical. Então eu fiz o movimento sindical, peguei uma grande experiência aqui, aí peguei toda a experiência possível no movimento sindical. Porque um médico ser presidente da principal CUT estadual do país, o Lula era contra. O Lula não admitia um médico presidir a principal CUT estadual. Mas no sindicato que o Lula tinha presidido, de toda a diretoria, eu só não tive três votos. E é bom chamar atenção, né? Fundaram primeiro o PT, depois a CUT. Ou seja, a perspicácia do Lula, do Olívio Dutra, da Jacó Bittar, daquela velha guarda, do Gushiken, é de que o partido era, de fato, a disputa de poder. Então foram ousados ali. E eu participei da fundação dos dois. Mas, voltando, então eu... Ao presidir a CUT, então eu participei de greve geral, organizei e aí... E trabalhava. Eu continuava trabalhando até o momento em que eu virei chefe da radiologia no INAMPS, lá em Osasco. Bom, aí chegou num ponto, o Vargas, que tinha sido secretário-geral do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo. Na época do Lula, eu fui, ele bancou, eu era o presidente da CUT, ele era o secretário-geral, o Marinho, que é ministro, ele era secretário de organização sindical. E ali nós adotamos, tinha uma oposição dura ao sindicato dos metalúrgicos, mas a gente, na maior parte das vezes, 90%, a gente tomava decisão por unanimidade. Eu fazia questão de a gente fazer o debate político, a gente ganhar o debate político e ter uma posição unitária, assim foi, foi uma grande experiência. Nos sindicatos médicos eu nunca perdi uma greve, nenhuma, exceto quando era greve junto com funcionalismo.

O próprio entrevistado resumiu bem a importância e os aprendizados da sua trajetória como sindicalista:

A experiência sindical, os desafios e as circunstâncias, foi muito incrível. E aí depois, o Vargas chega pra mim e fala: ‘Arlindo, cai fora daqui da CUT, porque presidente da CUT nacional, aí você não vai ser’. Mas eu era da direção nacional também. E cuidava das relações internacionais, do leste europeu. Então na época era Rússia, Polônia, Hungria etc. Então, assim, foi uma experiência muito rica: debates memoráveis em congresso, porradas... Eu nunca me emitia em confusão, mas me jogaram três vezes em cima de um tablado porque eu ia lá para separar o pessoal que estava brigando. Enfim...

O fim do ciclo sindical se deu, justamente, para dar o início efetivo da trajetória política de Arlindo Chinaglia, pois ele decidiu renunciar ao cargo na CUT para se dedicar às “eleições” para o “cargo” de deputado estadual. É importante dizer que, a pedido do partido, já havia concorrido em duas outras eleições, mas, sem se dedicar devidamente, não foi eleito:

Aí, depois disso, eu tinha duas alternativas. Ou eu ia cuidar da vida ou ia fazer política. Como é que você faz política com dedicação, trabalhando o dia inteiro e dando plantão? Aí eu decidi ser candidato a deputado estadual, e foi discutido na CUT, no meu segundo mandato. Eu renunciei. Isso foi a minha terceira candidatura para deputado de São Paulo. Eu fiz uma greve em Osasco. Eu era presidente da Associação de Médicos e Dentistas, odontólogos, de Osasco. Fizemos uma greve. Aí o [inaudível] Moura, que era de Carapicuíba, uma cidade próxima, foi lá me convidar para ser candidato. De maneira nenhuma. Eu não acreditava em parlamento. Não queria. Mas aí me lançaram. Aí o pessoal falou: ‘sai que você traz voto que vai ajudar a eleger outros’. Aí eu fui candidato a primeira vez deputado estadual.

Aí, na terceira vez, foi quando eu renunciei da presidência da CUT, e eu levei mais a sério. Eu fui o último colocado, eu não sabia nada de eleição. Eu lembro de um funcionário que era, como que eu diria? Veio... Não é folclórico, mas era um cara diferente, né? Ele chega pra mim e fala: ‘vem cá, tem quantas famílias te apoiando?’ Eu achei ridícula a pergunta. Eu não sabia nada de eleição, né? Essa do cara falar: ‘minha família vai votar em você’, sendo verdade ou mentira, mas é uma referência importante. Eu fui o último a ser eleito. Fui o menos votado.

E o “mandato” de deputado estadual, que o próprio entrevistado considerou “muito limitado”, foi de destaque e apresentou uma postura, certamente, construída durante a militância clandestina e a sindical, e que foi mantida durante toda a trajetória: aproveitar as faltas dos seus adversários para criar fatos políticos.

Diante da limitação do “mandato” de deputado estadual: “eu decidi disputar para deputado federal na eleição seguinte. Eu mais que dobrei os votos. Eu tinha tido 13 mil e poucos votos, aí eu fui para 28 mil e tantos votos, me elegi federal”.

E, considerando o contexto político, diante da eleição de Fernando Henrique Cardoso para exercer a presidência da República, o entrevistado utilizou as mesmas estratégias de criar fatos políticos ante os deslizes dos seus adversários:

Eu sabia que deputado de oposição não aprova nada, aí eu fiquei no gabinete nos primeiros dias lendo noticiário... olhando, olhando, querendo... Eu tinha criado fato político lá, como deputado estadual, que não é fácil.

No segundo, terceiro dia eu leio uma matéria que dizia que a França tinha expulsado dois diplomatas americanos. E ali era o rabo mordendo o cachorro. Como é que a França expulsa dois diplomatas? Alguma coisa aí tem. Aí eu comecei a conversar. E tinha um assessor da bancada do PT, Emerson. O

Emerson era um cara muito ligado. Eu falei: ‘Emerson, que disputa que está tendo entre a França e os Estados Unidos?’ Ele falou: ‘por quê?’ Por causa disso aqui’. Aí ele começou, vai, vai, vai, e foi o primeiro a falar do SIVAM³⁸ (Folha de S. Paulo, 1996)³⁹.

Ele falou: ‘olha, aqui é o que eu sei, o único que votou contra esse acordo entre Brasil e Estados Unidos, que envolvia a empresa Rayton, né? O único que votou contra foi o Suplicy’. Aí eu conversei com o Suplicy, mas a coisa não tinha ainda encaixado. Mas aí eu me inteirei num processo que era conduzido por um órgão chamado CC Sivam, que tinha representação nos militares, mas estava lá também uma empresa chamada ESCA. Como é que a ESCA fazia parte do CC Sivam?

E o Toffoli, que tinha sido meu assessor quando eu era deputado estadual, por um período, depois eu indiquei ele aqui, ele veio pra Brasília, pra cá, e ele me ajudou muito aí. Ele foi ameaçado de morte na época. Eu não. Até que eu recebo dados da ESCA que ela não pagava os impostos devidos. A hora que eu fiz a denúncia, o Zé Maria, que hoje está na Jovem Pan e ele já estava, eu cruzei com ele e falei: ‘Zé Maria, eu vou fazer uma denúncia em Plenário’. E ele, então, colocou na Jovem Pan, ao vivo, ele confiou. E eu fiz a denúncia, então, do escândalo do Sivam.

Observa-se que, em poucos meses de “*mandato*” de deputado federal, Arlindo Chinaglia conseguiu ser notado pelos seus pares e pela oposição, a ponto de ser recebido pelo presidente de República. Segundo suas próprias palavras, saiu “do baixo clero rapidamente”, indicando um reconhecimento acelerado de sua atuação política e capacidade de articulação dentro do Congresso Nacional:

E aí, eu dava entrevista coletiva com dois meses de mandato aqui. Então, eu saí do baixo clero rapidamente. Aí, o Fernando Henrique me recebeu. Ele estava com... com ministro de... não sei se era de Assuntos e Estratégias, não lembro mais o nome. E eu levei todos os papéis, porque eu nunca fiz uma denúncia que eu não provasse. Nunca.

De acordo com o ex-presidente, o impacto não se limitou à retórica, mas, ao contrário, afetou o governo, incluindo a relação com os Estados Unidos da América: “Aí, eu tinha todos os documentos. E a hora que eu fui entregar para ele, ele não pegou. O ministro pegou. Ele coloca isso no livro dele. E assim foi. Aí a ESCA foi declarada inidônea. O Clinton fez pressão. O Fernando Henrique teve que romper o acordo. A ESCA caiu fora”.

³⁸ A crise começou em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando surgiram denúncias de que a empresa norte-americana Raytheon, que venceu a licitação para fornecer equipamentos de vigilância e controle para o SIVAM, teria obtido vantagens indevidas no processo de licitação. As acusações envolviam supostos subornos e pressões políticas exercidas para garantir que a Raytheon fosse escolhida em detrimento de outras empresas concorrentes. Um dos pontos centrais das denúncias foi a alegação de que o então ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, teria favorecido a Raytheon em troca de benefícios pessoais e que diplomatas norte-americanos teriam exercido pressão sobre o governo brasileiro para garantir a vitória da empresa.

³⁹chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04ABR1995.pdf

O “*mandato*” prosseguiu nesta linha de ação, com o ex-presidente fazendo denúncias contra adversários, o que continuou a lhe dar projeção política:

Dali a pouco, dali a mais dois meses, eu denunciei o chamado “xerife dos preços”, acho que a Adilson Dallari (José Milton Dallari). E aí eu já estava famoso, porque eu recebia as informações da ESCA. Hoje eu sei quem me passou. Na época eu não sabia.

Aí eu recebo a denúncia envolvendo o Adilson (José Milton Dallari⁴⁰). Ele muito metido, controlando o preço e tal... só que ele tinha contrato com a Abras, a Associação Brasileira de Supermercados. Então aquela moralidade toda, imagina o cara ter o vínculo que ele recebia de um segmento tão importante que tinha, porque ali sim você poderia tentar pelo menos controlar o preço. Então, no ano seguinte eu virei presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E assim foi.

A despeito do protagonismo decorrente das denúncias feitas e pelos fatos políticos criados, o ex-presidente, de acordo com seu relato, pertencia a uma corrente minoritária dentro do seu “*partido*”, o que o impedia de galgar cargos na estrutura da Câmara dos Deputados e, também, no Poder Executivo Federal⁴¹, quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente:

Eu sempre fui minoria no PT, por tendências internas. Eu poderia até ter condições de ser líder, mas não conseguia ser líder. Daí quando o Lula ganha as eleições, entre boatos de que eu ia para o governo e outras coisas, acabei não indo. O primeiro a falar foi o Jair Meneguelli. Ele disse: você não conta para ninguém’. Aí me conta uma conversa. Aí depois o Gushiken me liga: ‘Olha, você vai ser isso ou aquilo, mas pode ser o outro’. Acabou sendo o outro e tal.

Porém, a despeito de estar filiado a uma corrente minoritária do partido, o desempenho de Chinaglia foi notado, o que levou o então deputado Genuíno a pedir para que o ex-presidente participasse de forma mais ativa das discussões no Plenário da Câmara dos Deputados. Então,

⁴⁰ O “caso Dallari” refere-se a uma controvérsia política que surgiu em agosto de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, envolvendo José Milton Dallari, então secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e Roberto de Melo, uma figura ligada a Dallari que participava de reuniões ministeriais sem ocupar formalmente um cargo público. O deputado Arlindo Chinaglia, do Partido dos Trabalhadores (PT-SP), desempenhou um papel central na investigação do caso. Chinaglia questionou publicamente a participação de Roberto de Melo nas reuniões oficiais e exigiu explicações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e de Dallari. Além disso, o deputado apresentou recibos emitidos pela consultoria Decisão, com datas posteriores à nomeação de Dallari para o cargo público, como evidência de que Dallari ainda estaria envolvido em atividades privadas.

⁴¹ Muito embora não tenha mencionado durante a entrevista, Arlindo Chinaglia afastou-se do cargo de deputado federal, em 2001, para ocupar cargo na administração municipal de São Paulo, a convite da então prefeita Marta Suplicy. Permaneceu no cargo de secretário municipal de Implementação de Subprefeituras durante um ano, quando retornou à Câmara dos Deputados. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arlindo-chinaglia-junior>

o entrevistado afirmou que aproveitou a oportunidade para fazer um acordo para que, na sessão legislativa seguinte, fosse indicado líder do partido:

Mas o Genuíno queria que eu fosse para o plenário. Você tem qualidade para participar do debate e o governo está precisando. Aí fizemos um acordo, porque quem foi líder no primeiro ano, Nelson Pelegrino, ele também não era da força majoritária. Só que eu nunca pensava em fazer acordo. Mas havia acordos, todo mundo conversando ali, mas eu não era muito ligado. E assim foi. Eu virei líder, então, no segundo ano do mandato do Lula.

A sua atuação como líder aumentou a projeção do “*mandato*”, o que culminou com sua designação, agora pelo presidente da República, para ocupar o cargo de líder do governo. Durante sua atuação no “*cargo*” de líder do governo, o ex-presidente disse ter tido muito trabalho, especialmente com parlamentares aliados:

Depois que eu fui líder da bancada, eu acho que o Miro Teixeira foi líder por um pouco de tempo e o Lula teve que substituir. Aí ele me escolheu. Aí virei líder de governo. Aí... foi... Foi um momento em que eu tive que atuar bastante dentro de governo. Se quiser trabalhar, tem muito o que fazer. E ali eu fui me credenciando.

Uma vez o Caiado: ‘ô líder’ - aquela a voz grossa, né? – ‘A oposição não morde, não’. Falei: ‘eu sei, quem morde é a base’. Mas foi uma gargalhada geral. Mas na época do Mensalão, eu passei apertado. Eu era líder do governo. Então a gente fazia a reunião na madrugada.

Certa feita, [um deputado] subiu num sofá da casa dele e falou: ‘olha aqui, fala pro Lula que se a Veja, não sei quem, continuar batendo em mim, eu vou dizer que conheci o Marques Valério na antessala dele’. O jogo era pesado, eu estou falando de alguém que inclusive já morreu. Então assim, nunca foi fácil.

O referido “credenciamento”, especialmente perante seus colegas de bancada, começou a ganhar evidência no ano de 2005, quando seu nome recebeu 19 votos da bancada para concorrer ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Mas, conforme o relato do próprio entrevistado, as correntes majoritárias do partido entraram em ação:

E quando a bancada do PT decidiu lançar o nome após o João Paulo Cunha. Na primeira votação, na bancada, eu tive 19 votos. Tive disparado o maior número de votos. Aí, a gente brinca, a OTAN, que é o grupo majoritário do PT, entrou pesado, e eu caí pra três votos, aí escolheram o Greenhalg. E o Greenhalg foi pra disputa... e perdeu para o Severino Cavalcante. E o Severino, na festa de comemoração, ele falou: ‘se tivesse sido o Chinaglia nós teríamos perdido’. E, de fato, eu estava com bastante prestígio ali.

O mandato de Severino Cavalcanti durou poucos meses, o que levou a Câmara a realizar nova eleição. Mais uma vez, o nome de Arlindo foi cogitado, mas, considerando a possibilidade

de uma candidatura do Partido dos Trabalhadores ser novamente derrotada, o que colocaria em risco o próprio mandato do presidente Lula, o entrevistado disse ter viabilizado sua candidatura. “Aí depois, quando o Aldo disputou com o Nonô, meu nome estava muito forte, o Lula pediu para que eu retirasse em favor do Aldo. Eu retirei e o Aldo ganhou”.

Mas, a despeito do acidente que sofrera em 2006, que quase o impediu de fazer campanha nas “*eleições*” daquele ano, na “*eleição*” seguinte para a presidência, Chinaglia firmou sua candidatura. Não sem oposição interna de membros do seu partido e, de acordo com seu relato, com atuação do próprio presidente da República em favor, novamente, da candidatura de Aldo Rebelo, que, no ano de 2007, concorreria a reeleição:

E aí eu decido, por decisão da bancada, por decisão de outros partidos e tal, ser candidato à presidência da Câmara. O Lula era contra. O Lula, digamos, através de vários porta-vozes, defendia o Aldo para a eleição. O Lula chamou uma reunião comigo e com o Aldo. Comigo foi primeiro, segundo com o Aldo. Mas ali teve alguns incidentes que, quando eu cheguei no gabinete do Lula, eu tomei a decisão de não adequar. Ali foram os passos, eu diria, que eu não vou esquecer, porque a executiva nacional tinha se reunido com Lula, defendido, meu nome. Ele bateu contra, houve quem da executiva me telefonasse: ‘você tem que renunciar hoje da liderança do governo, porque foi assim, assim, assim, assim’.

Eu passei dois, três dias refletindo, meio amado, digamos, até que eu concluí: “Se eu renuncio da liderança do governo, o pessoal que está me apoiando não vai peitar o governo para me apoiar”. Então, o Jânio de Freitas escreveu uma matéria dizendo que a eleição da presidência da Câmara, depois que eu ganhei, tinha sido uma das operações políticas mais sofisticadas dos últimos tempos. Não sei como é que o Jânio, ele não sabia detalhes, eu nem estou contando aqui por que tem que ter cuidado com certas coisas, mas esse é o fato, o mundo da política todo sabia. Então, o Aldo tinha apoio do Lula, tinha apoio do Fernando Henrique, tinha apoio do Aécio, tinha apoio do Eduardo Campos, tinha apoio do PDT, tinha apoio do Pcdob, mas eu ganhei.

Vou te contar. O Lula, depois que ele conversou comigo e com o Aldo, ele fez uma proposta, se eu aceitaria... O fato é o seguinte, eu disse pra ele:

‘É impossível não ter dúvida. Não tem ninguém, inclusive eu, e o Aldo também, que fale’; ‘não, o resultado vai ser esse’.

‘A única coisa que não vai acontecer é o Fruet ganhar. Ou vai ser eu ou vai ser o Aldo, eu acho que sou eu’.

Aí ele [o presidente Lula], de alguma maneira, se sensibilizou e falou: ‘Você aceitaria uma decisão do conselho político?’. Conselho político o que era? Era os presidentes dos partidos da base e os líderes das bancadas. Eu falei: ‘Aceito’. Aí o Aldo não aceitou. Aí o Lula tirou o pé. Se o Lula jogasse todo o peso, não tinha jeito. Ele tinha preferência, ele falava, ele não escondia. Gente muito próxima dele colocava publicamente e assim foi.

Perguntado sobre o que teria levado o presidente Lula se mobilizar, mais uma vez, contra sua candidatura, se o fato de pertencer a uma corrente minoritária poderia ser a razão, Chinaglia respondeu:

O Lula seguramente não se orientaria por aí, até porque ele me escolheu o líder do governo, ok? Foi ele. A Dilma foi, quando ela voltou, voltou com o meu nome. E ela, então, fez a seguinte frase, até certo ponto enigmática. Não tão, mas até certo ponto. Ela falou assim: ‘Olha, eu quero que você saiba que o presidente Lula ajudou muito’. Ajudou o quê? Exatamente, não importa. Mas, enfim, eu fui mesmo tendo uma outra movimentação e inclusive com o meu apoio. Eu acho que o Lula, primeiro, ele não acreditava que alguém do PT pudesse ganhar. Porque houve várias candidaturas nossas para o Tribunal de Contas da União. E todo mundo chegava lá e contava para ele que estava uma maravilha e perdia. Então, eu acho que esse elemento contou para ele. Até porque a experiência do Greenhalgh tinha dado uma lição em todo mundo. Mas a questão nunca é simples, né? Eu acho que isso contou. A outra que eu não posso, de maneira nenhuma, desconsiderar, é que o Aldo era de um partido aliado, ainda que tivesse, na época, acho que nove deputados. Mas o Aldo era aliado do governo.

Prosseguiu o entrevistado analisando o que teria levado o então presidente da República, do partido ao qual integrava, a atuar em favor da candidatura de Aldo Rebelo, que pertencia a outro partido, ainda que aliado, com número muito menor de deputados federais:

Candidato à reeleição (Aldo Rebelo). Então assim, perder para a reeleição é muito difícil. E acho que o Lula entendeu que eu não ganharia. Entendeu? Mas claro que tem o componente aí também de ser o Aldo, do PCdoB, um aliado e tal. Mas eu acabei ganhando. E eu tive votos. Tive votos em praticamente todos os partidos. Talvez, na época, os partidos como PCdoB, PSD e PDT. PCdoB, é claro, não tive nem um voto. Eu acho... PDT, eu não sei. PSD, não sei. Porque os líderes desses aí estavam todos com o Aldo. Então não foi fácil.

E, numa eleição muito apertada, em segundo turno, Arlindo Chinaglia foi eleito com 261 votos contra 243 de Aldo Rebelo (Câmara dos Deputados, 2007).

A história contada por Arlindo Chinaglia revela um percurso marcado por desafios e superações, tanto em sua vida pessoal quanto profissional. Sua formação inicial, realizada em um contexto de limitações e adversidades, destaca o esforço e a determinação necessários para que ele pudesse alcançar seu objetivo de se tornar médico, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. A escolha pela medicina, motivada inicialmente por um interesse científico, acabou servindo de ponte para sua entrada na política, transformando-se em um fator crucial para o desenvolvimento de sua carreira política.

Chinaglia utilizou sua experiência pessoal e profissional para construir um sólido capital político, que foi sendo moldado ao longo de sua atuação, tanto na área da saúde pública quanto em seu engajamento em movimentos políticos e sociais. Sua trajetória reflete a importância da educação e da mobilização social como ferramentas de transformação pessoal e coletiva. Ao

destacar momentos críticos de sua vida, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo para ingressar em uma universidade pública, Chinaglia revela como esses desafios contribuíram para sua formação enquanto líder político.

Além disso, sua atuação na Câmara dos Deputados, como relatado na dissertação, mostra um político que soube navegar pelas complexas estruturas de poder, usando sua experiência prévia e suas habilidades adquiridas ao longo de sua carreira para consolidar sua posição e eventualmente ser eleito para a presidência da Câmara dos Deputados. Chinaglia é um exemplo de como o contexto familiar, a formação acadêmica e a experiência profissional podem interagir para moldar a trajetória de um líder político.

Por fim, sua trajetória demonstra como o capital político e social pode ser acumulado e utilizado de maneira estratégica para alcançar posições de destaque no cenário político brasileiro. A entrevista com Chinaglia e sua subsequente análise reforçam a importância de entender as trajetórias pessoais e os contextos sociais e políticos que influenciam a carreira dos líderes políticos, proporcionando uma compreensão mais profunda sobre a formação de lideranças no Brasil.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou investigar as trajetórias de cinco ex-presidentes da Câmara dos Deputados do Brasil — Michel Temer, Aldo Rebelo, Marco Maia e Arlindo Chinaglia —, utilizando a metodologia da história oral. Essa abordagem metodológica permitiu que os próprios entrevistados reconstruíssem suas narrativas, oferecendo uma visão única e aprofundada sobre suas experiências pessoais, estratégias políticas e os desafios enfrentados ao longo de suas carreiras.

Utilizou-se, ainda, com vistas a analisar o conteúdo das entrevistas, a técnica de análise de conteúdo, que envolve um processo metodológico estruturado para análise de dados qualitativos. A análise de conteúdo é uma técnica que visa descrever o conteúdo das mensagens, buscando inferências que possam ser relacionadas às condições de produção e recepção dessas mensagens. Essa técnica foi escolhida por sua capacidade de lidar com a complexidade dos dados verbais e de revelar padrões, temas e significados latentes nas falas dos entrevistados.

Durante este trabalho, a análise de conteúdo permitiu desdobrar as narrativas dos entrevistados em dimensões e categorias temáticas que ajudaram a elucidar como cada um deles construiu e mobilizou diferentes tipos de capitais políticos ao longo de suas carreiras. A técnica foi aplicada em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Assim, a análise das entrevistas revelou padrões comuns entre os entrevistados em relação à construção e mobilização de capital político, conforme discutido no Capítulo 2. Michel Temer (4.1) destacou a importância do capital institucional e das alianças estratégicas formadas ao longo de sua carreira. Ele enfatizou como a capacidade de negociar e mediar conflitos dentro da Câmara foi crucial para a sua eleição à presidência. Seu relato ilustra como a acumulação de capital institucional — por meio de cargos anteriores e de uma reputação de conciliador — foi essencial para consolidar sua liderança.

A habilidade de Michel Temer em forjar alianças é um aspecto central de sua trajetória política. O ex-presidente mencionou que, ao longo de sua carreira, sempre buscou manter uma postura de diálogo aberto e respeito mútuo com outros parlamentares, independentemente de suas afiliações partidárias. Essa estratégia de construir pontes foi crucial para sua eleição como presidente da Câmara, pois lhe permitiu angariar o apoio necessário em momentos decisivos.

Aldo Rebelo (4.2), por sua vez, trouxe à tona o papel do capital simbólico e ideológico. Sua trajetória política, marcada por um forte engajamento em movimentos sociais e pelo posicionamento firme em questões nacionais, demonstrou como o capital simbólico pode ser

mobilizado para criar uma imagem de liderança coerente e confiável. Rebelo destacou que sua imagem pública e a associação com certos valores e causas foram fundamentais para construir confiança e apoio, tanto dentro quanto fora da Câmara.

Além disso, Rebelo destacou o papel do capital social na construção de sua trajetória política. Sua capacidade de formar alianças duradouras dentro e fora do partido foi fundamental para sua carreira. O ex-presidente destacou que, apesar de suas firmes convicções ideológicas, sempre procurou dialogar com outros parlamentares e construir coalizões amplas em torno de objetivos comuns. Essa habilidade de combinar princípios ideológicos com pragmatismo político foi essencial para sua ascensão na Câmara, permitindo-lhe consolidar seu capital político e mobilizá-lo eficazmente em momentos-chave.

Marco Maia (4.3) forneceu um exemplo claro de como o capital social e as redes de apoio são vitais para uma trajetória de sucesso na Câmara dos Deputados. Maia enfatizou o valor das conexões pessoais e das relações interpessoais construídas durante sua carreira, que lhe permitiram navegar com eficácia as complexidades do campo político. Sua experiência ressalta a importância da construção de alianças duradouras para o avanço na carreira política.

O ex-presidente observou, ainda, que seu envolvimento em movimentos da Igreja Católica, especialmente durante sua juventude, permitiu-lhe desenvolver habilidades de liderança e mobilização, que foram essenciais em sua atuação política. O escândalo do mensalão, que veio à tona em 2005, teve um impacto significativo na carreira de Marco Maia. Sua postura durante esse período o ajudou a consolidar seu capital político, o que lhe proporcionou credibilidade e apoio entre seus pares, mesmo em um momento de grande turbulência política. Por fim, sua atuação durante a CPI do “Caos Aéreo” fez com que angariasse créditos com o partido, que acabou por lhe indicar para o cargo de vice-presidente da Câmara dos Deputados.

Henrique Eduardo Alves (4.4) demonstrou, ao narrar sua trajetória, a capacidade de mobilizar e converter seus capitais político, social e simbólico em apoio efetivo, culminando em sua eleição à presidência da Câmara dos Deputados. Essa conquista foi resultado de uma estratégia, que combinou a utilização do capital político herdado de sua família com a construção de alianças estratégicas dentro e fora do Congresso.

É razoável concluir que, considerando sua própria perspectiva, houve destaque para a própria capacidade de adaptação às dinâmicas internas do PMDB e de enfrentar os desafios impostos pela conjuntura política do país.

Além disso, o caso de Henrique Eduardo Alves destaca a importância das relações interpessoais e da construção de uma reputação sólida dentro da Câmara dos Deputados. Sua carreira é um exemplo de como a acumulação e a gestão eficaz de capitais simbólicos e institucionais podem ser determinantes para alcançar posições de liderança no cenário político nacional. Alves destacou a importância da sua experiência e seu conhecimento das regras do jogo político para consolidar sua posição e influenciar os rumos da política brasileira.

Por fim, a trajetória narrada por Henrique Eduardo Alves, sublinha a relevância do capital político familiar, mas também mostra que o sucesso político depende de uma combinação de fatores, incluindo a habilidade individual, a construção de alianças e a capacidade de se adaptar a contextos políticos mutáveis. Sua ascensão à presidência da Câmara dos Deputados, desta feita, não foi apenas um reflexo de seu legado familiar, mas, de igual maneira, o resultado de sua perseverança, estratégia e liderança dentro da Câmara dos Deputados.

Por último, Arlindo Chinaglia (4.5) revelou aspectos essenciais de sua trajetória política que são fundamentais para entender sua ascensão à presidência da Câmara dos Deputados. Um dos pontos centrais revelado foi o papel crucial da militância clandestina durante o período da ditadura militar no Brasil e sua posterior militância formal dentro das estruturas partidárias democráticas.

Portanto, a análise da entrevista de Arlindo Chinaglia destaca que sua trajetória para a presidência da Câmara foi profundamente influenciada por sua experiência de militância em duas fases distintas: a clandestina, que lhe forneceu o capital simbólico e social necessário para estabelecer credibilidade e construir uma rede de aliados, e a formal, que lhe permitiu acumular capital institucional e compreender profundamente as dinâmicas políticas da Câmara dos Deputados. Essa combinação única de experiências e capitais mobilizados reflete a complexidade da construção de liderança política no Brasil e evidencia como diferentes formas de militância podem contribuir para a formação de um líder eficaz dentro das estruturas democráticas.

Essas entrevistas, analisadas à luz dos conceitos teóricos discutidos nos Capítulos 2 e 3, demonstram que o caminho para a presidência da Câmara dos Deputados é multifacetado e complexo. O sucesso na política interna da Câmara é frequentemente uma questão de acumulação e mobilização eficaz de múltiplos tipos de capital. Como observado no Capítulo 2, a carreira política é, frequentemente, entendida como um processo de acumulação estratégica de capitais, em que a habilidade de converter esses capitais em poder efetivo é crucial para o avanço político. Os ex-presidentes entrevistados demonstraram, através de suas narrativas,

como diferentes combinações de capitais foram necessárias para alcançar o mesmo objetivo: a presidência da Câmara.

Além disso, o uso da metodologia de história oral trouxe à tona a importância da subjetividade e da memória na construção da narrativa histórica, conforme discutido no Capítulo 3. A memória não é apenas um repositório de eventos passados, mas uma construção ativa que interage constantemente com o presente e o futuro. As entrevistas mostraram como os ex-presidentes (re)interpretaram suas trajetórias à luz de suas experiências atuais e como essas (re)interpretações podem influenciar a percepção pública e histórica de suas lideranças.

Ao dar voz aos ex-presidentes, esta pesquisa não apenas documentou suas histórias de vida, mas, de igual forma, contribuiu para a preservação da memória institucional da Câmara dos Deputados. As narrativas pessoais revelam não apenas fatos históricos, mas, de igual maneira, as percepções e interpretações dos indivíduos sobre eventos passados, oferecendo um vislumbre das motivações pessoais e do contexto político que moldaram suas ações.

Este trabalho procurou destacar as limitações e os desafios da metodologia de história oral. A subjetividade inerente ao método significa que as memórias dos entrevistados estão sujeitas a distorções, omissões e reconstruções. No entanto, essas mesmas características podem ser vistas como uma oportunidade para explorar as complexidades das trajetórias políticas e as múltiplas camadas de significado que os indivíduos atribuem às suas próprias experiências. Como discutido no Capítulo 3, enfatiza que a subjetividade da história oral não deve ser vista como uma fraqueza, mas como uma força que permite uma compreensão mais rica e diversificada da história.

Dessa forma, a metodologia de história oral utilizada nesta pesquisa provou ser uma ferramenta valiosa para capturar as nuances das trajetórias políticas dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados. Ao focar na perspectiva do indivíduo, foi possível compreender melhor como cada um deles construiu e mobilizou seu capital político, oferecendo uma visão mais completa e detalhada dos processos políticos internos da Câmara.

Ao integrar essas análises com os conceitos de carreira política e capital político, o presente estudo oferece uma contribuição significativa para o estudo das lideranças políticas no Brasil. Evidenciou-se que os presidentes da Câmara dos Deputados são, frequentemente, produtos de uma combinação única de capitais que refletem tanto suas trajetórias pessoais quanto os contextos políticos mais amplos nos quais operam. A pesquisa sugere que futuras investigações poderiam beneficiar-se de um foco ainda maior na interseção entre memória e poder político, especialmente no contexto de instituições políticas, como a Câmara dos Deputados.

Em suma, a conclusão desta dissertação é que a presidência da Câmara dos Deputados é mais do que um simples cargo; é o resultado de uma complexa dança de capitais políticos e estratégias institucionais. O estudo das trajetórias dos ex-presidentes, através da metodologia de história oral, não só nos oferece uma visão detalhada de suas experiências individuais, mas também ilumina as forças mais amplas que moldam a política brasileira. O trabalho sugere que uma análise mais aprofundada dessas dinâmicas pode revelar ainda mais sobre o funcionamento interno do poder legislativo no Brasil e sobre as trajetórias de seus líderes.

Os resultados da pesquisa revelam que o sucesso na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados não depende unicamente de um capital político específico, mas, sim, de uma combinação complexa de capitais simbólicos, culturais, sociais, institucionais e econômicos. Além disso, revela-se a importância de fatores, como a construção de alianças estratégicas e a adaptação a contextos políticos mutáveis. Cada ex-presidente entrevistado utilizou uma mistura única de habilidades e recursos para navegar pelas complexas dinâmicas do campo político brasileiro.

A pesquisa pretendeu contribuir, ainda, para a literatura existente ao preencher uma lacuna importante sobre as trajetórias dos líderes do legislativo brasileiro. Isso porque há uma predominância de estudos focados na Câmara dos Deputados quanto aos processos legislativos ou às dinâmicas partidárias, mas esta pesquisa coloca os indivíduos no centro da análise, explorando como suas trajetórias pessoais influenciam e são influenciadas pelo contexto político.

Por conseguinte, o presente estudo aponta para a necessidade de estudos futuros que continuem a explorar as interseções entre história e memória, especialmente em contextos institucionais, como o da Câmara dos Deputados. Estudos, de igual maneira, que se utilizem da história oral para examinar outras dimensões da política brasileira, que podem fornecer *insights* valiosos sobre a formação de lideranças políticas e a construção de narrativas institucionais. Ao ampliar o escopo da pesquisa para incluir diferentes perspectivas e experiências, é possível enriquecer ainda mais a compreensão do campo político no Brasil.

Conclui-se, ainda, que as trajetórias dos presidentes da Câmara dos Deputados são moldadas por uma confluência de fatores individuais e contextuais. E, dessa maneira, reconhecer e explorar essas dinâmicas é instrumento útil para uma compreensão mais profunda da política brasileira e do papel da liderança legislativa na construção da democracia no país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira**: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Biblioteca da Presidência da República**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia de Arlindo Chinaglia Júnior**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arlindo-chinaglia-junior>. Acesso em: 28 março. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia de Deputado - José Aldo Rebelo Figueiredo**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sedes da Câmara**: Palácio São Cristóvão. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/copy_of_museu/historia/sedes-da-camara/palacio-sao-cristovao. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Parlamento Brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545319-parlamento-brasileiro-foi-fechado-ou-dissolvido-18-vezes/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados abertos TSE**. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1934/resource/7fc54848-c5ca-475e-8adb-b2d3d19e97d2>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique. Actes de la recherche en sciences sociales*. Tradução de Olívia Alves Barbosa. v. 62-63, p. 69-72, juin 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **OBJ 1/2007 Proposição arquivada, 2007**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339941> Acesso em: 28 mar. 2024.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Veja os resultados das eleições para presidente da Câmara nos últimos 50 anos. 2023**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/936302-VEJA-OS-RESULTADOS-DAS-ELEICOES-PARA-PRESIDENTE-DA-CAMARA-NAS-ULTIMAS-DEZ-LEGISLATURAS> Acesso em: 28 mar. 2024.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, Kindle.

CEOLIN, Adriano Wilson. **A transformação do PMDB dentro da liderança do partido na Constituinte** [manuscrito]: a perspectiva da história oral. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo)- Poder Legislativo, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2020.

CHAGASTELLES, Gianne; LACERDA, Gislene. **História oral, memória e história do tempo presente**: debate conceitual e de sentidos. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL: EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: VIOLÊNCIA, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 10. 2013, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2013, p. 5.

FENNO, Richard F. **Watching politicians**: essays on participant observation. Berkeley: University of California Inst, 1990.

FIGUEIREDO, José Aldo Rebelo. **Biografia**. Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-aldo-rebelo-figueiredo>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. “Assessor sem cargo” reabre “caso Dallari”. Da Redação, Sucursal de Brasília. São Paulo, segunda-feira, 14 de agosto de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/14/brasil/8.html>. Acesso em: 28 março. 2024.

FRANCO, Gustavo H. B.; GIAMBIAGI, Fábio. **Antologia da Maldade 2**: Epígrafes para um país estressado – 1º ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2022. p 97.

GELAPE, Lucas; SILVA, Glauco Peres da. Restrição partidária às decisões de carreira de políticos brasileiros: evidências de vereadores brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 30, 2022.

GUIMARÃES, Glennly Terezinha Duro; PAULA, Marlúbcia Corrêa de. **Análise de conteúdo a partir de Moraes**: abordagem metodológica. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022.

JOÃO BRAGA, Ricardo; SATHLER, André Rehbein; MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. The institutionalisation of the Brazilian Chamber of Deputies. **The Journal of Legislative Studies**, [s. l.], v. 22, p. 4, 460-483, 2016. DOI: 10.1080/13572334.2016.1235332, p. 469.

JORNAL O GLOBO. **Candidato em 1985, FH sentou na cadeira do prefeito de SP, perdeu eleição**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/candidato-em-1985-fh-sentou-na-cadeira-do-prefeito-de-sp-perdeu-eleicao-19069894>. Acesso em: 28 mar. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição revista. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2013.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Revista Opinião**

Pública, Campinas, v. 9, n. 1, maio de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-4478200300010001>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, [s. l.], v. 58, n. 3, p. 721–747, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201557>. Acesso em: 28 março. 2024.

MOARAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, Maria Emilia Amaral (org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, ano 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1ª edição. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2008.

SAINZ, Nilton; CODATO, Adriano. **Political Ambition and Career Choices in The Brazilian Chamber of Deputies: A Three-Dimensional Analysis Proposal**. In: SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7169>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; PORTELA, Paula de Oliveira; ARAUJO, Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de. Análise de Conteúdo: uma proposta de aplicação para além de Bardin. In: GUIMARÃES, Glenny Terezinha Duro; PAULA, Marlúbcia Corrêa de (Org.). **Análise de conteúdo e análise do discurso**. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022.

SAMUELS, David. *Ambition and competition: explaining legislative turnover in Brazil*. **Legislative Studies Quarterly**, [s. l.], v. 25, n.3, p. 481-497 Ago 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/440417.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 28 mar. 2024.

SOARES, Rosinethe Monteiro. **Ensaio sobre a história da Câmara dos Deputados do Brasil**. Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 1995, p. 11-14.

TEIXEIRA, Carolina Lopes. **Carreira política e liderança** [manuscrito]: ganhos do cargo de líder para a trajetória política do parlamentar. 2018.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória**: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto história, São Paulo (15), abril 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

APÊNDICE A – Entrevista Michel Temer

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador(es): Thiago Esteves Barbosa e Renon Fonseca

Levantamento de dados: Thiago Esteves Barbosa

Pesquisa e elaboração do roteiro: Thiago Esteves Barbosa

Conferência da transcrição: Thiago Esteves Barbosa

Técnico de gravação: Thiago Esteves Barbosa

Local: Pedroso Alvarenga, 900 - SP - Brasil

Data: 26/10/2022

Duração: 57min

Páginas:

Renon Fonseca: Agradecemos seu tempo bastante precioso, enriquecendo a nossa, o nosso acervo da Câmara dos Deputados em relação à nossa própria história. E nesse caso, a pesquisa do Thiago sobre esse passo a passo, o que faz. A pergunta é? O que faz um presidente da Câmara dos Deputados?

O que faz no sentido de o que leva alguém a ser eleito pelos pares, presidente da Câmara dos Deputados. E aqui eu deixo muita vontade também para não se sentir...

Michel Temer: Nenhuma inibição.

Renon Fonseca: Inibição em relação à sua autopromoção mesmo. Falar as suas qualidades, características que o senhor entende que o senhor tivesse essa liderança entre seus pares para ascender a um cargo tão importante.

Thiago Esteves: Mais uma vez, muito obrigado, Excelência, é um prazer estar aqui. Eu, como no programa de mestrado da Câmara dos Deputados, o projeto é exatamente investigar como um deputado se coloca diante dos seus pares e com a trajetória que tem que percorrer como homem público para alcançar aí a legitimidade para ser eleito presidente da Câmara.

Como lhe disse antes, não sei se Vossa Excelência sabia e parece que não, mas dentre os 7500 e poucos parlamentares que ocuparam a Câmara dos Deputados alguma vez na vida, o senhor é o único Michel. É o terceiro de Tietê, né? Já tinha havido dois anteriormente.

E o nosso objetivo, que é ouvir francamente sobre como é que um homem público alcança o cargo mais alto da chefia do Legislativo, que é a presidência da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado e fique à vontade.

Michel Temer: Bom, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-los por essa iniciativa, esse chamado mestrado da Câmara dos Deputados, e penso que também cumprimentá-los pela iniciativa desta espécie de documentário, onde vão ouvir todos os presidentes.

Penso até muito, imodestamente, que será útil até para os colegas deputados que hoje estão e aqueles que estarão no parlamento brasileiro. E vocês sugerem que eu conte um pouco da minha vida para dizer afinal, como é que eu transformei-me em presidente da Câmara dos Deputados por três vezes.

Não foi uma única, única vez. E desde logo, eu quero registrar que talvez ser eleito presidente da Câmara é mais complicado que ser eleito deputado federal, porque o quórum e o eleitorado é muito qualificado.

Você tem que convencer 512 colegas de que você é a melhor opção. Mas de onde apareceu tudo isso? Apareceu, penso eu. Já, interessante, da minha, da minha presença na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Eu era do interior de São Paulo, uma pequena cidade chamada Tietê, onde fiz o curso primário, o curso ginásial. Na época havia o ginásial e afinal vim para São Paulo para fazer o chamado curso colegial clássico. Que, o clássico, era para aqueles que iam para ciências humanas.

Eu ia para o Direito e, o científico, para aqueles que iam para ciências exatas. E depois de fazer o colegial, eu prestei. Prestei vestibular na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, acabei ingressando, mas logo no primeiro ano, tinha 18 anos de idade, eu já fui lançado pelos meus colegas, até eu não sei bem as razões pelas quais eu fui lançado, mas o fato é que fui lançado candidato a segundo tesoureiro do Centro Acadêmico 11 de agosto.

O Centro Acadêmico 11 de Agosto sempre teve um prestígio, não apenas estadual, mas nacional extraordinária. E o segundo, o cargo de segundo tesoureiro, era o cargo que cabia aos calouros, aos primeiranistas, porque assim o presidente só poderia ser candidato a presidente no quarto ano para exercer, se eleito fosse, no quinto ano.

E para os calouros, se destinavam à segunda tesouraria. E eu fui eleito o segundo tesoureiro. E eleito o segundo tesoureiro, interessante, logo na chapa, o presidente era Antônio Carlos Canton, mas ele me disse olhe, você teve uma votação, tinha uma votação muito boa.

Michel Temer: Como, como, como candidato, sendo o tesoureiro mais do que o candidato a presidente. E ele disse olhe, você precisa se preparar para ser candidato à presidência do Centro Acadêmico de 11 de Agosto no quarto ano.

Eu estou contando isso para dizer como se iniciou, digamos assim, o que se pode chamar de minha vida política, minha vida, minha vida pública.

E logo em seguida, ele me nomeou até presidente da comissão de trote. Eu, já no segundo ano, para que presidência da comissão de trote? Veja como é política, né? Para que eu conhecesse todos os calouros que estavam entrando naquele ano na faculdade, conhecesse não só pessoalmente, mas também nominalmente.

E de fato, eu tive contato com todos os calouros, eu no segundo ano e os entrantes, calouros, no primeiro ano. E, evidentemente, que fiz política o tempo todo.

Fazia o que se chamava política de pátio na faculdade de Direito. Ficava no pátio conversando com as pessoas, ao mesmo tempo que, naturalmente, frequentava as aulas, mas me dedicava muito a esse bate papo político durante, durante o meu curso de Direito. Depois, fui candidato à presidência do 11 de agosto.

Estou falando de um período que é de 1962. Faz muito tempo, mas não fui eleito. Não fui eleito, porque interessante naquele período. Naquele período havia dois partidos, um partido chamado Partido Acadêmico Independente, que era o meu partido, e o Partido Acadêmico Renovador, que era um outro partido.

Mas naquele período que eu fui lançado, em 62, já se esboçava interessante o movimento que veio a nascer, a consolidar-se em 64, que é o movimento que modificou a democracia no Brasil. E lá formou-se um grupo de alunos, até instruídos por setores externos para criar um outro partido, que foi chamado Partido da Representação Acadêmica. E todos os meus amigos.

Inclusive, um pouco antes da eleição, no quarto ano, foi lançado um candidato meu amigo também, e este candidato levou cerca de 80 a 90 votos e eu perdi a eleição por 80, 90 votos. Mas o fato é que eu não fui naquela oportunidade.

Muito bem. A partir daí, já chegando o quinto ano da Faculdade de Direito, tinha sido eleito um amigo meu também, Oscarlino Marçal. Ele me disse, olhe Temer, você, você precisa ser candidato à presidência do Diretório Central de Estudantes.

O Diretório Central de Estudantes é o que congrega os centros acadêmicos das faculdades públicas no Estado de São Paulo. Eu não estava já muito disposto, mas houve muito, muito, muita insistência. E eu acabei também, então nosso meu nome ali.

Mas tempos depois, interessante foi quando eu conheci o Serra. O Serra, era, era a presidente da UEE, União Estadual dos Estudantes. E o Arnaldo Madeira, era um militante do partido, partido Comunista.

É uma bela figura, o Arnaldo Madeira. E o Arnaldo Madeira, que tinha me lançado até, Michel Temer: juntamente com o Oscarlino Marçal. Mas, houve um momento que eles me ligaram do Serra e o Arnaldo disse: olha, nós estamos aqui, nós queremos fazer a unidade no DCE, e estávamos pensando em se você, me chamaram lá na sede, estávamos pensando se você não poderia desistir da sua candidatura.

Isso já no quinto ano, e em nome do candidato a um outro candidato, que era o Sabaia, candidato à presidência do DCE, para estarmos estamos todos unidos. É claro, inteiramente às ordens. Eu já não estava mais vocacionado, voltado para aquilo. Muito bem. Terminou o curso.

O que aconteceu? Eu fui para, interessante, fui logo para oficial de gabinete do professor Ataliba Nogueira, que era professor de Teoria Geral do Estado e tinha sido constituinte interessante na Constituinte de 46.

E ele, ele me, me levava aos sábados para despachar com ele, só eu e ele. Evidentemente que a minha participação no despacho era apenas assinava, puxava o papel.

Mas enquanto eu puxava o papel, ele me dizia: olhe, Michel, você precisa, você precisa estudar, advogar, escrever para jornais, fazer carreira universitária e, se possível, fazer política externa e interna, externa, etc. Porque é importante para você e para o país.

Vou nesse ritmo mesmo?

Eu disse, olhe professor, muito obrigado e tal. E ele me entusiasmou muito. Eu devo muito a esse entusiasmo que ele pregava.

Ele falava mais uma vez da Constituinte, que a Constituinte sempre povoou, por assim dizer, o meu raciocínio nos mais variados instantes em que da minha vida pessoal.

Bom, tempos depois, o Ataliba deixou a Secretaria da Educação, de igual maneira, eu e eu fui para, para a vida profissional.

Fui advogar, fui advogar, e é na advocacia, até interessante, o primeiro passo que dei na advocacia foi num sindicato de empregados, o sindicato de empregados, vendedores e viajantes do Estado de São Paulo.

E lá eu ficava das três às 18h00, das 15 às 18 horas, dando consultas. Mas, ao mesmo tempo, eu prestei concurso para procurador do Estado. Fui aprovado, isto em 1969 e 70. Logo em seguida, nomeado procurador do Estado, mas num período em que eu poderia optar pela advocacia.

Portanto, eu podia ser procurador, mas não em regime de dedicação exclusiva. Então, eu era procurador num período do dia, na outra parte advogava no meu escritório, e a essa altura, já nascia uma carreira universitária.

Eu comecei, eu frequentava com o Geraldo Ataliba, que era professor de condicional e tributário. Eu frequentava as palestras dele, as aulas que ele dava me e vez ou outra até dava aulas no seu lugar como assistente.

Acabei fazendo doutoramento em Direito condicional na Universidade Católica aqui de São Paulo, não é? E isto foi lá pelos idos de 73/74, não é?

E daí comecei a dar muitas aulas. Você sabe que eu dava três aulas, três noites por semana, mais ou menos na PUC e duas noites por semana na Faculdade de Direito de Itu, que havia se instalado em 68.

E me levaram para lá para dar aulas de direito constitucional. Então, eu dava aulas toda noite. Puxado, puxado. Olha, advogava na Procuradoria de manhã e advogava particularmente à tarde.

Mas você sabe que interessante, embora puxado, como você acabou de dizer uma coisa estava muito ligada à outra, porque o que eu fazia como procurador do Estado estava no setor de mandados de segurança, não é? Também repercutia na minha advocacia privada e repercutia também nas aulas, que eram aulas de direito condicional e, portanto, de direito público.

Isto foi ao longo do tempo. Isto perdurou até a 82, quando Montoro foi eleito governador de São Paulo, e eu me encontrava muito com o então senador André Franco Montoro, na PUC, na sala dos professores. E ele, quando eleito governador, me nomeou procurador geral do Estado. Isso foi em 83.

E eu disse poxa, que coisa maravilhosa! Vou comandar mais de 1200 procuradores do Estado, o ápice da minha carreira. Achei que minha carreira tinha chegado ao ponto final, né?

Mas o fato, vejo que é o destino, né? E aqui eu quero dizer a todos que não basta você querer, é preciso que o destino também te leve. Pois o destino me levou a ser secretário da Segurança Pública um ano depois que eu tinha sido nomeado pelo Montoro, procurador-geral do Estado.

É. E neste ano passaram por lá dois eminentes professores de Direito Penal, que também não resistiram muito. Segurança pública era uma coisa extremamente complicada e, aliás, até conta um pequeno episódio quando o governador me ligou dizendo que eu seria o secretário da Segurança.

Eu disse a ele, mas governador, acho que é um equívoco. Eu não advogo na área penal. Eu conheço um pouco de direito constitucional, mas não sei se os que estão fazendo bem isso. Não, mas você tem jeito lá. Precisa unir a Polícia Militar com a Polícia Civil, que vivem em disputas.

Você leva muito jeito para isso, você vai dar um jeito naquilo etc. Eu vi que ele queria me nomear mesmo. Tá bem. Então, eu assumo e assumi a Secretaria de Segurança Pública e acabou dando certo, porque eu fiquei lá de 84 até 86, 86, abril, maio de 86.

Criei coisas importantes naquela secretaria que até hoje repercutem. Por exemplo, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada na minha gestão. Por outro lado, e é até interessante, veja como é o governo?

Como é que eu tive a ideia de criar a Delegacia de Defesa da Mulher, um dia eu recebo uma comissão de mulheres no Estado de São Paulo. Me disseram que as mulheres eram muito maltratadas nas delegacias, brigavam com marido, companheiro, tinha isso, agressões das mais na recepção, quando recebidas.

Eu aqui comigo pensei interessante, porque eu não crio uma delegacia com uma ou duas delegadas mulheres, quatro, cinco escrivães, mulheres, 20 e 30 escrivães, investigadores, mulheres para atender exclusivamente as mulheres.

E daí eu levei para o Montoro, o Montoro se entusiasmou, nós criamos a primeira Delegacia da Mulher. Eu digo isto porque depois eu voltei a ser secretário de Segurança em 91 e já havia mais de 60 e tantas Delegacia da Mulher espalhadas pelo Brasil. Um sucesso extraordinário.

Como também interessante eu criei naquela época, os chamados Consegs. Conselhos comunitários de segurança, que também é fruto da experiência interessante. Sabe que eu uma ocasião nós compramos dois helicópteros para policiamento, um para a Polícia Militar, um para poder civil. E um delegado, que falava inglês correntemente, me disse: olha, o senhor podia ir a Los Angeles para conhecer o policiamento aéreo em Los Angeles.

Nós fomos para lá e eu só para ter uma ideia de dimensão, quando cheguei lá o secretário de segurança me convidou para dar um vôo de helicóptero lá. Só na cidade de Los Angeles tinham 24 helicópteros policiando a cidade Los Angeles. Nós tínhamos dois para todo estado.

Hoje tem muito mais, não é? Mas o fato é que esses conselhos... Lá estando, uma ocasião me acompanhava um capitão da polícia municipal e num dado momento eu disse: olha, eu quero tomar um café que não seja esse café americano, um café italiano. Vamos entrar aqui num lugar que é um lugar de happy hour. Lá tem uma máquina de café italiana.

Quando tomava o café, ele disse: olha, eu vou precisar apresentá-lo, e dou isso como exemplo democrático, vou precisar apresentá-lo para um cidadão que está sentado lá: e depois eu pro senhor o porquê?

Aí me apresentou para um advogado, contando que eu era secretário de Segurança Pública, Brasil, em São Paulo, etc.

E quando saímos ele disse: eu apresentei porque ele faz parte do Conselho Comunitário de Segurança do bairro onde eu trabalho e ele não vai entender o que é que eu estava fazendo no centro de Los Angeles no horário do meu trabalho e vai indagar.

Vejam o que é democracia? Eu falei que coisa fantástica, né? E ele falou aquilo com uma naturalidade extraordinária: e me falou os conceitos comunitários.

Renon Fonseca: Em alguns lugares é eleita a autoridade policial.

Michel Temer: Eleita, inclusive a autoridade policial, é verdade. Mas daí eu voltei para cá, preparei um decreto, levei o governador, o governador era até fanatizado por esses conselhos, e criamos o primeiro conselho comunitário.

Sendo assim, foram coisas que foram sendo feitas no âmbito político-administrativo, que levaram com que o governador, num dado momento, me dissesse lá o 86, dissesse, o Temer, vem cá, você é professor de constitucional, vem aí a Constituinte, você deve se candidatar para a Constituinte.

Eu disse, mas, governador, será que dá? Disse, olhe, você está com muito prestígio aí, você dá aula em duas universidades, está muito bem-visto na área de segurança, não é? Que eu não tinha dinheiro para fazer campanha, mas o fato é que fui eleito, eleito até suplente, segundo suplente.

O primeiro suplente era o Hélio Rosas e uma pequena diferença era eu o segundo suplente. E logo que a Constituinte assumiu, um mês, um mês e pouco depois, o governo federal chamou um ou dois ministros, deputados, né? De igual maneira, o governo do Estado de São Paulo chamou um ou dois secretários e com isto eu assumi a Constituinte, na Assembleia Constituinte e cumpri todo o período da Assembleia Constituinte.

Até me recordando do professor Ataliba Nogueira, eu tive uma sensação muito agradável quando tomei posse, porque eu me lembrei das aulas que ele dava e das falas que ele me transmitia nos tais despachos aos sábados. E daí, na Constituinte, eu creio que cumpri um papel muito adequado, porque muitos colegas vinham me procurar sabedores que eu me dedicava ao direito constitucional para defender certas teses da Constituinte.

Eu tive muito trabalho durante a Constituinte. Foi extremamente agradável porque nós estávamos reconstruindo o país. Eu já vinha, digamos assim, por força das minhas aulas de Direito Constitucional e com colegas como Celso Antônio, Geraldo Ataliba, Adilson Dallari, Paulo Barros Carvalho, Celso Bastos... Nós formamos um grupo democrático de professores da PUC de São Paulo.

Então eu tinha uma formação naturalmente democrática. Sobremais, eu também obedecia ao texto da Constituição Federal. Quer dizer, eu extraía da Constituição Federal mesmo, da Constituição autoritária de 1967, nós extraímos os princípios democráticos para mostrar como certos momentos você tem que aplicar os princípios e não apenas a literalidade do texto Constitucional.

Bom, enfim, estou com isso dizendo a formação democrática que eu levei para o Congresso, Congresso Nacional. Em 90, 1990, novamente fiquei da suplência, porque eu confesso que eu não vinha, eu não vinha para o Estado, ficava lá em Brasília.

E ficando na suplência, eleito aqui o governador Fleury, ele me chamou novamente para ser procurador geral do Estado e deu se mais uma vez uma repetição. Um ano e um ano mais ou menos depois, houve aquele episódio do Carandiru e o Fleury me chamou.

Estou precisando que você assuma. Mas, a esta altura, eu já estava sumindo também na Câmara dos Deputados, porque foram afastados vários deputados e com isso abriu-se vaga para a minha suplência.

Thiago Esteves: Foi os "anões do orçamento"?

Michel Temer: Os anões do orçamento e o falecimento do autor Ulysses também foi naquele período, não é? Então eu, o que é que eu fiz? Eu vim, Ah sim assim. Fleury me pediu para assumir. Eu assumi titubeante, porque eu disse: olha, você sabe que na primeira vez eu dei sorte, mas essa área é uma área delicadíssima, Mas você tem que assumir, que me ajudar e etc.

E eu assumi, mas logo que assumi também assumi a Câmara dos Deputados, mas assumi por um dia e me afastei para cumprir o dever de secretário da Segurança Pública, pela segunda vez no Estado de São Paulo.

E de fato, graças a Deus eu fui lá, tive sorte mais uma vez eu pacificar a área de segurança pública. Lá fiquei até 94, quando, quando vieram as eleições, novamente, eu me candidatei.

Desta feita fui reeleito para a Câmara Federal e logo na sequência, interessante, veja o que é o destino. Eu cheguei lá, os colegas aqui da bancada de São Paulo, o PMDB, naquela época tinha um número significativo, cerca de 18 deputados federais da bancada de São Paulo.

Você tem que ser candidato a líder do partido. Eu fui e acabei sendo eleito líder do partido, do MDB.

Estou dando a trajetória para chegar a presidência da Câmara, né?

Fui eleito líder do meu partido, durante dois anos, 94, 95 até 97, 96, 97. Quando me disseram: olha aqui, agora você tem que ser candidato a presidente da Câmara. Você fez uma boa liderança.

Foi a primeira vez que eu me candidatei à presidência da Câmara dos Deputados e foi uma eleição difícilíssima, porque eu tinha adversários que eram, um deles, prestigiadíssimo. Era tido como amigo de todos, era uma figura excepcional, uma grande figura, meu amigo, até. Mais idoso que eu, naturalmente. E o outro era o Prisco Viana, que era um intelectual.

Eram dois candidatos extraordinários. E, interessante, eu logo percebi, eu conversava muito na época com o Luiz Eduardo Magalhães, que era o presidente da Câmara dos Deputados, e eu disse: olha, José Eduardo, eu acho que não vai dar essa eleição aqui, porque os dois candidatos são mais, mais significativos, mais expressivos do que eu.

Não, Temer, você sabe... Ele tinha muita sabedoria política. Aqui os deputados, eles olham quem é que tem condições de melhor representá-los. Sem embargo de ser verdade, o que você

está dizendo, são duas expressivas figuras. Mas você verá que na hora "H" eles acabam optando por você.

E eu logo pensei o seguinte, interessante, eu preciso ter ganhar no primeiro turno, porque se eu não ganhar e para ganhar no primeiro turno, eu precisava de 257 votos. Se eu não ganhasse no segundo primeiro turno, os dois se uniriam e eu perderia no segundo turno não é?

Mas o fato é que eu tive 257 votos. Vejo que é o destino. 257 votos, fui eleito logo no primeiro turno de votação, não é?

Bom, Exerci o mandato e exerci, graças a Deus, bem, não é? Tanto exerci bem que ao término da legislatura eu fui reeleito deputado federal, já desta feita com um número muito expressivo de votos e é expressivo de votos.

Quando cheguei e já voltei para a Câmara dos Deputados, logo lá você vai ser e vai ser presidente outra vez. Poderia, porque era em outra legislatura.

Thiago Esteves: Precisou o Supremo se manifestar sobre esse ponto? Acho que ainda não tinha uma decisão do Supremo...

Michel Temer: Na época, acho que não chegou. Eu confesso que não me lembro, nem sei se essa matéria chegou ao Supremo naquela época... é possível, é possível que tenha chegado...

Mas autorizou-se que, sendo em outra legislatura, poderia ser candidato à reeleição. Fui candidato à reeleição e fui eleito. Aí já por unanimidade, não houve, não houve adversários.

Não sei, não me vi, não tive todos os votos. Claro que alguns votaram contra, etc. Mas foi sem, sem adversário.

Portanto, presidente da dos Deputados pela segunda vez. E, afinal, terminado o meu mandato como presidente da Câmara, eu fui eleito o presidente do MDB, não é?

Eleito presidente do MDB, fiquei um tempo como presidente, mas quando chegou em 2009, interessante, que essas duas presidências se deram no governo Fernando Henrique, não é?

Aconteceu em 2008. Disseram, acho que você devia ser candidato a presidente novamente. Eu examinei o quadro e falei acho que dá. E me candidatei à presidência da Câmara, já, desta feita, no governo Lula. E fui eleito pela terceira vez presidente da Câmara dos Deputados.

Mas eu sempre tinha um padrão de conduta que era o seguinte, um padrão baseado na ideia do diálogo com todos os partidos. Porque uma coisa é você ser presidente de um partido, outra coisa é ser presidente da Câmara dos Deputados, onde você é presidente de todos os deputados.

Portanto, você deve atender todas as correntes partidárias e é assim que a Câmara dos Deputados funciona. As lideranças todas, por exemplo, que decidem.

No meu tempo era assim que decidiam quais os projetos que iam para o plenário, etc. Portanto, havia uma fortíssima discussão. Exato e precisamente essa farta discussão amplamente democrática que me permitiu ter um relacionamento muito fértil com os candidatos.

Agora, quando eu era candidato, na primeira, na segunda e na terceira vez, em todas as vezes, eu visitava o gabinete por gabinete de fora parte você ter um pequeno, digamos assim, programa de governo para a Câmara dos Deputados. Mas você tinha que ter o contato pessoal, não é? E eu visitava gabinete por gabinete, às vezes uma rodada, duas rodadas, eu fazia em todos os gabinetes para dizer olha, eu sou candidato novamente etc. etc. etc.

E assim é que fui eleito as três vezes presidente da Câmara dos Deputados. E a coisa que mais me chamava a atenção positivamente e que por mais que os embates, pelo menos no meu tempo, era assim, os embates se dessem às vezes ferozmente no plenário da Câmara, eles não se repetiam no corredor, porque no corredor os deputados que alteraram, digamos, acidamente no plenário não se tratavam dessa maneira no corredor. Havia uma certa camaradagem entre os deputados, de igual maneira os senadores, e isto me chamava muito a atenção positivamente, porque desinteressante numa democracia.

Isto é derivação do artigo primeiro da Constituição Federal, que diz que o Brasil é o Estado Democrático de Direito. Num Estado democrático, você tem que ter embate de ideias, embate de conceitos, embate de programas, que é o que se dava lá.

Mas com respeito em relação a opinião da outra parte. E eu sempre dizia, até em momentos que eu me manifestei, eu dizia que a oposição é fundamental para a democracia, porque a oposição serve para fiscalizar que a situação não é de alguma maneira, nas críticas que a oposição faça, ela pode dar o norte para quem está no poder, dá o caminho para quem está no poder.

E sobremais, ter oposição também significa a impossibilidade do poder absoluto ou absolutista. De modo que ter oposição é muito importante.

E a única observação que eu faço e tenho feito nos últimos tempos é que a oposição no Brasil, e não, não estou falando da oposição A ou B, porque ora a oposição ora B, que é oposição.

A oposição do Brasil tem a seguinte tem uma concepção política e não esta concepção jurídica que eu estou transmitindo.

Qual é a concepção política? Se eu perdi eleição, se eu estou na oposição, o meu dever é destruir o governo, é derrubar o governo.

Lamentavelmente, eu percebo que ao longo do tempo se estabeleceu esta fórmula. A oposição não é para colaborar com o país, como determina a Constituição, colaborar, fiscalizando, sugerindo, mas é com vistas a destruir quem foi eleito.

Isso ocorre no plano municipal, no plano estadual e, lamentavelmente, plano federal, não é?

Esta observação que eu faço e é fruto desta minha, digamos assim, longa quilometragem na vida universitária e na vida a vida pública, né?.

Thiago Esteves: Presidente, se eu puder interromper, só para fazer uma observação curiosa em relação ao que você estava falando. No advento da votação da reforma da Previdência, quando vossa excelência já era o relator, porque o relatório do deputado Euler Ribeiro havia sido

derrotado, houve, digamos assim, uma fala um pouco mais grave, um pouco mais dura, do deputado, do deputado Aldo Rebelo, se não me engano, e Vossa Excelência foi dizer que havia se incomodado com uma fala um pouco mais dura.

E aí, quando vossa excelência foi se defender, rebater o que o deputado Aldo tinha dito. Ele falou assim: mas vossa excelência á falando como deputado ou como relator? Aí vossa excelência falou "como relator". Então com o relator eu fui duro mesmo, com o deputado não".

Essa separação mesmo do embate político da pessoa com quem... Vossa excelência acha que era mais comum essa separação da disputa em um momento político por uma disputa posterior que passado tempo era pessoal?

Michel Temer: Não há a menor dúvida. Nada era do plano pessoal, não é? Pelo menos no meu tempo, não havia essa coisa da personalidade. As discussões eram políticas.

Por isso que muitas vezes nós saímos para jantar. Eu jantava com gente da oposição, do que se chamava oposição, não é? Que era importante.

E interessante esse episódio que você está lembrando... Foi quando o Euller Ribeiro foi relator. Isso foi o Fernando Henrique.

Thiago Esteves: 95.

Michel Temer: 95 e foi derrotado. Essa, essa reforma... Eu era líder do >e o presidente Fernando Henrique me chamou e disse: olha, não é comum o líder assumir relatoria, mas eu preciso que você assuma, que você tem bom trânsito com os deputados e isso tem até repercussão internacional.

Nós precisamos aprovar essa reforma. Eu disse, presidente, mas posso fazer os acordos necessários lá. Pode fazer os acordos necessários para aprovar. E eu de fato fiz.

Foi uma coisa trabalhosa, muito trabalhosa, uma oposição ferrocíssima à reforma da Previdência naquela época, mas acabou sendo aprovada e aprovada porque nós tínhamos bom diálogo, sem embargo da grande mobilização contra a reforma da Previdência na própria Câmara e, de igual maneira, no Senado, no Senado Federal, não é?

Mas eu trabalhei em teses interessantes. Por exemplo, quero só me reportando, eu estou dizendo isso porque se isto um dia for pros colegas deputados e os colegas deputados perceberem como é que a gente, não é?

Como é que nós trabalhamos ao longo do tempo, o resultado que eu tive, convenhamos, esse resultado muito positivo que eu tive na relação congressional, na relação com os colegas do Parlamento, porque não é fácil ser três vezes presidente da Câmara dos Deputados, ainda mais sendo eu um pouco, como é que eu poderia ser um pouco cerimonioso, um pouco formalista. Não é fácil.

Mas eu acho que tinha uma certa respeitabilidade, porque também tratava os outros com muito, com muito respeito.

É isso que eu quero dizer a quem os ouve, que na verdade isto é fundamental. Certa urbanidade no trato, cumprimento de certa liturgia, porque nós, homens públicos, nós de alguma maneira representamos um exemplo para a sociedade. Mais ou menos como o artista, você, você, deputado, senador, o presidente da República, o sujeito está aqui fora, ele olha para você para ver qual é sua conduta. De alguma maneira, não quer dizer que ele necessariamente venha repetir, mas do tipo: se deputado, senador, se o presidente faz, eu posso fazer, não é verdade?

Então, uma certa liturgia, uma certa cerimônia, um certo formalismo, penso eu, é fundamental no trato das questões públicas e, no particular, da vida pública.

E eu dizia que eu trabalhei em temas interessantíssimos. Quando eu fui para a Constituinte, eu fui basicamente representando a classe jurídica do país, no particular do Estado de São Paulo. É uma classe média, média, vamos dizer assim. Interessante até eu conto um episódio, eu repito sempre esse episódio.

Quando cheguei na Constituinte, como já trabalhava na área de direito constitucional, eu verifiquei algum grupo de deputados. Mas como é que eles vão conseguir reconstruir o Estado brasileiro?

Por que a minha visão de representação popular, era uma visão elitista. Até que um dia, um deputado aqui de São Paulo, de uma região muito, muito pobre aqui no Estado, particularmente aqui da capital, me convidou para ir uma churrascada no domingo na casa dele. E quando eu fui num bairro muito pobre, tinha umas duas mil pessoas.

E quando eu estive lá é que eu aprendi na prática o que era a representação popular. Eu disse: Interessante, quem consegue vocalizar a voz, o pleito desse povo é ele. Eu não consigo vocalizar. Por isso que a representação popular tem que ser diversificada. E daí eu compreendi bem o que é a representação popular e passei a louvar todos os integrantes da Assembleia Constituinte.

Mas, particularmente, dizia eu, eu fui para lá para representar muito a área jurídica do estado e do país. Tanto que interessante, na Constituinte Formaram se oito ou nove comissões, se não me engano isso e cada comissão tinha subcomissões. Eu fui para comissão de separação de poderes e nessa comissão havia três subcomissões.

Uma delas era a subcomissão do Ministério Público e da Magistratura. Eu fui para essa subcomissão e de igual maneira da advocacia, e eu lá trabalhei ativamente nesse tema. Você sabe que o meu gabinete era praticamente uma sede dos procuradores da República, dos promotores públicos, dos advogados, dos defensores, dos procuradores de Estado e, de igual maneira, da magistratura.

E lá eu acabei propondo uma emenda que teve muita repercussão, que é o artigo, converteu-se no artigo 133 da Constituição Federal, que diz que o advogado é indispensável à administração da justiça e inviolável nos seus atos profissionais, quando os praticasse.

E isso teve muita repercussão, como também coloquei no tema no artigo 132, a figura dos procuradores do Estado que não tinham estatura constitucional.

Enfim, trabalhei muito nessas áreas. Trabalhei também, juntamente com o deputado Hélio Rosas na possibilidade de voto para os cabos e soldados. E mais tarde, até isso foi depois da Constituição, eu trabalhei muito mais no caso do Código de Defesa do Consumidor, temas que eu me lembro bem. Eu trabalhei muito ativamente nesses temas.

E mais ao mesmo tempo, eu devo dizer, eu mantinha uma relação muito cordial, embora cerimoniosa, muito cordial com todos os deputados.

Thiago Esteves: Eu queria aproveitar esse ponto sem querer interromper, mas em relação à advocacia, inclusive durante a votação da Constituinte, teve um outro debate um pouco mais acalorado com o deputado, o ex-deputado Roberto Campos, que considerava a emenda de Vossa Excelência uma emenda corporativista. E aí ele tentou, fez um destaque para tentar derrubar essa emenda em plenário e ela foi mantida.

Como é que era essa relação com ele especificamente e com outros parlamentares que eventualmente vinham por esse debate um pouco mais, digamos assim, incisivo.

Michel Temer: Olhe, primeiro é uma relação de respeito, porque o Roberto Campos era senador na época da Constituinte, era senador e eu tinha grande respeito intelectual por ele, porque é uma figura intelectual, intelectualmente muito, muito reconhecida e preparada. Mas nós divergimos nesse ponto.

E, de fato, ele foi para a tribuna, mas me deu sorte, porque ele foi para a tribuna e sustentou que era uma tese corporativista. Até dizia, por que não os arquitetos? Por que não os engenheiros? Por que não os médicos? E etc.

E eu disse: olhe, eu quando fui defender a tese, eu disse olhe... eu até tive a felicidade, e acho que eu disse mais ou menos isso, de ter como opositor o senador Roberto Campos, porque ele, ele é egresso do sistema autoritário e no sistema autoritário os direitos individuais pouco valem.

No caso do advogado, não se trata uma questão corporativa. Trata-se da defesa da defesa, do direito à ampla defesa, ao contraditório, >à defesa dos direitos individuais. Nós estamos fazendo aqui mais de 70 e tantos incisos referentes aos direitos individuais, de modo que o advogado vai cuidar exatamente disso.

E daí a razão pela qual o senador Roberto Campos, que vem com uma outra mentalidade, aurida precisamente naquele período mais digamos, mais fechado, mais autoritário, é a minha posição, que é uma posição mais democrática e participativa.

E ainda aí foi aprovada, até com apoio do Bernardo Cabral, Bernardo Cabral, relator e advogado e entusiasmado com a tese também. Então nós conseguimos.

E você deu o exemplo de debates interessantes que se verificaram na Constituinte. Mas enfim, eu quero dizer que isto, por exemplo, me ajudou. Eu vou, vou caminhando mais um pouco. Me ajudou a ser, por exemplo, vice-presidente da República.

Você veja o que é o destino, que quando eu fui candidato a vice, eu já tinha seis mandatos como deputado federal e três vezes presidente da Câmara. Como não tenho, nunca tive um núcleo eleitoral aqui no Estado de São Paulo, minha votação era atomizada, espalhada por todo Estado. Era o que se pode chamar de voto de opinião.

Ora, eu tinha 70.000 votos, ora tinha 100, ora tem 253, ora tinha 200. Era muito variável. Pois muito bem. Já na sexta eleição que eu participei como candidato a deputado, eu ia a certas regiões do Estado, mas aqui é região do deputado fulano, deputado fulano tinha me ajudado ou nas três vezes que eu fui presidente ou numa delas a ser presidente da Câmara.

Então, eu ficava um pouco constrangido, saía de lá, etc. Quando chegou na sétima vez, eu disse bom: não posso mais ser candidato a deputado federal. Não tenho, não tem mais condições.

E surgiu a oportunidade ser vice. Eu aqui comigo, pensei bom, eu vou ser candidato a vice. É um cargo de executivo, disputa-se esse cargo, talvez não ganhe. Se não ganhar, eu saio da vida pública. Mas disputei o cargo executivo, etc. O fato aí é o destino. Nós fomos eleitos.

Quando chegou na reeleição, não desejava ser candidato a vice. E mais uma veja o que é o destino. O MDB, na época, você já é o vice. Tem que ser candidato a vice. Não há outra solução.

Eu fui candidato a vice e, um ano e meio depois, um pouco mais, deu-se o impedimento da senhora presidente. Eu assumi a Presidência da República. E, ao assumir a Presidência da República, eu tive muito apoio do Congresso Nacional, porque eu fiquei apenas dois anos e meio na Presidência da República, dois anos e sete meses, e pude realizar, toda modéstia de lado, grandes reformas no país, reformas que geraram aquela inflação.

Nós tínhamos inflação a dois dígitos. Eu entreguei com 2,75. E assim os juros, a Taxa Selic de 14,25. Entregamos com 6,5. Fizemos reformas fundamentais, como a reforma trabalhista, o teto de gastos, a reforma do ensino médio, que hoje está sendo aplicada >praticamente em todos os estados, não é?

Cuidamos de vários, cuidamos muito da federação brasileira, sabe? Você sabe que no meu governo, uma ocasião eu chamei a área econômica e nós acertamos que o débito dos Estados com a União poderia ser suspenso durante seis meses, porque isto é incentiva o princípio federativo.

Sabe que os Estados pagam mensalmente um valor para pagar a União. E, de fato, nós chamamos os governadores e suspendemos por seis meses. E quando retomamos a cobrança, a retomada era no primeiro mês, 5,25, no segundo mês, 10,50 no terceiro, 15,75 e assim, assim por diante.

Ou seja, atentos estávamos, estava eu ao princípio federativo, como também no caso dos municípios. Interessante, você sabe que em 2017, se não me engano, se não me engano, no final do ano, os municípios não tinham como pagar o 13.º salário.

O que é que eu fiz no dia 30 de dezembro, >eu expedi uma medida provisória, partilhando a chamada multa da repatriação entre a União e os municípios. Outrora era só para União. Com isto, os municípios poderão pagar no dia 30 aqueles que têm e quitar suas dívidas nos municípios. Chegou no ano seguinte, 2018. De igual maneira, os municípios não tinham como pagar, encerrar suas contas, eu destinei 2 bilhões de reais para o Fundo de Participação dos municípios que estarão sujeitos.

Por quê? Porque a minha concepção é a seguinte a união só será forte se os estados e os municípios forem fortes. Não adianta ter uma união forte com o estado e o município fraco, porque isto enfraquece a União no plano internacional, não é?

De outra parte, interessante, também no tocante ao Poder Legislativo, eu quero retornar à última presidência da Câmara, que eu exerci em dois mil e nove de dez, não é?

Eu sempre me, me assustava um pouco com aquela regra constitucional que diz assim: olhe, se a medida provisória não for votada no prazo X, ela tranca todas as demais disposições normativas que estejam sendo votadas. E um dia, um domingo, eu estava reexaminando a Constituição e disse, mas isto aqui não vale >uma interpretação literal. Tem que haver uma interpretação sistêmica.

E qual é a interpretação sistêmica? É a seguinte, cada órgão do poder tem uma função determinada. Executivo executa, legislativo legisla e judiciário julga. Esta é a sua função primeira, há exceção a isso, há exceção. A medida provisória é uma exceção ao princípio de que só o Legislativo cabe legislar.

E se é exceção, a interpretação restritiva e não criativa. E por isto, quando a Constituição diz tranca todas as disposições normativas, você tem que ver da seguinte maneira, tranca todas as disposições normativas que sejam versáteis por medidas provisórias. As que não sejam versáteis por medidas provisórias podem continuar a sua tramitação normal.

Por exemplo, a emenda à Constituição, uma resolução congressual, lei complementar e certas matérias proibidas, a legislação, a medida provisória. Elas podem continuar a ter sequência. E eu me recordo quando dei esse despacho, li esse despacho.

Renon Fonseca: Questão de ordem. Foi uma questão de ordem, né?

Michel Temer: A questão de ordem. Eu deixei despacho. Quando dei esse despacho, lá entraram com mandado de segurança para impedir a minha interpretação. Interessante, caiu nas mãos do ministro Celso Melo, que até quando entrou, havia pedido liminar, eu comuniquei ao plenário: eu vou esperar a concessão ou não da liminar. Se não for concedida a liminar, eu ponho em execução aquele meu despacho e tempos depois, 15, 20 dias depois, o Celso de Mello negou a liminar, mas deu uma verdadeira aula de direito condicional, ressaltando que, na verdade, pela primeira vez depois de anos seguidos, o Legislativo ia exercer sua função.

E isto não voltou. Foi aplicado na Câmara e no Senado e acho que até hoje aplicar.

Renon Fonseca: Até hoje.

Thiago Esteves: Esse episódio, inclusive eu estava na faculdade na época e o professor mudou a aula. Não era o assunto, ele falou: nós vamos estudar a decisão do presidente Michel Temer em relação à questão de ordem, justamente porque era aula de direito constitucional e ele trouxe isso como um estudo de caso para a gente poder avaliar.

Renon Fonseca: E talvez essa seja a questão de ordem mais importante e mais relevante essa história, porque mudou drasticamente.

Michel Temer: Foi uma decisão, não tenho de dizer, evolucionária, correta e revolucionária.

Thiago Esteves: E aí eu queria aproveitar que vossa excelência trouxe esse assunto porque a reforma da Previdência é um...

Eu queria aproveitar que você falou sobre a medida provisória, porque esse era um tema que desde a Constituinte, o senhor foi insistente. Vou pegar aqui só para de cabeça eu, eu não errar, mas dos meus, dos meus levantamentos...

Entre o ano de 1987, que foi o primeiro ano que vossa excelência, assumiu até o ano de 1990, em 109 discursos vossa excelência falou 12 vezes contra a medida provisória, falava que... Ou seja, mais de 12% das suas falas em plenário se referiam a uma crítica à instituição da medida provisória pela Constituição.

Querida que o senhor abordasse um pouquinho. Aproveitando vossa excelência trouxe esse tema.

Renon Fonseca: Você vê atualmente essa inversão, porque atualmente, nos últimos anos, a relação do Executivo com o Legislativo em relação a medidas provisórias mudou drasticamente.

Michel Temer: Mas eu acho que fundamentalmente, aliás, eu penso que o que caminho que me levou àquela decisão foi precisamente essa minha concepção do que é a medida provisória. Ela é compatível com o regime parlamentarista, mas praticamente incompatível com o regime presidencialista. E quando nós trouxemos a medida, porque quando os constituintes trouxeram a medida provisória e desde então eu me insurgia contra ela, aliás, eu e um dentista que era o Adilson Mota, ele era deputado pelo Rio Grande do Sul.

Quando nós trouxemos para a medida provisória, o fundamento é que ela substituiria o decreto lei e, portanto, era mais amena que o decreto lei. Mas ela nasceu, na verdade, daquele pré-projeto que era parlamentarista.

E digo eu, novamente, ela é compatível com o regime parlamentarista, mas incompatível com o presidencialista. E nós copiamos o sistema italiano. Mas se você examinar a Constituição italiana, você verá que lá está dito o governo, em caso de relevância, urgência e sob sua responsabilidade, poderá editar medidas provisórias, etc, etc.

Ora, nós aqui tiramos esse trecho "e sob sua responsabilidade", porque quando se fala em responsabilidade, está falando de responsabilidade política. Portanto, no parlamentarismo, se o primeiro-ministro de gabinete a todo momento editar certezas provisórias que não são

aprovadas, não são convertidas em lei, ele corre o risco de cair, porque é a responsabilização política. Nós não temos isso no nosso sistema. E adotou-se.

Eu acho que melhorou muito, convenhamos. Depois que eu tomei essa decisão, em que o que então a medida provisória ficou mais, mais suave, digamos assim, no sistema normativo.

Thiago Esteves: Verdade. Eu tema que o senhor abordou bastante na Constituinte foi o da responsabilização. Dizia que era uma expressão que vossa excelência usava de "fictícia", era uma algo que nunca tinha sido aplicado. E, depois teve a oportunidade em 92, vossa excelência não estava no mandato, né? Eu queria vossa excelência falasse um pouco sobre sua perspectiva nesse contexto de 87 a 97, um pouco sobre...

Michel Temer: É, na verdade, é o impedimento que é fruto da responsabilização política, era pouco utilizado, pouco utilizado. Foi utilizado em 92, no caso do presidente Collor, presidente Collor.

E naquele período foi um período também bastante agitado. Toda vez que há um pedido de impedimento, há uma situação política no país. E até devo dizer que, mesmo quando é um pedido de impedimento, já há um tal vazio político.

Você sabe que há tempos atrás eu levantei número de pedidos de impedimento, desde o presidente Itamar, houve 396 pedidos de impeachment no Brasil. E volto a dizer, cada pedido já gera um mal-estar, não é?

Então é por isto, até que nos últimos tempos eu prego muito a ideia do semipresidencialismo, mudava o sistema de governo.

Renon Fonseca: Foi aprovado na semana passada, o relatório da Comissão.

Michel Temer: Já foi provada, né? Que não foi reeleito, o nosso Samuel Moreira. Então, interessante...Eu acho que aos poucos vai se formando a ideia de que é preciso mudar o sistema de governo. Eu, pessoalmente, acharia útil para o nosso sistema.

Thiago Esteves: E aí, se a gente puder tocar em mais dois temas antes de concluir. Primeiro que, em 95, durante a votação de um projeto que tratava do aumento de salário-mínimo, isenção de imposto de renda, uma alteração significativa das contribuições...de regras previdenciárias por meio de um projeto de lei. Houve um episódio interessante que a sessão do plenário foi interrompida para que o MDB se reunisse. Vossa Excelência pediu a suspensão da sessão para que um partido só se reunisse, porque pelo tamanho do partido, na época, e vossa excelência era o líder, aquilo impactava.

Se 107 deputados saem da sessão sem suspendê-la, é o mesmo que suspender a sessão. Como era esse período, liderar uma bancada tão grande?

Acha que o desafio, até pelas questões regionais, da própria natureza do MDB e de ter nascido com o movimento.

Renon Fonseca: E se o senhor acha que foi isso que realmente ficou para, para a presidência?

Michel Temer: Eu acho que pode ter sido. Pode ter sido uma das razões que levaram a, a, digamos, trazer o meu nome para a presidência da Câmara. Por que, naquele tempo, o líder era ouvido, sabe? Hoje, hoje, eu digo, de uns tempos para cá, né? Não é só o líder que fala. Você, presidente da República, por exemplo, você tem que falar com um quase deputado por deputado, senador por senador.

Naquela época, você, o líder, quando dizia alguma coisa, é porque ele ouvia a bancada e levava o que a bancada pensava para o plenário. Daí a razão pela qual, naquele conflito que havia no plenário, eu pedi a suspensão da sessão para ouvir novamente o MDB, que eu queria uma decisão mais ou menos unânime lá. Nesse caso, foi o que aconteceu.

E, volto a dizer, eu acho, achava uma coisa útil, porque se você é eleito líder do partido é porque você vai vocalizar o que o partido quer. E, para ser um bom líder, você tem que ouvir os membros do partido e levar para o plenário. Isto dá muito mais estabilidade.

Eu, confesso, no meu governo, por exemplo, eu tinha uns 15 ou 16 partidos que apoiavam o meu governo e muitas vezes eu mandava um projeto para lá, era aprovado, mas havia partidos, da chamada situação, alguns votavam a favor, metade a favor, metade contra, um terço a favor, um terço contra, uma coisa assim.

Eu acho que, naquele tempo, em que o líder era a voz do partido, da bancada, era, era mais tranquilo, pelo menos, pelo menos para quem governava e para quem era oposição, porque a oposição também levava uma posição unificada.

Thiago Esteves: Nesse tema ainda... Vossa Excelência mesmo mencionou que o próprio Presidente da República, em 95 para 96, pediu que Vossa Excelência assumisse a relatoria da Presidência, da Previdência. Acha que esse evento também auxiliou na visualização dos seus pares?

Michel Temer: Eu acho que sim, era um momento delicadíssimo do país, né? E eu consegui. E veja, consegui depois que fora reprovado em plenário. Mas o Luiz Eduardo montou uma chamada emenda aglutinativa e foi essa emenda aglutinativa que foi levada para o plenário. E eu, acho que isso me deu, convenhamos, deu prestígio. "Ô esse sujeito aí" talvez tenha condições de ser presidente da Câmara. Certamente influenciou.

Thiago Esteves: Bom, e um último, excelência. E esse é um desvio, talvez, do que a gente ouviu há um tempo, do ponto de vista da sua trajetória, do que foi, bom...

Em 95, 96, tiveram muitos temas que foram relevantes: Previdência, CPMF, Banco Nacional, Sivam, muitos temas, tanto do ponto de vista legislativo, como político.

Michel Temer: Reforma, reformas...

Thiago Esteves: Eldorado dos Carajás, que foi um ano, foi um biênio bastante movimentado... E Vossa Excelência em 2000, em 96, então chegou a fazer uma notícia crime contra o Pedro Malan.

Esse é um fato que me, talvez de todos, o que mais me chamou a atenção, porque talvez não seja tão mais do seu feitio.

Michel Temer: Será que era uma coisa do partido isso aí? Só que eu confesso que eu não me recordo...

Thiago Esteves: Nos estudos que eu levantei havia essa indicação que seria uma...

Michel Temer: Mas em função do quê? Sabe que eu...

Thiago Esteves: Em função da questão do Banco Nacional, de que o governo sabia dos problemas do Banco Nacional e não tomou uma medida anterior

Michel Temer: Que deveria ser tomar... Mas então era uma decisão da bancada da bancada, que era da bancada.

Thiago Esteves: E aí Vossa Excelência submeteu aí.

Michel Temer: Que não é do meu feitio.

Thiago Esteves: Sim, é justamente... Esse talvez foi...

Michel Temer: Mas veja que era a obediência à vontade da bancada. Isso mesmo.

Tanto que eu, você vê que eu nem endereço nem registrei esse fato. E o Malan foi um grande sim ministro.

Thiago Esteves: Por isso também me chamou a atenção durante as pesquisas.

Michel Temer: Bem lembrado.

Thiago Esteves: Bom, eu quero agradecer demais o tempo de Vossa Excelência. Não sei se o professor Renon tem...

Renon Fonseca: Só pra sumarizar o que me chamou a atenção na fala do senhor, apesar da modéstia. O senhor falou muito em destino, né? E falou da sua habilidade de negociação... me lembrou até o próprio Maquiavel, a Virtú e a Fortuna...

Michel Temer: sim...

Renon Fonseca: Então a fortuna seria o destino e a sua virtú essa, essa tendência para o diálogo, para a pacificação. O senhor vê um pouco assim essa importância do...

Michel Temer: Eu vejo, você sabe que essa coisa da pacificação. Hoje eu prego muito a ideia da pacificação no país. Mas ela vem, interessante, veja como são as coisas... Quando eu tinha uns sete anos de idade, eu tinha um irmão seis, sete, ano mais velho que eu, que é muito religioso até hoje. E ele me levou à missa e quando fui à missa, eu vi nos vitrais, vitrais da igreja... Um deles, as virtudes das virtudes, era a temperança.

E eu fui ver o que era temperança no dicionário, e temperança, tempero, equilíbrio, moderação. Eu tenho impressão que este fato, digamos, religioso, pautou de alguma maneira a minha vida. Eu, eu sempre achei que você temperar as coisas, você acomodar as coisas é importantíssimo. Tanto que eu tenho horror aos radicalismos. Eu acho que todo radical produz um efeito negativo para o país, porque você pode ser radical nas ideias.

Então, você tem uma ideia que é sustentá-la até o momento que o seu oponente te convença do contrário, não é? E eu tenho impressão que isto, isto pautou um pouco a minha vida. Por isso que eu consigo sempre equilibrar as coisas. Eu nunca vejo o adversário como o inimigo. Eu vejo, sabe quando passar de ideias e não no plano pessoal.

Renon Fonseca: Segundo Platão, é a virtude do sábio, a temperança.

Michel Temer: Que é que é o que o Brasil precisa muito hoje, não é? Eu, pelo menos penso dessa maneira.

Thiago Esteves: Mais uma vez, obrigado excelência por seu tempo, um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Michel Temer: Muito gosto. Parabéns a vocês. Vale, vale a pena isso daí.

APÊNDICE B – ENTREVISTA ALDO REBELO

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador(es): Thiago Esteves Barbosa

Levantamento de dados: Thiago Esteves Barbosa

Pesquisa e elaboração do roteiro: Thiago Esteves Barbosa

Conferência da transcrição: Thiago Esteves Barbosa

Técnico de gravação: Thiago Esteves Barbosa

Local: Alameda Sarutaiá, 165, Jardins, São Paulo/SP

Data: 13/10/2023

Duração: 57min

Thiago Esteves

Bom dia, Presidente Aldo Ribeiro, mais uma vez agradeço a vossa excelência e a atenção dada aqui ao nosso projeto. Como a gente falou anteriormente, essa é uma pesquisa vinculada ao programa de mestrado do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. e o objetivo dele é investigar a trajetória dos ex-presidentes da Câmara de todo o período republicano, e em relação aos presidentes que ainda estão entre nós, eu estou buscando a oportunidade de dar, de se manifestar e dizer, na perspectiva deles.

Como é possível um parlamentar, diante de 512 colegas, se colocar e ser eleito presidente da Câmara? Qual a importância da sua trajetória pretéria até construir um capital político capaz de ser escolhido pelos seus pares para dirigir aquele colegiado tão importante e que, sem dúvida nenhuma, deve ser uma grande honra? Obrigado mais uma vez e fique à vontade.

Aldo Rebelo

Muito obrigado. O meu nome completo é José Aldo Ribeiro Figueiredo. Nasci em Viçosa, Alagoas, em 23 de fevereiro de 1956. Eu nasci de parteira na zona rural de Alagoas, em Viçosa. Fui alfabetizado numa escola rural.

Fiz o curso primário na minha cidade. Depois ingressei no exame de admissão no Colégio Agrícola, do qual saí depois para concluir o ginásio na minha cidade. Ingressei no curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas. No curso de Direito comecei a participar do movimento estudantil. Integrei o Centro Acadêmico de Direito da Universidade, depois participei da reconstrução da UNE, da União Nacional dos Estudantes, no final dos anos 70.

Integrei a Diretoria de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, como secretário-geral. No ano seguinte, fui eleito presidente da UNE. E como a série da UNE ficava em São Paulo, Eu me transferei para São Paulo. Já tinha relações com São Paulo, porque ainda como estudante, apoiava um jornal de oposição, chamado Jornal Movimento, que tinha sua série em São Paulo, e eu colaborava com o jornal como voluntário. Vim para São Paulo na diretoria da UNE.

Fiquei durante o período de um ano como presidente viajando muito pelo país. E o movimento estudantil, pra mim, foi um desafio e, ao mesmo tempo, uma escola, porque você era provocado a lidar com temas de todas as esferas, com disciplinas que iam da política, política externa, cultura, literatura, música, Tudo isso era do interesse do movimento estudantil. Tudo isso era da batida do movimento estudantil. E aqui em São Paulo, depois da diretoria da UNE, eu já não voltei pra Alagoas. Fiquei aqui, trabalhei como jornalista, militei no PCdoB, fui dirigente do PCdoB e me candidatei a vereador pelo PCdoB.

Em 1988 e fui eleito vereador. Antes tinha tentado uma eleição para deputado federal, ainda no MDD, em 1982, mas não fui bem-sucedido. Mas fui eleito variador em 1988. Aí já pelo PCdoB, logo em seguida, em 1990, eu fui eleito deputado federal em 90, em 94 fui reeleito, em 98 fui reeleito, em 2002 fui reeleito nos dois primeiros mandatos de 90, 94, de 94, 98, aliás nos três primeiros mandatos e de 98 a 2002 eu fiz oposição depois tivemos uma posição mais equilibrada quase de apoio ao governo do presidente Itamar, o PCdoB e depois fizemos oposição ao governo do presidente Fernando Henrique e no governo do presidente Lula o PCdoB apoiava o governo e eu fui escolhido o primeiro líder do governo em 2003 fui convidado pelo presidente Lula para assumir a liderança do governo. E fizemos lá um trabalho num primeiro momento difícil, porque a base política do governo era muito reduzida.

A coligação que elegeu o presidente Lula era formada pelo PT, pelo PL, que era o partido do vice, do José Alencar, presidido pelo Valdemar, já era o Valdemar da Costa Neto que presidia. E o terceiro partido era o PCdoB, que tinha uma bancada de 10 ou 12 deputados. E como líder do governo, o primeiro desafio era ampliar a base de sustentação dentro da Câmara para viabilizar aprovação de propostas importantes, algumas emendas à Constituição, como o caso da reforma tributária, da reforma da Previdência, que eram desafios muito grandes. Então, foi esse o primeiro trabalho que eu tive como líder, com uma equipe de vice-líderes também de boa formação, gente muito capaz, os líderes dos partidos aliados, que nós fomos organizando, conformando, e assim, se foi o ano de 2003 aprovamos as principais propostas do governo aprovamos com alguma dificuldade, mas aprovamos todas. Em seguida o presidente me convidou para o ministério e mais dois ou três líderes do vice-líder do governo que tinham se empenhado nas propostas do governo no ano de 2003 que integravam a minha equipe de vice-líderes foram convidados para participar do governo.

O Eduardo Campos foi convidado para ser ministro da Ciência e Tecnologia, o Eunício Oliveira ministro das Comunicações, sim, e eu ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, que era o Ministério, que era uma secretaria da Presidência da República, com status de Ministério, que trabalhava no próprio Palácio, junto ao Presidente, e que era responsável pela articulação com os governadores, com prefeitos, com o Congresso, a Câmara, o Senado, e relações institucionais em geral. Ou seja, quando aparecia uma agenda que era demanda ou institucional ou mesmo privada, geralmente passava pela coordenação política e

era despachada com o presidente. E ali eu fiquei um pouco mais de um ano, até que veio a crise do Mensalão, que abalou o governo, porque envolvia figuras importantes do governo, como o ministro, chefe da Casa Civil, que era o deputado Zé Dirceu, um líder importante do governo, que foi quem fez a denúncia, era de um partido aliado, era o líder do PTB, que era o deputado Roberto Jefferson, que havia se empenhado bastante em 2003 na aprovação das medidas do governo. E esses dois personagens foram protagonistas do episódio do Mensalão. e o presidente.

Então, me pediu para voltar para a Câmara dos Deputados para ajudar o governo naquele momento difícil. E eu voltei para a Câmara. O governo já tinha sofrido uma derrota importante na eleição da mesa da Câmara, porque o PT protagonizou duas candidaturas. A candidatura do deputado Geraldo e a candidatura do deputado de Minas Gerais, que concorreu com o Greenhalgh. E o resultado foi que o deputado Severino Cavalcanti ganhou a eleição contra a base do PT.

De certa forma, era governo contra governo, mas foi uma derrota do governo porque o PT era o partido do presidente da república. E o deputado Severino Cavalcanti foi eleito, em seguida já veio a crise do Mensalão e ele sofreu muita pressão, porque havia a ideia de que se abrisse um processo de impeachment contra o presidente da república. E o deputado Silvio Cavalcanti resistiu a essa ideia, a essa impressão. achava que deveria abrir um processo de impeachment contra o Presidente da República. Eu acho que aí foi a chave da campanha para a cassação do mandato do deputado Silêncio Cavalcante.

Ele cometeu alguns erros ao procurar fornecedores da Câmara para colaborar com a campanha da família, ele tinha filhos envolvidos em política. E aí descobriram um cheque de uma fornecedora, um restaurante, um bar, qualquer coisa lá que tinha uma concessão da Câmara. E aí desencadeou-se o processo de impeachment contra o presidente Severino Cavalcanti. No meio da crise do Mensalão, veio esse processo de impeachment. E a oposição, se sentindo fortalecida, imaginou que podia ganhar a eleição da mesa da Câmara.

E, ganhando a eleição, naturalmente, ficava muito próxima à abertura do processo de impedimento do presidente. E, naquele momento, o PT apresentou uma candidatura do deputado Arlindo Chinaglia. Eu não era candidato, o PCdoB achava que deveria apoiar a candidatura do deputado Arlindo Chinaglia. Mas dentro da própria Câmara, aqueles que não se sentiam confortáveis com a possibilidade da vitória da oposição, alertaram o presidente da República que uma candidatura do PT iria ser derrotada. Que o deputado José Tomás Nonô, que era vice-presidente da Câmara e era do PFL, que ele poderia ganhar a eleição.

E o presidente naturalmente ficou preocupado, ouviu alguns interlocutores, que eu sei, inclusive do próprio PT, que confirmaram a possibilidade da derrota do governo e da vitória da oposição. E esses interlocutores apontaram o meu nome como um nome possível de reunir aliados suficientes para derrotar a oposição. porque o PMDB, que já estava dividido, uma parcela grande votaria na oposição contra o candidato do PT. Mas líderes do próprio MDB disseram que se eu fosse candidato, provavelmente a maior parte do MDB poderia me apoiar. E assim a

candidatura do PT e já de última hora a minha candidatura foi apresentada com o apoio do PT e para tentar unir a base do governo.

Foi uma eleição tumultuada e difícil porque outros candidatos se mantiveram na disputa de tal sorte que numa eleição em dois turnos o primeiro turno terminou empatado. o deputado Zé Tomás Nonô, que era um deputado muito respeitado, muito admirado, muito competente. Tinha também muito apoio não só da oposição, mas também por ser uma figura respeitada na Câmara e já era o vice-presidente da Câmara. E eu era um pouco mais jovem do que ele, inclusive no número de mandatos, na idade, mas também tinha o respeito e o apreço da Câmara, porque tinha passado já por experiências como líder do governo, líder da oposição, presidente de CPI, presidente de Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, e as pessoas respeitavam o meu equilíbrio, a minha capacidade de encontrar soluções para problemas. surge em uma instituição como a Câmara dos Deputados.

Temos, de dois candidatos, bastante apoio. Terminou empatada no primeiro turno. No segundo turno, que é disputado meia hora depois, naturalmente isso tudo torna-se imprevisível. Mas nós conseguimos reunir, mesmo em partidos que se dividiram, como PTB, PP etc., apoio. O deputado Ciro Nogueira terminou no segundo turno me apoiando.

O deputado Fleury Filho terminou no segundo turno me apoiando. Já tínhamos o apoio de Inocêncio, Oliveira, de José Múcio e de outros deputados que não eram do PT nem do PCdoB. O PDT teve um papel importante porque teve candidatura própria no primeiro turno. O ex-governador Alceu Colares no segundo turno. O PDT tendia a se dividir porque fazia uma posição muito forte ao governo, mas um deputado muito experiente e com muita autoridade, que foi o deputado Neiva Moreira, fez um apelo à bancada para não apoiar do candidato da oposição e me apoiar no segundo turno, já que eu tinha boas relações com o PDT e com o próprio ex-governador Leonel Brizola.

Nós temos relações muito boas com o Brizola. E isso pesou. E no fim, a eleição se deu por uma diferença muito pequena. Eu fui eleito por uma diferença pequena. E a composição ficou assim, porque o Zé Tomás Nuno continuou como vice-presidente, porque a eleição foi solteira, só foi para presidente.

Tivemos uma mesa heterogênea e conduzi à Câmara, num momento difícil, processos de cassação sucessivos, de deputados do próprio Roberto Jefferson e outros parlamentares. CPIs tramitando pelo Congresso, E essa dificuldade, naturalmente, marcou o primeiro momento da minha gestão na frente da Câmara, mas depois nós conseguimos reorganizar a agenda e tratar de matérias relevantes para o país e para o Congresso. ou seja, administrei a relação entre a oposição e o governo. Naturalmente, eu era um deputado da base do governo e procurava ajudar no que estivesse ao meu alcance, mas também prestigiando e valorizando a oposição. Muitos deputados da oposição foram relatores de matérias relevantes.

Eu destaco uma porque era importante para o governo, que era o estatuto da micro e pequena empresa. E era o ano de eleição, 2006. Claro que o governo tinha interesse em aprovar uma

matéria dessa. E o prazo muito pequeno. Qualquer movimento de obstrução impediria a aprovação da matéria dentro do prazo da eleição.

E eu imaginei que, naturalmente, a oposição não teria interesse em que essa matéria fosse aprovada porque daria prestígio e força ao governo e ao presidente que disputava a reeleição em 2006. Então eu imaginei que talvez a oposição não tivesse motivo para obstruir se ela também fosse protagonista. Aí eu indiquei um deputado da oposição para ser o relator da matéria e outro deputado da oposição para ser o presidente da comissão especial que conduziria a matéria. E assim eu dei à oposição dois bons motivos para não obstruir, para se interessar também pela aprovação, porque se a matéria fosse aprovada não seria apenas uma vitória do governo, seria também uma vitória da oposição por ter dois protagonistas, o relator da matéria, que eu acho que era o deputado Luiz Carlos Hauly, e o presidente da comissão, que era o deputado Carlos Melles, de Minas Gerais. E assim foi feito, e assim foi aprovado, depois aprovamos a lei de incentivo ao esporte, aprovamos outras matérias de interesse geral, de interesse comum, de interesse nacional.

Depois da eleição em 2007, eu teria a possibilidade de disputar a reeleição. Mas aí o PT e o PNDB e o PSDB de São Paulo com o governador Serra fizeram um acordo para administrar a Câmara num sistema de revezamento, onde o PT governaria um período, o PMDB governaria outro. Eu fui procurado pelo governo para não disputar a eleição, recebi a proposta de me tornar ministro da defesa, então nação política ou da justiça. Era ministro. Foi até a minha casa, disse, olha, o presidente Lula mandou fazer um convite, você assume o Ministério da Defesa.

Eu agradei, disse que não assumiria, que eu iria disputar a eleição contra o governo, contra o PT, contra o PNDB, e que considerava mais honroso perder a seleção do que ganhar o ministério nessas circunstâncias. Comuniquei aos meus amigos a minha decisão porque muitos achavam que eu deveria de fato desistir de disputar a presidência da Câmara e aceitar o ministério. Eu disse não. Sabia que era difícil disputar contra o governo de Brasília contra o governo do Palácio dos Bandeirantes e contra o PMDB, que tinha uma grande bancada e que nesse caso poderia trabalhar unida, já que a metade do PMDB fazia oposição ao governo. E assim disputei a eleição, perdi por uma diferença pequena, ainda consegui equilibrar a disputa.

e assumiu a presidência dessa vez então o deputado Arlindo Chinaglia que depois foi sucedido pelo deputado Michel Temer que depois se tornou nessa sucessão de episódios o vice-presidente da presidente Dilma na eleição de 2010. Eu acho que é isso em resumo. a presidência da Câmara é uma experiência única, exatamente porque o presidente da Câmara reúne atribuições e prerrogativas que dão à função um poder muito grande. Eu destaco pelo menos um, que é o único, que é a abertura de processo contra o presidente São 513 deputados, 81 senadores. Essa é a composição do poder legislativo.

Nós temos o Supremo Tribunal Federal com 11 ministros, que é o poder judiciário, mas entre os integrantes só um tem a atribuição de abrir o processo contra o Presidente da República, que é o Presidente da Câmara dos Deputados. Nem a unanimidade de 512 deputados daria ao conjunto a prerrogativa de abrir um processo contra o Presidente da República. aos que consideram essa atribuição exagerada. Seria um poder muito grande na mão de um único indivíduo, de um único deputado. Eu também considerava assim.

Mas, talvez, a sabedoria dos constituintes tivesse levado em conta que se esse poder fosse distribuído em um grupo maior, a pressão sobre o executivo, a pressão sobre o poder executivo, sobre o presidente da república, talvez fosse muito maior e diluída em um grupo que você não identificaria. Então você teria um grupo de deputados, vamos dizer que essa atribuição fosse dos líderes. Então os líderes partidários teriam o poder de abrir o processo. Que exigências fariam para não abrir o processo? A não.

A abertura do processo poderia ou autorização poderia ser da maioria simples ou da maioria absoluta. Quantos grupos se organizariam para ameaçar o presidente com a autorização do processo se tais ou tais demandas não fossem atendidas? Então, no fundo, no fundo, embora aparentemente seja um poder exagerado, eu acho que é o mais racional que pode acontecer. É concentrar esse poder na mão do presidente da Câmara porque você retira do outro poder uma pressão que você não sabe de onde vem. Da mesma forma, também, há quem considere exagerado o poder de decidir a agenda da Câmara, a pauta.

E, de fato, o chamado colégio de líderes é uma instituição informal, Ela não tem atribuição regimental ou constitucional de decidir a pauta. Quem decide, no fundo, é o presidente. Ele ouve o Colégio de Líderes, tanto é que ele ouve o Colégio de Líderes, consulta o Colégio de Líderes. Ele recebe muitas vezes também consulta ou pressão do próprio Poder Executivo ou do Judiciário ou de interesses privados que têm alguma relação com a matéria que tramita na Câmara, mas a última decisão é do presidente da Câmara. Que matéria vai tramitar, que matéria vai ser votada ou não.

A não ser aquelas que venham com com urgência constitucional ou com urgência regimental. Aí ela entra no processo de votação por conta dessas decisões de urgência regimental ou urgência constitucional. Mas a decisão, em última instância, é do presidente. Eu acho também que é uma decisão sábia. Por quê?

Porque matérias relevantes que tramitam pela casa, seja do interesse público, do interesse nacional, do interesse privado, do interesse de corporações, ficassem subordinadas a uma pressão diluída de grupos de parlamentares, ao Colégio de Líderes de Sítio, a maioria de sítios. grupo de parlamentares ou as comissões de Sítio. Eu acho que isso podia gerar uma deformação grande na escolha ou na seleção das matérias para votação. Eu acho que o presidente da Câmara, ao concentrar essa responsabilidade, ele também é responsável pela consequência dos seus erros. O poder dá a ele também a responsabilidade pela decisão e pelas suas consequências.

E por isso ele tem que pesar direito o que vai fazer, porque todo mundo sabe que se a matéria foi para a votação foi por decisão dele. Se houve abertura de processo contra o Presidente da República, a decisão foi dele. E geralmente essas decisões têm consequências posteriores. Teve consequência no caso do Presidente Ibsen, os dois que autorizaram a abertura do processo terminaram cassados. Ou não conseguem seguir.

Exatamente. Foi cassado o presidente Ibsen. Eu estava presente, acompanhei o processo de

abertura do processo de impeachment contra o presidente e depois da CPI que resultou na cassação do saudoso deputado Ibsen, um grande deputado por sinal. E depois também na cassação do deputado Eduardo Cunha, que saiu de uma posição de amplos poderes dentro da casa, que determinava tudo e decidia tudo, para uma vulnerabilidade total que terminou na cassação do mandato. Então, eu creio que as grandes responsabilidades, as grandes Atribuições exigem também que a decisão seja acertada.

Porque quando você erra de alguma forma, ao decidir, pelas atribuições que recebe, você também pode pagar o preço por isso. Mas isso é a presidência da Câmara. É um espaço na associação, depois do vice-presidente, é o presidente da Câmara, que assume, não é o presidente do Congresso, não é o presidente do Senado, é o presidente da Câmara dos Deputados, que assume antes do presidente do Senado, antes do presidente do Supremo Tribunal Federal. E assim vai a nossa Câmara dos Deputados, que é uma instituição antiga e talvez um dos poderes legislativos do mundo que permaneceu mais tempo funcionando e aberto. Não sei se outros têm essa mesma experiência, provavelmente dos Estados Unidos ou do Reino Unido, mas outros não tiveram o protagonismo, a longevidade em funcionamento pleno, como teve a nossa Câmara dos Deputados, que mesmo durante um regime militar continuou funcionando, claro que precariamente, mas cumprindo um papel como caixa de ressonância das aspirações democráticas.

Porque foi no Congresso que surgiu a campanha pela amnistia, a campanha pela constituinte, a denúncia de tortura, a denúncia de perseguição a presos políticos. Foi no Congresso que essa agenda teve repercussão.

Thiago Esteves

Vossa excelência relatou aqui que antes de ser presidente da Câmara... exerceu o cargo de vereador em São Paulo, também teve um papel importante na CPI contra o ex-presidente de Ano Quadro, então prefeito, foi ministro de Relações Institucionais, exerceu 14 anos de mandato e 7 meses, não sei se vossa excelência sabe, mas nesse período, no plenário da Câmara, há registro de 741 vezes que vossa excelência se manifestou no plenário da Câmara como deputado antes de assumir a presidência e aí a minha pergunta é do ponto de vista pessoal para além do contexto das conjunturas o que alguém, um político, especificamente um deputado federal, deve construir na sua trajetória para que em algum momento ele possa estar preparado para que uma oportunidade de concorrer à presidência da Câmara. Existe alguma coisa que vossa excelência mirou ou isso foi sendo construído muito sem um planejamento? Queria ouvir isso de vossa excelência.

Aldo Rebelo

Não, não houve planejamento e eu, de fato, não podia imaginar que um partido com 12 deputados pudesse presidir a Câmara dos Deputados. Geralmente, isso era uma atribuição da maioria. Era o partido majoritário do governo, geralmente o partido do presidente da república ou o partido majoritário que apoiava o presidente da república. Era daí que saía o presidente da Câmara dos Deputados. Foi uma situação de instabilidade provocada pela crise do mensalão, onde as coisas não eram decididas por padrões, por normas estabelecidas, mas onde a política foi muito mais valorizada no papel dos indivíduos.

E eu tinha, naquela altura, construído uma trajetória na Câmara de diálogo, de composição, com todas as vertentes, com todas as bancadas. A minha agenda, depois de eleito, era uma agenda nacional. Eu não era deputado de uma corporação, eu não era deputado de um grupo, eu não era um deputado de um grupo profissional, de uma corporação profissional. A minha agenda era uma agenda nacional, eu me procuro lá com política externa, tanto que fui para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Eu me preocupava com a agenda de defesa, viajava muito para a Amazônia, convivia com esses deputados que também tinham esse mesmo interesse, o próprio deputado Bolsonaro, deputado José Genuíno, trabalhávamos na Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional.

O meu partido aqui, a minha eleição, não dependia desse voto corporativo, nem dependia também daquele voto localizado do prefeito, do vereador. Primeiro que o PCdoB não tinha prefeito em geral. Segundo, eu não era de uma corporação específica. Eu tinha saído do movimento estudantil. Militava no PCdoB, mantendo relação com metalúrgicos, médicos, advogados, vereadores do partido, condutores, estudantes, acadêmicos.

Essa era a composição do apoio político que me elegia. Então, eu tinha uma agenda nacional. Então, me preocupava com a lei de patentes. Quando, no começo do presidente Collor e depois, já no presidente Câmara, foi debatida essa nova lei de propriedade intelectual, Era uma agenda nacional, não era uma agenda de um grupo específico. Eu me interessei, debati, fiz seminários.

Depois, discuti o Pró-ácool. Não tinha nada a ver com o Pró-ácool. Eu não era apoiado. O meu voto era um voto urbano. Era um voto mais ligado ao mundo do trabalho.

O PCdoB não tinha relação com esse grupo que produzia álcool. mas pela questão nacional da energia... Eu fiz um seminário lá em Brasília sobre essa questão do Pró-ácool, porque havia a ideia de que o governo poderia acabar com o Pró-ácool, porque custava um subsídio por parte da Petrobras e esses temas. Então, eu construí um... os meus mandatos, tratando de uma agenda muito diversa, muito variada.

Ou melhor dizendo, muito heterogênea. Era uma agenda heterogênea, que juntava a questão do trabalho, por causa do partido, defendi, fui relator, da lei que discuti as relações sindicais no governo do presidente Collor. Eu discutia as questões do trabalho, do mundo do trabalho, discutia a questão nacional econômica, como a lei de patentes, a questão do Pró-ácool, discutia a questão de defesa nacional, produzi textos sobre isso, nas escolas de comando das Forças Armadas, sobre esse tema da defesa nacional, e apresentei projetos de valorização da língua portuguesa, da cultura nacional, da mandioca, que me encostou críticas na época, mas eu achava que aquilo dizia respeito ao interesse nacional. E acho que essas minhas atitudes, esse meu comportamento, deu aos meus mandatos a imagem de mandatos de composição. E isso se consolidou quando, mesmo no PCdoB, eu fui presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, o partido não tinha condição de indicar o presidente.

Foram os outros partidos que me indicaram pela minha dedicação ao tema da defesa nacional. Lembro que a indicação era do PSB, do deputado João Jairo Neto. Eu disse, não, é mais justo que seja o Aldo, porque se dedica muito a esse tema. Depois eu fui presidente de uma CPI, a CPI do futebol, da CBF, Nike, que também não caberia ao PCdoB, pelo tamanho da bancada.

mas ali foi uma articulação do próprio presidente, acho que era o Aécio e outros deputados, que disseram, não, põe o Rebelo para ser o relator-presidente da CPI, que ele conduz com equilíbrio.

Depois, na liderança do governo, eu também tive uma boa relação com a base do governo, que era heterogênea, porque não era só o PT e o PC do B, tinha o PSB, Tinha o PTB, tinha o PP, tinha o PL. Todos esses partidos participavam da condução da liderança do governo. Eles eram protagonistas. Um deputado do PTB era meu vice-líder. Coloquei um deputado do PTB para ser meu vice-líder.

Os deputados dos outros partidos da base também indicavam relatores de matérias. Eu creio que quando chegou na crise do mensalão, que havia um impasse ou receio sobre a candidatura que pudesse vencer as eleições, eu acho que essa trajetória, essa experiência anterior deve ter pesado para que os deputados e as lideranças optassem pelo meu nome para disputar. a eleição da mesa com o Zé Thomas Nonô.

Eu agradeço imensamente. A ideia é essa, ouvir vossa excelência, a importância da sua trajetória, do que aconteceu ao longo da sua história, que permitisse que me dessem capital político suficiente para, num momento de crise, ocupar a presidência. Deixo aqui aberto, vossa excelência, se tiver mais alguma coisa para complementar. Mas acho que o objetivo foi concluído. Agradeço o seu tempo aí num dia de pós-feriado, numa sexta-feira, de me atender aqui na sua residência.

Aldo Rebelo

Não, Thiago, muito obrigado por vir até aqui me ouvir. Eu só quero concluir fazendo uma breve reflexão sobre o papel do Legislativo e da Câmara dos Deputados. Por quê? Porque nos momentos difíceis que o país enfrenta, e as razões são as mais diversas para as dificuldades. Geralmente, se atribui ao poder legislativo uma responsabilidade maior pelas dificuldades. É como se a história do poder legislativo, principalmente da Câmara dos Deputados, ou se o papel da Câmara dos Deputados fosse descrito apenas pelos seus erros, pelas suas apenas pelo que está errado.

Nunca se olha o Legislativo pelo que ele faz de correto, pelo que ele ajuda a manter o país funcionando. Então isso é o poder Legislativo e se essa instituição que foi batizada de Centrão, é como se o Centrão concentrasse todas as mazelas da política. E eu costumo dizer, se o papel do Centrão é nocivo, o país seria muito pior sem ele. Sem um fator de equilíbrio que dê aos governos alguma estabilidade, alguma segurança institucional. Um governo sem maioria do Brasil, seja ele de que coloração ideológica for, ele não se sustenta sem maioria.

Pode ser um governo de esquerda, de centro, de centro-direita, de centro-esquerda, de qualquer coisa ele não se sustenta sem maioria. Então você tem que construir uma maioria. O presidente Lula precisou desses partidos. O presidente Itamar precisou desses partidos. O presidente Fernando Henrique precisou desses partidos.

O presidente Bolsonaro, que achou que podia não precisar, terminou precisando desses partidos. O presidente Lula volta a precisar desses partidos. A presidente Dilma precisou desses partidos.

E quando achou que não podia precisar, pagou um preço muito alto por isso. E esses congressistas, esses deputados, que podem, de fato, promover coisas muito erradas e cometer muitos erros, mas eles também foram responsáveis pela aprovação das matérias mais importantes do país.

Eu fui relator do Código Florestal e aprovei com esses parlamentares sem precisar oferecer um cafezinho para nenhum deles. Para nenhum deles. Toda a minha gestão na presidência da Câmara, todas as matérias que foram aprovadas, o estatuto da micro e pequena empresa, depois a lei dos transgênicos, dos organismos geneticamente modificados, que permitiu pesquisa com célula-tronco, tudo isso foi aprovado por esse Congresso. Então, se ele pode cometer erros, ele também pode reunir qualidades e virtudes que devem ser reconhecidas. Nunca escreva a história de uma instituição apenas pelo que ela tem de errado.

Procure também o que ela tem de certo e faça um equilíbrio entre as duas colunas e os dois fatores. Eu acho que é isso que eu poderia dizer da minha experiência na Câmara dos Deputados. Nunca precisei visitar a sede da Petrobras. Nunca precisei, na presidência da Câmara, recorrer a outro expediente que não fosse o da política para conduzir os trabalhos e aprovar ou não, porque muitas vezes você não consegue as matérias sob minha responsabilidade. Então, esse reconhecimento eu queria deixar nesse depoimento à Câmara dos Deputados, para que ela não seja avaliada apenas pelos erros, ou seja, pelas deformidades e pela morbidez. Seja também avaliada pelas suas virtudes e pelos seus acertos.

Thiago Esteves

Perfeito, excelência mais uma vez, obrigado e um ótimo dia para o senhor.

Aldo Rebelo

Você também, obrigado.

APÊNDICE C – ENTREVISTA MARCO MAIA

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador(es): Thiago Esteves Barbosa e Renon Fonseca

Levantamento de dados: Thiago Esteves Barbosa

Pesquisa e elaboração do roteiro: Thiago Esteves Barbosa

Conferência da transcrição: Thiago Esteves Barbosa

Técnico de gravação: Thiago Esteves Barbosa

Local: Segunda Secretária Câmara dos Deputados

Data: 18/10/2023

Duração: 51min

Thiago Esteves

Boa tarde, presidente. Mais uma vez, obrigado por nos receber. Meu nome é Thiago, eu sou aluno do Programa de Mestrado em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, o CEFOR, e o objetivo do nosso trabalho é investigar a trajetória dos ex-presidentes da Câmara, e aí a gente tem encontrado com ex-presidentes e pedindo que nos contem de forma livre, numa metodologia que a gente chama de história oral, quais foram os momentos mais importantes, quais são as fases ou o que aconteceu na vida ou a trajetória que foi escolhida, que acabou culminando aí na eleição para ocupar esse cargo tão importante que é o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Fique à vontade para contar a história da forma que você quiser e o tempo que também for necessário.

Marco Maia

Bom, quero agradecer aí também a oportunidade. E, fico feliz de poder contribuir aí com o teu trabalho e também com o trabalho de compilação e tal dos dados aí que vão trazer um pouco da história dos ex-presidentes da Câmara. A história não é muito longa, né? Eu, na verdade, sou filho de uma família muito pobre, que meu pai era guarda noturno e a minha mãe uma dona de casa a vida toda. E o meu pai por ser, enfim, um guarda noturno sempre teve uma remuneração extremamente baixa. A nossa família é uma família relativamente grande por parte dos tios, irmãos, do meu pai e da minha mãe, mas a nossa família é uma família pequena, eu tenho mais dois irmãos, eu digo pequeno, era para a época. Minha mãe, por exemplo, já tinha dez irmãos. Meu pai tinha outros sete, oito irmãos e irmãs. Enfim, a nossa família era o pai, a mãe e eu e mais dois irmãos. Eu sou o filho mais velho da família. E... Bom... Aí, óbvio que nesse período, o meu pai, apesar de ser um cidadão que não tinha uma formação maior, mas ele era alguém

que já na época da fábrica, no trabalho dele, ele tinha um certo envolvimento não político, mas um certo envolvimento social. Então era ele, por exemplo, que trazia para o sindicato as propostas de filiação dos trabalhadores no sindicato. Muito com o intuito do cara se proteger, ter uma assistência social, ter um médico, ter lá um salão de festa quando fosse fazer um aniversário do filho, alguma coisa assim, do que com uma consciência política. Mas, ao mesmo tempo, por óbvio, também ele tinha uma orientação política mais ao centro-esquerda do que à direita, mas também não era uma militância política. Na época, por exemplo, ele era eleitor do MDB e não era eleitor da Arena, que eram os dois partidos que se organizavam no final da década de 70 e início da década de 80 no país. Então ele era eleitor do Pedro Simon, por exemplo, e não votava com a Arena.

Marco Maia

Aí a vida vai te conduzindo pra tomada de decisões e tal e eu quando tava na sétima série na oitava série do ensino fundamental, o Banco do Brasil, naquela época, procurava nas escolas os melhores alunos, os alunos mais bem colocados do último ano, para ir fazer um estágio no Banco do Brasil. Depois tu seguia a carreira do Banco do Brasil, tinha um concurso interno, alguma coisa, naquela época. E quando eu tinha, eu tava ali nessa fase, com uns 14, 15 anos de idade. O Banco do Brasil vai à escola que eu estudava, que era uma escola estadual, polivalente, no município de Santa Cruz do Sul. E os professores, na época, indicam a mim e mais outros dois alunos para fazerem esse estágio no Banco do Brasil. E eu não quis fazer o estágio, que era uma coisa, na época, importante, boa, né? A possibilidade de trabalhar, imagina, no Banco do Brasil. Os dois meninos, os dois colegas que trabalhavam, que foram também escolhidos e que foram para o Banco do Brasil, um deles está lá até hoje, o outro depois virou empresário no meio do caminho, mas eu não quis ir para o Banco do Brasil. Eu quis ir fazer um curso no Senai de torneio mecânico. Aquilo me motivava mais para o meu futuro. Embora não tivesse uma projeção de uma grande carreira, imagina um torneio mecânico. Enfim, naquela época eu fui para o Senai. Então aí fiz aos 14, 15 anos, uns dois anos de Senai como torneiro mecânico. Dali eu fui para uma fábrica chamada Massey Ferguson, que era uma fábrica de trator para fazer um estágio de torneiro mecânico e comecei a ter o primeiro contato com o mundo sindical, propriamente dito. O meu pai trabalhava nessa fábrica também, como guarda noturno, como vigia, e aí eu escutava um pouco as conversas, muito novo ainda, 16 anos, 15, 16 anos, terminando o ensino fundamental e tal, mas eu escutava as conversas. Neste período eu acabei me aproximando também de uns meninos do bairro e um desses meninos participava de um grupo de jovens da igreja católica e lá pelas tantas eles me convidam para ir fazer um retiro num morro que tinha lá perto da cidade de Canoas, onde nós morávamos e nesse retiro eu gostei da conversa... O papa que falava contra as guerras, aquela coisa mais social, tal, contra as drogas. Gostei daquilo e comecei a participar do grupo dos jovens da igreja. Então eu tinha um espaço, que era o espaço da fábrica, onde eu estagiava como torneiro mecânico, que eu ouvia as conversas mais sindicais e tal, e política, e tinha aquele espaço do grupo de jovens, onde eu organizava uma juventude que tinha uma certa rebeldia e tal. E acabei nesse período indo pro quartel também, fui servir no quartel e foi um momento também de uma segunda decisão na minha vida, porque eu fiz um curso de cabo no quartel, depois fiz um curso de sargento no quartel, no período que eu fiquei no quartel e no final do meu período veio uma promoção para sargento no quartel.

E o camarada que era o comandante do quartel à época, coronel, filagre(?) do comandante do quartel, deu a promoção que era para mim, para o cara que tinha sido o segundo colocado no curso anterior. E aquilo me incomodou um pouco, a minha rebeldia, e o cara disse, se você fica aqui, no outro ano tu vai ser promovido. E aquilo me incomodou um pouco. Você quer saber alguma coisa? Vou voltar para a fábrica, não quero saber do quartel, isso não tem nada a ver comigo e tal. Vou voltar para dentro da fábrica para ser torneiro mecânico, que já era a minha formação. E abandonei o quartel e fui embora, foi um segundo aumento de decisão. Se eu tivesse decidido ficar, talvez estivesse até hoje aí na carreira militar.

Renon Fonseca:

General Marco Maia

Marco Maia

Então eu neguei o Banco do Brasil, a carreira no Banco do Brasil, neguei depois a carreira militar e voltei para dentro da fábrica como torneiro mecânico. Aí sim, já não era mais estagiário, já trabalhava como torneiro mecânico e nesse período a igreja católica e os grupos de jovens sofriam na sua grande maioria, uma influência da teologia da libertação. Foi esse o Leonardo Boff.

Thiago Esteves

Mais ou menos que ano isso, 81?

Marco Maia

Nós estamos falando aqui 81, 82, 83. Tinha uma influência muito grande dessa, 84, 85. E eu acabei me engajando muito na militância nesse grupo de jovens. Em 1985 teve um grande encontro internacional, foi o Diego, teve o Dia Internacional da Juventude organizado pela Igreja Católica, e eu acabei participando, me envolvendo em toda a organização. desses encontros lá no estado do Rio Grande do Sul, a partir da diocese de Porto Alegre, e aí me encontrava com jovens de outros estados, de outros países também, na preparação, na organização, nisso tudo, e com isso eu fui adquirindo uma consciência política maior. No ano de 1985, nesse ano que foi o ano internacional da juventude. O. Setor da pastoral da juventude começou a debater e a discutir a participação política.

Marco Maia

Já discutia muitos sindicatos, associações, associação de bairro, essa coisa toda, mas começou a discutir também a participação política, de ter um engajamento em algum partido político e o partido que surgia na época era o PT. O que me levou a me filiar ao PT, em 1985. Eu tinha na época 20 anos de idade. Então vinha dessa militância da pastoral, da juventude da igreja, com essa consciência da fábrica, de quem era trabalhador, metalúrgico, operário e tal, dentro da

fábrica e me filiei ao PT, em 1985. Em 1987, eu entro para a diretoria do sindicato, porque aí também o pastoral da juventude, os movimentos de igreja diziam, ó, o leigo tem que ter um pé na igreja e um pé na sociedade, na organização social. Eu já estava no partido e resolvo entrar para a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Canoas.

E aí eu comecei uma trajetória político-sindical, porque ela também se mesclou nesse meio tempo. Em 1988, eu concorri a prefeito da cidade de Canoas pelo PT. Eu tinha 22 anos de idade. Eu queimava muito as etapas da militância, porque eu com 18 anos entrei para o sindicato, para a diretoria do sindicato. Com 21 anos, com 20 anos, 20 anos e um pouquinho já virei candidato a prefeito da cidade de Canoas, que era a segunda cidade mais importante do estado. E com uma disputa interna no PT, porque eu disputei internamente no PT a vaga para ser candidato a prefeito. Naquela época o PT já tinha as correntes, as tendências internas do partido, mas tinha uma tendência muito... muito ligada à igreja, que era da qual eu fazia parte, e outras tendências que eram oriundas das organizações de esquerdas mais tradicionais, pré-revolucionárias. Então tinha a PRC, ORMDS, que era a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista, enfim, tinham várias correntes e que tinham representação em canoas.

Essas correntes, por óbvio, não queriam que alguém da igreja que era considerado mais à direita, digamos assim, dentro do partido, fosse candidato. Eu disputei com eles a convenção e ganhei a convenção porque a igreja era muito forte também dentro do partido. Bom, aí fui candidato a prefeito, em 1988, fiquei em terceiro lugar. Então, já estava inclusive na diretoria do sindicato dos metalúrgicos. Na diretoria do sindicato dos metalúrgicos eu fui secretário, fui vice-presidente, fui presidente do sindicato. Em 1990 eu concorri a deputado.

Em 1986 nós elegemos em Canoas o Paim. para deputado federal constituinte e acompanhou todo o processo de desenvolvimento da Constituição aqui no Congresso. Em 1990 eu fui candidato a deputado estadual, também não me elegi, me faltou um insumo básico, a eleição que era voto, portanto não me elegi.

Mas a partir de 1990 eu fiz uma outra guinada, na minha militância. Se eu estava ali naquele limbo entre o sindicato e a política partidária, militando no sindicato, disputando eleição na cidade e no estado, em 1990 eu resolvo não disputar mais eleição partidária e militar no sindicato. Então aí eu virei dirigente nacional dos metalúrgicos da CUT, fui para a direção da CUT estadual, depois fui para a direção nacional dos metalúrgicos da CUT, viajei o mundo inteiro nesse período, os metalúrgicos eram muito organizados. Até hoje, são muitas relações pelo mundo inteiro. Então, eu fiz secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, da CUT. Então, viajei o mundo inteiro participando de negociações. As principais negociações pelo mundo... Volkswagen, Scania, Volvo, essas grandes mineradoras. Também grandes usinas. que nós temos aí no Brasil, que eram com representação fora do Brasil, com Cubanas(!) e outras, lá em Minas Gerais.

Então eu passei 10 anos, toda a década de 90, muito focado na militância sindical. Em 2000, a turma do PT na cidade, em especial meu cunhado à época, que era militante do partido, me convenceram a concorrer à prefeitura de novo da cidade. Toda eleição para prefeito, o partido da cidade fazia uma consulta. Primeiro ia consultar o Paim, se o Paim queria esse candado, topava esse candado da prefeitura. O Paim nunca topou. Depois iam perguntar a mim se eu queria ser candidato a prefeito, eu também não topava, e aí o partido escolhia outra pessoa para ser

candidato. Em 2000, eles cumpriram o mesmo ritual, foram no Paim, o Paim não quis concorrer, vieram em mim, e aí conseguiram me convencer a concorrer à prefeitura. E tinha, de fato, uma chance do PT ganhar a eleição. O Olívio Dutra já governava, já tinha governado Porto Alegre. O PT governava Porto Alegre já há muito tempo. Aliás, o Olívio Dutra era governador do Estado. já nesse momento, em 2000, o PT já governava algumas cidades, estava muito bem na política estadual, e havia uma chance do PT ganhar a eleição em Canoas, até porque o setor mais à direita ia se dividir naquela eleição.

Aí me convenceram, eu disputei a eleição, E aí vem uma outra guinada. Quando eu saí para disputar a eleição eu digo, agora eu largo o movimento sindical e vou enveredar pela política partidária. Eu disputo a eleição, perco a eleição por 800 votos. Uma eleição com dois turnos, né? Da eleição, perco a eleição no segundo turno por 800 votos. O Olívio Dutra, logo depois da eleição, me convida para ser secretário da administração do Estado do Rio Grande do Sul. Eu fico dois anos como secretário da administração e concorro a deputado federal em 2002. Nesta eleição para deputado federal em 2002, eu acabei ficando na primeira suplência Mas foi muito bem votado, eu fiz 70 mil votos, que era uma votação boa, importante, no Estado. E fiz um voto em cada quatro em Canoas. Fiz 25% dos votos da cidade de Canoas. Uns 45 mil votos em Canoas. O que me, digamos, me consolidava, inclusive, para disputar a eleição para prefeito em 2004 novamente em Canoas. Aí eu fico na primeira suplência, o Lula ganha a eleição presidencial, a primeira dele em 2002, e aí o Olívio Dutra me convida, o Olívio Dutra assume o Ministério das Cidades e me convida para ser o diretor-presidente da Transurb em Porto Alegre. Aí eu fico na diretoria da Transurb em Porto Alegre por mais de um ano e meio, saio para disputar a Prefeitura de Canoas novamente, esta era a. Minha. Em 1988, a terceira disputa da Prefeitura de Canoas. E ao disputar a Prefeitura de Canoas, aí não ganham de novo a eleição. Fiquei muito atrás, porque o prefeito foi para a reeleição e estava bem, na época, na cidade. Mas o prefeito Arivanazi, que era deputado federal na época, se elege prefeito de São Leopoldo. E eu assumo a vaga, então, de deputado federal aqui em 2005. Janeiro de 2005. Aí começa a minha trajetória política aqui na Câmara. Mas essa é a história até chegar aqui. Foi mais ou menos isso aí que aconteceu. Bom, aqui tem outros detalhes, mas não vem ao caso. Mas eu contaria aqui, gente, o primeiro ensinamento que eu tive aqui na Câmara dos Deputados. Eu tomei posse aqui no dia 1º de... dia 2 de janeiro de 2000.

Thiago Esteves

Foi 1º de março de 2005. Sim. Marco Maia

Não, não, não, foi em janeiro. Foi janeiro, foi janeiro. Eu também andava de recesso e tal. Tava o recesso aqui, eu vim pra cá. E quem me deu a posse aqui foi o João Alves. Não, não era o João Alves. João Caldas. João Caldas, esse que é de Alagoas e tal. Lá foi quem me deu a posse e tal, na época, aqui e tal. E eu saio daqui, volto pra... pra Porto Alegre. E no primeiro dia, toca o telefone, eu atendo o telefone. Era o deputado Inocêncio Oliveira. me cumprimentando pelo fato de eu ter assumido o cargo aqui, o mandato de deputado. O Inocêncio era um cara mesmo da mesa, tinha toda uma história. Aquilo me chamou a atenção. O Inocêncio me ligou para me cumprimentar, porque eu tinha assumido a presidência, o mandato de deputado. Passou 24 horas, toque o telefone de novo, era o Inocêncio. Os deputados, não os deputados inocentes. O que o senhor deseja? Eu estou lhe ligando para lhe pedir o seu voto para a mesa da Câmara.

Ele era acreditado, acho que era o segundo vice-presidente, o segundo secretário na época e tal. Mas aquilo, rapaz... E na época nós chamávamos, vamos dizer que o inocente era o... Era que nem guardanapo, né? Ele não sabia nunca da mesa da Câmara. E ele se elegia em todas as eleições. para a mesa da Câmara. E ali eu aprendi com o deputado Inocentes que mesmo numa disputa eleitoral aqui na Câmara dos Deputados, entre os deputados, você tinha que pedir o voto. Você tinha que fazer esse gesto, uma coisa importante. E eu votei naquela eleição no Inocentes, apesar de não ser do meu partido, de ser da oposição, porque o Inocentes me pediu o voto. E o outro candidato, que eu nem me lembro quem era na época, não conversou comigo, não falou. Então, eu vou contar pra vocês, não tem problema com isso. Vou contar pra vocês. Aqui foi um aprendizado. Eu chegando aqui, não conhecia nada da política partidária do Congresso. Era a minha primeira experiência com mandato. Então, o meu primeiro mandato foi o mandato de deputado federal. E o primeiro contato que eu tive aqui foi com o deputado Inocência. Bom, aí depois... de 2005, gente.

Logo depois, em 2006, veio aquela crise do mensalão, que foi uma coisa muito forte. Aquilo também acabou aproximando um grupo de deputados aqui em Brasília, do PT. E eu tinha um sentimento de solidariedade muito grande com os deputados que estavam atingidos naquele momento, que pelo mensalão, João Paulo Cunha, o professor Luizinho, o mentor, enfim, outros. Aí acabei me aproximando também de um setor importante do PT aqui na Câmara, naquela época, que eram representados por esses deputados que eram mais próximos do campo majoritário, digamos, do partido. E isto me levou em 2007, se não me engano, a ser indicado pelo partido para ser relator da CPI da crise do setor aéreo. Então eu sempre digo que naquele momento ali eu virei deputado. Até então eu era mais um deputado aqui dentro da Câmara dos Deputados. A partir do momento que tu assume um espaço como esse, de relatar uma CP importante no ano eleitoral de 2006. Era o ano eleitoral, tinha a reeleição do Lula e, portanto, um ano polêmico. Tinha a oposição, queria desgastar o presidente Lula de todas as formas, então você assumiu... A Dilma era a chefe da Casa Civil na época. acompanhou todo o processo e eu acabei virando relator da CPI. Foi uma CPI extremamente polêmica. No meio da CPI caiu o avião da... Ela começou com uma queda do avião da Gol. Quando estava terminando a CPI, caiu o avião da... da TAM. Aqui ela acabou gerando uma outra CPI, uma outra investigação, foram quase dez meses, eu acho, de investigação em torno daquela... daquela CPI. Mas ali foi um... divisor de águas.

Thiago Esteves

Um deputado faleceu, foi o Redecker

Marco Maia

Mas ali foi um divisor de águas na minha militância aqui da Câmara, na minha história aqui da Câmara. Primeiro que eu passei a ser conhecido pelos outros deputados, conhecido pela, pela sociedade, enfim, e marquei um modo, um jeito de conduzir aquele processo da CPI. Na CPI, o presidente era, hoje, o senador Marcelo Castro, e o vice-presidente era o Eduardo Cunha, era vice-presidente, que estava chegando também no PMDB aqui em Brasília, mas já chegava com

força, chegava articulando, enfim, e se posicionando, ele era o vice-presidente da CPI, e estavam na CPI as principais lideranças da oposição também, A C.M. Neto, o Aécio, esse camarada que era, que virou o prefeito lá do Rio de Janeiro, o Eduardo Paes, essa turma toda, o Aleluia que eu encontrei hoje, que vinha aqui no restaurante, essa turma toda era... estavam lá na CPI. Então a direita toda, a direita, a oposição à época estava toda lá na CPI, o governo também estava todo lá na CPI, eu fui relator da CPI.

Thiago Esteves

Vossa Excelência acha que o fato de ter havido o mensalão, afastado algumas lideranças do campo majoritário permitiu a ascensão de parlamentares?

Marco Maia

Isso também é verdade. Isso permitiu que outros parlamentares, na época com menos expressão, novos, aqui, pudessem ocupar espaço. A CPI acabou pegando João Paulo Cunha, que era presidente da Câmara, ou Professor Luizinho, que tinha sido líder do governo. Enfim, dando alguns exemplos aqui de Zé Dirceu e tantos outros. Isto também permitiu o crescimento de outros deputados que não eram tão expressivos naquela época. Bom, essa minha participação na CPI, apesar de ser uma coisa boa e ter me dado espaço, ela também acabou me deixando com um crédito do partido. Bom, eu assumi uma bronca dessas, agora, quando tiver alguma coisa boa, o partido tem que me... e me indicar. E a turma pagou essa fatura, esse crédito, em 2009, quando o PT tinha o direito a indicar o vice-presidente da Câmara. E aí eu fui indicado pelo campo majoritário, por acordo, por uma indicação do campo majoritário à época, eu fui indicado para a vice-presidência da Câmara. Esta minha indicação para a vice-presidência da Câmara, ela, por óbvio, abriu mais ainda as cortes e a conjuntura política foi favorecendo. O Sarney era o presidente do Senado à época, ele me dava muito espaço. O Sarney dizia, mas eu não quero coordenar a sessão do Congresso Nacional, não conheço todos os deputados, então coordena, monta a pauta, faz o trabalho de Congresso Nacional. Eu fazia muito o trabalho do Congresso Nacional, claro, discutindo com o Sarney, conversando com ele, montando a pauta em conjunto com ele, do Senado, do Congresso. Eu era vice do Michel Temer, então o Michel Temer também tinha uma relação excelente com ele. Foram dois anos que nós convivemos muito bem aqui. O Michel Temer, enfim, é um gentleman para trabalhar, para lidar, para estar no dia a dia. E quando o Michel Temer... E aí, as coisas da política vão contribuindo. O Michel Temer vira candidato a vice-presidente da República da Chapa com a Dilma. Ganha a eleição.

Aí ele renuncia, 45 dias antes do mandato. Eu assumo a presidência da Câmara no dia 15 de dezembro de 2010. Um pouquinho antes. Por aí eu assumi a presidência, a presidência da Câmara. E, por óbvio, o acordo PT-PMDB que existia naquela época estava em pleno funcionamento. Então, o PMDB tinha tido dois anos na presidência, nós na vice-presidência, os próximos dois anos seríamos nós na presidência e o PMDB na vice-presidência. Então o Michel Temer sai, eu assumo o lugar do Michel Temer e o PT tinha a indicação da vaga para a presidência nos próximos dois anos.

Bom, eu tinha uma condição pra mim muito favorável, mas não estava dada essa condição. O PT lança mais dois, mais dois deputados do PT se lançam candidato à presidência. Era uma decisão interna do partido, mas eles se lançam internamente. O deputado Arlindo Chinaglia e o deputado Cândido Vaccarezza, que era, na época, líder do governo. Os dois tinham mais votos do que eu. na disputa interna do partido. O Cândido Vaccarezza representava o campo majoritário, o Arlindo Chinaglia representava a esquerda do partido e eu acabava pegando uma partezinha da chamada esquerda do partido e uma parte do campo majoritário que tinha a denominação de “articulação do b”. Mas era assim, o Vaccarezza tinha 27 votos, o Arlindo tinha 25 votos, E eu tinha 22 votos.

Renon Fonseca

O Chinaglia já tinha sido presidente ou ele foi deois?

Marco Maia

O Chinaglia já tinha sido presidente. Mas aí eu tinha uma outra vantagem. Eu era a segunda opção de todos. Então, quem votava no Arlindo, no primeiro. Turno. Se o Arlindo não fosse candidato, no segundo turno, votaria em mim. Quem votava no Cândido Vaccarezza no primeiro turno, na segunda votação, não votaria no Arlindo, votaria em mim. Então eu tinha, digamos, uma outra vantagem, que era, na retirada de qualquer uma das candidaturas dele, eu seria o escolhido. Que foi o que aconteceu. O PT marcou a data lá pra dezembro, pra definir o candidato a presidente. Um dia, esse dia, a reunião que estava marcada não acontece. A reunião, aí tem “n” articulações políticas acontecendo ao mesmo tempo. Quando chega às três horas da tarde, o Arlindo Chinaglia retira a candidatura dele. Quando o Arlindo Chinaglia retira a candidatura, por óbvio, eu tinha ganhado a disputa, então. Mas nós levamos ainda a discussão até às 19 horas daquela noite para que o Vaccarezza retirasse a candidatura. O Vaccarezza retirou às 19 horas e aí eu sou escolhido por unanimidade, digamos assim, por consenso dentro do partido, então, para disputar a eleição para a presidência da Câmara. Óbvio, aqui é um relato rápido, né? Aqui tem todo um conjunto de articulações, de movimentos que foram feitos durante esse processo todo. E. Tem fatos que são, digamos assim, relevantes. Tipo, o Cândido Vaccarezza, uns 10 dias antes da definição, ele dá uma entrevista para as Páginas Amarelas da Verde. E foi uma entrevista complexa, assim, né? E o ponto de vista da esquerda é meio desastrosa a entrevista dele, então.

E isso fez com que uma parte dos... uma parte sindical da bancada, que era muito ligada ao campo majoritário, migrasse dele pra mim, direto. Caras como o Berzoini, Vicentinho e outros migraram. Falaram que não podiam voltar no Vaccarezza, mas foi depois dessa entrevista que ele deu. E você aparecer nas Páginas Amarelas da Veja era quase como atirar... uma pedra no papa, era um sacrilégio, digamos assim, e o Vaccarezza comete esse erro, se desliza então na época. Então esse foi um fator quee também, em alguma medida, foi contribuindo e tal, para que chegasse a esta condição de eu ter os votos que eu já tinha e uma segunda opção, se algum deles retirasse a candidatura, eu estava eleito. E o Arlindo Chinaglia faz esse movimento, antes do Vaccarezza, retira a candidatura, e aí a base, os deputados que apoiavam o Arlindo Chinaglia, imediatamente vem me apoiar.

Thiago Esteves

Bom, a composição ministerial, o governo em si, chegou a Presidente Dino fazer algum movimento para influenciar nesse...

Marco Maia

Ah, teve, teve. Nós chamamos no PT do movimento das placas tectônicas. do Partido e do Planalto, né? Aí essas coisas todas se movimentam, né? Na época o Padilha era o Ministro das Relações Institucionais. Era o Padilha que agora, na época, era o Ministro das Relações Estacionais. E era apoiador do... O governo queria o Vaccarezza como candidato. não expressava isso próprio publicamente, não dizia isso publicamente, mas era essa, digamos, a vontade do governo, vontade da maioria do governo. Talvez não a Dilma, porque a Dilma não era tão ligada a esse campo mais majoritário do partido, mas a maioria do governo tinha uma compreensão mais pró-Vaccarezza. Mas nisso o PT tem uma diferença, talvez, de outros. Essas influências, elas contam menos no debate interno desta natureza. Tanto que eu tinha uma parte do campo majoritário que estava comigo na eleição. Bom, depois disso, gente, aí, uma coisa que na época era muito comum aqui no parlamento, que era o cumprimento de acordos. Os acordos todos eram acordos de fio do bigode, as lideranças tinham muito isso. Então, o acordo era PMDB e PT, PT e PMDB. E nós fazíamos sempre uma grande composição da mesa da Câmara que contemplasse as principais pancadas, todo mundo se submetia a isso. Tanto que eu tive 21 partidos me apoiando, dos 22 que faziam parte da Câmara naquela eleição. O único que não me apoiou foi o PSOL, que não me apoiou. Os outros 20 partidos me apoiaram. O primeiro partido que declarou apoio a mim foi o DEM, o segundo partido PSDB.

Renon Fonseca

Eles faziam parte de um bloco ou era acordo...

Não, fazia parte, mas fazia parte de um bloco. Um bloco com 21 partidos. Com 21 partidos para compor a chapa da mesa da campanha. Já tinha acontecido nas outras eleições, na minha não foi diferente disso, todos eles cumpriram o os acordos e tal, e vão para a eleição. Claro que a gente tinha os candidatos avulsos, né? Bolsonaro foi candidato na época, o Sandro Mabel, que foi o candidato mais forte, o Sandro Mabel era do PR, na época não era PL, ainda era PR, mas o PR expulsa o do Sandro Mabel do partido. Na época a posição do PR que era de apoiar a minha candidatura, estava no acordo também com o PR. A liderança na época do PR já era o Waldemar da Costa Neto. Mas o PSDB apoia, o DEM apoia, o PP apoia. Todos os partidos vieram. O PTB, a época do Roberto Jefferson, todos eles vieram na sequência declarando apoio e fazendo o ajuste. E aí eu acabo fazendo 375 votos. De 509. De 509, né? 375 votos. O Sando Mabel fez 100 e uns quebradinhos, 110, 111.

Thiago Esteves

O Jair Bolsonaro não chegou a fazer 9 votos.

Marco Maia

O Bolsonaro fez 5, coisa assim. Na época. Bom, aí a eleição foi fácil, né? Óbvio que eu fiz campanha, a gente tinha aprendido lá com inocência, eu já tinha feito isso como vice-presidente e como presidente, mesmo tendo esse apoio todo, eu viajei o máximo de estados possíveis, liguei para todos os deputados, pedi o voto, pedi o apoio, fiz campanha como se não tivesse apoio nenhum, Voto garantido, tá? Até porque tinha esse aprendizado e acho que é uma coisa que todos os candidatos, quando tem eleição, tem que fazer. É bom, inclusive, pra democracia e pra conhecer os parlamentares, os deputados, a turma que tem o voto aí na eleição. Bom, trajetória é essa.

Thiago Esteves

Bom, eu perguntaria, já agradecendo aí, a vossa excelência, se da sua trajetória, tanto a militância na igreja, na pastoral lá que era da Igreja católica, tanto no sindicato, se essas características ou essas habilidades de procurar as pessoas, se isso vem também dessa base ou aprendeu de fato mesmo só que quando... ou tinha, mas era diferente?

Marco Maia

Mas eu acho que dentro desse período, dessa história... E eu tive a oportunidade de ter durante esse período muita formação também, né? Conhecer muito o funcionamento dos partidos, o funcionamento da política em si, dos sindicatos, das organizações sociais, né? E sempre convivendo com muita gente. Na minha época de sindicato, quando eu tava na fábrica, porque eu passei um período dentro da fábrica, no torneio mecânico e tal, militando com o dirigente do... do sindicato. A minha fábrica sempre era a fábrica que mais gente colocava no sindicato das assembleias, por exemplo. Nós tínhamos um poder de mobilização, de diálogo, de conversa, de convencimento com os trabalhadores, incrível. Tinha um colega de sindicato na minha fábrica, que era uma empresa chamada Madef, existe até hoje. Nós éramos dois dirigentes do... Eu comecei lá, nós éramos dois, depois chegou um período que nós chegamos a ser cinco. dirigentes dentro da FAP. Mas esse colega, que foi o meu primeiro colega dirigente do sindicato, eu aprendi muito com ele. Ele era um cara que falava muito, conversava muito com os trabalhadores, se envolvia nos problemas que os trabalhadores tinham. E ali eu aprendi muito também a fazer isso, né? Ter esse contato direto, conversar, ter uma relação direta com a turma. E aí nós tivemos um poder de mobilização tremendo. Toda vez a gente dizia, ó, hoje é o dia de ir pro sindicato. Todo mundo ia conosco pro sindicato. Hoje tem uma assembleia para escolher um delegado para o congresso da CUT, na visão do apoio de você, mas nós queremos ser delegados.

Turma ia tudo lá para votar em nós. Naquela época, os congressos da CUT, o congresso do partido, todos eles tinham tirada de delegados, então você tinha que fazer a assembleia, votar. Na nossa fábrica, nós tínhamos uma lista todos os meses, onde os trabalhadores contribuía para pagar a sede do partido no município. Então, a turma botava lá uns R\$ 1, R\$ 2, R\$ 10, R\$ 20, conforme o cara pudesse, aí juntava aquele dinheiro, botava no envelope, levava lá no presidente do partido e disse, está aqui a nossa contribuição para pagar o aluguel da sede do

partido. Então, tinha um grau de politização, de envolvimento muito grande. Por óbvio, isso contribuiu. Mesmo a outra dimensão, que é o parlamento, que é o congresso, como isso contribuiu para que a gente pudesse ter uma boa relação com todo mundo e facilitasse com isso a eleição, tanto para vice-presidente quanto para presidente depois.

Thiago Esteves

A minha pergunta é porque você teve uma trajetória aqui dentro da Câmara meteórica, menos de sete anos de mandato, tinha um mandato em meio de deputado federal e talvez dos que a gente analisa pós-constituente e até um dos anteriores, poucos tiveram um tão pouco tempo na Câmara dos Deputados, de alcançar a presidência. Certamente tem, e é isso que é uma das principais investigações.

Marco Maia

Tem uma base de informação.

Thiago Esteves

Exatamente, de onde vem essa formação para que permita que vossa excelência no grupo de 513, seja o escolhido para para administrar os outros parlamentares

Marco Maia

É um pouco de sorte também.

Renon Fonseca

Maquiavel falava isso, a virtude e a fortuna, que é a sorte. Eu acho que ele precisa dos dois.

Marco Maia

Mas foi um período interessante.

Renon Fonseca

A dificuldade maior que o senhor encontrou, então, para se viabilizar foi dentro do próprio PT, né? Porque o bloco já estava, mais ou menos, montado por um acordo prévio. Ou o senhor também teve que entrar. Nessa articulação com os outros partidos? Como é que foi isso?

Marco Maia

Não, eu tive que entrar na articulação com os outros partidos também. Só um pouquinho aqui de entrar. A parte mais dura foi o partido. Essa decisão do partido foi a parte mais complexa. Mas, depois eu tive que entrar em campanha para construir todos esses acordos. Uma peculiaridade da época, o Rodrigo Maia não queria me apoiar. Na época. Mas depois ele entrou,

porque aí tinha uma disputa interna no DEM, de espaço, de poder. Aí tinha que participar também, a alguma medida, dessas disputas que os partidos patrocinavam. Então, tinha internamente, tinha disputa no PP, tinha disputa no PMDB.

Thiago Esteves

Disputa na liderança, inclusive, das bancadas.

Marco Maia

Disputa nas lideranças das bancadas e tal. No PMDB, por exemplo, o Osmar Serraglio se lança candidato a presidente. Ele é um deputado do Paraná. Aí a executiva, comandada pelo Eduardo Cunha, a executiva do PMDB faz uma reunião e tira uma decisão de que, se o Osmar Serraglio não retirasse a candidatura, eles iam expulsar o Osmar Serraglio do partido. E o Eduardo Cunha andava com a cartinha do Osmar Serraglio, da expulsora do Osmar Serraglio, assinada pelos membros do executivo do Bolso. Porque aí eu ia cobrar deles, daí eu pegava o Eduardo Cunha, na época o Henrique Eduardo Alves, e eu pegava os dois, às vezes em reuniões, e falava assim, ô, vocês têm que tirar o Osmar Serraglio da disputa pra cumprir o acordo que vocês têm conosco. Fica tranquilo que vai dar tudo certo. Se eu não sair, aí o Eduardo puxava a cartinha de expulsão dele e já tá aqui. Então, tudo isso foi uma construção, né? Pelo processo. Mas como havia um acordo, geralmente os partidos cumpriam os acordos, né? O rompimento do acordo redundava nisso, né? Na expulsão do partido, ou no afastamento, o partido não sustentava a candidatura. Então não tinha, digamos assim... Nós tínhamos outros momentos de disputas mais ferrenhas aqui na casa, né? A própria disputa do Arlindo.

Thiago Esteves

A eleição do Eduardo.

Marco Maia

Mas a do Eduardo já tinha rompido o acordo, né? O acordo dura até a eleição do Henrique Eduardo Alves. Nós depois cumprimos o acordo com o Henrique Eduardo Alves. Aí, na eleição do... De 14 para 15, que o Eduardo não... O acordo já não existia mais. Na verdade, não é que ele não cumpra o acordo. Tinha que se renovar o acordo. Naquela eleição que a Dilma tinha ganhado eleição e tal, tinha... Com outros partidos, é? Com outros partidos, outros grupos e tal, outras... Só que se renovar o acordo, mas o Eduardo desde o início se negava, inclusive, a tratar sobre qualquer possibilidade de acordo com o PT. Aí o Arlindo Chinaglia se lança candidato. Eu poderia ter me lançado candidato contra o Eduardo. O Eduardo tinha medo de que eu fosse o candidato, porque eu tinha uma condição melhor para disputar aquela eleição. Mas eu tinha um acordo com o Arlindo, já anteriores ao Arlindo, se tu quiser ser candidato, eu vou te apoiar. Aí eu retiro a carta. Eu mandei uma carta para o partido, numa reunião em 2014. Era, foi em 2014, na primeira eleição da Dilma. Em novembro de 2014 eu mando uma carta para o partido, para a bancada do partido, dizendo que eu não colocava o meu nome à exposição para disputar a presidência da Câmara.

Marco Maia

Que é quando definem, então, a candidatura do Arlindo Chinaglia. Para disputar com o Eduardo Henrique Cunha.

Renon Fonseca

Acho que é uma coisa muito engraçada, porque se o senhor resolve que se cumpriu o acordo da história do Brasil hoje e eventualmente ganha do Cunha, a gente estaria...

Marco Maia

É outra história.

Renon Fonseca

Em outra história completamente diferente.

Thiago Esteves

É isso que a gente quer descobrir aqui nessas entrevistas.

Marco Maia

E eu talvez fosse o... Bom, é uma opinião minha, posso ter, mas eu talvez fosse o único que tinha condições naquele momento de ganhar do Eduardo. Não era fácil ganhar do Eduardo. Não era uma tarefa fácil. Mas eu disputaria com o Eduardo mais... mais equilibradamente, digamos assim, naquele momento. O Eduardo sabia disso, tanto que o Eduardo vai conversar comigo antes da eleição, e ele faz essa frase comigo em algum momento, ó. Me avisa se tu for disputar, porque aí é outro jogo.

Renon Fonseca

Eu tô lendo aqui, na verdade, o Chico Alencar também foi candidato. Chico Alencar, né? Pessoal, ele teve 16 votos. Bolsonaro, 9. O Sandro Mabel, 109. Já foi isso aí. E aí a mesa diretora foi a Rose de Freitas, da MDB de Curitiba. que é a primeira vice, Lula da Fonte, segunda vice, Eduardo Gomes, primeiro secretário, Jorge Tadeu Mudalen, segundo, Júlio Delgado, terceiro, e o quarto, não estou falando aqui não.

Thiago Esteves

Bom, presidente, eu agradeço imensamente o tempo de vossa excelência, obrigado, contribuiu muito aqui para o trabalho.

Marco Maia

A mesa tinha o ACM Neto na mesa. Não, o ACM Neto não estava na mesa, o ACM estava. O ACM estava na gestão anterior à minha. Quando você era vice. Quando eu era vice, o ACM estava na mesa. Mas o inocente estava na mesa nessa... Quando eu fui presidente... Então ele estava em quarto, ele não falou com qualquer quarto secretário, tinha transato da Câmara que eu mais confiava. O Inocência estava na mesa, né, senhor? Mais uma vez. Mais uma vez.

Thiago Esteves

Bom, só que, vossa excelência, se quiser... Acho.

Thiago Esteves

Mais uma vez, obrigado aí pelo seu tempo. E depois a gente vai... É... Transcrever o vídeo, e não... E enviar pra vossa excelência também, tem no seu arquivo, tá certo? Obrigado.

APÊNDICE D – Entrevista Henrique Eduardo Alves

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador(es): Thiago Esteves Barbosa e Renon Fonseca

Levantamento de dados: Thiago Esteves Barbosa

Pesquisa e elaboração do roteiro: Thiago Esteves Barbosa

Conferência da transcrição: Thiago Esteves Barbosa

Técnico de gravação: Thiago Esteves Barbosa

Local: Shopping Iguatemi – Brasília/DF

Data: 26/10/2023

Duração: 1 hora e 22 min

Henrique Eduardo Alves

Foi um dos maiores líderes do meu estado, do Rio Grande do Norte. Foi seu governador, foi deputado constituinte.

Thiago Esteves

De 46?

Henrique Eduardo Alves

De 46, inclusive. Uma história interessante, estavam preparando a Constituição e iam fixar a idade mínima para o deputado federal. Aí, estava fixando 25 anos, aí quando percebeu, per aí, tem o Aloysio, da pá do Rio Grande do Norte, eu acho que ele tem menos, aí eu mandei chamar meu pai às pressas, ele tinha 23 anos. A partir daí, fixaram em 21 anos. É um dado histórico interessante aí. E aí ele começou a sua carreira até que a ditadura militar, com toda expressão, a ditadura militar, cruel, absurda, desumana, veio a caçá-lo em 1969. O Presidente Costa Silva, o AI-5. Tinham meu pai como comunista, subversivo, o líder que ele foi, visionário, o homem que trouxe Paulo Guedes, 40 horas dentro de um jipe, para meu pai, construiu a Cidade da Esperança, inovador em tudo, energita Paulo Afonso. Bem, assim ele foi cassado pelas forças políticas adversárias do meu Estado, que era muito próximo ao regime militar. Isso foi em fevereiro de 69. Aí, amigos nossos vão ao Rio de Janeiro, vereadores, conversaram com o meu pai, convenceram que eu deveria continuar aquela luta tão bonita, tão linda. Eu fazia a Universidade Federal do Rio de Janeiro, direito, ali no Largo do Caco, uma das mais tradicionais. Eu passei no vestibular, já estava no segundo ano, e eu participo dessa conversa com a minha mãe, meu pai, e os nossos amigos vereadores, pressionando meu pai que aquela luta, aquele sonho, aquela esperança não podia... Esperança era o símbolo dele. Não podia isso acabar.

Thiago Esteves

O senhor tinha quantos anos?

Henrique Eduardo Alves

Eu tinha 21 anos, 21 anos. Aí, quando a reunião, 69 para 70, era 20, 21 anos, que eu faço em dezembro. E eu dizendo, meu pai dizia que não, não queria que eu sofresse o que ele sofreu na ditadura, 10 anos de cassada, coisa brutal. E minha mãe, que era mais danada, mulher assim, né? Não, ele vai, tem que ir. E eu olhando aquele cenário aí na varanda, até que meu pai passou o olhar, assim, pelos vereadores, por minha mãe, até que chega ao encontro. Os meus olhos com os dele. Esse olhar de pai e filho. E ali eu percebi que ele queria que eu dissesse. “Eu vou”. Sem dar uma palavra. num olhar eu identifiquei, aí eu disse, meu pai, “eu vou”. E aí foi. Abraço e tal. Então eu fui candidato a deputado federal com 21 anos de idade, em 1970. Hoje em dia o jovem já é empreendedor, agropecuarista. Naquela época, jovem com 21 anos, numa reunião não abria a boca. Mas eu tinha que tinha que ir, que eu conhecia muito pouco, pouquíssimas cidades, que aqui e acolá eu não acompanho, como curioso eu acompanhar meu pai, mas 10 cidades de 150, 170. Aí meu pai prepara numa folha em papel almaço, isso daquele tempo, papel almaço, cidade por cidade, os amigos, os líderes que viviam na casa dele, acompanharam ele a vida inteira, ele deputado, ele governador, enfim, ele o líder que ele foi, município a município. Meu filho, toma aí, vai à cidade, procure meus amigos, forem meus líderes a vida toda. Eu, tá bom, eu vou, meu pai. Aí vim pro Rio Grande do Norte, 21 anos de idade. Chegava na cidade, mais de 60, 70. Um amigo meu dirigindo um carro, uma boca de som. Aquelas bocas de som. Ia pra praça. Olha que história. A minha história. Eu só ouvia o som. Daqui a pouco, o filho de Aloísio... Eu não tinha nem nome. O filho de Aloísio aqui na praça. Eu ouvia o filho de Aloísio. E eu achava engraçado, me honrava aquilo. Eu ia a casa do chefe político, meu pai há anos e anos, vivia lá em casa, meu pai era governador. Eu bati na porta. Nada. Até que a terceira vez, a pessoa abria a porta e eu dizia, todo tímido naquela época, eu sou Henrique Alves, filho de Aluísio. pedi que procurasse aqui um amigo dele. Falei, então, olha quantas e quantas cidades que eu recebi o recado. Olha, ele teve que viajar pra Fortaleza, pra Mossoró, pra Natal. As pessoas com medo de me receberem. Eu não era mais o filho do líder. Eu era o filho do caçado, eu era um jovem, plena ditadura militar. Aquele odiento, Al 5. Adicional número cinco.

Aí me diziam, vamo, vamo, deixa, vambora, vamo com isso. Foi onde eu aprendi minhas primeiras lições, que certamente me fizeram chegar onde eu cheguei. Quando eu chegava na praça, quando eu chegava na praça, a praça estava lotada. E o povo gritando. Ramos verdes na mão, que era o símbolo nosso, era a esperança. Quem não tinha bandeira era o galho verde na mão. Aluísio, Aluísio. Quer dizer, medo zero. Aí eu aprendi, que quando a gente precisa de um ombro amigo, um abraço de fé, irmão camarada, É a dos mais pobres e mais humildes. À medida que vai crescendo esse contingente social, outras facetas vão tomando conta do relacionamento. Interesse aqui, interesse acolá, um pleito aqui, um pleito acolá. É muito cedo, na dor e no medo, essa lição. Aí comecei a andar o estado, o filho de Aluísio, não era Henrique, quando eu vejo a apuração, aquele menino de 21 anos de idade seria o mais votado proporcionalmente no Brasil.

Eu fiz 170 mil votos lá no Rio. Quase 13% do eleitorado do Estado, o proporcionalmente mais votado do Brasil. E logo eu cheguei de volta, ainda no Rio, na casa dos meus pais, o Estadão me localizou para me entrevistar com o mais votado do Brasil, aquele menino. E aí eu comecei a minha caminhada. Quando eu assumi a Câmara, eu fiz 22 em dezembro, eu tive uma bênção, que foi Ulisses Guimarães,

Thales Ramalho, que me pegava logo para protetores, aquele menino, e eu ficava muito próximo a eles. E assim foi, foi a minha vida. Um mandato, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez...
Onze mandatos.

Thiago Esteves

Eu já digo que vossa excelência foi o presidente de todos que a gente está estudando, que mais mandatos esteve...

Henrique Eduardo Alves

Eu e Ulisse Guimarães.

Thiago Esteves

Mais mandatos esteve até ocupar a presidência.

Henrique Eduardo Alves

Eu e Ulisses Guimarães somos os dois no Brasil que mais mandatos tivemos. 11 mandatos consecutivos. E o que me honrou muito foi que o último foi em 2010. Em 2010, foi o que eu tive mais votos. Eu cheguei a ter 190 mil votos no 11º mandato do deputado federal. Que é natural, no primeiro mandato, dois, três, quatro, cinco. Você vai já com a cara nova, seis, sete, ufa, oito, nove, dez, onze. Porque a minha raiz era muito boa, meu pai. Naquele ano político, o doutor Ulisses e Thales Ramalho teve logo um gesto comigo. Me colocaram na executiva nacional do MDB. Era Paulo Brossard, Ulisses, Thales, Mário Covas, Franco Montoro, Marcos Freire, gente assim. Doutor, vamos botar você como exemplo uma coragem e resistência. Aí eu me menino naquela executiva, pessoal todo, e eu lá ouvindo, ouvindo, ouvindo e aprendendo. E foi uma época, eu confesso, logo depois que eu vivi isso, muito ódio que eu tive daquela desgraçada ditadura militar e medo. Mas meu pai me ensinou. E eu não esqueci. Meu filho, dois ensinamentos a você. Não esqueça. E ele no Rio, caçado, sem poder vir ao Rio Grande do Norte, que a Polícia Federal não permitia. O enterro da mãe foi uma luta pra concederem ele vir, enterrar e voltar. Faça a sua luta, sem ódio, e sem medo. E ele explicava. O ódio escraviza, o medo acovarda. Então, você vai entender porque um deputado da menor bancada do Brasil, o Rio Grande do Norte tem oito deputados, a Paraíba tem doze. Consegue ser eleger presidente da Câmara de 513 deputados no primeiro turno, enfrentando quatro candidatos, três ou quatro candidatos.

Como é que eu cheguei a isso e a presidente da Câmara dos Deputados? Minha primeira observação é essa. Ela é muito importante, é muito, sem qualquer vaidade, mas depende muito do respeito que você impregnar a ela. A liturgia do cargo, ela pode ser importante e pode não ser. Depende do respeito que você der a ela em todas as atitudes, das mais simples às mais importantes. Respeito, empatia, fraternidade, coragem, humildade. Assim você será um grande presidente. Qualquer desvio de curso, você fica prisioneiro de interesses e toda a ordem que você possa imaginar dentro de um processo legislativo brasileiro e hoje em dia mais ainda. E essa história teve um antecedente aí. O MDB que eu fui por 52 anos, o doutor Ulisses mencionou uma coisa, Henrique, partido não é hospedaria, que você está numa, aí aquela oferece uma cama melhor, uma vista melhor, você muda, a partido é casa da

gente, onde a gente mora. Ele dizia muito, onde a gente vive, abre as portas, enxerga. Eu fiquei 52 anos no nome dele.

Até que um dia estou em casa, isso foi vital para começar a presidência da Câmara. 9 da noite, o Eunício Oliveira, me telefone, “Henrique tá em casa”. Dez da noite, vou estar onde? Em Brasília. Dia de semana. Rapaz, dá um pulinho aqui em casa. Não, nessa hora não, Nilson. Nessa hora não. Aí eu disse pra confirmar. Ele disse... Não, vem aqui rapidinho. É urgente. Ô meu irmão, amanhã de manhã. Não, vem agora, é urgente. Tá bom. Eu vou, meu irmão, daí rapidinho fui. E naquele tempo o MDB tava vivendo uma crise. que eu passei, tava lá, por dois, três meses, a cada quinze dias, tinha um líder. Se ele é de um líder... Que ano era isso? 1900 e... Eu lembro. 2005, 2006. 2006. Mais precisamente, 2006. Aí eu digo... Aí eu sabia disso, chego lá, Sim, aí o líder se elegia, aí depois de 15 dias, 20 dias, era uma lista, o outro candidato conseguia uma assinatura a mais, Deus sabe como, ou eu sei, aí tinha mais um, derrubava o outro líder.

Ele ainda bem viveu uns três meses terríveis. Chego lá, tá o Ulisses cercado, os deputados vinham, São Paulo, Minas, As grandes bancadas, 50, 60, 70. Quando eu vejo os líderes todos importantes, e eu ali, meu pequenino jogando de nó. Aí ele diz, senta aí Henrique, tem tanta gente importante aqui. Oi, como vai Henrique? Henrique, você está sabendo a crise que estamos vivendo? Estou acompanhando. Que tristeza, pois é. Então aqui estão os líderes de São Paulo, Rio, Minas. Pernambuco, Bahia, só bancadas grandes. Nós estamos com esse problema e eles não conseguem se entender e arranjar uma candidatura única que venha pacificar o partido. Estão que todos eles. E aí surgiu a ideia. O que eu estou fazendo aqui? O que você já tem? 6, 7 mandatos, Henrique. 5, 6, 7 mandatos. É muito respeitado, muito querido na casa. Eu entendi. Ninguém tem medo de você. Você é lá do Rio Grande do Norte. Uma casa pequena. A gente queria que você fosse líder por um ano. Ou seja, um tapa-buraco, né? Por um ano. E um ano que entra, a gente pacífica isso com o tempo. A gente escolhe um novo líder. Eu, surpreso, afiliado, líder do MDB, 82 deputados naquela época. Eu fui pra cá, apareceu um menino. Aí no dia seguinte, na reunião, uma coisa interessante. Na CCJ, os 82 deputados do MDB, eu sentado lá. Aí um deputado companheiro meu, que eu fui vice-líder dele. Não precisava, mas ele pede a palavra. Eu acho que sim, mas ele diz: Compadre Henrique, o senhor sabe que o senhor vai ser líder por apenas um ano, né? Porque o ano que vem nós vamos nos unir aqui e escolher o novo líder. Ele sabia que eu sabia, pra que me expor naquele jeito? Mas aí eu dei o troco. Eu sei, né? Eu sei. Aliás, por tanto saber, eu já quero agora, que dia hoje é, lembrar, não é? Quinta-feira dia tal. Já convocar para dezembro do próximo ano. Dia tal, mesmo de hoje. Eu fiz mais, eu li para o relógio. A esta hora, aqui, vamos reunir para eleger o novo líder do MDB. Pau, meus paus. Isso foi 2006. Novembro, dezembro, vejo como a vida é. Aí eu me elegi em 2006, nessa oportunidade, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011. Eu me elegi seis vezes consecutivas por aclamação.

Renon Fonseca

Eu não conheço nenhum líder tão longe dele assim.

Thiago Esteves

É, não.

Henrique Eduardo Alves

Por unanimidade. Aí já foi um aprendizado de uma política na aula e tratando de um deputado com respeito maior, menor, habilidade. Fraternidade. E assim eu fui crescendo, fui crescendo, fui líder cinco

anos. Aí de tanto ser líder, conversar com um, com o outro, com o outro, eu digo, eu vou sonhar com a presidência da Câmara. É isso aí que é andar pela Câmara. Reunir as bancadas uma por uma, meu jeito de ser, o aprendizado, conversar, dialogar. Meu pai dizia também, meu filho, na política, você pode gostar ou não gostar, mas não tem solução. Ou você é convencido, ou você é convencido. Não há outro caminho, a não ser fora da política. Eu aprendi muito com ele. Aí, assim eu fazia. Aí eu reuni todas as bancadas, percorri o Brasil, candidato por dentro da Câmara. Aquele menino lá, E eu fui candidato. E eu sabia que eu tinha que ganhar no primeiro turno. Eu conhecia a casa. Porque se eu fosse no segundo turno... Aí vinha aquele tipo de conversa. A gente vota em você, mas a gente quer a relatoria da comissão de orçamento, a gente quer a presidência, a gente quer... Eu queria escapar disso. Faria, naturalmente, com ética, com zelo, com respeito, mas não queria ficar prisioneiro. Eu disse, eu tenho que ganhar no primeiro turno. Aí eu virei bicho nesse país. Andei todos os estados, aí faltando uns 15 dias, aí a senadora Rose Freitas, ela se lança candidata à presidência da Câmara, da minha bancada, ela disse, Rose, eu liderei você, o partido por 6 anos, você vai ser candidato agora, 15 dias contra mim? É, mas você sabe, eu pensei, que era a minha oportunidade, a experiência que eu tinha, meu ajudou, e eu disse, não dá, tá bom. Há 15 dias, ela se lançou a candidato. Eu disse, meu Deus, vai ser mais difícil ainda agora. Mas não tinha mais como recuar. Corra em frente. O meu pai sempre me ensinou, nunca tenha medo. Aí o Aécio Neves, está aí, era muito amigo do Eduardo Campos, saudoso do Eduardo Campos. Os dois, muito ligados, em Brasília, saíam sempre a jantar, eram os maiores amigos, eram os dois. E eu tinha o apoio do PSB, do Eduardo Campos. Aí quando eu vejo o Aécio, vai bater em Pernambuco, o Eduardo Campos, governador. Aí posto uma foto com ele, com o Eduardo Campos, e pronto. Acabou. Eu perdi uns pedacinhos no MDB. Perdi quase 14 votos no MDB de 80. Se eu perder o PSB, que tem 16, 17 votos na bancada, eu não ganho no primeiro turno, eu vou ficar lá. Meu Deus do céu, como é que eu não imaginei isso? Quer saber de uma coisa? Coragem, frente.

Fui bater em Recife. Chego lá o Eduardo Campos me recebe. Ô, Henrique. Eu era líder. Ô, líder, como vai? E o Eduardo Campos, que a figura é maravilhosa. Incrível o Eduardo Campos. Aí eu sentei, eu quero respeitando muito, mas quero aqui, é direito meu, e eu tenho que fazer isso, faço parte do jogo. Eu vim aqui conversar com você, sobre a presidência da Câmara. Eu já conversei com todo o seu partido, tenho todos os seus votos, mas eu vi que legitimamente o seu amigo Aécio esteve aqui há poucos dias. Completo respeito, mas eu vim aqui cumprir o meu dever. Aí o Eduardo Campos olhou um dele, olhou assim pra mim. Ele sentou na sua cadeira que você tá sentado. Eu disse, mas e agora? É agora que vem. Aí ele disse... Eu disse a ele o que vou dizer a você. Que eu compreenda. Eu disse a ele, para o Nordeste, o melhor é Henrique presidente.

Agora, tinha um candidato de Minas Gerais, Tarcísio Delgado, até adaptado hoje em dia. A Aécio naturalmente quis que ele fizesse, ganhasse a eleição, e Aécio pensando em votar seu governador natural. Ele fez o certo, eu fiz também o certo. Quando ele disse é você, eu voltei. Eu contava 330 voltas, tinha que ter 272 se não me engano, e três. Eu tive 278, mas ganhei. No primeiro turno, a presidência da Câmara. Mas teve um dado, outro importante, para mostrar como é importante esse respeito ao parlamento, ao parlamentar, ao cidadão que está ali para falar pelos outros, que não podem estar lá. Ele tem as suas convicções? Tem. Mas ele tem que saber quem ele está representando e por quem ele está falando. Nunca se esquecer disso. Aí, perto disso, era líder E a Ideli, chefe de gabinete da Dilma, a Ideli, diga, vim aqui, quero falar com você, é um assunto urgente, deu a votação hoje à noite. Eu, disciplinado, correto, vou aí agora, fui. Quando eu chego na Câmara, no Palácio, subo lá, vou passar da Ideli, o corredor, do lado de fora, tinha uns 12 deputados, em pé, um atrás do outro, num tapete vermelho. Não entrava nem na sala. Era na porta daqueles 10 ou 12 deputados, colegas meus. Colegas meus, iguais a mim, numa fila sem fim. E quando eu entro na sala, tinha mais uns 12

sentados nos poltronas, nos braços dos sofás. E, meu Deus do céu, eu cheguei para a secretária e falei, olha, me desculpe, mas eu não vou falar com a Ideli agora, não.

Ela está lhe esperando o senhor. Tem vários colegas mesmo aí fora no corredor. Olha como está isso aqui. Eu não vou passar na frente deles. Não, mas ela quer falar com o senhor. Vou não. Diga ela que eu marco outra hora. Venho aqui depois. Falando por telefone. Eu vou embora. Aí eu fui embora. Mas Ideli como é muito danada. Quando eu vou entrando no elevador, lá vem secretária, agoniada. Líder, líder, ele quer falar o jeito do senhor. Vamos por aqui, desce um andar, sobe uma escada, o senhor entra na sala dela, por favor. Ela me deu essa missão, pena dela, eu vou. Mas aí minha cabeça já era outra, eu vou, hein. Desci um andar, subi um andar, peguei um corredor, peguei uma porta, venho com ele ali. Quando eu olho Ideli sentado, naquela luta, tem que entender também. Era um bloco dessa largura. E ela dizia, o que é isso, Ideli. Henrique, aqui é a relação dos deputados. Aqui, aí ela mostrou. Aqui está quem votou mais, quem votou menos, quem votou a favor, quem votou contra. Porque como eles vêm pedir emendas aqui agora, eu vou destinar mais, menos, quem votou mais tem mais, quem votou menos tem menos, quem não votou nada... quem não votou nada não tem nada. Eu digo Ideli...Eu sei que é desagradável, mas é uma missão que eu tenho que cumprir. Aí mostrou lá. Eu digo pra ele, faz o seguinte, atenda aí os deputados, eu venho a outra hora falar com você. Não, eu venho a hora que for. Eu dou um jeito de retardar a votação, eu venho aqui. Retardo, fui pra Câmara. Mas quando eu me elegi, fui lá na Câmara, meu primeiro ato, emenda constitucional tornando o voto impositivo. Esse voto impositivo tem aí?

Thiago Esteves

Orçamento impositivo.

Henrique Eduardo Alves

Orçamento impositivo. Emenda impositiva. Desculpa. Emenda impositiva. Uma PEC. Foi o meu primeiro ato como presidente com essa lição e com essa experiência que eu vivi. Emenda impositiva. Pode ser que o partido for, pode ser o voto é dado. A partir daí, se criou no Brasil, a Câmara aprovou, emenda impositiva. Depois ampliaram para bancada, depois para comissões, foi crescendo, mas começou com a emenda impositiva, de deputado iniciativa minha, que me honra muito, por isso estou contando aqui.

E assim eu prossegui essa minha luta. Teve um dia que os índios, os nossos indígenas, invadiram o plenário. Eles estavam querendo entrar e depois viram dizer, presidente, os índios estão aí, entraram no Salão Verde.

Renon Fonseca

Deram a flechada no policial legislativo.

Henrique Eduardo Alves

Querem falar, querem entrar aqui. Eu digo a eles que vou encerrar a sessão, conversar ali com eles. Mas não esperaram não. Estão sofridos de esperado, de maltratado, de respeito. Quando eu vejo era índio por tudo que é canto do plenário. Aí lá veio o segurança preocupado, calma, calma, peguei o microfone, fiz um apelo a eles, em respeito à casa que era deles, se retirassem, eu sairia naquela hora

da sessão, na sessão passaria o vice-presidente e iria para o meu gabinete para recebê-los. Eles hesitaram, cochicharam, obedeceram, saíram. Eu saí, fui para o gabinete, acertei o direito que eles tinham e nós pacificamos.

A Câmara tem que se empolgar nas mínimas coisas, no mérito e na forma. E assim eu conduzia a presidência da Câmara dos Deputados. Ontem eu me encontrei com o deputado Bohn Gass, no Ministério Portos e Aeroportos. Deputado Bohn Gass do PT. Sou seguidor no Twitter, e aqui é Cularia, cacete no Twitter. Mas siga ele. Aí me deu um grande abraço. Aí tinha umas pessoas que falaram, vou contar uma história desse homem aqui. Homem que história é? Vou contar. eu consegui aprovar um projeto na Câmara. Não era, essas coisas, mas era um projeto que eu tive a alegria de apresentar, aprovar nas comissões, chegar ao plenário e ia ser votado. Para mim era uma história, uma honra, ele contando ontem lá. E era esse homem que presidia. Antes de iniciar o processo de votação, quando a Câmara ainda ia iniciar o passeio de votação e caminhamento, o deputado Henrique, o presidente me chama, ele contou, senta aqui. E ele, aonde? Na minha cadeira.

Não é o seu projeto? É, eu vou votar agora. Primeiro da minha vida que eu vou aprovar. Você vai presidir, votar.

Renon Fonseca

O Dr. Mozart não chiou não? Porque, teoricamente, não pode, né? No regimento.

Henrique Eduardo Alves

Eu fiz. Ele contou ontem. Eu passei por ele. E ele contou. E você fica onde? Fico de lado aqui, seu secretário. Eu fiquei de lado. A deputada hoje senadora lá de São Paulo, cadeirante. Mara Gabrilli. Mara Gabrilli. Figura extraordinária. Oh mulher. Mesma coisa. O projeto dela, pessoas com deficiência, uma luta dela emocionante. E ela ali presente, falando, ali embaixo, microfone de aparte, não tinha acesso, era cadeira, eu mandei fazer acesso, tem um lado que tem acesso, o outro não, degraus, o outro não, por conta dela, por conta dela.

Mesma coisa, o projeto dela, chamo ela, que é a presidente, é o seu projeto, né? Senta aqui. Aí mostrou, e eu me lembro que era inexperiente, fiquei ao lado dela, de olho assim e tal, usando isso e isso. E ela tinha tanta postura. Ela era tão forte. que eu acho que era presidiu melhor do que eu. A voz. O tom. Então, assim, eu fui... Já que você lembrou do Mozart, você sabe, morreu, né? Suicídio e tudo, né? O Mozart foi secretário-geral de dez presidentes. Quando eu me elevo, cadê Mozart? Presidente? Ele se aposentou. Se aposentou, Mozart?

Chama aí que eu quero falar com ele. Aí vem Mozart. Presidente, parabéns. Por quê? O senhor vai presidir... Vou não. Se você não voltar para a Secretário-Geral eu não assumo... Voltou e foi uma figura excepcional como Secretário-Geral.

Renon Fonseca

Ficou mais vários anos. Ficou mais vários anos ainda.

Henrique Eduardo Alves

Vou contar um episódio do deputado Bolsonaro. Vou contar por que ele sabe, a Câmara sabe, faz parte do meu histórico, quando eu escrever um livro. Eu estava lá presidindo, aí vem o deputado Bolsonaro. Presidente, o senhor sabe que na semana que vem, é verdade, 50 anos da Revolução Redentora. Ele não tinha informação que a redentora tinha caçado meu pai. Como não podia caçar meu pai e deixar meu tio, que era prefeito, caçaram meu tio. Como tem um outro tio meu que era deputado estadual há muitos e muitos anos, caçaram também. Caçaram os três. Só ficou o menino aqui e Garibaldi, que foi estadual e federal. E ele não sabia disso. Vamos fazer uma sessão especial, presidente. Já pensou suas poltronas cheias de capitães, majores, tenentes, coronéis, generais, esse plenário cheio das nossas forças armadas, presidente. É semana que vem, aquele jeito entusiasmado dele de falar, que eu compreendia, foi sempre o segmento dele. E eu ficando nervoso, ficando tenso, meu Deus do céu. Aí, Mozart, presidente está tenso, eu quero entender. Mozart, o que você acha, Mozart? Você está ouvindo aí, Mozart? Eu tô vendo o meu pai aqui.

Thiago Esteves

Fica à vontade, presidente.

Henrique Eduardo Alves

Aí, Mozart, fique tranquilo. Tranquilo como, Mozart? Em dez minutos, eu lhe trago a resposta. Peraí, fica aí. Aí, daqui a pouco, eu lhe respondo a vossa excelência, deputado Bolsonaro. Ele ali, impaciente, olhava pra mim assim. Olha, vemos lá com a folhinha de papel, quatro ou cinco linhas. Quantos senadores a revolução redentora tinha cassado?! Só uma frase. Quantos deputados em nossa casa a redentora tinha cassado?! A vez, a data que a redentora invadiu, fechou o Senado Federal, a data, dia, que a Redentora fechou a Câmara dos Deputados. Quatro frases. Quando eu olhei, eu cheguei a respirar.

Deputado Bolsonaro? Ele veio e ele repete toda história. Ô, presidente, que dia? Semana que vem. Já pensou essas poltronas aqui, general, peraí deputado Bolsonaro. Aí eu respondi a ele. Pra quê? Esse homem pegou aquele microfone. Esse Bolsonaro tem que experimentar o jeito dele. Tem que experimentar o jeito cada um. É o jeito dele. Ele é assim, provou na presidência que é assim. Ele pegou o microfone, passou a me xingar. Eu na presidência. Ele pá, pá, pá. Presidente canalha, olha o que o senhor me xingou. E Mozart de novo. Presidente, deixa eu dar um conselho. Encerra essa sessão. É o que eu não ouvi dizer. Quando ela fala, ela fala. Encerrei a sessão. Você pensa que ele parou, ele continuou sem som. Aí Mozart se retira, vai para a presidência e [inaudível]...

O “cabra” gritando Esvazio, esvazio, esavio... Você vê quantas experiências eu passei na minha vida e isso vai amadurecendo. Porque hoje eu faço filosofia, Nova Acrópole, inclusive. Minha mulher começou a fazer. Toda segunda-feira ela ia. Mas não, minha mulher. Ela chegava segunda-feira, feliz da vida, os olhos brilhantes. Você chega toda segunda-feira, assim, uma vez por semana. “Vamos comigo?”. Eu faço há três anos. Eu queria ter feito há 30. Pra aprender. Pra valer. Vaidade, zero. Egoísmo, zero. Tratar o igual... Aí a vida, e a filosofia ensina que a vida não muda. Sua vida não muda, nem a sua, nem a minha. Mudamos nela o nosso caminhar. Essa é uma lição. Sua vida você não muda, nem muda a minha. Ah, vou mudar a minha vida. Não vai. O que você pode é, na vida, você mudar o seu caminhar. Mais rápido, mais devagar, parar, escorregar, cair, tropeçar, se levantar. Esse é um aprendizado da filosofia. E assim eu fui fazendo a minha carreira como líder, como deputado. Eu presidi a Constituição de Justiça, a Constituição da Economia, a Constituição de Turismo. E tinha uma coisa interessante no meu pai, né? Eu chegava em Brasília, ele morando em Natal. Ele era assim, né? Ele

apertava a mão e disse, pega aqui. Sorriso, zero. Você quer, meu pai? Como foi Brasília? Foi bom. Mas eu não vejo você, na é manchete, não vejo você.

Henrique Eduardo Alves

Calam, eu tô presidindo comissão tal, comissão todo mundo preside. Pai, calma. Eu quero ver você mais que isso. Quero ver você na página da revista, no jornal. Calma, papai, calma. Eu não conseguia. Queria ser filho de Aloísio Alves, desculpa. A falsa modéstia é incrível. Quando eu chegar, filho de Aloísio. Filho de Aloísio, seu pai. Eu não me libertava disso, mas com honra. Ele morre em maio de 2006.

Thiago Esteves

No ano em que você assumiu a liderança pela primeira vez?

Henrique Eduardo Alves

Em dezembro de 2006. Eu tenho outro episódio, não é como presidente, mas como líder. Mas é importante que tudo isso me dê maturidade, coragem, me ensinando a ir, a parar, a recuar, a vencer, a perder naquela casa. Michel Temer, presidente, projeto Minha Casa Minha Vida. O maior projeto de habitação, primeiro da América Latina, Minha Casa Minha Vida. Era aquela loucura, né? Aí eu digo, Michel, meu amigo, Michel, quero ser o líder, o relator. Líder do MDB, 82 deputados. Eu dizia sim, ela sim. 82 votos. Eu dizia não, ela não. Era o respeito. Conversava com cada um, ouvia. Michel, Henrique, todo líder quer ser, todo dia vem aqui, partido tal, partido tal. Vamos dizer que porque você é meu amigo. Deixo pra depois, outra hora, outro projeto. Eu fingia que escutava, ia embora, disse o seguinte, falou... Que é, Henrique? Michel, minha casa, minha vida. Está aí ele hoje. Depois de três vezes, Henrique chega. Nem precisa dizer o que é. Chama aí, vou fazer você relator. Aí eu fui relator. Eu relator, a ministra Dilma, está aí viva. Ela me chama.

O Lula queria sancionar o Minha Casa, Minha Vida. Isso era de 2009, 2010. Ela me chama lá e diz, Líder, como é que tá o Minha Casa Minha Vida? Relatar logo. O Lula quer assinar. Eu digo, ministra, um pouquinho só que eu vou fazer modificações. Modificações?! Aquele jeito de Dilma, pessoa absolutamente honrada, honesto, que é esse depoimento, de quem conviveu com ela como ministro, como líder, como presidente, a ministra Dilma. Aí ela disse, não! Mudar o quê? O Lula quer assinar depois da manhã [inaudível]. Mas, ministra, esse projeto é acima de 100 mil habitantes. só. Minha casa, minha vida. Isso é só para os grandes centros urbanos. Ela explicou. Os grandes centros urbanos, as pessoas debaixo dos viadutos. É um horror, Henrique. Isso é urgente. Ministra, o meu estado tem 167 municípios. Ah é? Sabe quantos municípios vão ter minha casa, minha vida? Ela não. Três. Natal, Paramirim e Monserrat. Três. Como é que o relator vai ter coragem de chegar no meu estado e explicar isso? Eu sei que é para os grandes municípios, as grandes capitais, os grandes centros urbanos. Eu entendo isso, mas vou fazer modificação. O Henrique, eu concordo, realmente é muito importante. Ela foi honesta nisso. Mas vamos deixar para depois. A gente faz um outro projeto nos municípios pequenos. Aí valeu a minha experiência, outro projeto? Eu consigo, outro projeto? Isso é daqui a dois,

três anos... Não, eu vou modificar. Ela vai, não. O jeito Dilma, um verdadeiro, mas aquele jeito dela, bateu na mesa, me deixou falando sozinho e foi embora, deixou o gabinete e eu voltei para Câmara.

Aí consegui costurar isso, peguei 10% à época, R\$ 1 bilhão, e botei para municípios abaixo de 50 mil habitantes, até 3 salários-mínimos, que até então eram 10. Aprovei por unanimidade. Nos últimos 10 anos, foi o primeiro projeto aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Henrique Eduardo Alves

A causa era muito boa, muito justa. Aprovado, botei baixo do braço, fui lá em Renan, presidente. Oi, presidente, como vai? Renan, é urgente. Que é? Mostrei a ele. Pode sair. Semana que vem é eu pauto isso aqui. Não, não. Você quer passar o que eu passei com a Dilma? Ela vai me chamar, vai chamar você, você tem razão. Deixo aqui que amanhã o pauto. O pautou e me disse o seguinte. Agradeço a ele, Renan, e aprovou por unanimidade. Aí vem o mais interessante. Lula marcou um dia depois para sancionar. Eu estou nos Estados Unidos com os deputados. Eu tinha estado com o Partido Democrático, Partido Republicano, com o presidente da Câmara, Aí me liga o Doutor Benes, tá aí hoje da tarde. Henrique? Oi, Benes. Alguma coisa? Tô aqui nos Estados Unidos, em Washington. Não, rapaz. Que Lula sancionou agora minha casa, minha vida. Ah, coisa boa, fico feliz. Não pude estar aí. Mas tô ligando que a ministra Dilma falou agora e disse aos pequenos, aos presentes, pra multidão aqui dos pequenos municípios que eles agradecessem ao relator, Henrique Eduardo Alves. Eu disse, ela disse, mas disse agora, Henrique.

Thiago Esteves

Um gesto raro da...

Henrique Eduardo Alves

Então me faz um favor. Vá a ela e agradeça. Mas vá mesmo. Está entupido. Mas dê um jeitinho, espere e vá agradecer. O gesto dela. Ele foi lá e agradeceu. E aí minha casa e minha vida. Toda a cidade hoje do Brasil, abaixo de 50 mil habitantes. Assim se construiu o minha casa, minha vida. Então essas histórias foram me amadurecendo muito. Pra quando chegar a presidente da Câmara... Por exemplo, dentro da Câmara... É difícil, mas... Você não pede cargos ao Poder Executivo. Não é a sua função. Você até compreende, mas não é função na liturgia, na presidência da casa. É o respeito aos poderes. Cuidar da harmonia entre os poderes. Fazer prevalecer quórum, que hoje, se não me engano, no vídeo da tarde, naquela casa cheia, é função do presidente da Câmara. E mais, se você acha importante uma pessoa equilibrada, preparada para exercer tal qual função, isso é função de líder de bancada ou de presidente de partido. E você costura isso com a maior facilidade, mas tem que preservar a liturgia de presidente da casa para amanhã não estar sendo cobrado. Cê indicou isso, indicou aquilo, cadê os votos? Ainda que eu não possa permitir isso, ele é presidente de uma instituição, a mais verdadeira desse país. Porque todo mundo que tá ali, está pelo voto popular. Não é ministro judiciário, ministro executivo, ali só tem quem tem o voto. Então ali é respeito máximo do que é você e os seus. Então procurei ser esse presidente, manter essa liturgia, manter esse respeito, muito auxiliado, muito ajudado, Michel Temer é o meu professor.

Thiago Esteves

Um bom professor.

Henrique Eduardo Alves **50 minutos e 50 segundos**

É o Ulisses, já. Nem se fala, lá atrás. Então, uma historinha boa de Ulisses, só pra concluir aqui. Eu deputado, né? Novinho ainda. Poucos mandatos aí, regime militar. Baixa uma decisão gravíssima afrontando a democracia, a liberdade e o mundo todo esperando a palavra do MDB, que era o partido da oposição. Como é que ia se rebelar? Como é que ia enfrentar? Pela ditadura? Aí a polícia reuniu o MDB. Todo mundo esperando a resposta do MDB, esse ato da ditadura militar. Um ato afrontoso ao parlamento, à democracia, à liberdade. Farei o seguinte, cinco horas reunião aqui na executiva. Olha que história boa para vocês contarem, vai pro meu livro de um dia. Aí ele marcou cinco horas da tarde. Ela chamou o Tancredo. eram autênticos e moderados, Tancredo e Chico Pinto. Tancredo, faça uma declaração em nome do MDB, está toda a imprensa procurando, a tarde vai estar aqui entupido de gente cinegrafista, e vou pedir a Chico Pinto pelos autênticos. Olha o compromisso, a que tiver mais votos na executiva, vai ter o apoio de todos. Tem que ser uma decisão unânime do MDB do Brasil para o mundo. Aí Tancredo aquele jeito dele mineiro e tal. Concordou. Chico Pinto, mas você tá querendo dar uma nota assim. Chico Pinto, é compromisso. É o nosso MDB agora acima de tudo. Aí Chico Pinto peitou. Se tiver maioria, mais moderada ou menos, vai ser de todos nós. Aí tá lá a mesa comprida. Olha que história.

Thiago Esteves

Vossa Excelência já era da executiva do MDB?

Henrique Eduardo Alves

Já era, desde Ulysses Guimarães [inaudível]. Uma mesa comprida, Paulo Brossard, Marcos Freire, Mário Covas, Franco Montoro e Henrique lá, aquele menino lá. Aí Ulysses sentado aqui, os deputados aqui, os deputados aqui, o outro ali, e eu cheguei um pouquinho atrasado, que é um defeito que ainda está hoje. Cheguei por cinco minutos e ainda estavam batendo papo. Aí o Ulysses falou, Henrique, desculpa, presidente, Tá bom, vamos começar. E não tinha cadeira, porque ocupadas aqui, ali, e só essas figuronas da República. Aí o Ulysses, pega aqui uma cadeira aqui, pro Henrique. Aí puxaram a cadeirinha, tinha um deputado aqui, ele aqui, aí ele botou aqui no cantinho, senta aqui Henrique. Eu fiquei naquele empresadinho ao lado dele, fiz o deputado, formalmente, cada um nas suas cadeiras. Vamos começar. Olha o compromisso. Tancredo vai ler a nota dos moderados, Chico Pinto dos autênticos. A que tiver mais votos na votação que eu vou fazer, será de todo o MDB. Vai toda a imprensa, cinegrafista, do Nova York, Estados Unidos, da Europa, todo mundo quer saber a palavra da oposição brasileira. Estados Unidos, toda a Europa lá, todo mundo, olha! Tá bom, tá bom, concorda Tancredo, concorda, concorda? Então vamos começar aqui pela direita Tancredo. Vai ter que ter uma vota bem-comportada, equilibrada, mineira. Vamos lutar pela democracia, resistir à ditadura. Isso vai passar. A democracia... Uma coisa bem-feita, mas com um jeito habilidoso, mineiro de ser. Aí lá vem

Chico Pinto. Aí foi Chico Pinto. E estou aqui na República de Uganda, do senhor Idi Amin Dada. Pesam o quê? Mas foi uma porrada. Desculpa a expressão. Mas é um negócio que empolgou até a mim, novinho ali, que coisa verdadeira. Que reação de indignação com aquela ditadura. Um negócio assim. Começou pela direita com Tancredo, com o Chico Pinto... Bem, agora, a votação. Aquele silêncio, aquele respeito. É como se você estivesse do meu lado aqui, ele do meu lado aqui. Vamos lá. Aí eu era do lado dele, ele bate na minha perna. Ele bate, nesse tempo, quando ele vê, só eu. Eu, o primeiro, eu daquilo ali, o primeiro a falar. Ele bate na minha perna, quando vê, sou eu. Como Tancredo, pela direita, começou a falar, vamos começar a votar pela esquerda. Aqui, pela esquerda.

Aí quando eu fui falar já estava com 12 a 10, 12 a 3, 12 a 12. Eu só fui acompanhar a maioria.

Renon Fonseca

Por qual das duas?

Henrique Eduardo Alves

Chico Pinto, que é a que merecia. Corajosa, porrada. Já pensou eu sou a primeiro a tomar aquela decisão? Eu queria o Chico Pinto. mas eu era liberado do Tancredo. Eu ia ficar... Ulysses quando viu que era eu, não. Como Tancredo falou primeiro, aqui na direita, a votação vai começar pra esquerda. Aí foi Brossard, foi Marcos Freire, foi Chico Pinto, foi quem mais? Era Franco Montoro. Aí depois, quando veio Henrique termina, aí acompanho a maioria.

Thiago Esteves

E, sem dúvida, essa lição de proteger as futuras lideranças, acho que ajuda também a ganhar espaço, como o próprio Ulysses fez com Vossa Excelência, de não deixar expor alguém que pode ter um futuro, mas que no primeiro momento não está pronto para tomar decisões.

Henrique Eduardo Alves

É verdade. Ele me dava esse ensinamento. Ele foi anticandidato à Presidência da República com o Barbosa Lima sobrinho para denunciar a ditadura. Eles percorriam o país, visitando centro acadêmico, o diretório dos universitários, universidades. Henrique, vamos lá no Rio Grande do Norte, vamos à Natal. Dr. Ulysses, mas lá é diferente. Como é diferente? Nós não fazemos reuniões em universidades. A gente faz no meio da rua. A campanha, Henrique, não é eleição direta. Dr. Ulysses, me desculpe, mas eu não sei fazer assim não. A gente nunca fez uma dessa. A gente só faz na Praça Pinto, na Praça Gentil Ferreira. O senhor me desculpe. Mas aí, eu falei, então não vá à Natal. O que é isso? Tá bom, então vamos. Vamos pra Natal. Aí ele foi pra Natal. Fizemos um comício na Praça Gentil Ferreira. Barbosa Lima sobrinho, depois escreveu no Jornal do Brasil. O comício que eu não esqueci. Uma multidão. Multidão. E aonde ele ia, a partir daí, ele dava exemplo de Natal. Mas só teve comício mesmo na cidade de Natal.

Renon Fonseca

Por que ele não teve resistência? Por que ele não estava acostumado? Por que ele não estava querendo, a princípio, fazer um comício?

Henrique Eduardo Alves

Porque eu não havia eleição.

Renon Fonseca

Mas ele estava com receio de que?

Henrique Eduardo Alves

Ele tinha razão, tanto que quando ele chegou lá com Nelson Carneiro, Franco Montoro, Tancredo Neves, Paulo Brossard pro tal comício, o secretário de segurança “Rubão”, um conhecido, manda me chamar. Aí tinha duas, três Kombis rodando lá, aí o secretário disse, deputado, o senhor me desculpe, eu mandei apreender suas Kombis de som. Isso era 17h horas da tarde, e o comício era às 20h. Mas secretário, por que, o comício é agora? Já está anunciado, não há eleição, não há comício, não tem manifestação nas ruas.

Henrique Eduardo Alves

Eu estou, em gentileza ao senhor, comunicando que mandei apreender, o senhor concordando, eu mando soltar, não tendo divulgação desse comício que não pode existir. Meu Deus do céu, o que é que eu faço? Aí nós temos uma rádio até hoje lá, a Rádio Cabugi, das seis às sete tinha um programa de rádio político, feito lá pelo locutor, um jornalista. A rádio é nossa, né? Quer saber de alguma coisa? Eu fui pra rádio. Tirei o apresentador. Tirei o apresentador, o que é Henrique? Eu vou fazer um programa. Eu era o dono da rádio. Tá, eu vou fazer o programa. Tchau. Aí me danei botar Chico Buarque. Cantando o Hino Nacional?!, o Fafá de Belém. Chico Buarque, o Fafá de Belém, o Hino Nacional. E convocando, e convocando. Aí o [não foi possível entender], que era meu tio, careta, telefone para o estúdio, quer falar comigo. Eu vou não. [não foi possível entender], eu vou não. Isso aqui é urgente. Tá bom. Então põe música aí: tudo de Chico Buarque. Aí eu cheguei. Henrique, o que é [não foi possível entender]? Você tá louco? O que você tá fazendo na rádio? Vai perder a concessão? Isso é concessão pública. [não foi possível entender] vou parar não. Você tem que parar. Eu estou mandando. Eu não vou obedecer. Tchau, [não foi possível entender]. Eu vou falar com seu pai. Tchau, [não foi possível entender]. Desligou o telefone. Eu voltei pra... Virei locutor, tudo. Eu escolhi as músicas, pá, pá, e o pau cantando.

Aí, toca o telefone. O Henrique.. o que é? Atendo [não foi possível entender] mais não. Seu pai. Puta que pariu, papai?” Quer falar urgente com você. Parei o programa, fui lá... Meu filho, [não foi possível entender] ligou aqui. Eu sei papai.

Thiago Esteves

Pelas minhas contas, nessa época, você tinha. Uns 30 anos, mais ou menos.

Henrique Eduardo Alves

Isso. Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho... Não, não.

Thiago Esteves

Foi em 78, se eu não me engano. Ou 82?

Renon Fonseca

Foi na eleição de Figueiredo também.

Henrique Eduardo Alves 1 hora e 02 minutos

Foi em 78, 89, por aí. Aí, quando eu falei com o meu pai, [não foi possível entender] me ligou. Esquece, continue. Aí que eu voltei. Aí fui pra casa onde Dr. Ulysses tava, Nelson Carneiro, Franco Montoro, Tancredo Neves. Falei, bora, Henrique, 8 horas, né? Vamos, Henrique, toda hora, né? Aí eu mandei esse meu amigo Ângelo... Ângelo vai lá ver como é que tá. Olha o que eu vi aqui nessa vida. Dr. Ulysses tinha que ir na madrugada pra Fortaleza realizar um debate centro universitário. Aí Ângelo vai lá. Aí me telefona. E aí, Ângelo, podemos ir? Henrique, tem quase ninguém. Era um caminhão com as gambiarras, [não foi possível entender]. Pelo amor de Deus, não tem pouca gente. Que era hora da novela, na Globo. Pelo amor de Deus. E Ulysses: vamos, Henrique. Meu Deus do céu, que eu vou fazer... Henrique tem 50, 100 pessoas. Não é possível. Meu Deus do céu. E Ulysses, vamos Henrique. Eu digo, vamos. Entrou no carro. Sim, aí nesse imbróglio do secretário de segurança, Nelson Carneiro ligou para o ministro do Supremo, que estava em Brasília, numa granja. Nelson Carneiro ligou. Porque o secretário quis proibir o comício. Aí Nelson Carneiro, de onde estava, ligou pro presidente do Supremo Tribunal Federal, numa granja em Brasília. Contou a ele. Alguém do Supremo mandou uma autorização para realizar o encontro. De forma pacífica, ordeira. Chegou aí, se danou mesmo. Então, tudo certo, vamos. Dr. Ulysses, Nelson Carneiro, meu Deus do céu, e eu pensando, vai ter lá uma subida lá dentro do Alecrim, com igreja, cemitério, então, umas ruazinhas, estreitinhas.

Quando eu vejo essas ruazinhas, três pessoas, quatro pessoas... pai com o filho no ombro. Aqueles grupinhos que pareciam um formigueiro. Esse povo está indo pra onde? Aí quando chega mais pra frente, a polícia. Aqui não pode passar. Mas não é possível, Dr. Ulysses aqui. Não pode entrar, tem uma multidão. E assim...

E outra coisa como presidente da Câmara, o que me deu muito respeito, não era eu que fazia a pauta. Eu não podia ter superpoder de votar só o que eu queria. A gente representa o povo brasileiro, que tem seus partidos, que devem ser a sua voz, a sua cara, o seu espírito e os líderes que representam esses partidos, que hoje nem tem mais esses partidos todos. Aí, toda terça-feira, às nove horas da manhã, dez horas, eu reunia todos os líderes partidários. Todos. Olha a pauta de hoje. Eu tenho a propor tal e tal projeto. Os senhores têm o quê? Aí um líder que propõe uma coisa, propunha outra. Quinze propostas. De votação. De votação. Pois agora vamos seguir no voto. Quais projetos vão ser votados ou não. Os mais votados iriam para a pauta, os não votados iriam para a outra semana voltarem ali a discutir.

Thiago Esteves

Isso sem considerar o tamanho das bancadas, tratavam todos os partidos.

Henrique Eduardo Alves

Todos os partidos. Todos os partidos... cada líder respeitado pelo líder, até porque na época não era essa esculhambação que está aí hoje. Eu tive com o líder partidário importante, um presidente de partido, ele me deu essa lição há oito meses atrás. Eu não preciso falar o nome dele aqui, mas concordo inteiramente com ele. Eu estou pregando isso. Esse país hoje tem dois grandes problemas. Um, nós erramos. Eu errei, a tal da reeleição. A reeleição não foi uma boa coisa para esse país. Você faz o mandato de cinco anos, mas deixa aquele que se elegeu, ele cumprir o seu dever, independente de agradar ou desagradar quem quer que seja. Faz cinco anos e vai cumprir a sua missão, atender a expectativa da sociedade. Não fique submetido a prefeito que é aquilo, prefeito que é aquilo, que a eleição não posso manter. A reeleição foi um erro e eu espero que essa Câmara possa corrigir. E outro, não há democracia que resista a 20 partidos. Não há. Não há democracia que resista a 20 partidos. Por que são partidos, partidos. Três, quatro, cinco, seis se juntam. formam 20, 30. Aí quer aquilo, quer aquilo outro, impõe isso, impõe aquilo. Não há democracia. Eu espero que esse país volte a ser como não era. Sete, oito partidos, no máximo. No máximo.

Thiago Esteves

O MDB chegou a ter 107 parlamentares entre 91, 92...

Henrique Eduardo Alves

Eu tinha muito orgulho de ser MDB porque eu falava por 80, 30, 40. Você era MDB, sabe!? Hoje em dia... No meu estado, então, não tem mais um deputado federal, não tem mais um senador, não tem mais ninguém na executiva que eu fui 40 anos. Então, os partidos foram se diluindo, não por falta dos seus deputados que pagam o seu dever, mas por conta dessa divisão partidária, onde o partido hoje não tem mais identidade.

Renon Fonseca

Virá uma hospedaria, né?

Henrique Eduardo Alves

E depois dos orçamentos secretos, pelo amor de Deus, os orçamentos secretos prostituíam a Câmara dos Deputados. Eu sei o que é aquela casa, você tem uma emenda, não importa o valor, como era, vai para o município, não diz quem é, nem diz pra quê. O prefeito recebe, o governo não atentou pelo menos priorizar a educação e saúde, mas não conseguiu. Agora, pelo menos, se identifica quem está mandando. Orçamento secreto substituiu o poder legislativo na sua maior essência; a sua independência, o seu caráter, a sua ética. Eu sou eu. Meu partido é este. Eu falo com essa cara. Eu sou fruto de tudo isso que eu aprendi, que eu acertei, que eu aprendi.

Thiago Esteves

Eu agradeço muito a vossa excelência e o depoimento até emocionado em vários momentos. Quando Vossa Excelência trazia a história ligada ao seu pai, à sua família, isso é muito tocante. Abro aqui mais um espaço se Vossa Excelência se quiser concluir, dizer mais alguma coisa. Mas eu como aluno do programa de mestrado, essa gravação, essa entrevista, tem o objetivo de dar suprimento para a minha pesquisa. Agradeço muito o seu tempo, a verdade com que Vossa Excelência colocou para nos brindar sua história. Muito obrigado

Henrique Eduardo Alves

Eu que agradeço e volto a dizer, a presidência da Câmara dos Deputados talvez seja a posição, a poltrona mais importante do país. A do Senado, importantíssima é, que representa a Federação. Mas a representação popular de cada cidadão, do mais pobre, mais humilde ao mais abastado, está ali naquela casa. Ali ninguém é dono de ninguém. Ali é, portanto, a voz do povo brasileiro. Agora, depende muito do respeito que você impunha a ela. Não deixe, em nenhum momento, qualquer brecha, a qualquer acusação, por mais absurda, por menos absurda que seja, não abra flanco. Porque quando você fala, você fala em nome do povo brasileiro. Cuidar da harmonia dos poderes. O poder judiciário tem seu espaço. Não pode mais esse conflito. Reclama o judiciário. Reclama. Mas quem vai buscar o judiciário? Quem vai bater à porta do judiciário? É um deputado. É um partido maior ou menor que pede isso, pede aquilo, pede aquilo outro. Se tivéssemos um poder mais uníssimo, sabe? Com a voz mais de todos. Muitas portas não teriam sido batidas do Poder Judiciário. E eu agradeço a ele a democracia que nós temos hoje. Eu acho que nós temos tempo para recuperar isso, porque aquela casa do povo brasileiro, ela tem que exercer plenamente o seu papel. Os líderes partidos, com as suas lideranças, conversando com os seus liderados. Os presidentes partidos com o seu papel de partidos e todos na hora confluírem para dizer aqui somos a Câmara dos Deputados do Brasil.

O poder, a meu ver, me desculpa, o executivo, igual, pleno, soberania, mas ali está a voz do cidadãozinho, do homem humilde, claro, do meu interiorzinho, do Rio Grande do Norte. Ele tem que saber que aqui ele está falando todo dia, que esta casa volta a ser, presidente Arthur Lira, os seus líderes, os senhores deputados, essa casa que a gente se orgulha muito por ser a casa da gente. Eu acho que eu fiz a minha parte, tantos outros fizeram, você citou vários aqui, Arlindo Chinaglia, Ibsen Pinheiro, Michel Temer. Vou contar aqui uma última história, prometo. Michel Temer era presidente da Câmara e o meu pai era ministro da Integração Nacional.

Thiago Esteves

Em 97?

Henrique Eduardo Alves

Aloísio Alves, no governo Sarney. E depois, Fernando Henrique. Ele era ministro. Aí tem uma votação lá contra Ibsen. para o impeachment de Ibsen. Aí tinha um deputado, passou, que eu tinha estado no gabinete do meu pai e estava lá. Aí eu ia com o deputado, Minas Gerais. Esqueço nunca. Se for pecado, Deus me perdoe. Aí ele, meu filho daqui, seu colega está trazendo aqui um pleito, quer vir candidato a prefeito no próximo ano. Era uma obra fantástica, no centro de Belo Horizonte. Eu tô aqui dizendo que vou atender por sua causa. É meu pai fazendo. Ah, que bom, parabéns, deputado. Tá bom, então tá lá, tá lá, tá lá. E aí meu pai despachou para o chefe do gabinete, o Ivanaldo. Tudo bem, eu estou na

câmara na fila de votação do impeachment do Ibsen. Uma fila cumprida, eu estou lá esperando. Quando eu vejo três pessoas na minha frente do tal deputado. Vamos cassar esse filho da puta. Não dá nossas verbas, não aumenta a verba de gabinete. Não respeita o trabalho... esculhambando, na fila, com o Presidente Ibsen... porque não dava aumento nas verbas de gabinetes, pros cargos.

E eu digo, tava lá em meu pai, esse cara, era ele. Fiquei quieto ali, ele votou, fazendo campanha, eu votei. Falei pro meu pai, não sei, tudo bem? Tudo bem. E lá, não, tudo bem, pai. Cadê o Ivanaldo? Tá lá embaixo, aí eu... Cheguei lá, tava só a secretária do Ivanaldo Ele tinha saído. Me deu uma coisa, um projeto aqui, que meu pai autorizou, pra uma obra de Belo Horizonte importante lá. Ah, tá aqui, Ivanaldo tá correndo com ele, deputado. É um projeto dessa largura, planta, não sei o que... O senhor quer ver? Quero... A mulher me trouxe. Que coisa enorme! Sabe de quantas páginas, mais páginas? Orçamento, orçamento...
Deixa eu ver aqui coisa importante! Ela me deixou lá. Eu devo ter arrancado umas 30 páginas. Destruí o projeto. Deixei dessa finurinha. Fui embora. Um dia depois meu pai me chama lá. Meu filho, que é... Coisa estranha?! O projeto que estava aqui, eu autorizei, eu mandei buscar tá ele aqui... Quando eu vi as páginas todas arrancadas, meu pai me conhecia. Meu filho, foi você não foi? Eu ainda quis... meu filho, olhe pra mim. Foi você não foi? Eu digo, foi... Por que? Aí eu contei... (aplausos)

Thiago Esteves

Lealdade é uma coisa importante também.

Henrique Eduardo Alves

Se eu seja adversário, mas seja de frente, frente... o jogo Limpo. Meu pai me dizia, sem ódio e sem medo, sempre. E eu vi que ele superou, que ele viveu. Eu nasci sob o símbolo do ódio à revolução e do medo à revolução. Por que eu cheguei a tanto? Lá na bancada pequena, mais valente, mas tá, líder, presidente, depois ministro do turismo, A ministra Dilma, é a última. O jeito dela até é bom, isso é bem dela, que ela merece. Quando eu leio o Estado de São Paulo, “a ministra Dilma vai extinguir cinco ministérios”. Economia difícil, prédios e despesas. Lá estava o turismo, o meu ministério Turismo e esporte juntando...

Quando olhei aqui, pelo amor de Deus! Eu fui a Michel, vice-presidente. Oi, Henrique, como é que você tá? Péssimo, Michel, você viu hoje? Henrique, eu já sabia, não queria, assim, lhe dizer, mas economia, tem que reduzir e tal. Mas não se incomode não. Como não, Michel? Ministério do turismo, importante para o nordeste brasileiro... Ela (Dilma) tá me chamando agora. Então vá lá. Sai de lá, vem aqui que eu vou nomear meu assessor direto aqui na vice-presidência. Você vai trabalhar comigo aqui, eu e você. Nosso Michel, eu arrasado. Foram os cinco minutos mais traumáticos da minha vida. Tensos. Chego lá, ela chega pra mim. Senta aí, ministro. Eu sentei ela aqui. Tudo bem, ministro? Tudo bem, né, presidente? Vocês sabem, não é? Eu vou extinguir alguns ministérios... Digo, eu sei... Ela perguntou, qual é o orçamento do seu ministério? Turismo. Eu disse que quando fosse hoje, 600 milhões. Nós somos o primo pobre da esplanada. Eu sei. Eu sei. Agora eu quero convidar para uma missão.

Na minha cabeça a mil, né? Missão, que missão? Eu quero convidar para ir ministro. Michel Temer está aí para confirmar. Da indústria do comércio. Antes que você diga não, Henrique, você sabe o que é o orçamento dos comércios? Eu digo não, eu sei. 6 bilhões de reais. 10 vezes mais do que os 600 milhões do seu ministério. Eu quero convidar... Você vai ser meu ministro dos comércios. Eu olhei assim e disse, vou não, ministra...presidente...Vou não. Não vai? Você não vai aceitar 600 por 6 bi, trabalhar muito

mais. Não é a minha praia. Não é a minha praia. Eu sou do Nordeste brasileiro. Indústria e Comércio, é Rio, São Paulo, Minas... Nordeste como um todo, ministro do turismo, que eu sei, e me desculpem eu dizer que o pessoal não sabe o que é, é a maior atividade que gera emprego e renda mais rápida de todas as outras. É o garçom, é o taxista, é o botequim, é o bar, é a cultura, é a gastronomia. Turismo não é só sol e mar não, é muito mais do que isso. É qualidade, é empatia, é crescer juntos. E é isso que eu sei fazer. Não, mas você foi presidente da Câmara, todo mundo lhe respeitava, você conhecia todo mundo, São Paulo, Rio. Não, ministra, se eu me sentar lá, São Paulo vai indicar o secretário-executivo, Minas vai indicar o secretário não sei de que. O Rio vai indicar, eu vou ser rainha da Inglaterra... E sem saber de nada disso, ou pelo menos de tudo que eu deveria saber, eu não vou aceitar. Me desculpe, ministra. E é um erro. Porque o turismo é tudo isso que eu lhe falei. Ela daquele jeito Dilma de ser... Ela olha pra mim, se levanta, aperta a mão... Meu ministro... do Turismo.

Thiago Esteves

Manteve o ministério... Mais uma vez grato à vossa Excelência pelo relato, mais esse relato aí, até a posterior a sua presidência, mas que mostra como vossa Excelência também sempre teve muita convicção das pautas e do que vossa Excelência defendia.

Henrique Eduardo Alves

Para chegar para dentro da Câmara, você tem que ter muito espírito público... conhecer o que é política, os seus altos e baixos. E presidente da Câmara, repito, pra encerrar. Tarefas, plenário da Câmara, encher aquele plenário. Eu vejo duas pautas hoje. Meu Deus do céu, a questão climática. Vamos trazer um experiente no mundo para discutir o clima. Não é resolver, mas ensinar as pessoas a se protegerem. Vamos fazer um grande debate sobre a crise climática do mundo. Encher aquele plenário com especialistas do mundo inteiro. Segurança nacional. Vamos trazer homens experientes, daqui, de fora. Encher aquele plenário, um novo projeto, uma nova lei em segurança nacional. É a hora do Congresso Nacional mostrar a sua cara, encher aquele plenário, a favor ou contra, não importa, discutir, debater, aprovar, ganhar ou perder, meu sonho é que aquela casa volte a ser tudo isso, ok?

APÊNDICE E – ENTREVISTA ARLINDO CHINAGLIA

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador(es): Thiago Esteves Barbosa e Renon Fonseca

Levantamento de dados: Thiago Esteves Barbosa

Pesquisa e elaboração do roteiro: Thiago Esteves Barbosa

Conferência da transcrição: Thiago Esteves Barbosa

Técnico de gravação: Thiago Esteves Barbosa

Local: Gabinete do deputado federal Arlindo Chinaglia, na Câmara dos Deputados

Data: 09/05/2024

Duração: 1 hora e 19 min

Thiago Esteves

Bom dia, presidente. O meu nome é Thiago, sou aluno do programa de mestrado da Câmara dos Deputados e a minha dissertação de mestrado busca investigar a trajetória dos ex-presidentes da Câmara, sua vida pessoal e pública, a vida profissional, para entender qual foi os fatos relevantes, a partir da perspectiva de Vossa Excelência, o levaram a ser escolhido diante de 513 deputados, ser escolhido para liderar a Câmara dos Deputados e ocupar essa posição tão importante. Agradeço já antemão o seu tempo, a sua disponibilidade e lhe dou a palavra aí para a vossa.

Arlindo Chinaglia

Eu acho que talvez a primeira reflexão que vale a pena para qualquer pessoa é porque você participa da política. Então, eu sou de uma cidade muito pequena, e para poder estudar, à época, meu pai era... Trabalhava com caminhão, puxava madeira no mato, onde havia todo tipo de risco de cobra para frente. E, claro que... E eu só estudei porque ele me convencia, como é que eu diria, usando a autoridade de pai e explicando que era, digamos, um dos poucos caminhos para que tivesse, não só eu, minhas irmãs, uma vida diferente. E assim foi. E aí, o mesmo motivo que me levou a fazer medicina me trouxe para a política. Eu vou explicar. Eu sempre tive, na época, muita aptidão para matemática. Quando eu vou para Ribeirão, eu trabalhei com office-boy, depois bancário, eu tive que escolher. Na época, o antigo científico, que eu acho que é o Ensino Médio II agora, né? Se você ia para as biológicas, obviamente, você fazia biologia. Se você pretendia seguir em exatas, você fazia desenho. Eu fiz desenho. Então, quando chega o momento de fazer vestibular... Primeiro que eu nem sabia que existia vestibular. No interior ali, próximo, eu não sabia.

Então, aquilo gerou uma pressão, porque... Você fazer, à noite, o curso médio 2 e trabalhando, então, pra passar numa faculdade pública era muito difícil. Talvez bem mais do que hoje, eram

poucas. Eu fiz desenho, mas depois eu decidi fazer medicina. Decidi fazer medicina por uma experiência muito pessoal. Eu queria ser pesquisador em Neurologia. Eu queria ser cientista. E assim foi. Só que quando eu fui fazer o vestibular, eu tinha feito três anos de desenho e, portanto, eu tive que recuperar em um ano, três anos de Biologia, o que era impossível também. Resumidamente, quando eu fiz o vestibular em São Paulo, tinha quatro ou cinco faculdades públicas, e eu fui mal em Química Orgânica, porque não dava tempo de estudar. E aí eu fui para o segundo ano, aí na época, eu fiz aqui em Brasília, e poucos que vieram de Ribeirão, uns três que eu me lembro no máximo, conseguimos passar aqui. E eu escolhi aqui, mas eu não passei lá. Eu escolhi aqui, entre outros motivos, porque eu tinha empréstimo. Então, eu tinha que sobreviver. Depois, eu comecei a trabalhar. Fiz concurso no Banco do Brasil. Aí, eu trabalhava à noite. Mas, no primeiro ano que eu não estava trabalhando, eu fui monitor. E assim foi. O que me levou para a política? Foi, digamos, na Universidade Brasileira. A nossa turma de medicina, que não era medicina ainda, aqui na UNB ela alternava, a hora o vestibular era para medicina, a hora era para o Instituto de Ciências Biológicas. Quando você fazia, que foi o meu caso, para o Instituto de Ciências Biológicas, havia uma disputa na turma infernal, porque era algo que aqui na UNB antigamente era a MGA, média geral acumulada, que era uma fórmula onde se considerava a tua nota, que era traduzida em menção, a nota de 9 a 10, você ficava com a menção SS, superior.

Se você tirasse de 7 a 8,9 era MS. E MM depois ia piorando muito. Então, assim, houve uma disputa, né, turma? Como eu não conhecia ninguém, quando eu cheguei aqui, eu não conseguia sequer pegar livro na biblioteca no horário habitual, porque tinha os grupos já formados, tinha os mineiro, tinha não sei quem, e assinavam. Então, tinha 30 na minha frente. Eu só conseguia pegar o livro quando o livro ia para a reserva. Então, quando todo mundo estava saindo da biblioteca, eu estava começando a estudar. Chegou no final do ano, começou um movimento, eu não participei nem nisso, eu era bastante despolitizado, para que todos entrassem na medicina. Eu não precisava da greve. Tinha quatro, não sei se devo falar, acho que vou pular essa parte. Eu não precisava da greve. Mas eu participei da greve e havia um grupo, digamos, dirigente, e ali eu comecei a participar e falar em sala de aula para convencer os colegas e tal. Por incrível que pareça, teve aluno que não tinha a mínima chance de entrar em medicina, pelas notas muito ruins, e que furou greve por um período, ou tentou furar greve, e certa feita na biblioteca, um amigo meu que lamentavelmente já morreu, quase sai nos tapa com um desses e ele seria expulso naturalmente em plena ditadura.

Bom, aí nós fomos vitoriosos. Foi a primeira greve na UNB, foi a nossa turma. que fez greve após a invasão do UNB, que aconteceu em 68, que balearam um aluno, o Waldemar, na cabeça. E ali foi uma experiência. Então, por exemplo, nós viemos falar, nós fizemos uma manifestação em frente ao MEC. O ministro Jarbas Passarinho, o sujeito coronel, foi cogitado para ser, pela ditadura, presidente da República. Ele não era um cara qualquer. E aí eu aprendi muita coisa. Primeiro que subimos numa comissão. Eu participei da comissão. Então eu já estava mais ou menos ali com algum papel, digamos, ali naquele movimento. Aliás, tem um livro ali que conta a história do movimento silencioso do UNB. Se você pegar as primeiras páginas... Era para eu ter escrito, acabei me inscrevendo, por correria aqui na Câmara, mas enfim.

E ali... Você, jovem, era um coronel ali, subiu um colega nosso, o Gilson, e o Jarbas Passarinho, muito eloquente, aquela pressão de ditadura e tal, aí vira o Gilson e fala pro Jarbas Passarinho nos seguintes termos. Você mostrou a fotografia, eu vou te mostrar o filme. E o Gilson, ele tinha sido o primeiro lugar geral vestibular da UNB no ano anterior. E o Gilson, então, encara

o passarinho, digamos, com uma contundência, com uma capacidade argumentativa. E foi esse o Gilson que, enquanto eu queria ser cientista, ele começou a conversar comigo. E eu, digamos, não queria, eu queria fazer pesquisa. E no primeiro semestre de 1970, já tinha identificado qual que seria a minha área de atuação, que era a chamada células indiferenciadas, que hoje as células tronco. Por que qual a característica? Ela pode se desenvolver e se transformar em qualquer tecido. E neurologia, uma vez lesado... Então eu tinha um sonho, digamos, juvenil, praticamente, de que seria possível modificar muita coisa. Bem, aí o Gilson foi... digamos, aquele que remontou o movimento estudantil a partir da medicina. Era um cara muito inteligente, muito culto.

Thiago Esteves

Qual o sobrenome dele?

Arlindo Chinaglia

Gilson Dantas. Foi funcionário, inclusive, aqui do Senado. E ali foi formando uma equipe de jovens. E aí... Tivemos militância clandestina, em que você ia se formando e virei um sujeito de esquerda. E o que me convenceu a participar ativamente da vida política do país foi algo assim. Você pode fazer pesquisa durante 30, 40 anos, você pode descobrir coisas importantes, mas se você quer salvar vidas humanas, o saneamento básico salva mais e mais imediatamente. De forma muito resumida e insuficiente, mas essa foi a lógica. Então, pra mim, não foi fácil. Eu, de vez em quando, tinha uma recaída, que eu tava percebendo que eu não ia ser o que eu tinha me programado. Dava uma certa crise. E procurava alguns professores muito bons, e, às vezes, piorava, porque teve um deles, professor de bioquímica, que falou, ele deu exemplo de um cientista que era cientista e que participava politicamente, inclusive, naquele momento, eu não sei se estava no exílio ou tinha acabado de voltar, acho que estava no exílio. Então, eu estou dizendo o seguinte, não foi algo tranquilo; ah, eu vou, não, não foi.

Arlindo Chinaglia 0 11:24

E quando eu fiz a greve e fui relatar para o meu pai, porque na minha casa não tinha telefone, você explicar um quadro complexo por carta não tinha jeito. Daí quando eu fui conversar com ele, eu expliquei e falei, olha, era assim, né, aí fizemos um, foi feito um movimento para entrar todo mundo, eu disse para ele que eu não precisava. Aí a resposta dele me amarrou pro resto da vida, né? Porque ele falou assim, olha, ele que tinha tanto... Porque na época tinha o decreto 477, se você fosse expulso da universidade, você não podia voltar, você podia voltar fazendo outro vestibular só depois de três anos. Que no meu caso seria um desastre total, né? Porque foi suado. Aí ele vira pra mim e fala o seguinte, olha, pra mim não importa, que você vai ser médico. O que importa é que você seja um homem. Toda a minha preocupação de estar colocando em risco aquilo que não era um projeto fácil. E ele me deu essa resposta. Ali, eu diria, foi mais uma lição contundente. E aí, é claro que ele tinha preocupações. Na sequência, eu não podia contar, porque eu estava fazendo da vida mais. Porque clandestino é clandestino. Aqui, eu saía do Banco do Brasil, trabalhava na compensação à noite, o pessoal me esperava, a gente fazia reunião clandestina, duas horas da manhã, numa cidade satélite qualquer. E aí, oito horas da manhã, no máximo, já estava na faculdade. Então, foi um período de... Como é que eu diria? Pelas circunstâncias da minha trajetória, eu fui obrigado a ter muita disciplina. Trabalhando no Banco do Brasil. Na medicina, todo sábado tinha prova. Como é que eu ia estudar? Então, toda sexta-feira, eu virava à noite, estudando. E se acabasse a luz. Aí você

chegava com matérias difíceis, não raro, eu pegava dois, três amigos e falava, escuta, como é que é isso aqui, como é que é aquilo ali. Então, eu organizava a minha leitura conversando. Isso, então, me deu uma disciplina grande. Aqui na presidência da Câmara, vocês, não sei se estavam aqui, eu começava quase que invariavelmente à ordem do dia às 16 horas. E eu, quando líder da bancada, eu reunia a assessoria na segunda noite e não raro a gente mudava a opinião da assessoria, porque se você não se preparar antes, você fica na mão de quem você confia. É uma relação de confiança, mas a posição é política, não é...

Tem outros elementos, né? Enfim. E assim eu me formei aqui em 75, fui milita clandestinamente no Rio Grande do Sul um ano, então eu decidi não fazer residência médica. Aí eu venho para São Paulo, houve ali um racha na organização, então eu vim para São Paulo, com intenção de militar politicamente, fui a capital do meu estado e ali estava o movimento. Isso foi em 70 e... final de 70... começo de 77. Aí eu fiz um curso de saúde pública, me especializei em saúde pública, tentei trabalhar, isso aqui não vai dar certo, porque eu era chefe de uma grande unidade, digamos hoje, você fala, unidade básica de saúde... era grande... Então, você toma conta de funcionário, você vê a questão epidemiológica, mas é um trabalho absolutamente burocrático, isso aqui não vai dar certo. Aí, depois de três anos de formado, eu decidi fazer residência, porque eu dava plantão em pronto-socorro, trabalhava em ambulatório... era muito limitado. Então, por exemplo, eu trabalhava no pronto-socorro, então você administrava a testada. Então, se o Corinthians perdesse, o atestado subia muito, né? E assim foi. Aí eu decidi fazer residência, mas depois de três anos de formado, sem estudar de forma metódica para concurso, eu escolhi o Hospital do Servidor Público Estadual porque lá não tinha... não se pedia currículo. E eu fui um muito bom aluno. Se eu pegasse o meu currículo de UNB, era uma coisa. Agora, dali pra frente, era zero. E eu nunca me preocupei de ficar contabilizando. O que você fez, deixou de fazer. E aí, eu... Esse meu amigo que quase pegou outro de tapa, eu e um outro. Esse, o Tony Paulo Guimarães, que lamentavelmente é falecido.

Um outro...o Joaquim e eu, nós nos inscrevemos, articulamos, porque aqui a gente fez uma turma defendendo saúde pública, trabalhando no serviço público. No meu caso, eu sempre trabalhei em serviço público. Aí, nós íamos fazer prova para pediatria. Você vai cuidar da criança, você pode fazer prevenção, você também atua de maneira curativa, parecia uma boa proposta. Só que eu comecei a perceber, conversando, primeiro que a pediatria do hospital servidor era uma das mais importantes do país. Aí eu falei, nós não vamos passar. Eu ficava imaginando, porque na pediatria tinha homem, mas tinha bastante mulheres também na época, como hoje. Eu falei, nós não vamos passar aqui. Aí eu telefonei para os dois, não, não, nós vamos, mantiverem a posição, então eu vou mudar, ok.

Aí eu peguei, falei, número de vagas, moléstias infecciosas, tinha oito, radiologia tinha oito, não sei o quê. Aí eu falei, ou eu vou disputar com a esquerda, aqui na moléstias infecciosas, ou eu vou disputar com a direita que gosta de dinheiro na radiologia. Aí conversei, conversei, porque a MI do servidor também estava entre as duas primeiras no Brasil. Aí decidi fazer radiologia. A prova, eu fiquei em segundo suplente.

Cheguei ali, caído das nuvens, vamos fazer essa prova. Mas eu acabei entrando porque o cara passa numa, passa na outra, aí...

Thiago Esteves

Deu preferência?

Arlindo Chinaglia

Entrei. Aí... Eu estou contando que é muito longo depois você corta aí.

Thiago Esteves

Fique à vontade, presidente. A ideia é exatamente essa...

Arlindo Chinaglia

É, depois você.

Thiago Esteves

O mais amplo que o senhor puder.

Arlindo Chinaglia

Mas aí o que aconteceu? A radiologia, o chefe da radiologia, o Dr. [inaudível], era um cara muito competente, mas ele lia o Hitler em alemão. E era um tipo... ele tinha moral, fascista, ele era um cara disciplinado, ele cobrava. E o Navai estava tendo umas assembleias, eu não lembro mais o motivo, dos médicos residentes. Então, para quem tinha tido a militância, quem tinha tido o movimento de residentes, achava ridículo. Um dia eu resolvi ir numa assembleia. Fiquei lá atrás, em pé, vendo a confusão. E era uma confusão e tal, tal, tal. O Sheldon, que era da Nibiru, era o presidente. Eu vendo aquilo sem nenhum entusiasmo. Eu queria, de fato, estudar. Aí tive a infelicidade de abrir a boca nessa reunião. E aí eu tinha já desenvolvido bem mais capacidade de argumento ativo e explico. Falei assim, assim, assim. Aí eu arrumei a saída, o Sheldon veio e ia ter eleição, você tem que ser o presidente. Eu falei, rapaz, não mesmo. Só que quando veio a substituição da direção, eu não vou dar detalhes, mas era uma organização de esquerda que eu não tinha... achava que não funcionava. Aí, eu fiquei pensando naquilo, no seu quê, pra impedir que uma equipe ruim assumisse, Aí, nós amontamos uma chapa e eu virei presidente da Associação de Médicos Residentes e Internos do Hospital Servidor. Em três anos, nós fizemos três greves. Na última greve, nós derrubamos o superintendente, que era um coronel, que tinha sido comandante de um chamado navio negreiro, que era de preso político. E nós derrubamos a superintendência e a comissão de ensino, que tinha, entre outros, o médico Erasmo Tolosa, que era sectário, radical.

Thiago Esteves

Isso aí já é um finalzinho em 79?

Arlindo Chinaglia

Isso foi... foi... foi... foi... Não, foi em 78, mas aí foi emendando a greve pra outra. Agora eu não lembro se foi em 78 ou 79. O governador era o Maluf. Quando nós fomos conversar com o secretário de administração, então eu comecei dando um relato. Aí já tinha saído do coronel e um cara progressista, João Yunes, que era o subintendente. Mas ele é o cara que trabalhava na OPAS, um cara qualificado, gente boa. Mas só que ali deu aquela divergência, que eu não lembro mais o que era exatamente. Agora... Eu achei que era no período do coronel, o relato é esse, mas acho que foi na época do João Yunes que o coronel veio depois. Veio exatamente para botar ordem na casa, né? Aí, na conversa com o secretário de instação, se não me engano era o Miliê, ele chega, né? Nós estávamos ali uns quatro ou cinco e joga uma porção de patrão de ceia da madeira, um cara grande.

E eu era o presidente. Eu comecei a falar. E tinha um representante, um cara que era o presidente da Ameresp, que era a associação estadual. Hierarquicamente, a Ameresp ordenava todo mundo, inclusive nós. Aí eu comecei a falar. Na hora que eu falei do João Yunes, mas pra situar, ele era o superintendente, ele falava, não admito que fale mal do doutor João Yunes. Não estava falando mal, né? Aí vai, vai, vai, vai, ele repete isso. Eu pensei, esse imbecil não tem tanta ética assim. Tem alguma coisa aqui. Aí, na hora que ele falou de novo, eu peguei a cadeira, fiquei de costa para ele e comecei a falar para os residentes. Então, aquilo que um dia eu vi, eu fiz pior. Assim, afrontando total, porque ele queria nos intimidar. Bom, não deu nada, saímos dali e fomos fazer uma reunião num apartamento de alguém perto da secretaria. Aí eu falei, vamos manter a greve porque o Yunes vai cair. Foi uma das grandes sacadas minhas, imodestamente. Aí o Márcio, que era o presidente, falou, mas você tá louco? Onde é que você tá com a cabeça? Temos que parar a greve senão não sei o quê. Ele era ligado ao partidão, aparentemente.

Aí fomos para uma assembleia no Hospital Servidor. O Márcio foi lá para defender o fim da greve. E eu e o nosso time defendendo a greve. É claro que teve alguns médicos residentes que passaram a defender na assembleia também. A assembleia foi terminar duas horas da manhã, no mínimo, e nós mantivemos a greve. Tinha 18 entradas no hospital. e nós cercamos às 18 para não ter furo a greve e eu chego numa delas, eu fui verificar como é que estava só tinha mulheres e duas delas com uns canos que não tinham tamanho e disseram assim para mim, Arlindo, pode ficar tranquilo, daqui ninguém passa. Bom, então esta foi uma greve. Aí houve a tentativa de acabar com a residência no hospital servidor, a coisa ficou grave. Aí já era o coronel, aí entra o Erasmo, a comissão de ensino, e nós fizemos uma greve para manter. Eu chego um dia, a gente estava fazendo piquete para ninguém se inscrever. Eles criaram uma outra, um outro modelo de ensino, que era o PAN, Plano de Aprendizado Médico, algo assim. Eu não lembro se eles queriam cobrar, inclusive, há muito tempo. Aí, eu chego um dia no Piquete, cadê o pessoal? Não estava lá. Inclusive, veio um dirigente estudantil, não sei quem teve, a brilhante ideia foi fazer uma manifestação em frente ao DOPS. Não fazia sentido nenhum aquilo. Aí, eu corri pra lá, fui lá e comecei a falar, vamos cair fora aqui, qual é o sentido aqui? Aí, os... Esbirros ali do DOPS começaram a ver a minha movimentação, possivelmente já me conheciam, aí foram lá e me agarraram três caras, também, bem fortes e foto pra todo lado. Eu achei que era imprensa. Falei, bom, vamos divulgar e eu vou resistir à prisão. Aí, levei porrada, dei cotovelada enquanto eu conseguia me mexer. Aí me levaram e me passaram numa roleta que se... Eu podia ter até machucado. Nisso, a Marie, que é uma... É, né? Uma nissei pequenininha. Ela pula nas costas, quando viu me levar, ela pula nas costas do cara grandalhão. E aí arranha as costas, né? Não sei se a camisa ou se... Mas arranhou. Aí levam ela também, passamos a noite ali e queriam nos enquadrar na Lei de Segurança Nacional por sangue de um agente da ditadura. Eu fui interrogado. A minha maior preocupação naquele período ainda, claro, não era aquilo ali, era a minha militância clandestina. O cara perguntava de tudo. E ali você tem que driblar de maneira convincente, mas a única coisa que eu não ia fazer era abrir aquela situação. Porque eu morei em Porto Alegre, ninguém sabia onde eu morava. Ninguém. E na viagem que eu chego lá, em Porto Alegre, voltando no tempo, veio a notícia de um brasileiro que tinha acabado de ser preso na Argentina, e ele tinha uma relação pessoal com o chefe da organização, o dirigente, que era um argentino. Nós éramos trotskistas.

Aí, eu tive que fazer uma campanha pela libertação dele. Então, com três dias, então, fiz amigos rapidamente ali na esquerda e um deles, que era da minha família rica, era de esquerda. O Pinheirinho, falou Arlindo, teve um jantar na minha casa e o comandante, ali é o segundo exército, o comandante falou do seu nome. Então eu morava numa rua de pedra, numa rua de

terra, em casa de tábua, e moravam as duas famílias, eu e o nome de guerra dele, Miguel, que tinha atuado nas ligas camponesas. Por quê? Eu fui pro Rio Grande do Sul pra organizar o partido. Depois, como houve o racha, eu voltei pra São Paulo. Então eu pulei aí, deu um lapso.

Então ali, eu vivi uns três meses das bolsas que o Miguel aprendeu a fazer na cadeia e a gente vendia para os amigos ali. Então, era bem perto da indignância. Aí eu arrumei emprego como médico. Inclusive, eu trabalhava num consultório como clínico. O dono era ortopedista. Ele disse que eu fizesse residência, ele gostou do meu trabalho... residência e ortopedia no Hospital Conceição. Era uma boa proposta. Na minha cabeça não estava aí. Aí agradei e tal. Dava plantão na AFM, Associação de Funcionários Municipais, de briga de casal, ataque de cachorro. Ele chamava o médico da AFM e o auxiliar de enfermagem era o motorista. E aí também foi uma experiência grande, porque recém-formado, e eu fiz diagnóstico de algo que eu nunca tinha visto na minha vida, que é um negócio chamado prenhez ectópica rota, que é a mulher engravida na trompa. E eu cheguei e ela estava chocada. Então, assim, teve lances difíceis, parada cardíaca, eu brinquei, mas era difícil.

Voltando agora para São Paulo, as greves no hospital, ali eu comecei a participar de outros movimentos, ali estava surgindo o movimento, ressurgindo o movimento sindical no ABC, e eu participei da fundação do PT, depois participei da fundação da CUT, que eu virei, eu estava militando no sindicato deles, aí eu fui eleito, eu saí da residência, fiz a residência, terminei, aí eu fiquei de suplente na chapa do sindicato, porque tinha um movimento chamado de inovação médica que tentava tomar, e tomamos o sindicato dos liberais. O pai do Kassab era presidente da Associação Médica Brasileira. Boa gente, boa pessoa, mas nós tínhamos era de divergência política. Aí eu fui presidente do sindicato três vezes, a primeira teve disputa, as outras duas ninguém montou chapa. Aí eu viro concomitantemente, no segundo mandato, presidente da CUT estadual. Aí já tínhamos fundado a CUT. A primeira vez que eu assumi a presidência foi em 1984. Depois de 84, não vou lembrar.

A CUT foi fundada em... Eu preciso ver com precisão, errar aqui não vai pegar bem. E aí eu fui me envolvendo no movimento sindical. Então eu fiz o movimento sindical, peguei uma grande experiência aqui, aí peguei toda a experiência possível no movimento sindical. Porque um médico ser presidente da principal CUT estadual do país, o Lula era contra. O Lula não admitia o médico presidir a principal corte estadual. Mas no sindicato que o Lula tinha presidido, de toda a diretoria, eu só não tive três votos. Então, digamos, havia ali uma... Obrigado. Eu ia falar... Foi em 1983 que foi fundada a CUT, em agosto. E é bom chamar atenção, né? Fundando primeiro o PT, depois a CUT. Ou seja, a perspicácia do Lula, do Olívio Dutra, da Jacó Bittar, daquela velha guarda, do Gushiken, é de que o partido era, de fato, a disputa de poder. Então foram ousados ali. E eu participei da fundação dos dois. Mas, voltando, então eu... Ao presidir a CUT, então eu participei de greve geral, organizei e aí... E trabalhava. Eu continuava trabalhando até o momento em que eu virei chefe da radiologia no INAMPS, lá em Osasco. Enfim, todo mundo. Bom, aí chegou num ponto, o Vargas, que tinha sido secretário-geral dos Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo. Na época do Lula, eu fui, ele bancou, eu era o presidente da CUT, ele era o secretário-geral, o Marinho, que é ministro, ele era secretário de organização sindical. E assim vai. E ali nós adotamos, tinha uma oposição dura ao sindicato dos metalúrgicos, mas a gente, na maior parte das vezes, 90%, a gente tomava decisão por unanimidade. Eu fazia questão de a gente fazer o debate político, a gente ganhar o debate político e ter uma posição unitária, assim foi, foi uma grande experiência. Nos sindicatos médicos eu nunca perdi uma greve, nenhuma, exceto quando era greve junto com

funcionalismo. Porque os médicos têm uma determinada característica, não era incomum um médico falar pra mim, Arlindo, eu vou fazer uma ação trabalhista, eu orientava, não é pelo dinheiro, mas é pelo que é justo. Então, o médico, na época, tinha inclusive uma condição melhor do que ele é hoje. Tinha mais de emprego. Então, tinha o brio.

A primeira greve em medicina de grupo, nós organizamos em São Paulo, numa empresa chamada MESP. Nunca tinha tido. Uma coisa é você fazer greve no serviço público. Onde a penalidade sempre é... hipoteticamente menor. Agora, na iniciativa privada, foi a primeira. E tinha unidades no ABC, em várias cidades, na região oeste, Osasco, Guarulhos, em São Paulo. E aí, a gente começou a greve no hospital. Eu entrava clandestino no hospital. Primeira vez que eu fui, um ortopedista do Hospital Servidor me chamou, está acontecendo isso e isso. Entre outras coisas, o que que aconteceu? Se você for numa farmácia ou se você estiver no hospital e você for tomar uma injeção, como é que você avalia se aquela ampola está esterilizada ou ela é o que precisa ser, sendo de plástico ou de um material desses, tem que ser nova, virgem, não é isso? Como é que se descobre? Se chegar com uma agulha e a seringa, mas não abrir na sua frente, você pode pensar o que você quiser, então você vai se lembrar que normalmente abre na sua frente. Sabe o que eles faziam? Eu já dobrei aqui.

Então eles reesterilizavam o que não podia ser. Tinha duas senhoras que tinham tesoura, papel, celofane e um ferro elétrico. Então colocava aqui o papel e eles então colocavam o ferro aqui e, portanto, fechava, portanto ia abrir na tua ou na minha cara e, portanto, você ficava tranquilo. Então...

Thiago Esteves

Isso no hospital particular?

Arlindo Chinaglia

Particular, de convênio. É como você viu aquele hospital ali que, na Covid, matou muita gente. Bom, então, a greve tinha motivações. Só que os médicos e médicas tinham medo. Na primeira vez que eu fui participar da reunião, que esse ortopedista me chamou, pediu para eu ir. Eu era bem mais novo do que eles, inclusive. Aí, eu fiquei na reunião. Ele explicou que eu podia ficar, que eu era de confiança. Agora, votaram para saber se o presente indicado do médico podia falar ou não. Tal era a rejeição. Aí votaram, me deram a palavra. Eu falei, o governo, claro. Mas aí eu combinei. Eu, toda noite, entrava no hospital e me reunia médico por médico, médica por médica. Aí, até que eu consegui fazer uma reunião. O que eu dizia? Eu disse, você tem que aprender. Falei, escuta, se a gente fizer uma greve, o que de ruim pode acontecer para vocês? Eles ficavam sem saber. Não tinham essa reflexão. Falei, eles podem escolher três aqui e dizer que são líderes da greve dele.

Então vamos admitir que escolham três, mesmo que não sejam líderes da greve, demitam. E se a gente colocar como primeiro item da greve, então, a readmissão dos três? Falei, mas o que mais que pode acontecer? Eles podem procurar o CRM. Eu fui inventando, até que eu radicalizava. Falei, mas qual que é a medida? Porque cada coisa que eu mesmo dizia, eu falava, e a greve continua. O que mais que eles podem fazer? Multar o sindicato, o sindicato não vai parar. Chegou num ponto que não tinha mais... porque tudo que eu falava, então, passa a ser o primeiro item da pauta. Portanto, era ter coragem, porque quem quebra a greve é trabalhador, não é patrão. Se você tiver uma greve organizada, o que o patrão vai fazer? Então, vou pegar mais radical. E vai demitir todo mundo? Isso, vai demitir todo mundo. Me fala, no mundo, qual

é a empresa, qual é a instituição que demite todos ao mesmo tempo? Não existe isso. Por que não existe? Porque quebra a empresa. Porque se fizer, não vai substituir vocês como profissionais e nós vamos organizar, ninguém vai ser contratado aqui. Resumo. E aí, eu falei com cada um de vocês, todos vocês me disseram que, se dependesse de cada um, topava fazer a greve. Mas os colegas poderiam não querer fazer. Não fiquem incomodados, porque todos falaram a mesma coisa. Bom, já que estamos todos juntos, vamos fazer a greve. Então foi suada essa primeira greve. Fizemos e ganhamos. A experiência sindical os desafios e as circunstâncias, foi muito incrível. E aí depois, o Vargas esse chega pra mim e falava, Arlindo, cai fora daqui da CUT, porque presidente da CUT nacional, aí você não vai ser... Não, não dava pra dizer, mas eu era da direção nacional também. E cuidava das relações internacionais, do leste europeu. Então na época era Rússia, Polônia, Hungria, etc. Então assim, foi uma experiência muito rica, debates memoráveis em congresso, porradas, eu nunca me emitia em confusão, mas me jogaram três vezes em cima de um tablado porque eu ia lá para separar o pessoal que estava brigando. Enfim...

Thiago Esteves

Interna, brigas internas, né?

Arlindo Chinaglia

Hein?

Thiago Esteves

Brigas internas do próprio sindicato e...

Arlindo Chinaglia

Não, não, brigas de segmentos com divergência política, alguém se sentiu ofendido e partiu pra porrada. E ali, veja, trabalhadores rurais, então você vê gente muito qualificada, muito inteligente, muito focada, né? E acabou de... uma pena, morreu recentemente, Avelino Ganzer, que era um gaúcho, e que acabou indo para o norte do país. Aliás, ele estava naquele avião que caiu em cima da Amazônia e sobreviveu. E outros. São vários. Um ou outro eu estou mencionando. Aí, depois disso, eu tinha duas alternativas. Ou eu ia cuidar da vida ou ia fazer política. Como é que você faz política com dedicação, trabalhando o dia inteiro e dando plantão? Aí eu decidi ser candidato a deputado estadual e foi discutido na CUT, do meu segundo mandato. Eu renunciei. Isso foi a minha terceira candidatura para deputado de São Paulo. Eu fiz uma greve em Osasco. Eu era presidente da Associação de Médicos e Dentistas. Eu doutorado de Osasco. Fizemos uma greve. Aí o [inaudível] Moura, que era de Carapicuíba, uma cidade próxima, foi lá me convidar para ser candidato. De maneira nenhuma. Eu não me irritava em parlamento. Não queria. Mas aí me lançaram. Aí o pessoal falou, sai que você traz voto que vai ajudar a eleger outros. Aí eu fui candidato a primeira vez deputado estadual.

Thiago Esteves

Foi em que ano? Fico fazendo pergunta do ano só pra gente ter a linha do tempo.

Arlindo Chinaglia

Deve ter sido em 82, quando o Duda foi candidato a governador. Em São Paulo. Em São Paulo. Aí eu fui candidato de novo em 86. pelo mesmo motivo, e eu não estava nem aí. Tanto é que eu não estava nem aí, faltando um mês para as eleições, eu viajei para a Europa representando a CUT. Entendeu? Então, a eleição não era exatamente a minha prioridade. Aí, na terceira vez, foi quando eu renunciei da presidência da CUT e eu levei mais a sério. Eu fui o último colocado, eu não sabia nada de eleição. Eu lembro de um funcionário que era, como que eu diria? Veio... Não é folclórico, mas era um cara diferente, né? Ele chega pra mim e fala, vem cá, tem quantas famílias te apoiando? Eu achei ridícula a pergunta. Eu não sabia nada de eleição, né? Essa do cara fala, minha família vai votar em você, sendo verdade ou mentira, mas é uma referência importante. Eu fui o último a ser eleito. Fui o menos votado. Aí... Eu consegui criar fato político na oposição, mas o mandato de deputado estadual eu achei muito limitado. Aí eu decidi disputar pra deputado federal na eleição seguinte. Eu mais que dobrei os votos. Eu tinha tido 13 mil e poucos votos, aí eu fui para 28 mil e tantos votos, me elegi federal. Primeiro mandato, o segundo mandato eu dobrei de novo. Fui para 50 e tantos.

E aqui, no meu primeiro ano do primeiro mandato, eu fiz a denúncia do Sivam não sei se vocês sabem do que se trata mas como é que.

Thiago Esteves

Da Rayton... da empresa Rayton?

Arlindo Chinaglia

Isso eu sabia que deputado de oposição não aprova nada, aí eu fiquei no gabinete nos primeiros dias lendo noticiário... olhando, olhando, querendo... Eu tinha criado fato político lá, como deputado estadual, que não é fácil. Mas o Magno, que foi ministro, eu denunciei, porque nós éramos de posições políticas diferentes, digamos, não vou fazer aqui a adjetivação, e ele recebeu o salário da Eletropaulo e recebeu o salário de ministro. O que na época era uma imoralidade grave, hoje tem coisa bem pior e tá por aí mesmo, né? E aí ele caiu, coitado. Depois ficamos amigos, assim, pessoalmente. Conversamos recentemente, tem uma ótima relação.

Thiago Esteves

A um fato sobre renúncia de ICMS, também quando o Vossa Excelência era deputado estadual, eu acho que o Vossa Excelência era da Comissão de Justificação e Controle, não?

Thiago Esteves

Vossa Excelência denunciou alguma renúncia de ICMS para alguns empresários, mais ou menos, nessa época?

Arlindo Chinaglia

É, eu ouvi uma denúncia contra o Fleury, e ele ficou respondendo a esse processo muitos anos. Depois, nós fomos colegas aqui, como deputado federal, Aí tínhamos uma boa relação. E eu devo ter retirado a denúncia a pedido dele. Ou não deu tempo. Enfim. Não o prejudicou. Nem era a intenção. Era a questão da administração. Então eu fiquei mais ou menos esperto para pesquisar esse tipo de assunto. Aí eu estou aqui. No segundo, terceiro dia eu leio uma matéria que dizia que a França tinha expulsado dois diplomatas americanos. E ali era o rabo mordendo

o cachorro. Como é que a França expulsa dois diplomatas? Alguma coisa aí tem. Aí eu comecei a conversar. E tinha um assessor da bancada do PT, Emerson. O Emerson era um cara muito ligado. Eu falei, Emerson, que disputa que está tendo entre a França e os Estados Unidos?" Ele falou, por quê? Por causa disso aqui. Aí ele começou, vai, vai, vai, e foi o primeiro a falar do SIVAM. Ele falou, olha, aqui é o que eu sei, o único que votou contra esse acordo entre Brasil e Estados Unidos, que envolvia a empresa Rayton, né? O único que botou contra foi o Suplici. Aí eu conversei com o Suplici, mas a coisa não tinha ainda encaixado. Mas aí eu me inteirei num processo que era conduzido por um órgão chamado CC Sivam, que tinha representação nos militares, mas estava lá também uma empresa chamada ESCA. Como é que a ESCA fazia parte do CC Sivam.

Aí eu comecei, de alguma maneira, a questionar. Eu preciso recuperar aqui o direito. E o Toffoli, que tinha sido meu assessor quando eu era deputado Sabal, por um período, depois eu indiquei ele aqui, ele veio com a Brasília pra cá e ele me ajudou muito aí. Ele foi ameaçado de morte na época. Eu não. Até que eu recebo dados da ESCA que ela não pagava os impostos devidos. Também preciso ver quais eram. A hora que eu fiz a denúncia, o Zé Maria, que hoje está na Jovem Pan e ele já estava, eu cruzei com ele e falei, Zé Maria, eu vou fazer uma denúncia em Plenário. E ele, então, colocou na Jovem Pan, ao vivo, ele confiou. E eu fiz a denúncia, então, do escândalo do Sivam. Era um acordo de 3 bilhões e meio de dólares. E aí, eu dava entrevista coletiva com dois meses de mandato aqui. Então, eu saí do baixo clero rapidamente. Aí, o Fernando Henrique me recebeu. Ele estava com... com ministro de... não sei se era de Assuntos e Estratégias, não lembro mais o nome. E eu levei todos os papéis, porque eu nunca fiz uma denúncia que eu não provasse. Nunca.

Aí, eu tinha todos os documentos. E a hora que eu fui entregar para ele, ele não pegou. O ministro pegou. Ele coloca isso no livro dele. E assim foi. Aí a ESCA foi declarada inidônea. O Clinton fez pressão. O Fernando Henrique teve que romper o acordo. A ESCA caiu fora. E assim foi. Dali a pouco, dali a mais dois meses, eu denunciei o chamado "xerife dos presos", acho que a Adilson Dallari (José Milton Dallari). E aí eu já estava famoso, porque eu recebia as informações da ESCA. Hoje eu sei quem me passou na época, eu não sabia.

Thiago Esteves

Quem foi?

Arlindo Chinaglia

Não... Não pode. Hoje ele é um juiz magistrado, mas era um trabalhador de uma empresa pública, claro. Aí eu recebo a denúncia envolvendo o Adilson (José Milton Dallari). Ele muito metido, controlando o preço e tal, só que ele tinha contrato com a Abras, a Associação Brasileira de Supermercados. Então aquela moralidade toda, imagina o cara ter o vínculo que ele recebia de um segmento tão importante que tinha, porque ali sim você poderia tentar pelo menos controlar a preço. Então, no ano seguinte eu virei presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E assim foi.

Thiago Esteves

No primeiro ano você já era vice-líder do PT?

Arlindo Chinaglia

Já era o quê?

Thiago Esteves

Vice-líder do PT na Câmara?

Arlindo Chinaglia

Vice-líder? Acho que não. Acho que não. Mas eu rapidamente comecei a aparecer no DIAP. no segundo ano que eu estava aqui. Aí fui presidente da comissão, ali foi também produtivo. E aí eu sempre fui minoria no PT, por tendências internas. Então eu não... Eu poderia até ter condições de ser líder, mas não conseguia ser líder. Daí quando o Lula ganha as eleições, entre boatos de que eu ia para o governo e outras coisas, acabei não indo. O primeiro a falar foi o Jair Meneguelli, ele disse, você não conta para ninguém. Não, não conta. Aí me conta uma conversa. Aí depois o Gushiken me liga. Olha, você vai ser isso ou aquilo. Mas pode ser o outro. Acabou sendo o outro e tal.

Thiago Esteves

E qual era a posição com você? Qual era o cargo na época que...

Arlindo Chinaglia

Então, você sabe, se eu falar... fica desagradável, entendeu?

Thiago Esteves

Não, sem problema.

Arlindo Chinaglia

Foram dois importantes nesse momento. E com a Dilma eu fiquei mais perto ainda quando... Alguém importante do governo ligou, vai te chamar quarta-feira e tal. mas aí acabou, houve uma reação de um estado importante.

Thiago Esteves

Mas com a Dilma Vossa Excelência já tinha sido presidente, né?

Arlindo Chinaglia

Hein? Não, com a Dilma já tinha sido. Aí, vejam, o que aconteceu? O Genuíno, que era presidente do PT, me procura no primeiro ano de mandato. Eu estava cuidando do mandato. Mas o Genuíno queria que eu fosse para a plenário. Você tem qualidade para participar do debate e o governo está precisando. Aí fizemos um acordo, porque quem foi líder no primeiro ano, Nelson Pelegrino, ele também não era da força majoritária. Só que eu nunca pensava em fazer acordo. Mas havia acordos, todo mundo conversando ali, mas eu não era muito ligado. Aí eu e o Fernando conversando e tal, tal, tal. Eu vou, mas então eu quero ser líder no ano que vem. Você vai avaliar o governo e tal. E assim foi. Eu virei líder, então, no segundo ano do mandato do Lula. Depois houve a substituição da liderança do governo. Então foi o professor Luizinho, eu acho que foi na época, ele era... Eu preciso ver aí. Enfim, depois que eu fui líder da bancada, eu acho que o Miro Teixeira foi líder por um pouco de tempo e o Lula teve que substituir. Aí ele me escolheu. Aí virei líder de governo. Aí... foi... Foi um momento onde eu

tive que atuar bastante dentro de governo. Se quiser trabalhar, tem muito o que fazer. E ali eu fui me credenciando.

E quando a bancada do PT decidiu lançar o nome após o João Paulo Cunha. Na primeira votação, na bancada, eu tive 19 votos. Tive disparado o maior número de votos. Aí, a gente brinca a OTAM, que é o grupo majoritário do PT, entrou pesado, e eu caí pra três votos, aí escolheram o Greenhalg. E o Greenhalg foi pra disputa... e perdeu para o Severino Cavalcante. E o Severino, na festa de comemoração, ele falou, se tivesse sido o Chinaglia nós teríamos perdido. E, de fato, eu estava com bastante prestígio ali. Aí depois, quando o Aldo disputou com o Nonô, meu nome estava muito forte, o Lula pediu para que eu retirasse em favor do Aldo. Eu retirei e o Aldo ganhou. o Aldir ia para a reeleição. E eu, em 2006, em abril, tive um acidente muito grave. Muito, muito grave. Quebrei a bacia em cinco lugares. Quebrei três costelas. Quebrei a mão. Foi um desastre total mesmo, né? E eu fiquei... Naquela eleição de 2006, eu não fiz campanha. E fui o segundo mais votado do PT. Lá no estado. Aí, os amigos... caridosos diziam, vota no Arlindo quem não conhece o Arlindo. Eu não tinha feito campanha. E aí eu decido, por decisão da bancada, por decisão de outros partidos e tal, ser candidato a presidência da Câmara. O Lula era contra, o Lula digamos, através de vários porta-vozes, defendia o Aldo para a eleição. O Lula chamou uma reunião comigo e com o Aldo. Comigo foi o primeiro, o segundo com o Aldo.

Mas ali teve alguns incidentes que, quando eu cheguei no gabinete do Lula, Eu tomei a decisão de não adequar. Ali foram os passos, eu diria, que eu não vou esquecer, porque a executiva nacional tinha se reunido com Lula defendido, meu nome, ele bateu contra, houve quem da executiva me telefonasse, se você tem que renunciar hoje da liderança do governo, porque foi assim, assim, assim, assim. Eu passei dois, três dias refletindo, meio amado, digamos, até que eu concluí, falei, se eu renuncio da liderança do governo, o pessoal que está me apoiando não vai peitar o governo para me apoiar. Então, o Jânio de Freitas escreveu uma matéria dizendo que a eleição da presidência da Câmara, depois que eu ganhei, tinha sido uma das operações políticas mais sofisticadas dos últimos tempos. Não sei como é que o Jânio, ele não sabia detalhes, eu nem estou contando aqui porque tem que ter cuidado com certas coisas, mas esse é o fato, o mundo da política todo sabia. Então o Aldo tinha apoio do Lula, tinha apoio do Fernando Henrique, tinha apoio do Aécio, tinha apoio do Eduardo Campos, tinha apoio do PDT, tinha apoio do Pcdob, mas eu ganhei.

Thiago Esteves

Fora que a Vossa Excelência e o Aldo ainda estavam divididos na esquerda, né?

Arlindo Chinaglia

Vou te contar. O Lula, depois que ele conversou comigo e com o Aldo, ele fez uma proposta, se eu aceitaria... O fato é o seguinte, eu disse pra ele, é impossível não ter dúvida. Não tem ninguém, inclusive eu. E o Aldo também, que fala, não, o resultado vai ser esse. A única coisa que não vai acontecer é o Fruet ganhar. Ou vai ser eu ou vai ser o Aldo, eu acho que sou eu. Aí ele, de alguma maneira, se sensibilizou, falou, você aceitaria uma decisão do conselho político? Conselho político o que era? Era os presidentes dos partidos da base e os líderes. das bancadas. Eu falei, aceito. Aí o Aldo não aceitou. Aí o Lula tirou o pé. Se o Lula jogasse todo o peso, não

tinha jeito. Ele tinha preferência, ele falava, ele não escondia. Gente muito próxima dele colocava publicamente e assim foi.

Thiago Esteves

Vossa Excelência considera que era uma questão estratégica do presidente Lula, ou da conjuntura política, uma preferência pela candidatura do Aldo, ou acho que tinha ali um movimento mais por ser uma divergência interna no parto do Vossa Excelência a ser de um grupo minoritário, ou não tinha uma relação?

Arlindo Chinaglia

Não, o Lula seguramente não se orientaria por aí, até porque ele escolheu o líder do governo, ok? Foi ele. E depois? Quando eu fui líder do governo Dilma, que também havia um apoio, inclusive meu, para o Paulo Teixeira. A Dilma foi, quando ela voltou, voltou com o meu nome. E ela, então, fez a seguinte frase, até certo ponto enigmática. Não tão, mas até certo ponto. Ela falou assim, olha, eu quero que você saiba que o presidente Lula ajudou muito. Ajudou o quê? Exatamente, não importa. Mas, enfim, eu fui mesmo tendo uma outra movimentação e inclusive com o meu apoio. Eu acho que o Lula, primeiro, ele não acreditava que alguém do PT pudesse ganhar. Porque houve várias candidaturas nossas para alguém do Tribunal de Contas da União. E todo mundo chegava lá e contava para ele que estava uma maravilha e perdia. Então, eu acho que esse elemento contou para ele. Até porque a experiência do Greenhalgh tinha dado uma lição em todo mundo. Mas a questão nunca é simples, né? Eu acho que isso contou. A outra que eu não posso, de maneira nenhuma, desconsiderar, é que o Aldo era de um partido aliado, ainda que tivesse, na época, acho que nove deputados. Mas o Aldo era aliado do governo.

Thiago Esteves

E era candidato à reeleição.

Arlindo Chinaglia

Candidato à reeleição. Então assim, perder para a reeleição é muito difícil. E acho que o Lula entendeu que eu não ganharia. Entendeu? Mas claro que tem o componente aí também de ser o Aldo, do PCdoB, um aliado e tal. Mas eu acabei ganhando. E eu tive votos. Tive votos em praticamente todos os partidos. Talvez, na época, os partidos como PCdoB, PSD e PDT. PCdoB, é claro, não tive nem um voto. Eu acho... PDT, eu não sei. PSD, não sei. Porque os líderes desses aí estavam todos com o Aldo. Então não foi fácil.

Thiago Esteves

E uma outra pergunta que eu gostaria de fazer, vossa excelência, é que esse período também tinha uma dificuldade grande, especialmente por parte dos trabalhadores, que era o início do mensalão, que afetou algumas lideranças e a própria imagem do partido do governo, acho que aquilo tinha um impacto também. Mas, ao mesmo tempo, tirou algumas lideranças importantes da Câmara que poderiam eventualmente estar à sua frente para concorrer.

Arlindo Chinaglia

Não estariam. Não estariam na minha frente. Eu tenho absoluta segurança. Por quê? Ainda que fossem e tiveram vários donos aqui importantes, mas uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Então você não se credencia pela tua fama. Não é nada disso. Você tem que ir aqui... Pra

você ter uma ideia, eu fui um cara bem duro na presidência. Eu sempre procurei cumprir o regimento rigorosamente. E nunca fiz concessão. No início, de forma inexperiente, o Gabeira falou bobagem de uma viagem que nós fizemos no Mercosul. Eu interpelei pessoalmente, mas eu devia ter saído da presidência. Mas foi inexperiência e a minha irritação. Porque ele falou que nós tínhamos levado, sei lá, 70 deputados e senadores, que tinha pago diária. Aí o Júlio Redecker fala, o Júlio, ele foi lá no mercado, comida tá aqui, eu paguei com o meu dinheiro. Mas na hora, isso foi depois, depois de eu ter falado. Aí eu falei, é mentira. Aí o Gabeira falou, mas então quantos foram? Eu falei, fala você que está falando a denúncia, entendeu? Mas eu devia ter saído. Então assim, teve momentos áspers. Eu tinha o rigor, porque a única maneira de você ser democrático é você seguir o regimento e, no limite, a própria Constituição, senão você te dá um arbítrio, que muitos presidentes se dão, que eu não queria ter, eu cumpria com a regra. Então, assim, no dia que eu presidi a última sessão, talvez eu tenha me emocionado mais do que quando eu ganhei. Por quê? Ali você vai descer, então todas as broncas que tiverem com você, você vai estar lá embaixo, igual, não é isso? É diferente você estar no cargo e ser respeitado. Respeita o cargo.

Agora, quando você desce despido, e aí? Então assim, o Nárccio era o vice-presidente e eu saí da mesa e quando eu voltei o Nárccio estava falando e ele falou bastante. Aí na hora que ele terminou eu falei, não posso falar tanto, vou falar o essencial. Aí eu expliquei como é que eu tinha agido, falei se eu ofendi alguém quero me desculpar, nunca foi a intenção e tatatatata. A hora que eu levantei da cadeira, o plenário levantou e ficou de pé e aplaudiu. Então não é algo comum você ser aplaudido na saída. Eu, claro, quando ganha o Temer, é eleito o Temer, né? Estava eleito, aí eu não ia na reunião de líderes, mas eu voltei lá um mês depois, a hora que eu cheguei. Aí o Caiado me vê, e o Caiado era um cara duro, né? Aliás, quando eu fui líder aqui, era um debate, assim, ao mesmo tempo qualificado e, portanto, difícil. Então, você tinha grandes oradores aqui, né? O Caiado era um deles. Aí eu chego, e eu e o Caiado nos pegávamos, né? Bastante de debate. Você tinha o Goldman, por exemplo, que já morreu. Você tinha Aleluia, então você tinha muitos líderes ali muito preparados. Depois, o ACM Neto, assim vai. Você tinha o Jovair Arantes, por exemplo. Ele falava pouco em plenário. Mas quando falava, falava muito bem. Então, era bom. Eu sempre gostei de plenário. Então, assim, quando eu chego na reunião de líderes, o Caiado fala, ó o presidente aí comigo, puxa palma.

Então, assim, não havia o ranço. O caiado, aliás, em homenagem a um momento, as mulheres queriam, as militantes, feministas ou não necessariamente, mas me procuraram porque queriam rediscutir, por exemplo, a lei do aborto. Precisa tomar cuidado porque você pode ter uma visão que você vai melhorar, mas você pode ter derrotas aqui. E a coisa esquentou. É desagradável, mas tinha um deputado do PT que ele, por religião, diziam até que ele ia junto com autoridades outras que não do parlamento, nos lugares onde havia denúncia, que ali se praticava aborto. Então, aquilo criou um movimento. Quem me ajudou foi o Caiado. Eu sou médico. Então, médico, obviamente que você lida com essas questões. E, portanto, do jeito que estava ali, era o máximo que, na minha percepção, se conseguiria ali para fazer algo, digamos, civilizado. Porque, aliás.... Quando, no debate de células-tronco, o Tófolli, que tem irmão padre, ele é religioso, a família toda religiosa, ele fez um parecer brilhante onde ele disse, vem cá, como é que você sabe a hora que a alma se instala aí? Enfim, estou dando o exemplo do Caiado porque você podia ter toda a divergência, mas sem a diálogo. Uma vez o Caiado, de novo, acho que eu estou lembrando o que eu falei nele, numa reunião de tempo, assim, ô líder, que a voz grossa, né? A oposição não morde, não. Falei, eu sei, quem morde é a base. Mas foi uma gargalhada geral. Mas havia essa liberdade e a confiança. Todo mundo sabia que eu estava somente

brincando, né? Mas na época do Mensalão, eu passei apertado. Eu era líder do governo. Então a gente fazia a reunião na madrugada.

Da casa de quem ia, certa feita, ele subiu na um sofá da casa dele e falou, olha aqui, fala pro Lula que se a Veja, não sei quem, continuar batendo em mim, eu vou dizer que conheci o Marques Valério na antessala dele. O jogo era pesado, eu estou falando de alguém que inclusive já morreu. Então assim, nunca foi fácil. O... o ex-vice-presidente da República e governador de Pernambuco, Marco Maciel. O dia que eu fui nomeado a primeira vez líder do governo, ele chegou pra mim e falou assim, Arlindo eu já fui isso, aquilo, aquilo, aquilo. Não tem nada pior do que ser líder do governo. E eu não entendi na hora, mas entendi muito bem depois. Então, tinha uma determinada situação e eu assinei. Aí a base do governo reagiu. Então eu com muita vergonha, foi a primeira vez que eu retirei a minha assinatura. Ou eu retirava ou eu não coordenava aquilo. Mas as reuniões de líderes junto com o líder do governo era também algo muito rico. A gente fazia reunião aberta, a imprensa participava.

Thiago Esteves

Vossa Excelência considera que superar os desafios durante a liderança do governo no período mensalão credenciou Vossa Excelência também a uma eleição? para a presidência da Câmara. Acho que foi um período que ajudou a consolidar a liderança de Vossa Excelência.

Arlindo Chinaglia

Possivelmente, porque eram situações muito tensas. Então eu ficava na liderança do governo, a começar dos deputados do PT, inclusive. Era uma situação muito dramática, porque todo mundo ia passar para o plenário e a chance de ser cassado, depois que virou... Naquela época era votação secreta, então havia mais chance. Então tinha desde pessoas assim, muito bem-intencionadas, que falavam, Arlindo, vamos ter uma decisão coletiva. Aí eu falava, não vai nessa, não. E dava exemplo. Falei, olha, fulano tá procurando fazer isso, o outro não é. Então vamos discutir aqui o que você vai fazer. Então, assim, havia uma generosidade, porque a história do mensalão, o nome bombou, o que foi de fato? Foi, digamos, financiamento de campanha, e esse que eu estou falando, que me procurava fazer uma discussão coletiva, ele foi, de fato, no banco, ele foi orientado a ir no banco, que era uma armadilha, percebe? O cara acha que está tudo certinho, e vai lá e pega o dinheiro, inclusive para financiar a campanha de outros partidos. Então aquilo foi uma tragédia, né? Liquidou e, quando sai uma denúncia, é irreversível. Então, foi muito sofrimento. Então, assim, e depois, quando o presidente, não posso dar nomes, mas teve um, digamos que uma pessoa muito cega, de direita, mas com postura, com palavra, honra que fala, etc., Me procurou, era presidente da Câmara, chega lá de manhã, dizia, eu vou renunciar. O que você acha? Você imagina você opinar numa situação dessa? Aí eu falei, ó, você que está dizendo, eu quero... Me diz por quê? Aí ele explicou, aí eu falei, se fosse eu, eu renunciaria. Ele falou, vou lá, levantou, veio aqui e renunciou. Então, estou dizendo, então teve muitas situações muito delicadas. Teve deputado que, no meio da confusão, foi denunciado, chegou pra mim. Eu já não era mais presidente, nem dele, nem do governo, nem nada. Aqui. Ali. Eu vou suicidar. Eu falei assim, tá louco? Não, eu vou suicidar. Ele falou assim, o cara que vai preso, ele morre duas vezes. Então, não é exagero retórico.

Teve situações. Ninguém eu como presidente da Câmara, eu tinha que enfrentar o Supremo em dado momento, porque o TSE decidiu por unanimidade, a dois anos e meio atrás, que o deputado que mudasse partido não perdia o mandato. Aí um suplente da Paraíba muda, e tinha o Mozary aqui, que era um secretário-geral espetacular. Lamentavelmente morreu. E aí, o seguinte, o regimento da Câmara prevê o direito de defesa aqui. E aí, eu não vou dar nomes também, que é muito desagradável, houve toda uma pressão da mídia e de ministro supremo. O dia que um ministro deu uma entrevista no Estado de São Paulo, o Caiado e outros vieram batendo, porque tinham interesse na cassação, porque o que subiria era do mesmo partido. Aí, bateram, bateram e citaram a declaração do ministro. Aí eu respondi, falei, peço ao ministro que se acautele, porque se for para debater pela imprensa, saberei fazer. Você não tem o direito de pesquisar. Mas a quem eu estava me referindo tinha sido o relator e ficou seis meses com o processo parado. Você imagina se ele viesse para esse debate. Ele ia sair bem mal perante aquilo que ele falava e perante o que ele fez. Só que ele não sabia que eu sabia, mas...

Então, assim, então isso, a tua pergunta... foi, inicialmente, se me credenciou. É um conjunto da obra, entendeu? Porque eu já vinha, tanto é que o Severino, quando eu retirei pro Aldo, eu já tinha força aqui. O Aleluia fez a seguinte frase pra mim, Arlindo, aqui todo mundo tem uma fama. Normalmente correta. Então, eu diria, tem muita verdade nessa frase. Tem muita verdade. Então, assim, é igual na família. Você pode não saber o que a família fala de você, né?

Thiago Esteves

Mas deve ser verdade. Deve ser verdade.

Arlindo Chinaglia

Claro.

Thiago Esteves

Bom, da minha parte, já agradeço. E uma última pergunta. Pelo que você contou aqui e trouxe pra gente, parece que a sua militância no meio sindical, associativo, no início da sua carreira, foi mais intensa do que propriamente dentro do partido. Pelo menos a ênfase que Vossa Excelência deu, mas foi muito mais intensa e aqui Vossa Excelência teve uma postura mais, digamos assim, conciliadora, menos de embate.

Arlindo Chinaglia

Onde conciliadora?

Thiago Esteves

Dentro do partido, dentro do próprio...

Arlindo Chinaglia

Não, não, não. A primeira vez que eu falei num encontro do PT, foi quando eu disputei a presidência do PT estadual. Foi a primeira vez que eu falei no campo do PT. Então, quando eu

virei presidente, foi num tremendo do racha. Eu virei presidente estadual e o Falcão virou presidente nacional. Nós fizemos um movimento chamado “Hora da Verdade”. Entendeu? Então, ao contrário, uma coisa, digamos, é a tua relação pessoal. Eu falei da frase do Perón, muito a sério, aqui eu fugi completamente dela a pedido. Portanto, não me passa pela cabeça a ofensa pessoal. Jamais. Da mesma maneira que eu não admito. Falar pelas costas eu não estou sabendo, mas se falar frente a frente, vamos ter problema. Eu diria, no parlamento, eu fui líder de bancada, líder do governo Lula, líder do governo Dilma, fui relator geral do orçamento, fui presidente de comissão, fui presidente da Câmara. Então, não posso dizer que aqui não tenha sido muito intenso também. Mas, eu diria, você não sabe o que vai acontecer com a sua vida. Quando você é jovem, você acha que você controla? Lembra um cara que nasceu lá no meio do mato. Você veio aqui... Então, você imagina... O presidente de Câmara assume a presidência em determinada circunstância...

Arlindo Chinaglia

Na vida, você só sabe o que é possível depois. Quando você é jovem, você acha, você planeja, você tem meta e tal. Mas, enfim, a minha vida foi um tumulto continuado.

Thiago Esteves

Eu estou muito satisfeito com o seu tempo, sua disponibilidade e, também, franqueza em falar com a gente. Agradeço, sem dúvida nenhuma, vai ser muito importante para o meu trabalho e minha dissertação.

Arlindo Chinaglia

Bom, espero que sim. Não sei como vai ser, acho que você vai escrever isso, né? É, nós vamos transcri... Porque aí ficou muito longo, mas eu tentei. Como você falou da vida.

Thiago Esteves

A ideia é a gente vai transcrever, inclusive vou compartilhar depois o vídeo com a sua assessora também, mas a ideia é analisar isso comparativamente com a fala de outros presidentes, também com o que a gente tem de dados da sua trajetória, e aí quando terminar a dissertação eu mando uma cópia aqui pra Vossa Excelência nesse também.

Arlindo Chinaglia

Obrigado. Tá certo?

Thiago Esteves

Muito obrigado.